

Albuquerque

REVISTA DE HISTÓRIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

A stylized, grey silhouette of the state of Mato Grosso do Sul, Brazil, positioned to the right of the main title. The word 'Albuquerque' is written in a large, black, cursive script that overlaps the top and right sides of the map.

ISSN 1983-9472



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO SUL**

Reitora:

Célia Maria Silva Correa Oliveira

Vice-Reitor:

João Ricardo Filgueiras Tognini

Câmara Editorial

Coordenador – Carlos Martins Junior. (Campus de Aquidauana - UFMS); **Secretário** – Valmir Batista Corrêa (UFMS); Alexandre Pierezan (Campus de Nova Andradina – UFMS); Eduardo Gerson de Saboya Filho (Campus de Corumbá – UFMS); Emília Mariko Kashimoto (Museu de Arqueologia – UFMS); Ezio Luiz da Rocha Bittencourt (Campus de Nova Andradina – UFMS); Gilson Rodolfo Martins (Museu de Arqueologia – UFMS); Jérry Roberto Marin (Campus de Campo Grande - UFMS); Lupericio Antônio Pereira (Universidade Estadual de Maringá-UEM); Vitor Wagner Neto de Oliveira (Campus de Três Lagoas - UFMS).

Conselho Científico

Adelina Pusineri (Museo Andrés Barbero – Asunción/Paraguay); Adhemar Lourenço da Silva Jr (Universidade Federal de Pelotas - UFPel); Adriano Luiz Duarte (Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC); Albana Xavier Nogueira (Universidade para o desenvolvimento do Pantanal – Uniderp); Aldrin Armstrong Silva Castellucci (Universidade do Estado da Bahia – UNEB); Ana Paula Squinelo (Campus de Campo Grande – UFMS); Carla Villamaina Centeno (Universidade para o Desenvolvimento do Pantanal - UNIDERP); Eudes Fernando Leite (Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD); Fernando Teixeira da Silva (Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP); Francisco Alves da Silva (Universidade Paulista - UNIP); Francisco Alambert (Universidade de São Paulo - USP); Gilberto Luiz Alves (Universidade para o Desenvolvimento do Pantanal – UNIDERP); Lúcia Salsa Corrêa (UFMS); Maria Celma Borges (Campus de Três Lagoas – UFMS); Ney Iared Reynaldo (Universidade Federal de Mato Grosso); Otávio Canavarros (Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT); Paulo Roberto Cimó Queiroz (Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD); Paulo Roberto de Almeida (Universidade Federal de Uberlândia - UFU); Paulo Roberto Ribeiro Fontes (Fundação Getúlio Vargas - CPDOC); Ricardo Luis Vicente Pavetti (Universidad Nacional de Asunción – Paraguay); Robert W. Wilcox (Northern Kentucky University); Silvia Regina Ferraz Petersen (Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS); Tito Carlos Machado de Oliveira (Campus de Aquidauana – UFMS).

Revisão: A revisão gramatical é de responsabilidade dos(as) autores(as)

Capa: Marília Leite e Lennon Godoi

Ilustração da capa: Vista aérea de Campo Grande com a seguinte dedicatória:

Ao Ricardo no dia em que nasceu o Estado de Mato Grosso do Sul. Ernesto Geisel. Brasília, 11 de out. de 1977.

Revista Albuquerque

Revista de História da UFMS

Responsabilidade: Base de Pesquisas Históricas e Culturais das Bacias dos Rios Aquidauana e Miranda/BPRAM/DHI/CPAQ/UFMS

Endereço eletrônico: revistaalbuquerque@gmail.com

Coordenadoria de Editora e Gráfica – PROPP/UFMS

Endereço eletrônico: conselho@editora.ufms.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Coordenadoria de Biblioteca Central – UFMS, Campo Grande, MS, Brasil)

Albuquerque : revista de história / Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
– v. 1, n. 1 (2009)- . Campo Grande, MS : A Universidade, 2009- .
v. ; 21 cm.

Semestral
ISSN 1983-9472

1. História - Periódicos. I. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

CDD (22) 905

Sumário

APRESENTAÇÃO	5
ARTIGOS	7
BELLÉ, Maria de Fátima Lessa; ALVES, Gilberto Luiz; SOUZA, Celso Correia de. <i>Impactos sobre o desenvolvimento regional decorrentes do Assentamento Itamarati, Ponta Porã (MS): 2001 -2010</i>	9
FERNÁNDEZ, Jorge C. <i>Nacionalismo, antifascismo e internacionalismo nas Brigadas Internacionais na Guerra Civil Espanhola (1936 -1939)</i>	35
GREGGIO, Tarcisio <i>Do Tejo ao Rio das Mortes: sobre fazer-se “homem bom” na longínqua Vila de São João Del Rei. Séculos XVIII e XIX</i>	55
OLIVEIRA, Vitor Wagner Neto de <i>Relações de trabalho e industrialização recente na periferia</i>	73
DOSSIÊ	
MÍDIA E POLÍTICA	
ALMEIDA, Antônio de <i>Mídia, poder e a (des)construção da democracia no Brasil Contemporâneo</i>	93
VICTOR, Rogério Lustosa <i>O integralismo nas páginas do jornal O Estado de São Paulo e da revista O Cruzeiro</i>	111
FONSECA, Sergio C.; CASTRO, Cintia R. C. de <i>O que os jornais contam sobre a menoridade em Ribeirão Preto no início do século XX</i>	133

RODRIGUES, Candido Moreira <i>Imprensa católica no Brasil entre os anos 1928 – 1940: a revista A Ordem</i>	161
SOLON, Daniel Vasconcelos <i>Armas modernas para a guerra santa: Igreja Católica e meios de comunicação em meados dos anos 50</i>	195
SOTANA, Edvaldo Correa <i>“Alegria Delirante” com o noticiário internacional: a rendição da Alemanha nas páginas dos jornais brasileiros</i>	211
ASTURIAN, Marcos Jovino <i>Cristãos, democráticos e anticomunistas: formas simbólicas no universo político riograndense de 1947</i>	233
BRILHANTE, Matilde de Lima <i>Práticas e negociações [políticas] na grande imprensa de Fortaleza d (1928 – 1990)</i>	257
CADERNO ESPECIAL	
<i>Pedro de Medeiros, por Lobivar de Matos (Tribuna, Corumbá, 27.04.1943)</i>	275

Apresentação

Toda história é presente e aos vivos ela pertence. Diversos historiadores disseram a mesma coisa com outras palavras, em tempos diversos e de diferenciadas maneiras. O importante, contudo, é consolidar a idéia de que o objeto de estudo da história é o homem, o seu tempo e as suas construções.

A revista Albuquerque, em sua nona edição, está viva e presente. A cada número que vem à luz, amadurece e solidifica a sua proposta original de divulgar estudos inovadores que revigoram a área de conhecimento da história, enfatizando temáticas regionais. Mas, como representação da produção histórica viva e presente no ambiente acadêmico contemporâneo, a revista assume também a forma apropriada de um caleidoscópio de temas e de abordagens balizadas sempre pelo critério de qualidade científica.

Dessa forma, em sua primeira parte estão publicados artigos completos e de diversas e interessantes abordagens: *Impactos sobre o desenvolvimento regional decorrentes do Assentamento Itamarati, Ponta Porã (MS): 2001 -2010*, de Maria de Fátima Lessa Bellé, Gilberto Luiz Alves e Celso Correia de Souza; *Nacionalismo, antifascismo e internacionalismo nas Brigadas Internacionais na Guerra Civil Espanhola (1936 -1939)* de Jorge C. Fernández; *Do Tejo ao Rio das Mortes: sobre fazer-se “homem bom” na longínqua Vila de São João Del Rei. Séculos XVIII e XIX* de Tarcisio Greggio e *Relações de trabalho e industrialização recente na periferia* de Vitor Wagner Neto de Oliveira.

Na segunda parte, a revista Albuquerque, com o Dossiê *Mídia e Política*, apresenta um painel significativo e oportuno, tendo como eixo a imprensa brasileira que ainda reflete os seus dilemas históricos na sua difícil convivência e articulação com outras esferas de poder, com as incertezas da crise de paradigmas do nosso século e mudanças sociais, econômicas e tecnológicas vertiginosas.

De fato, debruçar sobre o passado para buscar a compreensão e a explicação do nosso mundo, do nosso tempo e dos processos históricos que os produziram, é a especial e principal responsabilidade dos historiadores, iniciantes e veteranos aqui representados vivos e presentes.

O Caderno Especial dedicado a divulgar documentos interessantes para a história regional, nesta edição, acompanha a temática dos trabalhos do Dossiê *Mídia e Política*, reproduzindo um artigo do jornal *A Tribuna* de Corumbá, de 1943. O autor, Lobivar de Matos, falecido prematuramente aos trinta e três anos de idade, foi um expoente da poesia moderna da língua portuguesa, apenas reconhecido recentemente por pesquisadores da literatura regional. Naquela oportunidade, Lobivar de Matos homenageou a figura do cidadão Pedro de Medeiros, também poeta, líder popular e corumbaense proeminente.



Artigos

Impactos sobre o desenvolvimento regional decorrentes do Assentamento Itamarati, Ponta Porã (MS): 2001 - 2010

*Maria de Fátima Lessa Bellé**

*Gilberto Luiz Alves***

*Celso Correia de Souza****

O objeto de estudo deste artigo é o Assentamento Itamarati, localizado no município de Ponta Porã (MS). Os objetivos perseguidos procuram explicitar as condições de existência dos trabalhadores rurais e os impactos do projeto sobre o desenvolvimento regional. Os Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos Itamarati I e Itamarati II foram descritos, ressaltando os programas previstos e a participação dos movimentos sociais na sua construção. Os dados levantados revelam, em especial, que a insuficiência de recursos financeiros e a falta de experiência de trabalho coletivo vêm contribuindo para a reconcentração de terras.

Palavras-chave: Reforma Agrária. Desenvolvimento Regional. Assentamento Itamarati.

Introdução

O presente artigo tem por objeto o Projeto de Assentamento Itamarati, Ponta Porã (MS), e visa a explicitar as condições de existência dos trabalhadores e os impactos sobre o desenvolvimento regional no período de 2001 a 2010. Existem amplos debates sobre a distribuição de terras e o processo de reforma agrária no Brasil. Porém, a transformação da Fazenda

* Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense – UFF. Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional pela Universidade Anhanguera – UNIDERP. lessabelle@ibest.com.br.

** Mestre em Educação pela UFSCAR-SP. Doutor em Educação pela UNICAMP-SP. Pós-Doutorado em Filosofia e História da Educação pela UNICAMP-SP. gilbertoalves9@uol.com.br.

*** Mestre em Matemática Aplicada – UNICAMP Doutor em Engenharia Elétrica. UNICAMP. csouza939@gmail.com.

The object of this work is the Itamarati Settlement, located in Ponta Porã country, State of Mato Grosso do Sul. The goals pursued to explain the living conditions of workers and the project impacts on regional development. The development plans of Itamarati Settlement I and Itamarati II have been described highlighting the programs and participation of

social movements in building. The data collected show in particular that the lack of financial resources and lack of experience of collective work are contributing to the re-concentration of lands.

Keywords: Agrarian Reform. Regional Development. Itamarati Settlement.

Itamarati em assentamento rural suscitou muitas expectativas, pois a proposta era a de produzir toneladas de grãos nas mãos de “sem-terra”, sob a forma de trabalho coletivo.

Diferente da maior parte das terras destinadas à reforma agrária, a área desapropriada era considerada um modelo em produção agropecuária, produzia toneladas de soja, além de outros grãos.

A Fazenda Itamarati foi transformada em assentamento rural a partir de 2001. Segundo os elaboradores do Plano de Desenvolvimento do Assentamento, no desdobramento das ações, seria levada em consideração a participação dos assentados na sua construção, dando ênfase ao cooperativismo e prioridade ao atendimento das necessidades dos trabalhadores rurais.

Para compreensão e análise dos Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos Itamarati I e II, fez-se necessário um estudo da legislação, da política de reforma agrária e do processo de distribuição de terras e colonização de Mato Grosso do Sul.

Os dados qualitativos foram levantados por meio de entrevistas, compondo um conjunto de informações sobre os resultados da execução dos Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos I e II. O uso dessa técnica permitiu descrever as diferentes percepções da realidade: a institucional, pelos representantes dos órgãos de governo, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA – e Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural – AGRAER –, presentes no assentamento, e a dos assentados, pertencentes aos diferentes movimentos sociais participantes: o Movimento dos Trabalhadores Rurais – MST –, a Central Única dos trabalhadores – CUT –, a Federação dos Trabalhadores da Agricultura – FETAGRI – e a Associação dos Moradores e (ex) Funcionários da Fazenda Itamarati – AMFFI.

Os resultados obtidos foram comparados com os Indicadores do Desenvolvimento Humano – IDH – do município de Ponta Porã, divulgados com base nos dados do Censo 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE –, tomando como referência o uso e ocupação do território, o processo de produção, as expectativas quanto ao mercado e a melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas, com vistas à sustentabilidade do projeto de assentamento. Dessa forma, foi possível avaliar os impactos sobre o desenvolvimento regional decorrentes do Assentamento Itamarati, revelando os reflexos da política da reforma agrária.

1. O processo de colonização em Mato Grosso do Sul

A luta pela terra em Mato Grosso do Sul não difere do processo histórico ocorrido em todo o país, pois significa a resistência dos pequenos trabalhadores rurais a uma formação territorial centralizada nos interesses de concentração e exploração de grandes empresas e grandes latifúndios, apoiada pelo Estado.

Mato Grosso do Sul, em sua trajetória histórica, sempre teve seu espaço rural dominado pelo latifúndio. O território que compreende os Assentamentos Itamarati I e Itamarati II já pertenceu à Companhia Matte Larangeira¹ e parte da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND. A Companhia Matte Larangeira foi considerada o primeiro grande empreendimento privado implantado na região sul do antigo Mato Grosso e chegou a dominar uma área de, aproximadamente, dois milhões de hectares na exploração da erva-mate.

A companhia Matte Larangeira foi uma das maiores arrendatárias de terras do Brasil no período da 1ª República desenvolvendo a exploração da erva-mate. O ciclo da erva-mate teve início em Mato Grosso com o decreto n.º 8.799, do Governo Imperial, datado de nove de dezembro de 1882, o qual legaliza a concessão de exploração da erva-mate em terras devolutas na fronteira Brasil-Paraguai, província de Mato Grosso, a Thomaz Larangeira. Este se associa em 1892 ao Banco Rio e Mato Grosso, de propriedade da família Murtinho, polí-

¹ A grafia Larangeira com “g” advém do sobrenome de Thomaz Larangeira, fundador da Companhia Matte Larangeira.

ticos influentes junto ao Governo republicano da época. Desta união, originou-se a Companhia Matte-Larangeira e em 1902 esta Companhia transformou-se na Firma Larangeira Mendes & Cia.²

Depois de longo período da exploração da erva-mate, o processo de colonização deflagrado pelo governo federal provocaria, nessas áreas, uma mudança nas relações de produção. A campanha “Marcha para Oeste” foi desencadeada em 1938 por Getúlio Vargas e propunha a participação de todos os brasileiros na construção do Estado Novo. Regiões como Amazônia, Goiás e Mato Grosso seriam, com a campanha, integradas ao desenvolvimento econômico do país, ao mesmo tempo em que alcançariam as conquistas de regiões mais avançadas economicamente.

Para o governo Vargas, a empresa representava um perigoso vetor de desnacionalização da fronteira, além de um obstáculo que deveria ser removido a qualquer custo, pois barrava o prosseguimento da “Marcha” que garantiria a ocupação da região com brasileiros natos.³

No campo econômico, a colonização mostrava sua diretriz. Contudo, foi necessário mais do que essa política para que a sociedade aceitasse a ideia da Marcha para Oeste. Em 1943, com o Decreto n. 5.941, a CAND foi implantada no recém-criado Território Federal de Ponta Porã. Após a extinção do Território em 1946, a área reservada para a colônia foi reintegrada ao estado de Mato Grosso.

Esse projeto atraiu muitos imigrantes, favorecendo o aumento do contingente demográfico na região com a fixação de, aproximadamente, 35.000 habitantes, o que favoreceu a “criação de um mercado consumidor responsável pela expansão e concentração de atividades comerciais na cidade de Dourados que, de forma embrionária, assumia o papel de principal polo regional do extremo sul do estado”⁴.

Com a criação da Colônia Nacional, também, vieram companhias de colonização privada que acabaram adquirindo extensas áreas do governo ou de particulares.

²CENTENO, Carla Villamaina. *Educação e trabalho na fronteira de Mato Grosso: estudo histórico sobre o trabalhador ervateiro (1870-1930)*. Campo Grande: UFMS, 2008, p.11.

³TERRA, Ademir. O Assentamento Itamarati no contexto dos megaempreendimentos em território sul-mato-grossense. *Campo - Território: revista de geografia agrária*, v. 5, n. 9, fev. 2010, p. 175.

⁴*Idem*, p. 177.

Na década de 1970, Olacyr de Moraes, incentivado pelo governo, adquiriu uma extensa área na região sul do estado, contou com crédito fácil e juros subsidiados, participando do processo de mudança ocorrido nas relações econômicas e sociais de produção da agricultura nacional, dando origem à Fazenda Itamarati.

Contudo, no final dos anos 1970 e começo dos anos 1980, as tensões e conflitos aumentaram na área rural sul-mato-grossense, envolvendo grandes proprietários de terra e arrendatários, posseiros, trabalhadores assalariados, brasiguaios⁵, indígenas e trabalhadores sem-terra, que passaram a lutar pelo direito a terra. Período em que um número significativo de famílias estava à espera de seus lotes na região sul do Estado.

Como resultado, iniciou-se um processo de ocupação dos latifúndios e, como consequência, a formação de acampamentos rurais em Mato Grosso do Sul, reclamando pela efetivação da reforma agrária. Esse quadro corresponde à análise de Garcia⁶, para quem “as ocupações resultam do cansaço dos trabalhadores rurais de esperar pela reforma agrária”.

Essa situação exigiu do Governo um reordenamento das políticas públicas no atendimento à população sem-terra. A questão agrária⁷ expressa nos movimentos sociais em defesa da distribuição democrática de terras representa mais uma manifestação da questão social. Portanto,

[...] compreende relações de poder econômico e político-cultural entre sujeitos antagonônicos com interesses e perspectivas diferenciados em torno da propriedade da terra no capitalismo e seus diferentes usos e, sobretudo na particularidade brasileira, em seus diferentes momentos históricos⁸.

⁵ Brasiguaios são brasileiros estabelecidos em território da República do Paraguai, em áreas fronteiriças com o Brasil. A presença dos brasiguaios, apesar de trazer um surto de crescimento econômico à região, provocou sentimentos nacionalistas e xenófobos entre os paraguaios, ocasionando o retorno dessas famílias ao Brasil no início da década de 1980.

⁶ GARCIA, Severina. *Assentamentos rurais: expressão da questão agrária*. Módulo 2: Reprodução Social, Trabalho e Serviço Social. Brasília: CEAD, 1999, p. 185.

⁷ Questão Agrária refere-se à dinâmica perversa que decorre da estrutura agrária do país, altamente concentrada; dinâmica que produz pobreza, miséria e bloqueia as possibilidades de desenvolvimento dos miseráveis do campo do Brasil hoje. GARCIA, Severina. *Op. cit.*, p. 183.

⁸ GARCIA, Severina. *Op. cit.*, p. 183.

Ressalta-se que esse movimento de reivindicação de terras ao Estado, teve como suporte de legitimação a mediação exercida pela Comissão Pastoral da Terra – CPT – da Igreja Católica e por Igrejas Protestantes nos movimentos sociais rurais organizados.

2. Reforma Agrária e Movimentos Sociais

O Estatuto da Terra, Lei n. 4.504/1964, considerado o Código Agrário Brasileiro, estabeleceu em seus artigos os rumos da política de reforma agrária e da política fundiária. Mas pouco avançou ao manter a concentração de terras nas mãos da burguesia agrária.

As propostas de governo para o meio rural, publicadas no documento “*Agricultura familiar, Reforma Agrária e Desenvolvimento Local para um Novo Mundo Rural*” apresentadas no segundo governo de Fernando Henrique Cardoso – FHC –, delineiam o enfrentamento da crise econômica-política que o país vivia, motivada pela concentração de renda e riqueza oriunda do modelo agrícola existente. A perspectiva era romper com essa herança e retomar o crescimento.

O referido documento propõe uma nova etapa no desenvolvimento rural brasileiro, declarando dentre seus objetivos “promover o desenvolvimento socioeconômico sustentável, em âmbito local e regional, por meio da desconcentração da base produtiva e da dinamização da vida econômica, social, política e cultural dos espaços rurais”⁹. Seriam usados como vetores estratégicos o investimento em expansão e fortalecimento da agricultura familiar, a redistribuição de terras e dos benefícios da educação e o estímulo às múltiplas atividades geradoras de renda no campo, não necessariamente agrícolas. Como parte da proposta, foi criado o Programa Nacional de Reforma Agrária – PRONAF.

As regras de financiamento para os assentados foram alteradas, colocando-os em igualdade com os agricultores familiares, pois seria injustiça oferecer

⁹MDA. *Agricultura Familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural* – Política de Desenvolvimento Rural com base na expansão da agricultura familiar e sua inserção no mercado. 1999. Disponível em: <<http://www.dataterra.org.br>>. Acesso em: 13 fev. 2011.

melhores condições aos primeiros. Alentejano¹⁰ observa que tal política poderia ser compreendida como um exemplo de “socialização da injustiça”, coerente com o ajuste neoliberal.

É pertinente afirmar que fazer a reforma agrária não consiste apenas em distribuir os lotes de terras para as famílias, mas também em manter essas famílias em seus lotes, que necessitam de financiamentos com juros baixos para a compra de animais, adubos, sementes e maquinários. Ou seja, os assentados necessitam de infraestrutura para que possam se fixar a terra. Portanto, deve ter como objetivos redistribuir a terra, fixar o homem nela e favorecer o desenvolvimento da agricultura.

No governo de Luiz Inácio Lula da Silva, foram estabelecidas novas diretrizes para a reforma agrária, por meio do II Plano Nacional de Reforma Agrária, implantado em 2003. A reforma agrária executada pelo INCRA pretendia integrar-se a um projeto nacional de desenvolvimento massivo, de qualidade, gerador de trabalho e produtor de alimentos.

Nesse sentido, o que se buscava com a reforma agrária era a implantação de um novo modelo de assentamento, baseado na viabilidade econômica, na sustentabilidade ambiental e no desenvolvimento territorial. Para alcançar esses objetivos, a proposta indica que deveria ser levada em conta a adoção de instrumentos fundiários voltados para cada público e para cada região. Para tanto, faziam-se necessários a adequação institucional e normativa para intervenção rápida e eficiente dos instrumentos agrários, o forte envolvimento dos governos estaduais e municipais, a garantia do reassentamento dos ocupantes não índios de áreas indígenas, a promoção da igualdade de gênero na reforma agrária e o direito à educação, à cultura e à seguridade social nas áreas reformadas¹¹.

A legislação brasileira deliberou que as propriedades rurais destinadas à reforma agrária poderiam ser obtidas pela União através da expropriação ou da compra. A Lei n. 8.629/93 preconizou que “a propriedade rural que não cumprir

¹⁰ ALENTEJANO, Paulo Roberto R. A política de assentamentos rurais do Governo FHC e os desafios da reforma agrária no Brasil do século XXI. *Agrária*, n. 1, São Paulo: USP, 2004, p. 9. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/revista_agraria/revistas/1/alentejano.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2010.

¹¹ INCRA. *Programa Nacional de Reforma Agrária*. Disponível em: <http://www.incra.gov.br>> Acesso em: ago. 2009/ago. 2011.

a função social é passível de desapropriação”. Ao INCRA, foi delegada a atribuição de avaliar a produtividade da terra a partir de índices preestabelecidos.

Nesse contexto, fundamentado pela legislação, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST – passou a exercer grande pressão para a distribuição de terras, valendo-se da ocupação de propriedades consideradas improdutivas como marco de sua maior manifestação. Para Caldart, a categoria “Sem Terra” é um nome próprio que identifica hoje um sujeito social e um processo de formação humana. [...] “O fato é que há no Brasil, hoje, um novo sujeito social que participa ativamente da luta de classes, com identidade e seu nome próprio: Sem Terra”¹².

Destaca-se que o MST resultou de todo um processo de lutas sociais pela conquista da terra. Até o final da década de 1970, os movimentos sociais rurais desenvolviam-se de forma isolada em várias regiões do Brasil. Porém, em 1984, foi realizado em Cascavel (PR) o 1º Encontro Nacional dos Sem Terra, marco do surgimento do MST. A partir de então, os trabalhadores rurais dedicaram-se à tarefa de organizar um movimento nacional, objetivando agregar forças para a luta pela terra, para a luta pela reforma agrária, a fim de viabilizar um novo modelo agrícola e, ainda, para a luta por transformações na estrutura da sociedade brasileira e por um projeto de desenvolvimento nacional com justiça social.

Com apoio do MST, os trabalhadores rurais se organizaram para pressionar o governo, por meio de manifestações e ocupações, com o propósito de acelerar a reforma agrária e garantir o acesso à terra para milhares de trabalhadores rurais.

A demanda por terra, que nas últimas duas décadas deram novas formas aos movimentos sociais e cuja expressão maior é o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, expressa a recusa dessa população ao processo de exclusão – raiz do fenômeno assentamento. Mas a sua viabilidade passa pelo aparato burocrático do Estado e por políticas específicas¹³.

Nos anos de 1980, o MST reafirmou sua autonomia, definiu seus símbolos, bandeira e hino. O MST registrou em sua história muitas conquistas, que transformaram a vida de milhares de famílias. Entretanto, suas ações chocam-se com

¹² CALDART, Roseli Salete. O MST e a formação dos sem terra: movimento social como princípio educativo. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 15, n. 43, p. 207-24, set./dez. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br.php>>. Acesso em: 11 jan. 2011. p 3.

¹³ GARCIA, Severina. *Op. cit.*, p.184.

os interesses dos grandes proprietários rurais, provocando embates e confrontos na disputa pela terra.

Nas últimas décadas, intensificaram-se as manifestações de movimentos sociais pela aquisição de um pedaço de terra. São famílias inteiras que ficam em acampamentos ao longo das rodovias, organizados por entidades como a Fetagri, o MST e a CUT. Eles protestam contra a paralisação da reforma agrária pelo Estado, reclamam da falta de alimentos nos acampamentos e a deficiência das políticas públicas. Dados do INCRA revelam que a Fetagri é responsável pela maioria das ocupações de terras em Mato Grosso do Sul, por meio dos vários sindicatos rurais presentes nos municípios sul-mato-grossense¹⁴.

A aquisição da Fazenda Itamarati pela União tinha por objetivo “tentar reverter o quadro politicamente desfavorável em que o governo estava colocado, do ponto de vista da questão agrária, resultante das ofensivas dos movimentos sociais rurais [...]”¹⁵.

Na transformação da Fazenda Itamarati em assentamento rural, os grupos MST, CUT e Fetagri tiveram grande participação no processo de negociação e distribuição dos lotes, que culminou com a contemplação de seus filiados.

3. O Assentamento Itamarati

Na década de 1980, a fazenda Itamarati foi considerada um símbolo nacional de agricultura moderna e, por várias vezes, bateu recordes nacionais e internacionais na produção de soja, milho e algodão. Olacyr de Moraes ficou mundialmente conhecido como o “Rei da Soja”.

A modernização da agricultura pode ser definida como um processo genérico de crescente integração da agricultura no sistema capitalista industrial, no qual as unidades produtoras passam a empregar, de maneira intensiva, máquinas e insumos modernos, métodos e técnicas de preparo e cultivo do solo, tratamentos culturais e de processos de colheita mais sofisticados¹⁶

¹⁴ TERRA, Ademir. *Op. cit.*, 2009, p. 90.

¹⁵ TERRA, Ademir. *O Assentamento Itamarati no contexto dos megaempreendimentos em território sul-mato-grossense. Campo – Território: revista de geografia agrária*, v. 5, n. 9, p. 166-202, fev. 2010. p. 191.

¹⁶ TERRA, Ademir. *Reforma Agrária por conveniência e/ou por pressão? Assentamento Itamarati em Ponta Porã – MS: “o pivô da questão”*. Tese (Doutorado)– Programa de Pós-Graduação em

A Fazenda Itamarati foi comprada pela União e incorporada ao INCRA, para fins da reforma agrária, está localizada na Rodovia Estadual MS 164, distante a 45 km da sede do município de Ponta Porã, que pertence à microrregião de Dourados e à mesorregião do sudoeste de Mato Grosso do Sul.

A transformação da Fazenda Itamarati em assentamento transformou-se no principal projeto de assentamento desenvolvido no Brasil. Esse processo ocorreu em duas etapas. Em 2001, o Governo Federal adquiriu parte da Fazenda Itamarati em poder do Banco Itaú e repassou as terras para o INCRA. Em 2003, comprou o restante de Olacyr Moraes, com vistas à proposta de aceleração do desenvolvimento do Programa de Reforma Agrária do Brasil, somada à perspectiva de atender boa parcela de famílias de “sem-terra” acampadas na região sul-mato-grossense.

A distribuição das terras também foi feita em duas etapas. A primeira, com a designação de Assentamento Itamarati em 2003, atendeu 1.145 famílias, distribuídas em 25.508 hectares. Elas se originavam de quatro movimentos sociais rurais diferentes: a CUT, o MST, a FETAGRI e a AMFFI, cujos integrantes reivindicavam parte da fazenda como indenização trabalhista.

A segunda etapa do projeto, o Assentamento Itamarati II, teve início em 2006. Foram distribuídos 24.619 hectares e beneficiadas 1.692 famílias. Além dos quatro movimentos contemplados no Assentamento Itamarati I, o Itamarati II contou com a inclusão da Federação da Agricultura Familiar – FAF –, um grupo dissidente da CUT.

3.1. Plano de Desenvolvimento do Assentamento Itamarati

O Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA – definiu as ações a serem desenvolvidas pelos assentados, com base na avaliação das condições de solo, clima, vegetação, água, levando em consideração as expectativas dos assentados, suas histórias de vida, vontades e perspectivas.

Em razão de o INCRA-S16/MS ter distribuído as terras do Assentamento Itamarati em 2003 e do Itamarati II em 2006 e de ter elaborado o PDA Itama-

Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP – Presidente Prudente, SP, 2009, p. 179.

rati II durante o andamento do PDA Itamarati, alguns documentos analisados referem-se aos respectivos assentamentos como Itamarati I e Itamarati II, denominações que adotaremos neste artigo.

Na elaboração do PDA Itamarati I, o governo do Estado de Mato Grosso do Sul, representado pelo Instituto e Desenvolvimento Agrário, Assistência Técnica e Extensão Rural de MS – IDATERRA¹⁷ –, órgão formulador, contou com a parceria do INCRA-S16/MS e da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS –, representada pela Fundação Cândido Rondon, e representantes da CUT, MST, FETAGRI e AMFFI já assentados.

Na construção da metodologia, após discussão a respeito de um modelo de PDA que se adequasse ao Assentamento Itamarati, optou-se pelo “*Diagnóstico de Cadeias Produtivas*” e o “*Modelo participativo*”¹⁸.

As reuniões com os técnicos do IDATERRA, responsáveis pela produção do PDA Itamarati I, e lideranças dos movimentos sociais, visavam à elaboração dos projetos de produção e gestão, seguindo um cronograma de atividades com início em outubro de 2002 e conclusão em junho de 2003. Como estratégia de ação foram realizadas 6 rodadas de reuniões, com 18 grupos formados por representantes dos movimentos sociais rurais.

De início houve a preocupação com o esclarecimento aos parceiros¹⁹ sobre os conceitos do PDA e do plano de trabalho, bem como o levantamento das suas expectativas quanto à carteira agrícola comercial, a fim de se realizarem as análises técnicas (edafoclimáticas), de viabilidade econômica e de sustentabilidade por meio de diagnóstico de cadeias produtivas.

Na sequência de reuniões, os técnicos do IDATERRA, juntamente com os assentados, definiram os modelos de cultivo, áreas cultivadas correspondentes a

¹⁷ O IDATERRA foi extinto e, no Governo de André Puccineli, o órgão responsável pela execução dos projetos de extensão rural desde então passou a ser a Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural – AGRAER –, pertencente à Secretaria de Estado de Produção e Desenvolvimento Sustentável – MS.

¹⁸ Mato Grosso do Sul. Instituto de Desenvolvimento Agrário, Assistência Técnica e Extensão de Mato Grosso do Sul – IDATERRA. *Plano de Desenvolvimento Assentamento Fazenda Itamarati*, Campo Grande, MS, jun. 2003, p.1.

¹⁹ Parceiros: No PDA Itamarati I essa denominação foi dada ao grupo de assentados participante da elaboração do plano, o mesmo que **parceiros**. A expressão “parceiro” também aparece no PDA Itamarati II.

cada cultura e distribuição espacial. Para tanto, foi realizada a análise dos potenciais de cultivo das diversas atividades propostas na primeira rodada de reuniões, quando se levantou a carteira de intenções de plantio econômico para o Assentamento Itamarati I, levando-se em conta os fatores edafoclimáticos da região, o investimento necessário para implantação e custeio, a capacidade de atendimento da assistência técnica, a rentabilidade para cada cultura ou atividade, o grau de tecnologia a ser utilizado, a potencialidade de verticalização e o mercado.

Terra observa que a Fazenda Itamarati, ao se transformar em assentamento, colocou a Reforma Agrária implantada no Brasil em outro patamar:

Destarte, a transformação da Fazenda Itamarati em assentamento foi oportuna no sentido de rebater com fortes argumentos e ações as críticas dirigidas à atuação do governo voltada às reformas sociais, uma vez que estaria disponibilizando aos assentados, nesta porção do território sul-mato-grossense, o acesso a um lote numa área bem localizada do ponto de vista logístico, como também bem servida de recursos naturais (solo, água, clima, etc.) e portadora de uma poderosa infra-estrutura, responsável pela elevada produtividade da antiga fazenda. Se essa infra-estrutura encontrava-se defasada para o padrão do agronegócio para a agricultura familiar não estava em pauta²⁰.

Nesse processo de discussões, foram definidas a carteira agrícola de subsistência e a carteira agrícola comercial de cada grupo de assentados, ou seja, foi definida a infraestrutura necessária para o desenvolvimento da produção.

Na etapa seguinte, houve a preocupação em “desenvolver a consciência” da cooperação entre os assentados e estabelecer uma estrutura organizativa capaz de mobilizar e representar o trabalho conjunto de parceiros, no exercício de gestão efetiva do processo de desenvolvimento sustentável do Assentamento Itamarati. Assim se viabilizaria a autogestão do Projeto de Assentamento Itamarati pelo processo de cooperação democrática. Na última rodada, foram apresentados os projetos de Produção e Gestão do Assentamento Itamarati, para análise final e aprovação por parte dos assentados.

A “análise de cadeias produtivas” foi escolhida como método do PDA Itamarati I, pois se preocupa em descrever os elementos que formam o objeto de estudo, além de fazer a inter-relação entre todos, físicos e biológicos, principalmente o homem.

²⁰ TERRA, Ademir. *Op. cit.*, 2010, p. 193.

Observa-se entre as metodologias do PDA Itamarati I que a escolha da associação apontava para a complementaridade das ações na construção do plano. Geralmente, a análise de cadeias produtivas é elaborada por equipe técnica das instituições que prestam assistência. Mas, o “modelo participativo” permitiu o acesso às informações sobre o modo de vida dos assentados. Com isso, obteve-se a redução do tempo, do custo e dos riscos inerentes às atividades do planejamento.

Na distribuição de lotes do Assentamento Itamarati I, a CUT, representada por 280 famílias, recebeu uma área total de 6.287 ha. O MST foi representado por 320 famílias. A Fetagri, com 395 famílias, recebeu uma área de 7.727 ha e a AMFFI, representada por 150 famílias, recebeu 4.487 ha²¹.

Na organização para o trabalho, esses grupos se subdividiram em subgrupos de produção para o desenvolvimento do PDA I, caracterizado pelo sistema de produção individual e coletiva. Mas, nos documentos analisados, observamos que alguns subgrupos receberam apenas o lote individual. É o caso dos subgrupos da Fetagri, cujos lotes individuais destinavam-se à exploração da pecuária.

Na distribuição dos lotes individuais do Assentamento Itamarati I foram formadas as **agrovilas**. Os elaboradores do PDA defendiam que tal estratégia traria vantagens para as famílias assentadas, oportunizando a socialização e facilitando o acesso à infraestrutura necessária para atender suas demandas. Entretanto, essa formação trouxe maiores vantagens ao Estado, pois, com as agrovilas, potencializaram-se os recursos na efetivação das políticas sociais, atendendo um número maior de famílias com um custo menor.

Com relação ao sistema de produção, nos assentamentos da região é utilizado o cultivo de sequeiro. Porém, o Assentamento Itamarati I difere dos demais pela presença dos pivôs de irrigação.

O cultivo na área de sequeiro é o sistema denominado convencional, ou seja, aquele caracterizado por práticas tradicionais de preparo do solo e posterior plantio, utilizando trator e, até mesmo, tração animal. Sobre essa técnica, os assentados possuíam maior domínio. No sistema irrigado, com a presença do “pivô central”, os assentados adotaram o plantio direto, caracterizado pela grande utilização de insumos químicos, especialmente agrotóxicos. Os insumos utilizados bem como os tratos culturais eram previamente definidos entre os assentados e técnicos, mas poucos assentados tinham o domínio da técnica, além da dificuldade demonstrada para exercer o trabalho coletivo.

²¹ MS – IDATERRA – PDA I. *Op. cit.*, 2003, p. 14.

Na análise do PDA I, observou-se que os produtores se depararam com problemas limitantes para o desenvolvimento da comercialização da produção em escala, realizada com base na irrigação por pivô. Podem ser destacadas: (1) “As dificuldades para comercializar seu excedente de produção a preços compensatórios, uma vez que tanto a produção quanto a comercialização estavam desorganizadas.” (2) “As intempéries climáticas (veranicos, geadas e excessos de chuvas), que provocavam a perda de colheitas, de investimentos e a incapacidade de pagamento dos créditos de custeio.” (3) “O baixo nível tecnológico por carência de recursos e conhecimento”.²²

No PDA I aponta uma lista de questões que interferiam na produtividade e contribuíam para atrasar o processo de execução, destacamos: (1) A tradição cultural de trabalho: os assentados não estavam acostumados a cuidar de suas terras, eram executores de ordens e subsistiam no dia a dia através de salários ou diárias. Estavam, portanto, despreparados para a administração dos lotes individuais. (2) Ausência de capital inicial: as atividades exercidas pelos assentados antes da elaboração do PDA não permitiam a acumulação de capital. (3) Falta de experiência nas relações de trabalho, ou seja, incapacidade de saber atribuir valor justo ao serviço ou à mercadoria, ficando, muitas vezes, à mercê da exploração financeira. (4) Falta de conhecimento para gerenciar investimentos decorrentes de contratos com bancos ou mercados. A maior parte dos assentados não tinha visão administrativa de previsão orçamentária. (5) Escassa educação básica, pouca prática de leitura e aritmética, daí a dificuldade de entendimento de palestras ou cursos. (6) Necessidade de uso de novas tecnologias: o estudo revelou que a maioria dos assentados estava fora do sistema produtivo há vários anos, o que dificultava a adoção de novas tecnologias²³.

Dentre os objetivos específicos do PDA I, podem ser destacados: organizar as famílias assentadas quanto à moradia, produção e comercialização; organizar projetos nas áreas da saúde, educação e trabalho, visando à melhoria da condição de vida do assentado e de sua família; implantar a infraestrutura física necessária ao desenvolvimento das atividades agropecuárias e elaborar, em conjunto com os assentados, o sistema de gestão para o Assentamento Itamarati.

²² MS – IDATERRA – PDA I. *Op. cit.*, 2003, p. 17.

²³ MS – IDATERRA – PDA I. *Op. cit.*, 2003, p. 19.

O plano também prevê a Assistência Técnica, efetuada em reuniões com os assentados, em grupos coletivos de interesse comum e/ou individualmente nos lotes, quando seriam repassadas as orientações técnicas aos agricultores. Levou-se em consideração na formação dos grupos a possibilidade de reunir assentados com interesses comuns, com proximidade das residências (vizinhança) e com algum tipo de vínculo entre as famílias.

O PDA Itamarati I, além de todo investimento voltado para a agricultura comercial, também reconhece a importância da agricultura de subsistência para a família. Pois, a agricultura de subsistência pode conviver com outras formas de produção. Muitos assentados podem praticar essa forma de plantio para o seu sustento pessoal e familiar e, ao mesmo tempo, exercer outras atividades produtivas para a comercialização. Portanto, foi elaborado um Plano de Desenvolvimento Local ou Regional de Agricultura que contemplasse as duas formas de atividades agrícolas, com vistas à garantia de atendimento às necessidades básicas de subsistência dessas famílias e de produção de excedentes para comercialização.

No PDA Itamarati I, também foi prevista a criação de animais destinados à subsistência, dentro de uma proposta agroecológica, mas sem a necessidade de se praticar uma pecuária totalmente orgânica. Foram observados os padrões institucionais ou legais impostos pelas certificadoras nacionais ou internacionais quanto aos cuidados com o rebanho. Os assentados optaram pelo gado leiteiro quando, além da subsistência, foi previsto o comércio do leite e seus derivados. Sobre essa atividade, observou-se que a estrutura de mercado de produtos lácteos no Brasil é bastante complexa e exige modificações rápidas para se adequarem ao mercado globalizado.

Para as áreas coletivas, foi avaliada a possibilidade de plantio de grãos como soja, milho, arroz e feijão, pois dispõem de créditos para o plantio. Nos casos de plantio comercial, houve maior investimento na soja e no milho. Os grupos propuseram destinar parte dessa produção para a subsistência.

Além da definição e forma de desenvolvimento das atividades agropecuárias, foi discutido o modelo de gestão, tanto para a produção individual quanto para a área coletiva, de forma a garantir a distribuição proporcional dos produtos em função do número de membros de cada família e o quantitativo de força de trabalho para as práticas de cultivo e criação.

Como proposto no PDA I, foi discutida com os assentados a possibilidade de desenvolvimento da atividade agroindustrial. Com isso, realizou-se um levantamento dos produtos agrícolas pretendidos e dos cursos e recursos demandados, visando à comercialização daqueles.

As atividades da agroindústria foram divididas em 3 grupos específicos. Os assentados que trabalham com produtos denominados “in natura” e que os oferecem ao mercado consumidor, após utilizarem os serviços de limpeza, classificação e acondicionamento em embalagens, foram incluídos no grupo um. Essa categoria se enquadra nos grupos denominados “para-rurais”, que têm nos produtos hortigranjeiros sua principal fonte de renda. No segundo grupo, foram incluídas as atividades agroindustriais voltadas para as alterações dos aspectos físicos dos produtos através do beneficiamento ou processamento. Nesse grupo encontramos os legumes ou hortaliças semiprontos para o consumo, devidamente embalados e preparados para consumo imediato. O terceiro grupo comporta alterações mais profundas nos produtos. Esse tipo de agroindústria promove alterações nas características físicas, químicas ou biológicas pela transformação dos produtos primários. É o caso da produção de queijos, doces, açúcar mascavo, picles, cachaça e frutas desidratadas²⁴.

3.2. Plano de Desenvolvimento do Assentamento Itamarati II

O PDA Itamarati II foi elaborado pela Fundação Cândido Rondon e seguiu os mesmos pressupostos e objetivos do PDA Itamarati I. Procurou legitimar-se como proposta fundamentada em ações integradas e conscientes de forma a “propiciar aos arrendatários, meeiros e trabalhadores rurais sem-terra, a possibilidade de se tornarem legítimos proprietários, produzindo em terras férteis, com um sistema de produção organizado”, com vistas ao atendimento da demanda do mercado. O texto afirma que o PDA II enquadrou-se no modelo do “Programa de Reforma Agrária – TERRAVIDA”, proposto pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA²⁵.

²⁴ MS – IDATERRA – PDA I. *Op. cit.*, 2003, p. 222-223.

²⁵ Mato Grosso do Sul. Fundação Cândido Rondon – FCR. *Plano de Desenvolvimento Fazenda*

Esse programa previu como alternativa a construção e implantação do modelo de ocupação de terra denominado “Sistema Sócio-proprietário”, uma alternativa aos modelos tradicionais de reforma agrária utilizados nas décadas de 1980 e 1990.

Destinado ao atendimento de 1.692 famílias assentadas, na segunda etapa do projeto de Assentamento Itamarati, o PDA II foi construído sob a ótica de uma produção socialmente integrada, na qual essas famílias seriam preparadas para desenvolver suas habilidades e competências de modo organizado e economicamente viável²⁶.

As famílias assentadas no Itamarati II, de acordo com o programa adotado, receberam duas frações de lote, uma individual e outra coletiva. A primeira, denominada Sítio Familiar, seria uma área reduzida, onde as famílias desenvolveriam atividades de acordo com sua vocação: pomar, horta, pequena criação de animais, podendo financiar uma ou mais atividades pelo Programa de Crédito Financeiro e Desenvolvimento Rural do Governo Federal – PRONAF.

A outra fração foi denominada Área Societária, onde seriam desenvolvidas as atividades coletivas, objetivando gerar renda para a distribuição entre as famílias, e, ainda, oferecer suporte para a produção nos sítios familiares. A adoção do modelo TERRAVIDA no Assentamento Itamarati II implantou um novo modelo de ocupação de terra: o Sistema Sócio-proprietário de Assentamento. Seguindo essa metodologia, o Governo do Estado baseou suas ações no Sistema Agrovida, daí ter previsto a distribuição espacial da propriedade da seguinte forma: 65% de área societária, 15% destinada à produção de alimentos para consumo e 20% de reserva ambiental.²⁷

Seguindo as diretrizes do Sistema Agrovida, foi distribuída a proporção de 12 ha por família, sendo 2,4 ha destinados à reserva legal, onde poderiam ser desenvolvidas atividades de exploração de animais silvestres; 3,0 ha para o sítio familiar, onde as famílias desenvolvem atividades de sua vocação, e 6,6 ha para o exercício de atividades coletivas, com o objetivo de obter renda e emprego de sistema associativo que facilite a construção do sistema societário, permitindo a organização do trabalho e a distribuição de tarefas entre as famílias²⁸.

Itamarati II, Campo Grande, MS, abr. 2006, p.24.

²⁶ MS – FCR – PDA II, *Op. Cit.* 2006, p.24.

²⁷ *Idem* p. 26

²⁸ *Idem* p. 26

Segundo a ótica dos elaboradores do PDA, o programa Agrovida implica “uma visão de desenvolvimento rural sustentável”. Sendo descentralizado, as famílias tornam-se agentes de transformação e mudança da sociedade, transformando seus membros, antes excluídos, em cidadãos ativos.

[...] ou seja, a sua base estrutural está concentrada na organização de novas comunidades, onde o ser humano representa o topo da pirâmide, a base, o convívio com a natureza e o meio, uma nova proposta produtiva, agroindustrial e comercial que permita o desenvolvimento de um modelo diferenciado de socialização da produção, e que pode ser compreendido como um sistema de capitalismo – cooperativo²⁹.

Convém ressaltar que nos dois Planos de Desenvolvimento o modo de vida das famílias e o aspecto ambiental foram analisados. Verificou-se a preocupação de estabelecer corretas diretrizes de exploração sobre as culturas, respeitando o cuidado com a gestão ambiental, bem como a atenção aos pontos emblemáticos da área social como educação, saúde, cultura e lazer.

Porém, em consonância com os estudos analisados, é preciso observar que os programas de reforma agrária no país podem não apresentar os resultados esperados, porque na sua execução sofrem interferências do mercado, dos mecanismos de incentivos e da estrutura institucional. Além do mais, a metodologia adotada incentivava os assentados a se organizarem em cooperativa ou associação, forma de gestão que levaria à obtenção de maior êxito ao longo de seu processo de desenvolvimento, superando experiências anteriores dos grupos em formação. Mas isso exigia adaptação.

Em função dos pivôs de irrigação, a produção coletiva gerava uma série de expectativas quanto à produção em escala. Proposta desafiadora, diante do tamanho da área ocupada e da pretensão de produzir muitas toneladas de grãos, o que demandava esforço coletivo dos assentados e respaldo do governo para sua realização. E, como se sabe, o acesso aos programas sociais no Brasil ainda é bastante complexo e as famílias assentadas não dão conta de produzir sem apoio e fomento do governo.

Portanto, para avaliar os impactos ocorridos na região, faz-se necessário estabelecer uma relação entre os objetivos e as metas propostas nos planos, PDA Itamarati I e PDA Itamarati II, e sua consecução ao longo da implementação dos

²⁹ MS – FCR – PDA II, *Op. Cit.* 2006, p.5.

programas e projetos que vêm sendo desenvolvidos, com o suporte de organizações governamentais e não governamentais.

4. Os impactos decorrentes do Assentamento Itamarati

O levantamento das fontes de pesquisa teve início logo nos primeiros meses do ano de 2010. Em visitas ao INCRA-S16/MS, teve-se acesso aos PDA Itamarati e Itamarati II, foram entrevistados técnicos do órgão e se obteve autorização para o trabalho *in loco*. Após a análise dos referidos planos, foi possível identificar quais programas e projetos previstos vêm sendo executados. As visitas ao Assentamento Itamarati, no período compreendido entre os meses de outubro de 2010 e maio de 2011, permitiram observar as condições que o cercam e os seus impactos na região.

No Assentamento, foi possível visitar os órgãos administrativos do INCRA e da Agraer, a Associação Cidadania São José – ACSJ³⁰ – e, ainda, as escolas, a vila urbana e alguns lotes do assentamento. Nessa ocasião, além das observações e das entrevistas realizadas com técnicos do INCRA e da Agraer, também foram entrevistados professores, comerciantes, coordenadora da ACSJ, técnicos da Agraer e lideranças do assentamento, escolhidos aleatoriamente.

Os órgãos governamentais instalados no local são representados por um escritório do INCRA e da Agraer. Ao INCRA compete, dentre suas funções, auxiliar os grupos sociais nas ações de demarcação e regularização dos lotes, emissão de documentos e certificados. Ainda, viabiliza recursos para infraestrutura do assentamento, por meio do Crédito Instalação (apoio, fomento, materiais de construção e reestruturação habitacional), bem como presta orientação para acesso aos programas financiados pelo governo federal.

A Agraer, como agência de extensão rural, orienta os assentados no processo de melhoria das condições de vida e no processo de produção, fomentando projetos sociais ou de geração de renda, em parceria com outras instituições, incentivando a agricultura familiar. Porém, segundo seus técnicos, os projetos

³⁰ ACSJ entidade vinculada à Igreja Católica, presente no Assentamento Itamarati desde 2006.

são desenvolvidos atendendo às “demandas do mercado”, gerando conflito com a aptidão do pequeno agricultor.

Em geral, a agricultura familiar desenvolve sistemas complexos de produção, combinando várias culturas, criações de animais e transformações primárias, tanto para o consumo da família como para o mercado. Portanto, não corresponde ao sistema de produção coletiva proposto para os Assentamentos Itamarati I e II.

Foi possível perceber, através do trabalho de campo, uma tentativa de se alargar a abrangência dos programas de agricultura familiar no Assentamento Itamarati, ao mesmo tempo em que, nas áreas coletivas, efetua-se investimento em projetos que viabilizem o agronegócio por meio de cooperativas.

Cabe aqui uma referência ao acesso a recursos pelo Pronaf. Esse programa financia projetos individuais ou coletivos, objetivando gerar renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. Para o agricultor acessar o Pronaf, deve ter clareza da necessidade do crédito, seja ele para custeio da safra ou atividade agroindustrial, seja para o investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura de produção e serviços agropecuários. Ele precisa ter, também, toda a documentação pessoal e a do lote em dia para acesso à Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP.³¹

Portanto, muitas ações propostas no PDA I e PDA II não seriam desenvolvidas se não fossem dadas aos assentados as condições para que se materializassem. Essa dependência se agrava na produção em áreas coletivas, pois o investimento é feito pelo grupo, no sistema coletivo ou sócio-proprietário.

Nas entrevistas realizadas, verificou-se que os assentados sem experiência anterior no trabalho com a terra têm mais dificuldade de ajustar-se ao modelo coletivo do que ao trabalho em sítio individual. Parte deles se esforça até para manter a produção de subsistência.

Foi possível verificar que o modelo de trabalho coletivo ou sócio-proprietário, desenvolvido em conformidade com seus respectivos planos, passa por uma crise que compromete o desenvolvimento do Assentamento Itamarati. A maior

³¹ Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. *Programa Nacional de Agricultura Familiar*. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/saf/>>. Acesso em: 26 ago. 2010.

parte dos grupos trabalha no sistema de parcerias. Os demais “arrendaram” seus lotes para pagar dívidas geradas pelo alto custo de manutenção dos equipamentos ou pelas quebras de safras anteriores ou, ainda, pela incapacidade dos assentados de realizarem o plantio sem os recursos necessários. No Assentamento Itamarati I, apenas dois grupos se destacam com atividade pecuária leiteira e, no Assentamento Itamarati II, dos vinte e sete grupos que trabalhariam em áreas de irrigação por pivô central, somente uma é gerida pelos assentados.

Sobre a questão do arrendamento, mesmo se tratando de uma prática ilegal, tal ocorrência foi confirmada em depoimentos informais durante a visitação. Os assentados se referiam aos arrendatários como “parceiros” e argumentavam que essa foi a alternativa encontrada para que o assentamento continuasse produzindo. Nos estudos de Terra, essa questão também foi observada.

O arrendamento de áreas em assentamentos é prática ilegal, que foge dos propósitos da reforma agrária, pois o que se espera com a criação de um assentamento de trabalhadores rurais é que o acesso à terra lhes dê condições de se reproduzir socialmente, obtendo o sustento a partir da exploração direta do lote recebido, através do trabalho familiar, e não que vivam da renda da terra. No caso do Assentamento Itamarati, os pivôs são importantes vetores a impulsionar esse tipo de prática, inclusive com a anuência do próprio INCRA que orienta os assentados a não declararem que arrendaram suas terras e sim, que estabelecem parcerias com produtores de soja e milho da região, não incorrendo assim em nenhum ato ilegal³².

Questionados sobre tal irregularidade, os técnicos da Agraer responderam que “esse tipo de ação” é feito entre os próprios assentados e empresas ou pessoa física, mas que não têm conhecimento direto de tais transações. Relatam, ainda, que, em associação com os assentados, alguns parceiros (arrendatários) assumem sua parte no acordo entrando com maquinários. Bem como, que outras parcerias são estabelecidas para quitação de dívidas de safras anteriores, superando a inadimplência dos assentados com as empresas. Poucos são os grupos com a perspectiva de voltar a produzir coletivamente, sem ajuda de terceiros.

Ratificando Terra³³, “não estamos aqui, de forma alguma, defendendo ou fazendo apologia ao arrendamento”. Porém, são necessárias políticas públicas mais

³² VTERRA, Ademir. *Op. cit.*, 2010, p. 111.

³³ VTERRA, Ademir. *Op. cit.*, 2009, p. 296.

eficazes direcionadas à solução desse problema, para evitar a prática “espúria” do arrendamento de terras destinadas à reforma agrária. A terra arrendada deixa de cumprir sua função social e motiva estritamente a produção para o mercado.

Essa “alternativa” encontrada pelos assentados e “ignorada” pelos gestores, reforça a ideia de que a implantação de assentamentos baseados em um modelo de convivência forçada torna-se inviável. Nos depoimentos dos próprios assentados, as dificuldades de relacionamento se sobressaíram. Caso houvesse maior união e solidariedade entre os membros dos grupos, muitas das dificuldades encontradas poderiam ter sido resolvidas.

Com relação ao número de habitantes dos Assentamentos Itamarati I e II, dados do censo realizados pelo IBGE, divulgados no sítio do Jornal Folha do Campo, em 12.1.2011³⁴, evidenciam que a população diminuiu. A população do Assentamento Itamarati em 2006 foi estimada em 15.370 habitantes, e o último censo revelou uma população de 13.730 pessoas. Cerca de 11.900 habitantes vivem em seus lotes e outros 1.830 nas casas dos núcleos urbanos. A soma da população dos Assentamentos Itamarati I e Itamarati II representa 17,85% da população de Ponta Porã, é maior que a população de 34 dos 78 municípios do Estado de Mato Grosso do Sul. O resultado, portanto, é positivo quanto ao desenvolvimento das zonas rurais no Estado.

O jornal eletrônico Folha do Campo (12.01.2011), usando dados do IBGE sobre a produção agropecuária do Assentamento Itamarati, informa que, dos 39,5 mil hectares de terra para a agricultura, 48,71% servem à plantação de soja. Na safra de 2009/2010, foi colhido 1 milhão de sacas desse grão. Foram produzidos, ainda, milho, arroz, café, tomate, gergelim, uva e abacaxi. O relatório do IBGE, censo 2010,³⁵ também informou que a pecuária contribuiu com 16.800 cabeças de gado, produção de 20 mil litros de leite/dia e 500 cabeças de ovelha.

Porém, na mesma edição do periódico é revelado que parte dessa produção saiu das mãos dos novos donos dos lotes. Chama a atenção o perfil desse novo “sem-terra”, o segundo dono do lote, que supostamente pagou por ele e, na maio-

³⁴ VFOLHA do CAMPO. *Assentamento Itamarati é retrato do abandono. Jornal eletrônico*, 12 jan. 2011. Disponível em: <<http://www.mercosulnews.com>>. Acesso em: 6 jun. 2011.

³⁵ IBGE. *Censo demográfico 2010*. [Municípios Mato Grosso do Sul, 2010]. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 6 maio 2011.

ria das vezes, desloca-se para o assentamento a fim de investir em uma atividade rentável, não tendo como objetivo primeiro a produção para a subsistência.

Em entrevista com técnicos do INCRA, tomamos conhecimento de que haveria uma vistoria em todos os assentamentos do Estado de Mato Grosso do Sul. Pois, em 69 assentamentos, havia denúncia de lotes abandonados e de vendas para um novo “dono”. Constata-se a ocorrência de uma iniciativa ilegal, pois as terras dos Assentamentos Itamarati I e Itamarati II e de muitos outros assentamentos ainda são de propriedade do INCRA. As famílias assentadas só receberiam o título da propriedade depois de 10 anos, em conformidade com a legislação.

O jornal Folha do Campo de 3 de maio de 2011, em seu sítio eletrônico, publicou matéria sobre o recenseamento feito no Assentamento Itamarati, decorrente de vistoria realizada pelo INCRA. Das 2.859 famílias assentadas, 1.692 estão em situação irregular. Dessas, 411 não residem nos lotes, 191 invadiram, compraram ou estão ocupando o lote de forma irregular. Há casos de lotes em nome de terceiros, 1.090 assentados arrendando seus lotes e cerca de 30 arrendatários plantando no Itamarati

Entre as irregularidades, existem casos de assentados que adquiriram os lotes dos vizinhos e fizeram pequenas fazendinhas de 200 ou 300 hectares. Alguns arrendatários compraram irregularmente as parcelas das áreas conhecidas como “societárias” do Assentamento Itamarati II, constituindo uma propriedade maior. Na matéria, o representante local do INCRA-S16/MS informou que pretende fazer a retomada desses lotes para assentar famílias acampadas ao longo das rodovias do Estado, devidamente cadastradas no projeto de reforma agrária.

A questão do arrendamento veio reforçar os problemas enfrentados pelo modelo de produção coletiva, demonstrando uma incapacidade dos assentados para a formação de associações ou cooperativas. A essa dificuldade, somaram-se outras como os desajustes no relacionamento entre os membros do grupo, a deficiência de assistência técnica, a falta de capacitação para o trabalho mecanizado, as estradas em péssimas condições e a falta de recursos para manutenção dos pivôs, o precário abastecimento de água e o alto custo da energia elétrica. Todas essas condições contribuíram favoravelmente à instauração do arrendamento.

Quando foi elaborado o perfil dos assentados no Itamarati II, fez parte do inventário o conhecimento das atividades desenvolvidas pelos assentados e sua relação com a atividade agrícola. O resultado indicou que apenas 1% desenvolvera

atividade na agricultora, 13% eram trabalhadores rurais e, sobre a capacidade de trabalho em grupo, apenas 11% informaram ter participado de cooperativas ou associações. Esses dados demonstraram a urgente necessidade de investimento na capacitação dos assentados³⁶.

O trabalho de campo também revelou que, com apoio da extensão rural por meio da Agraer e da ACSJ, há 72 famílias associadas ao Núcleo de Agroecologia, produzindo de acordo com o sistema agroecológico, comercializando seus produtos com selo da Associação dos Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul – APOMS. Esse núcleo vem desenvolvendo métodos de controle de pragas e adubação do solo sem uso de produtos químicos.

De início, foram cadastradas 150 famílias, mas a redução desse número em quase 50% demonstra a dificuldade de os produtores enquadrarem-se na produção orgânica. Muitos não conseguiram o acréscimo de valor sobre seu produto. Algumas experiências foram transformadas em artigos, publicados nos “Cadernos de Agroecologia, V5 N.1, 2010”. O Núcleo de Agroecologia conseguiu demonstrar, no Assentamento Itamarati, que a organização e a união em torno de grandes objetivos comuns podem “superar as diferenças filosóficas” existentes entre os vários movimentos sociais presentes.

As experiências trazidas no corpo deste trabalho indicam que todos os segmentos envolvidos com assentamentos precisam se mobilizar para o investimento em ações de educação e capacitação dos assentados, permitindo, dessa forma, que os objetivos da reforma agrária sejam alcançados. Pelo montante de famílias assentadas e recursos públicos investidos, percebe-se que os projetos de produção coletiva fracassaram em razão da inexperiência dos produtores, da falta de financiamentos específicos para essa finalidade, da falta de capacitação profissional para a agricultura mecanizada e, até mesmo, da falta de energia elétrica, importante para a utilização dos pivôs.

Contudo, para aquela parcela de famílias que permaneceram em seus lotes, desenvolvendo atividades produtivas, pode-se considerar que, longe de ser um modelo, os Assentamentos Itamarati I e II vêm assegurando melhores condições de vida em comparação às vigentes nos acampamentos.

³⁶ Mato Grosso do Sul. Fundação Cândido Rondon – FCR. *Plano de Desenvolvimento Fazenda Itamarati II*, Campo Grande, MS, abr. 2006. 315p.

Considerações finais

É preciso pensar reforma agrária como uma política voltada não apenas para a distribuição de terras, incapaz, por si só, de atender às expectativas e necessidades do pequeno trabalhador rural. É fundamental transformá-la em instrumento de desenvolvimento econômico, estabelecendo, ao mesmo tempo, sua interface com as demais políticas sociais, visando ao desenvolvimento humano e social.

Essa consideração não deveria ser estranha à formulação de políticas sociais, pois é preciso pensar novas alternativas que incluam o bem-estar do homem, o aprimoramento da relação que ele estabelece com o lugar onde vive e das práticas que se criam nessa relação. É necessário pensar a inclusão social das famílias assentadas, desde a condição de acampadas, garantindo-lhes direitos sociais.

Um dos objetivos dos movimentos sociais rurais é reocupar e reorganizar a exploração da terra, com o intuito de elevar o assentado ao exercício dos direitos de cidadania. Tais movimentos lutam pela terra como expressão do trabalho e da vida, em contraposição ao movimento de expropriação determinado pelo capital. A contradição, porém, é a de que, quando alcançam essa conquista, os assentados inserem-se na produção na condição de detentores de capital.

Os Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos asseguram que a reforma agrária passou a priorizar o desenvolvimento social, demonstrando maior preocupação com o homem e suas relações com o meio ambiente. Porém, a análise dos planos do Assentamento Itamarati evidencia descontinuidade e asfixia de certas atividades produtivas e a procura de alternativas e soluções que terminam por negar os princípios e objetivos que os nortearam.

Na distribuição de lotes, com poucas exceções, as famílias assentadas receberam duas frações de terras, uma individual e outra coletiva. Os projetos elaborados previam produção para a subsistência nos lotes individuais e produção em escala nos lotes coletivos, incentivadas pelo programa de agricultura familiar. Para o desenvolvimento das ações, o governo financiou a produção com recursos do Pronaf, mas grande parte dos assentados não conseguiu acessá-los.

Em face das dificuldades para desenvolver a produção coletiva, sobretudo, a alternativa encontrada pelas famílias dos Assentamentos Itamarati I e II foi o arrendamento e a venda irregular de lotes àqueles que detinham meios e condições de produzir. Foi provocado, assim, um sensível processo de reconcentração de terras naqueles domínios, avesso aos objetivos dos planos norteadores.

Nacionalismo, antifascismo e internacionalismo nas Brigadas Internacionais na Guerra Civil Espanhola (1936 – 1939)*

Jorge C. Fernández**

O objetivo deste trabalho é apresentar uma análise sobre a relação complexa entre o antifascismo, o nacionalismo e o internacionalismo nos voluntários estrangeiros que lutaram pela República Espanhola: as Brigadas Internacionais. Para estes combatentes a luta contra o fascismo na Espanha foi vista como uma etapa “internacional” de uma luta “nacional”, a ser realizada dentro de cada país. Este discurso expressava a construção, pela esquerda, de um nacionalismo antifascista, duplamente impregnado de conteúdo social e libertação nacional, em oposição ao nazifascismo que transbordava fronteiras e se tornava “internacional”. Neste processo dialético de identidades em disputa, os brigadistas desenvolveram uma identidade única e complexa, como resultado de uma justaposição de diferentes camadas identitárias.

Palavras-chave: Antifascismo, Nacionalismo, Guerra Civil Espanhola, Brigadas Internacionais.

A denominada *questão nacional* quase sempre se apresentou para a esquerda marxista como um tema delicado capaz de suscitar acalorados debates e infundáveis polêmicas. Para Benedict Anderson, o nacionalismo tem se revelado uma verdadeira “anomalia” incômoda para a teoria marxista desde o Manifesto Comunista, no qual Karl Marx atribuiu uma distinção “nacional” à burguesia, sendo esta uma classe “mundial”. Ou seja, na tese de Anderson esta percepção equivocada na gênese da obra de Marx seria o *leitmotiv* que tem levado esta questão a permanecer em segundo pla-

* Este artigo é baseado num trabalho apresentado na VI Jornada Interescuelas em Tucumán, Argentina, 2007.

** Professor Doutor em História da UFMS. intbrig@yahoo.com.br

The aim of this work is to present an analysis of the complex relationship between the antifascism, nationalism and internationalism in the foreign volunteers who fought for the Spanish Republic: the international brigades. For these fighters to fight against fascism in Spain was seen as a step “international” a fight “national”, to be held within each country. This speech expressed the construction, the left, of a nation-

ism antifascist, doubly impregnated of social content and release, as opposed to Nazism and fascism that overflowing borders and became International. In This dialectical process of identities in dispute, the Brigade developed an identity unique and complex, as a result of a juxtaposition of different layers of identity.

Keywords: antifascism, Nationalism, Spanish Civil War, International Brigades.

no, inclusive sendo mais evitada do que analisada. De qualquer forma, o fenômeno do nacionalismo em si, apesar de sua visível influência no mundo moderno e contemporâneo, continua sendo um objeto de contornos difusos, difícil de definir e conseqüentemente de se analisar¹.

Já Carlos Pereyra afirma que se está ainda muito distante de um marco epistemológico capaz de “apreender las formas que el momento nacional gravita en el proceso de construcción de la hegemonía obrera”². Considerou também que, de um modo geral, a dimensão nacional foi subestimada por boa parte dos teóricos marxistas devido a uma visão estreita, baseada em concepções mecanicistas, reducionistas e adotada em função de uma ideologia puramente classista. Assim, baseado em Boronov, Pereyra asseverou que, de um modo geral, os ideólogos classistas seguidamente ignoraram ou desprezaram os *interesses nacionais*, os quais também seriam importantes para a classe trabalhadora e que com isso eclipsava o surgimento de uma *consciência nacional* de base popular, o que terminaria por prejudicar os próprios interesses da classe trabalhadora. Além disso, ele destacou que a dificuldade inicial dos marxistas em reconhecer a amplitude da dimensão nacional estaria vinculada ao fato da idéia de nação haver surgido durante a modernidade como fruto do pensamento burguês.

Na realidade, desde o seu surgimento (por volta de 1830) o nacionalismo, ou melhor, o princípio de nacionalidade esteve intimamente ligado aos fenômenos de cunho radical e liberal, descendentes diretos da agitação jacobina dos tempos da Revolução Francesa que, ao integrar *Estado-povo soberano-território* resultara

¹ ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989, p. 11-12.

² PEREYRA, Carlos. *El Sujeto de la Historia*. Mexico DF: Alianza, 1988, p. 179.

em um novo conceito de nacionalidade entendido como a expressão política de um determinado povo em um território definido e limitado por fronteiras ³.

Contudo, essa definição clássica de nacionalismo tornou-se mutável ao ser apropriada por novos atores sociais. A partir de 1870, com o surgimento da Itália e Alemanha e mais uma série de pequenos países nos Balcãs, o mapa político europeu sofreu significativas mudanças e a dinâmica do sistema econômico capitalista atingiu uma fase mais sofisticada de exploração, o imperialismo. Esta nova ordenação econômica levou os países europeus a acirram a disputa por mercados, fossem eles internos ou externos (colônias). Logo, cada país concorrente passava a ser visto como um perigo potencial à nação e assim o “estrangeiro” tornava-se algo ameaçador à integridade nacional. Neste sentido, a política externa dos Estados europeus tornou-se cada vez mais agressiva, colocando em risco o equilíbrio entre as potências centrais que disputavam espaços geopolíticos e econômicos na periferia global.

Assim, o nacionalismo europeu do final de século XIX, revestiu-se de um caráter xenófobo e passou a se vincular a ideais conservadores, antiliberais e adotando uma postura de incentivo ao expansionismo das nações imperialistas. Esta tendência agressiva e intolerante do nacionalismo encontrou eco num sentimento geral de descontentamento presente nas populações das camadas médias e inferiores que sofriam o peso inflexivo da crise do liberalismo *fin de siècle*. Contudo, este novo enfoque do nacionalismo, dentro de um viés reacionário, assinalava veementemente o que considerava serem os “culpados” pelas dificuldades enfrentadas por cada nação, leiam-se judeus, capitalistas, republicanos ou socialistas, todos considerados “estrangeiros” ou “internacionais”. Permeados de preconceitos, os nacionalistas de direita apontavam na figura do “estrangeiro” a responsabilidade pelo descalabro geral da sociedade nacional⁴.

Evidentemente que o discurso ideológico nacionalista teve reflexos mais efetivos na camada pequeno-burguesa devido à sua capacidade de criação de uma identidade coletiva, geralmente observada através do estabelecimento de uma língua oficial que possibilitava, por exemplo, uma ascensão social dentro

³ HOBBSAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 31-33.

⁴ HOBBSAWM, Eric J. *A Era Dos Impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3 ed., 1992, p. 31-33.

do aparelho de Estado, fazendo-as sentir-se partícipe dessa entidade abstrata ou *comunidade imaginada*⁵ que é a nação.

No entanto, os ecos do nacionalismo chauvinista também foram ouvidos nas classes populares das grandes nações europeias, onde o apelo xenófobo e às vezes racista combinou-se estranhamente com uma poderosa força mobilizadora que se encontrava presente na gênese do “nacionalismo revolucionário” jacobino: o sentimento de cidadania, caracterizado pela relação *cidadão–Estado-território*⁶, do cidadão que defende a causa “justa” do *seu* Estado contra a barbárie do *outro* pela defesa da *sua* civilização, ou quaisquer outros motivos justificados pela classe dirigente do seu Estado⁷.

Porém, a questão nacional para as organizações de esquerda continuava a ser um sério ponto de debate e divergência. Lembremos que às vésperas da guerra de 1914, socialistas reformistas e socialistas revolucionários debatiam ardentemente sobre a participação (ou não) da classe trabalhadora em uma guerra de proporções mundiais. Finalmente, os revisionistas abdicaram da luta de classes e do “internacionalismo” proletário e assumiram, separadamente, uma postura belicista a favor das burguesias “nacionais” dos seus respectivos países. Neste sentido, para grande parte dos socialistas, a Primeira Guerra Mundial revestiu-se oportunamente de um caráter “nacional proletário”⁸, anticonservador e modernizador democrático. Enfim, impregnados pelo jacobinismo ao que Hobsbawm faz menção.

A crítica a esta postura correspondeu então a grupos minoritários de intelectuais revolucionários na social democracia europeia. Foram estes os que mantiveram a concepção da luta de classes e do “internacionalismo” proletário. Entre eles, uma liderança: Vladimir Ilich Lenin. Portanto, para a ala esquerda da social democracia a guerra possuía um caráter interimperialista e as classes trabalhadoras deveriam voltar suas armas para os verdadeiros inimigos, ou seja,

⁵ Para Anderson, a nação é uma entidade política imaginada e, como tal, implicitamente limitada e soberana. E, enquanto construção social, também é representada como sendo uma comunidade ligada por laços de fraternidade profunda e horizontal. ANDERSON, Benedict. *Op. cit.*, p. 14-16.

⁶ HOBBSAWM, Eric J. *Op. cit.*, 1990, p. 110.

⁷ *Idem*, 1990, p. 111-112.

⁸ VIGEZZI, Brunello. “A Itália entra na Guerra”. In: *História do Século XX*. São Paulo: Abril, 1973, p. 540.

as classes dominantes de cada nação em guerra⁹. Deste modo refutava-se o chauvinismo nacionalista de modo exemplar e assinalava a incompatibilidade entre nacionalismo e revolução social, o que se tornaria mais um “pilar dogmático” para alguns setores marxistas. Durante um bom tempo essa seria a postura “oficial” do marxismo-leninismo, pelo menos até meados dos anos 1930, quando o nacionalismo “esquerdista” voltaria a ser reabilitado, como veremos adiante.

Após quatro anos de guerra na Europa o nacionalismo, independente da vertente, saiu bastante enfraquecido. A fé no espírito revolucionário após a Revolução Russa e uma leitura particular dos acontecimentos mundiais naquele momento, insuflou um otimismo exacerbado nos socialistas internacionalistas. Em 1919, cômicos de uma vitória proletária, os internacionalistas criaram em Moscou, uma nova *internacional*, chamada de III Internacional, Internacional Comunista (IC) ou *Komintern*¹⁰. Sua finalidade era unificar e controlar as recém-criadas “seções nacionais” dos partidos comunistas sob sua égide e promover a revolução em escala mundial sob sua direção¹¹.

No entanto, novas condições históricas inter-relacionadas se encarregariam de mudar o perfil inicial da IC. Citemos algumas: as derrotas dos movimentos revolucionários na Europa durante os anos 1920, a clivagem ideológica e a instalação de um *cordão sanitário* anticomunista para isolar a Rússia Soviética; sem nos esquecermos da própria Guerra Civil russa e as disputas hegemônicas entre os grupos bolcheviques na URSS, o que levou Josef Stalin e os partidários da “revolução num país só” ao governo. Como pano de fundo deste complexo cenário, desenvolvia-se ainda uma crise mundial sem precedentes e que parecia abalar as estruturas do sistema capitalista. E, por fim, a ascensão do nazifascismo com sua retomada da xenofobia e do nacionalismo chauvinista como base de seus pressupostos teóricos e prática política.

A complexa equação destes fatores alterou as concepções estratégicas da IC e da URSS levando ao abandono progressivo da postura *esquerdista* “revolucionária e internacionalista”. Neste sentido, a União Soviética considerou uma

⁹ KREMER, Ilya Semyonovich. “O Comintern”. In: *História do Século XX*. São Paulo: Abril, 1973, p. 995.

¹⁰ Abreviação do alemão *Kommunistische Internationale*.

¹¹ KREMER, Ilya Semyonovich. *Op. cit.*, p. 1000.

possível reconciliação com um nacionalismo de viés esquerdistas antes repudiado. Embora Stálin considerasse que a luta nacional era uma luta essencialmente “burguesa” era o momento das classes subalternas se apropriarem das bandeiras da burguesia. Logo, os comunistas ortodoxos, em quase todos os países, passaram a advogar oportunamente em favor da causa nacional.

Ironicamente, a ascensão de Hitler ao poder na Alemanha completou as condições necessárias para o ressurgimento de um nacionalismo de cunho esquerdistas. O acirramento da polarização política e ideológica somada à necessidade de oposição ao nazifascismo por parte das forças democráticas levou ao surgimento de um antifascismo com um viés nacionalista acentuado, como veremos a seguir¹².

De modo paradoxal o desenvolvimento de um patriotismo antifascista em cada nação levou, também a um reforço do internacionalismo, já que as lutas desenvolvidas no plano nacional formavam partes constitutivas de uma luta antifascista em escala mundial. Desta forma, a luta antifascista revestiu-se de um duplo conteúdo: transformador social e emancipador nacional¹³. Tratava-se de um movimento transformador da sociedade pela escolha da esquerda como opção político-ideológica e de libertação nacional, pois se considerava que as nações estavam submetidas às forças “internacionais” do capitalismo e da direita, da qual o fascismo era a vertente máxima. Para as nações dependentes e periféricas, como era o caso da América Latina, a luta antifascista ainda adquiria simultaneamente um caráter antiimperialista pela identificação do fascismo como uma manifestação do imperialismo¹⁴. Deve ser também destacado que nas regiões periféricas cujas populações não haviam obtido os seus direitos à autodeterminação ou que se encontravam subordinados a alguma potência estrangeira, o nacionalismo, além da questão linguística, passou a contar com outros elementos de suporte e apoio ideológico, tais como a religião ou um movimento político

¹² HOBBSAWM, Eric J. *Op. cit.*, 1990, p. 174. É interessante notarmos que o nazifascismo, apesar dos seus discursos e chavões ultranacionalistas, possuía também um caráter “internacionalista” (embora dotado de um forte eurocentrismo) ao alinhar diversas frações das direitas “nacionais”, antes dispersas, em torno da luta anticomunista.

¹³ *Idem.* *Op. cit.*, 1990, p. 176.

¹⁴ Era o caso brasileiro. Ver MORAES, João Quartim de. *A Esquerda Militar no Brasil: da Coluna à Comuna*. São Paulo: Siciliano, v. 1, 2 ed., 1994, p. 162-163.

de caráter libertador-social. Ou seja, estes elementos serviram de instrumentos aglutinadores da identidade que, em combinação com o nacionalismo, seriam capazes de fortalecê-lo consideravelmente e mobilizar as nascentes camadas médias e as massas populares locais. Ocorreu então uma verdadeira amálgama entre luta de classes e sentimento nacional, já que as classes dominantes locais apresentavam-se como aliadas das forças imperialistas.

Para a análise marxista, a grande burguesia dos países dependentes apresentava-se como um elemento “antinacional”, devido a sua inserção no sistema de relações sociais. Sem mencionar os vínculos, tanto econômicos quanto políticos e ideológicos com as burguesias dos centros capitalistas e a adoção dos modelos e soluções políticas européias ou estadunidenses. Neste sentido, a luta nacional adquiriu um autêntico caráter popular e por isso a maioria dos movimentos operários dos países periféricos e dependentes teve de inserir a *questão nacional* dentro do seu projeto político na luta para atingir os seus objetivos de classe¹⁵.

Logo, os comunistas tiveram também como missão realizar os objetivos “nacionais” como um elemento indispensável para a consecução da etapa “democrático-burguesa” da revolução. Uma vez concluída esta etapa, se avançaria no sentido de propiciar e estabelecer condições objetivas e subjetivas que possibilitassem uma futura e inexorável revolução socialista. Somente uma revolução social propiciaria a criação de uma nação autêntica, onde a maioria da população se sentisse finalmente integrada à sociedade e identificada com o seu Estado nacional.

Concluiu-se então que somente com a união das forças progressistas e nacionais de cada país é que se poderia enfrentar e derrotar uma direita internacionalmente articulada. Entretanto, o desenvolvimento dessa luta continuava sendo uma estratégia “internacional” e seu objetivo, embora a prazo indefinido, era a revolução socialista mundial. Assim, a IC no seu VII Congresso em 1935 cancelou a nova linha tática das Frentes Populares Antifascistas. Esta consistia em incluir amplos setores e grupos sociais sob a bandeira da luta antifascista e antiimperialista (nos países dependentes), mas construída a partir da base proporcionada pela construção prévia de uma frente única dos trabalhadores, sob a direção do “partido do proletariado”, o PC¹⁶.

¹⁵ PEREYRA, Carlos. *Op. cit.*, p. 182.

¹⁶ DIMITROV, Jorge. *El Frente Único, Vigencia Actual*. México: Cartago, 1983, p. 129 e ss.

Entrementes, o caráter internacional do fascismo revelou-se claramente para as esquerdas quando do patente envolvimento da Itália e da Alemanha em apoio aos militares sublevados espanhóis em julho de 1936. A partir desse momento, tornou-se explícito que a guerra interna que se desenrolava na Espanha transbordava a sua dimensão nacional. Não era apenas uma guerra civil, pois passou a ser considerada uma invasão “estrangeira”, resultado de uma intervenção nazifascista “internacional”. Portanto, deter esta invasão e tudo o que ela representava (o racismo, a barbárie) era o dever de todo antifascista, seja qual fosse sua origem nacional.

Portanto, a causa principal era a luta antifascista que, por um mero acidente histórico, travava-se às portas de Madrid¹⁷. No entanto, o que conferia a dimensão internacional era a percepção de que essa luta poderia travar-se, em breve, em qualquer lugar do planeta. Independente de existirem condições reais ou não que permitissem a vitória de algum grupo ou partido de inspiração fascista, o que de fato ocorria era que estes grupos eclodiam de forma alarmante em vários países do mundo.

Portanto, o apelo antifascista encontrou eco e mobilizou milhares de pessoas que, se não tinham condições concretas ou conjunturais de combater o “mesmo inimigo” em seus próprios países, tinham uma chance de fazê-lo na Espanha. É significativo este parecer emitido pelo Comitê Central do PC da Alemanha, então proscrito:

(...) la solidaridad y la lucha de los alemanes enemigos de Hitler por la libertad de España no era solo una manifestación de internacionalismo proletario, sino un deber nacional de cada patriota alemán, pues unicamente defendiendo a la República Española se podría salvar al pueblo alemán del peligro de una nueva guerra mundial¹⁸.

Um discurso bastante semelhante aparece abaixo no relato do voluntário brasileiro Delcy Silveira:

Em Montevideu, o grupo de militares [brasileiros exilados] reunido decidiu dar uma ajuda para os espanhóis na luta contra o fascismo. O mesmo fascismo que fundamentava o integralismo, e que estava tão próximo de Getúlio [Var-

¹⁷ HOBBSAWM, Eric J. *Op. cit.*, 1990, p. 175.

¹⁸ TEUBNER, H. “Alemania” In: ACADEMIA DE CIENCIAS DE LA URSS *La Solidariedad de los Pueblos com la República Española 1936-1939*. Moscú: Progreso, 1974, p. 35.

gas], seria nosso inimigo na Espanha (...) era nossa obrigação contribuir para a causa espanhola¹⁹.

Ou seja, mesmo que a luta antifascista dos voluntários internacionais tivesse essencialmente um apelo de solidariedade internacional, não deixou de ter uma característica original básica do apelo patriótico de uma identidade nacional prévia que os comunistas souberam explorar coerentemente. Assim, forjou-se uma identidade que adquiriu um duplo caráter (nacional e internacional) e realizou uma complexa síntese entre patriotismo, internacionalismo e um ideal de transformação estrutural da sociedade. Neste sentido é significativo o depoimento do ex-combatente Delcy Silveira, pois para ele (e certamente para a maioria dos brigadistas) era perfeitamente compatível ser, simultaneamente, nacionalista e internacionalista:

Olha, ninguém é mais patriota do que eu: sou nacionalista até a raiz dos cabelos, sempre fui e isso não impede que seja internacionalista! (...) De apoiar aqueles governos que são governos do povo.²⁰

Para Hannah Arendt, o fenômeno desatado pelos milhares de voluntários estrangeiros que compuseram as Brigadas Internacionais (BI) da IC na Espanha atemorizou e assombrou a Europa. Não somente pelo preconceito contra quem sai de “seu” país para lutar por “outro” que era (e provavelmente continua sendo) muito forte. Ademais, ela destaca que, a simples vista, poderia parecer que aqueles homens estavam se desapegando das suas nacionalidades originais e adotando outra comunidade nacional. Entretanto, como ela destaca:

Este não era absolutamente o caso. As pessoas sem Estado haviam demonstrado surpreendente teimosia em reter a sua nacionalidade. (...) A Brigada Internacional dividia-se em batalhões nacionais, nos quais os alemães pensavam estar lutando contra Hitler e os italianos contra Mussolini, da mesma forma que, apenas alguns anos depois, na Resistência, os refugiados espanhóis julgavam estar lutando contra Franco, quando ajudavam os franceses contra o governo colaborador de Vichy²¹.

¹⁹ SILVEIRA, Delcy. *Entrevista com Delcy Silveira*. POA: 1995, p. 27. (Entrevista concedida a José Carlos Sebe Bom Meihy, cuja cópia foi cedida por Delcy Silveira ao autor).

²⁰ SILVEIRA, Delcy. *Entrevista com Delcy Silveira*. POA: 2001. (série de entrevistas concedidas a Claudira Cardoso, Daniel R. Milke e Jorge C. Fernández durante o mês de agosto/setembro de 2001, em áudio 420 min.).

²¹ ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 316.

O que deve ser destacado aqui é que mesmo que italianos e alemães houvessem perdido seu direito à cidadania, sendo rejeitados pelos seus governos e não reconhecidos como cidadãos pelos seus Estados, eles continuavam teimando em manter a sua nacionalidade, o que indica claramente que o sentimento nacional estava acima do Estado e de meras fronteiras territoriais, além de associar-se genuinamente a movimentos de libertação social.

Assim como Hobsbawm procurou demonstrar na sua obra sobre os nacionalismos, a identidade nacional não necessita divorciar-se de outras formas identitárias, tais como identidade de classe, religiosa ou mesmo opção política. O processo de construção de uma identidade nacional consiste também de uma complexa justaposição de outras identidades que se agregam e se sobrepõem, mas mantendo cada uma suas características essenciais.

Brigadas Internacionais: Identidades e Conflito

Desde sua criação, tornou-se evidente que as BI enquanto instituição político-militar necessitavam de uma identidade própria que representasse o significado da organização e refletisse os princípios ideológicos e teóricos da Frente Popular. Neste processo construtivo da identidade foram utilizados diversos elementos simbólicos, alguns preexistentes no imaginário social dos setores populares, os mais proclives a integrar às BI. Contudo, outros elementos desse construto tiveram de ser criados ou adequados para serem encaixados dentro do perfil identitário desejado pela *Komintern*, organização responsável pela invenção do “antifascismo democrático” e das Brigadas. Em contrapartida, a implantação desta nova identidade nacional-antifascista nas BI pretendia também a eliminação de resquícios e antagonismos herdados de “ideologias burguesas” e chauvinistas pelo lado da direita²²; bem assim como do “desviacionismo trotskista” e do “comunismo libertário” dos anarquistas, pelo lado da esquerda²³.

²² EBY, Cecil. *Voluntarios Norteamericanos en la Guerra Civil Española*. Barcelona: Acervo, 1974, p. 53.

²³ LONGO, Luigi. *Las Brigadas Internacionales en España*. México DF: Era, 3 ed., 1977, p. 58, 140-43.

Na prática, observamos que certas contradições ou posições antagônicas ao discurso antifascista se encontravam presentes em determinados membros ou grupos dentro das BI²⁴, apesar dos esforços realizados pelo comando das BI para eliminá-las, ou no mínimo matizá-las. O nacionalismo de tipo chauvinista era uma dessas características “pequeno-burguesas” que a *Komintern* temia e pretendia apagar das mentes e dos corações dos voluntários internacionais, pois se opunha frontalmente aos ideais de igualdade e fraternidade entre os trabalhadores de todas as nações, princípios basilares do internacionalismo proletário marxista e, conseqüentemente, também do antifascismo. Uma vez que a maioria dos voluntários das BI era de filiação comunista ortodoxa, provavelmente estes ainda considerassem o nacionalismo e suas manifestações em geral, como uma “excrescência burguesa” que deveria ser subordinada ao internacionalismo proletário e a lealdade com a URSS, o único Estado ao qual o proletariado deveria lealdade.

Contudo, como disse Eric Hobsbawm, “diferentes vínculos [de identidade] não representariam exigências incompatíveis”. Ou seja, que um soldado das BI poderia simultaneamente ser um comunista, um operário, um antifascista, e um nacionalista. Porém, não descarta que entre essas identidades houvesse uma relação de tensão ou conflito. Neste sentido, “os militantes [mais] comprometidos politicamente eram mais sensíveis a tais incompatibilidades”²⁵, o que já implicaria em uma hierarquização e ordenamento vertical das identidades.

Em alguns casos, por vezes o caráter nacional parecia sobrepor-se ao antifascismo. Parece ser o caso dos irlandeses, por exemplo, já que boa parte deles era veterano do *Irish Republican Army* (IRA) durante a Guerra Civil de 1916 e estes mantiveram certa hostilidade frente aos seus atuais colegas ingleses, contra quem haviam se enfrentado no passado. A celeuma ocorreu na medida em que os irlandeses haviam sido alocados no mesmo Batalhão que os ingleses, os quais pareciam demonstrar ares de superioridade. Esta intolerância por parte de ambos os grupos causou desentendimentos e distúrbios da ordem interna²⁶.

²⁴ EBY, Cecil. *Op. cit.*, p. 53-55.

²⁵ HOBBSAWM, *Op. cit.*, 1990, p. 146.

²⁶ Não raramente os irlandeses procuravam juntar-se com os estadunidenses, pois muitos destes tinham origem irlandesa. EBY, Cecil. *Op. cit.*, p. 53-54.

Um exemplo foi o “juízo” (secreto e ilegal) do capitão inglês George Nathan, efetuado também por um grupo de irlandeses das BI. Nathan, judeu, ex-militar do exército inglês, servira na Irlanda como membro dos *Black and Tans*, um grupo especial encarregado de repressão durante a guerra civil na Irlanda. Na época da sua adesão às BI, Nathan justificou-se perante o comando arguindo que na época apenas cumprira ordens e que já havia mudado seus princípios. Apesar da insistência de alguns radicais irlandeses em executá-lo, ele foi “absolvido”²⁷. A condição de Nathan como combatente antifascista prevalecera sobre sua antiga condição de repressor do nacionalismo irlandês? Quiçá sim, em parte, mas também porque entre a maioria dos membros das BI criou-se uma outra identidade que, neste caso, reforçava a identidade antifascista. Uma identidade própria dos soldados, oriunda da reputação que um soldado adquire em combate junto com os outros combatentes. A reputação típica do militar, que coaduna todo um complexo código de normas, comportamentos, valores e atributos marciais que servem para balizar a diferença entre o militar e o civil. E essa diferença somente pode ser remarcada e legitimada em caso de guerra. Ou seja, como afirma John Keegan, com o intuito de destacar que para eles próprios “os soldados não são como os outros homens”²⁸.

Esta particularidade é ainda mais marcada se levarmos em conta que os internacionais eram, em sua maioria, comunistas e sendo assim também se sentiam superiores, pois tinham a missão suprema de elevar a humanidade a um estágio social mais avançado²⁹. Para os setores progressistas a guerra na Espanha se apresentava como uma luta apocalíptica entre o bem e o mal, na qual os voluntários das BI representavam a vanguarda da história. Esta motivação dada pela consciência política, aliada ao comprometimento com a causa e um ódio mortal ao inimigo contribuiu muito para a formação do *esprit de corps* das BI enquanto unidade de elite político militar³⁰. No caso específico de um oficial como Nathan destacam-se o respeito e o reconhecimento como “líder” que recebeu de seus subalternos, algo que não podia ser adquirido simplesmente pela patente e pelas

²⁷ WYDEN, Peter. *La Guerra Apasionada*. Madrid: Alcor, 1996, p. 246-247.

²⁸ KEEGAN, John. *Uma História da Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.16.

²⁹ CARROLL, Peter. *The Odyssey of the Abraham Lincoln Brigade: Americans in the Spanish Civil War*. California: Stanford University Press, 1995, p. 108-109.

³⁰ Idem, Op. cit., p. 117-121

insígnias de oficial, mas que devia ser “conquistado”. O inglês Nathan, como soldado, ganhou na luta o respeito dos seus comandados e, conseqüentemente, uma chance de reabilitação política.

Em seu depoimento, o voluntário brasileiro Delcy Silveira, que desempenhou funções de comando na linha de frente, esclareceu melhor os significados dessa complexa teia de relação entre os soldados e o seu comandante, principalmente nos momentos mais críticos da batalha:

No combate, eu tinha poder de vida e morte sobre eles [a tropa] (...) Como comandante sempre fui exigente, mas justo, mantendo uma grande camaradagem com os meus comandados e companheiros. (...) No combate, o galão vale pouco, mas a confiança que se inspira nos comandados por sua atitude frente ao inimigo, conta muito. (...) Infeliz do comandante que demonstra que está acovardado perante os seus soldados...³¹.

No relato do ex-combatente Silveira podemos perceber diversos valores éticos atribuídos aos soldados, tais como coragem, camaradagem, disciplina, confiança, etc. e aqui se encontram presentes exemplificando aquela identidade tão peculiar ao militar, que chamamos de *esprit de corps* e que entendemos também como significando:

(...) a integração e solidariedade oriundas do “encantamento afetivo” que nasce do poder admirar a si mesmo em seus pares e do sentimento de solidariedade que repousa sobre a comunidade de esquemas de percepção, de apreciação, de pensamento e de ação³².

Esse sentimento de solidariedade entre os combatentes exacerbava-se na tênue precariedade da vida na linha de frente e inclusive conseguiu superar, em alguns casos, as diferenças ideológicas entre as esquerdas que grassavam na retaguarda e fragmentavam internamente o campo republicano: “En el frente (...) En primera línea, desaparecen las discrepancias políticas. El enemigo común, el fascismo, es el único punto de mira”³³.

Não obstante, muitos voluntários internacionais, principalmente os não comunistas chocaram-se ao ver o monolitismo político e a rigidez dogmática do

³¹ SILVEIRA, Delcy. *Entrevista com Delcy Silveira*. POA: 2001, p. 3. (*citado*)

³² CASTRO, Celso. *Os Militares e a República: Um Estudo sobre Cultura e Ação Política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995, p. 38.

³³ VIVES, Francisco de Cabo *Un Poumista en las Brigadas Internacionales*. [online] <http://www.fundanin.org/cabi.htm>. (18/10/2001).

alto comando e dos quadros das BI. O dirigente comunista italiano Luigi Longo era um dos encarregados de enfrentar os problemas decorrentes de indisciplina, os quais foram sendo resolvidos a muito custo. Assim, tanto os soldados podiam recusar-se a receber as ordens, quanto certos oficiais inexperientes que se negaram a exercer plenamente o seu comando. Logo, o comissariado geral manifestou a necessidade de impor uma rigidez disciplinar implacável.

Nas próprias palavras de Luigi Longo, comissário-geral das BI em 1937: “solamente una formación militar bien organizada y disciplinada puede derrotar al enemigo, y que es necesario fundir en un bloque homogéneo, indisoluble, los temperamentos, los intereses particulares y nacionales”³⁴. Ou seja, frente à urgência da luta não havia muito espaço para subjetividades ou facciosismos em meio a tal contexto. Interessante notar que, no discurso de Longo, os “interesses nacionais”, elemento constitutivo da identidade antifascista, foram rebaixados e colocados praticamente no mesmo patamar que os “interesses particulares”. Ao longo do seu livro, escrito depois da guerra, ele descreveu a sua preocupação na época em evitar, ou minimizar, o surgimento de diferenças “nacionais” ou políticas, imprimindo um caráter orgânico e coeso às Brigadas. Dada a verticalidade e a estrutura hierárquica, os rebeldes ou insubordinados teriam de submeter-se obrigatoriamente à disciplina das BI, que se não fosse pela palavra e o cansativo trabalho ideológico dos comissários políticos seria, em último recurso, pela repressão direta³⁵.

Mas, se os “interesses nacionais” eram considerados por alguns dirigentes das BI como um fator “menor” em relação a luta antifascista, porque eles teimavam em aparecer? Talvez em função do seu dogmatismo político os dirigentes das BI não soubessem como responder a essa pergunta. Mas certamente sentiam que era necessário agir com cautela para evitar maiores desentendimentos entre as diversas nacionalidades que integravam às BI. Se por um lado deveriam tolerar ou aceitar certas manifestações de índole nacional dentro dos limites do espírito frente-populista, por outro deveriam impedir que estes indicativos de nacionalidade ultrapassassem o antifascismo e o internacionalismo, aos quais deveriam estar sujeitos.

³⁴ LONGO, Luigi. *Op. cit.*, p. 60-61.

³⁵ MATTHEWS, Herbert. L. *Metade da Espanha Morreu*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975, p. 209-210.

Neste sentido, são reveladoras as palavras do comissário geral das BI no texto seguinte, e que mostram como foi complexa a construção das BI devido a pluralidade político-ideológica e nacional, além do temor que as divergências nacionais pudessem quebrar a unidade orgânica das Brigadas:

Para cortar cualquier motivo de sospecha o desacuerdo político se prohíbe en las formaciones militares de los voluntarios internacionales el uso de cualquier insignia o distintivo de partido (...). La bandera española es nuestra bandera oficial (...). Por el momento se tolera el uso de la bandera roja – sin inscripciones o símbolos de partido – como símbolo de la solidaridad internacional³⁶.

Mas há ainda outras preocupações expressas no texto: a de minimizar a presença comunista nas BI e realçar a lealdade com a Espanha. Pois deveriam convencer os republicanos espanhóis não comunistas de que os voluntários internacionais estavam comprometidos com a luta dos espanhóis contra a intervenção do fascismo e não atendendo aos interesses estratégicos da URSS. Claro está que independentemente das ordens expressas pelo comando das BI, as diversas unidades ainda encontravam alternativas ou criavam espaços de resistência para poder expressar suas nacionalidades. Desde o início da Guerra Civil Espanhola e antes mesmo da criação das BI, os voluntários estrangeiros agrupados nas diversas milícias sentiram a necessidade de afirmar suas identidades nacionais enquanto estrangeiros de várias formas, porém destacando primeiramente a índole da luta antifascista, à qual estavam “internacionalmente” ligados.

Embora proibidas, as mais básicas demonstrações de identidade nacional foi a colocação de um rótulo indicativo de nacionalidade nas bandeiras e estandartes das milícias nas quais estavam concentrados os grupos nacionais. Outro indicativo de nacionalidade presente era o nome escolhido pela milícia que geralmente homenageava algum personagem revolucionário ilustre do país em questão, vivo ou morto. O nome podia também evocar alguma data ou acontecimento ligado à tradição revolucionária do país. Com a consolidação das BI, esta tendência de marcar a identidade nacional continuou. O agrupamento dos voluntários em nível de Brigada, por parte do comando das BI, seguia uma ordem linguística principalmente por questões referentes ao bom funcionamento da organização militar. Afinal de contas, havia mais de 54 nacionalidades representadas nas BI e aproximadamente 20 línguas diferentes sendo faladas no

³⁶ LONGO, Luigi. *Op. cit.*, p. 58.

conjunto. Nem todas as nacionalidades poderiam ter sua representação única: isto era um privilégio dos grupos nacionais mais numerosos.

As unidades menores, como companhias e pelotões, possuíam maior autonomia para escolher seus próprios nomes, representando uma escolha mais democrática e legítima dos heróis da classe trabalhadora. Por exemplo, os irlandeses, que se encontravam forçosamente inseridos dentro da XV BI, de maioria britânica, formaram a *James Connolly Section*, homenageando o mártir da causa nacional irlandesa, morto em 1916 pelos ingleses.

Como toda organização militar, as BI necessitaram de uma série de atributos marciais que lhe conferissem um caráter tipicamente militar, e considerando que foram uma criação sem precedentes e com boa parte de seus membros oriunda da vida civil, foi necessário desenvolver rapidamente uma série de características e códigos militares típicos de um exército: saudação regulamentar, marchas, bandeiras, uniformes e insígnias. No entanto, estes aspectos deveriam diferenciar as BI de um exército “burguês” e marcar seu caráter popular e antifascista acima de tudo. Logo, a continência militar viu-se substituída por uma adaptação militarizada da saudação frente-populista com o punho fechado, gesto atribuído aos comunistas alemães em oposição à mão espalmada dos nazifascistas, conhecido por *saudação romana*³⁷.

As insígnias militares, fator essencial na identificação da hierarquia e das especializações dos militares, também refletiu nitidamente o caráter antifascista. O símbolo principal das BI foi a estrela de três pontas, que identificava a união da Frente Popular. A adoção inicial da cor vermelha nas bandeiras militares dos batalhões e companhias das BI pareceu uma escolha óbvia. Além disso, conforme Hobsbawm, tanto dentro como fora do movimento comunista, à combinação da cor vermelha com as bandeiras nacionais era genuinamente popular³⁸. Houve, no entanto, algumas exceções à regra. As companhias estadunidenses frequentemente utilizaram a cor azul de fundo e os irlandeses, a verde, cores “nacionais” de ambos os países. Nada de estranho, pois o próprio PC dos EUA considerava o

³⁷ CARDONÁ, Ricardo. R. & PAZOS, Carlos. F. *Ejército Popular Republicano 1936-1939. Uniformes y Pertrechos*. Madrid: Almena, 1997, p. 33.

³⁸ HOBBSAWM, Eric J. *Op. cit.*, 1990, p. 174.

comunismo como o “americanismo do século XX”³⁹, enquanto entre os irlandeses das BI havia um importante número de nacionalistas militantes do IRA que ocupavam posição de destaque hierárquico, como Frank Ryan. Com a integração oficial das BI no recém criado Exército Popular Republicano (EPR), houve uma tentativa de unificar as bandeiras de acordo com os padrões estabelecidos pelas normas do Exército Popular Republicano (EPR). Evidenciou-se, portanto, um processo de incipiente de “hispanização” das BI.

Outro importante fator de identificação simbólica antifascista e nacional foram hinos e marchas, fossem eles “revolucionários” ou “nacionais”, sendo que muitos possuíam este duplo caráter. Era o caso da Marselhesa, pois além de ser o primeiro e o mais famoso hino revolucionário da idade contemporânea, escrito em 1792 por Rouget de Lisle, também é o hino nacional francês. Suas vibrantes estrofes possuíam o forte apelo revolucionário do antigo nacionalismo jacobinista provocando um efeito emocional profundo. Vejamos um relato a respeito, no depoimento de Delcy Silveira: *O ambiente era pesado. A nossa direita, encontrava-se uma unidade francesa. Em determinado momento um clarim tocou A Marselhesa; foi algo indescritível e emocionante, levantando o moral dos combatentes*⁴⁰. A vívida descrição daquele momento de emoção não foi proveniente de um francês, mas sim de um brasileiro, igualmente tocado por aquele ícone duplamente simbólico, nacional-patriótico e internacional-revolucionário, que sintetizado na Marselhesa parecia adequado e representativo da mística do movimento antifascista.

Contudo, o hino mais propagado era obviamente “A Internacional”. Este hino, escrito por Eugéne Pottier em 1871 e musicado por P. Degeyter encontrava-se ancorado na tradição mais próxima da luta do proletariado e das classes subjugadas na Europa: datava da época da Comuna de Paris. Sua adoção como hino da URSS, em tempos de Lenin, legitimava seu perfil de “hino condutor das massas populares” e símbolo da luta de classes internacional. Cada grupo nacional o cantava em sua língua nativa e era secundado pelos seus próprios hinos nacionais⁴¹. No livro de canções das BI, “A Internacional” aparecia traduzida em

³⁹ *Idem*, p. 174

⁴⁰ SILVEIRA, Delcy. 1995, p. 44. (*citado*)

⁴¹ EBY, Cecil. Op. cit., p. 40.

treze idiomas: francês, espanhol, alemão, italiano, dinamarquês, sueco, holandês, inglês (versões inglesa e estadunidense), hebraico, tcheco, servo-croata, polonês e russo⁴².

Além disso, alguns grupos nacionais compuseram hinos para as suas unidades dentro das BI. Esses hinos não poderiam carecer do mesmo caráter identitário antifascista e nacional, como o hino dos combatentes estadunidenses:

We march, Americans,
To defend our working class,
(...)To uphold democracy,
We give our word, they shall not pass.
No pasaran! ⁴³

Outro hino com estrofes carregadas de apelos nacionalistas e antifascistas era a canção da XII BI, de maioria italiana. Seus combatentes, os chamados “garibaldinos”, antifascistas de primeira ordem e considerados apátridas devido a sua condição de refugiados sem cidadania, eles deviam vislumbrar nas estrofes da canção o retorno à terra pátria livre do fascio:

Por la victoria del pueblo español
(...) Hijos de acero del pueblo italiano;
Tras los mares en la esclava Italia,
vuestros hermanos que el fascio aplastó
saben que vuestra victoria en España
será la aurora de su liberación⁴⁴.

Podemos referir ainda outro fator de identificação entre os grupos formadores das Brigadas: as denominações ou títulos adquiridos pelas unidades nacionais nas BI. Como já dissemos anteriormente, cada unidade ou grupo procurou identificar-se com uma denominação que simbolizasse o comprometimento com a luta antifascista e nacional-revolucionária. Como John Keegan escreveu ao

⁴² COMISARIADO GENERAL DE LAS BRIGADAS INTERNACIONALES. *Canciones de las Brigadas Internacionales*. Buenos Aires: Adunar, 1971, p. 136.

⁴³ “Adiante, estadunidenses, para defender nossa classe operária, (...) em suporte da democracia, prometemos que não vão passar! Não vão passar! Prometemos que não vão passar!”. Estrofe do hino oficial do “Batalhão Abraham Lincoln”, in: EBY Cecil. *Op. cit.*, p. 41-42.

⁴⁴ Comisariado General de las Brigadas Internacionales. *Op.cit*, 1971, p. 82. Interessante destacar que a XII BI era a única das Brigadas onde os comunistas não tinham maior preponderância.

tratar de outra unidade político-militar de elite⁴⁵, a criação de títulos e nomes das formações militares também eram elementos importantes na construção de um *esprit de corps* de uma unidade militar. Ao evocar uma origem no passado com a qual se identificassem, buscavam legitimar-se como os novos herdeiros de uma longa tradição de lutas.

A escolha do nome da unidade requeria a utilização de um figura, ou ícone geralmente relacionada à tradição histórica de resistência das classes populares em cada país. Logo, podemos dizer que especificidades nacionais concretas direcionaram a escolha de um elemento simbólico que melhor pudesse representar o conjunto complexo de identidades presentes no antifascismo. Contudo, nem todos os grupos nacionais podiam contar com uma história nacional revolucionária tão rica e farta como a francesa, por exemplo. Não faltavam aos franceses (o maior grupo nacional dentro das BI) “heróis proletários” e mitos revolucionários “nacionais” de amplitude internacional suficientes para batizar seus Batalhões e Companhias. Pode-se dizer o mesmo dos ingleses, cuja longa história de luta de classes remontava aos primórdios da Revolução Industrial. A escolha dos seus “heróis nacionais” caía naturalmente sobre os organizadores do sindicalismo e líderes do trabalhismo inglês do século XIX e XX.

Havia, no entanto, certos casos em que a identidade antifascista ou nacional-democrática teve de ser construída, ou inventada, sem uma base concreta mais plausível. Nem tanto por falta de personagens históricos fundadores, mas em virtude de que certos personagens autenticamente revolucionários não se adequavam à orientação ideológica presente na URSS dos tempos stalinianos, o que se refletia no posicionamento ideológico dos PC’s, na *Komintern*, e nas BI. A criação deste imaginário político obedecia estritamente aos propósitos de legitimação do programa político e ideológico do antifascismo. Ou seja, a imagem podia ser construída ou modificada de acordo com os parâmetros estabelecidos pela *Komintern*, frequentemente a fim de mediar às variadas correntes políticas presentes na Frente Popular antifascista. Parece-nos o caso dos comunistas estadunidenses que, a fim de tornar o comunismo mais aceitável frente à sua conservadora sociedade e legitimá-lo como uma manifestação autêntica do “es-

⁴⁵ Keegan trabalhou com as *Waffen SS*, o braço político militar multinacional das temidas *SS* alemãs. As *Waffen SS* seriam uma espécie de “negativo inverso” das BI: sua causa era o anticomunismo. KEEGAN, John. *The Waffen SS*. New York: Ballantine, 1970, p. 135.

pírito democrático” dos EUA, eles tiveram de recorrer a dois mitos de origem do *americanism*: George Washington e Abraham Lincoln, os *founding fathers* da nação estadunidense⁴⁶, em vez dos líderes operários⁴⁷.

Todavia, muitos dos nomes escolhidos para algumas unidades das BI pertenciam a dirigentes e lideranças que estavam vivos e alguns até dentro das BI, como André Marty, o Comandante geral das BI. Marty, comunista histórico, era um modelo no qual os militantes deveriam se espelhar e pautar sua conduta⁴⁸, corroborando com o espírito de culto a personalidade típico do stalinismo.

Em contrapartida a estas tentativas e “fabricações” de heróis e modelos ideais cabe-nos destacar a postura ética de um líder que soube impedir com sutileza a cooptação da sua imagem. Sabe-se que em determinado momento da Guerra Civil Espanhola se propôs a escolha do presidente mexicano Lázaro Cárdenas como homenageado para nomear um Batalhão do Exército republicano ou talvez das BI. Ao ser consultado sobre a questão, Cárdenas respondeu da seguinte forma:

Agradezco profundamente el honor que se me ofrece, pero rogaría atentamente al comandante de la división me permitiera declinar su ofrecimiento, pues considero que no puede emitirse juicio sobre hombres que aún se encuentran en el ejercicio de sus responsabilidades públicas sino hasta que su obra haya sido terminada y juzgada por la historia⁴⁹.

Assim, Marty foi julgado não somente pela história, mas também pelos próprios comunistas franceses, que o expulsaram do PCF em 1952. O antigo “herói do Mar Negro” converteu-se numa vítima do próprio sistema repressivo stalinista que havia ajudado a implantar com tanto zelo. Nos livros dos autores comunistas das décadas de 1950 e 1960, o Batalhão que outrora levava seu nome aparecia apenas como “Batalhão Franco-Belga”. Parafraseando César Vidal, mais uma vez se reinventava o passado para criar um novo futuro⁵⁰.

⁴⁶ EBY, Cecil. *Op. cit.*, p. 26.

⁴⁷ Até porque os heróis do proletariado nos EUA eram anarquistas e socialistas. Ver CARROLL, Peter. *Op. Cit.* p. 73 e ss.

⁴⁸ FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do Mito: Cultura e Imaginário Político dos Comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: EDUFF, 2002, p. 77 e ss.

⁴⁹ BAUMANN, Gino Gerold. *Los Voluntarios Latinoamericanos en la Guerra Civil Española*. San José: Guayacán, 1997, p. 150.

⁵⁰ VIDAL, César. *Las Brigadas Internacionales*. Madrid: Espasa-Calpe, 1998, p. 340.

Do Tejo ao Rio das Mortes: sobre fazer-se “homem bom” na longínqua Vila de São João Del Rei. Séculos XVIII e XIX *

Tarcísio Greggio**

De 1737 a 1759 e de 1808 a 1823, cerca de 50% dos oficiais que serviram à Câmara de São João Del Rei possuía origem reinol. A partir da análise desse número e os dados a ele associados, este artigo desenvolve o seguinte problema: considerando o crescimento por que passa a região em fins do século XVIII e o fato de que o estatuto de *homem bom* era, a princípio, um direito de primogenitura - ou pelo menos uma qualidade localmente atribuída, a partir de que critérios esses novos elementos lusos foram reconhecidos como iguais pelos *homens bons* já estabelecidos na região para então serem eleitos oficiais da Câmara são joanense nos dois períodos recortados?

Palavras-chave: Homens Bons, Família, Cultura Política.

Introdução

Segundo Vitorino Magalhães Godinho, a emigração pode ser vista como uma constante estrutural da cultura portuguesa. Mais do que um fenômeno demográfico, os homens e mulheres que desde o século XV partiram do Tejo rumo ao Atlântico foram acompanhados pelas cambraias, chitas e mais toda sorte de panos e artigos comerciais reexportados por Lisboa, caracterizando o fluxo não só pessoas,

* Esse texto apresenta alguns resultados parciais da pesquisa de mestrado desenvolvida junto ao Programa de Pós Graduação em História social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O projeto é financiado pela CAPES.

** Mestrando/Universidade Federal do Rio de Janeiro. tarcisiogreggio@hotmail.com

¹ GODINHO, Vitorino Magalhães. L'émigration portugaise (XV^e – XX^e siècle): une constante structurelle et les réponses aux changements du monde, in : *Revista de História Econômica e Social*, I, 1978, pp. 5-32.

From 1737 to 1759 and from 1808 to 1823, about 50% of the officers who served to the Chamber of *São João Del Rei* had come from Portugal. Given the population growth of the region during the late eighteenth century and the fact that the status of *homem bom* was a

birthright, this paper investigates how these new elements were recognized as equal by the *homens bons* who were already established in the region.

Keywords: *Homens bons*, Family, Political Culture.

mas também de códigos culturais, que fez do Império Português um verdadeiro mundo em movimento².

A vocação ultramarina da nação que deu início à era dos descobrimentos ganhou contornos institucionais ao longo das primeiras décadas do século XVIII, quando, à medida que a notícia do ouro se confirmava e a inteligência diplomática portuguesa informava sobre os novos posicionamentos das nações europeias, desenhou-se a nas cortes lusas uma clara opção política e econômica pelo Brasil³.

Logo, se até o ano de 1699 não mais que 100.000 portugueses haviam deixado o Reino em direção à América, entre 1700 e 1760, esse valor atinge a impressionante marca de 600.000 almas⁴. Embora desconheçamos precisamente o destino de tais homens, algumas sondagens feitas por historiadores profissionais⁵ confirmam o que há muito fora sugerido, que boa parte desses indivíduos seguiu o caminho das urbes e sertões das Gerais.

“Mais vistosa, e [...] abundante de toda a Capitania na produção de grãos, hortaliças e frutos ordinários do país”, à medida que o século XVIII avança, a vila de São João Del Rei apresenta-se ao Império Português como uma das mais dinâmicas praças mercantis das Minas, provendo toda a capitania de “queijos,

² RUSSEL-WOOD, A.J.R., *Um mundo em movimento: os portugueses na África, na Ásia e na América. (1415-1808)*. Lisboa: Difel, 1998.

³ BARATA, Maria do Rosário Themudo. Portugal e a Europa na era Moderna, In: TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. São Paulo: UNESP, 2000.

⁴ Brasil: *500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

⁵ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana, 1750-1850*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1994; MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil e Portugal, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010; FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de Negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999.

gados, carne de porco⁷⁶ e toda sorte de produtos vindos de outras regiões. Esses e outros assuntos eram tratados no âmbito da Câmara, tendo corrido, boa parte do tempo, sob a gerência de homens nascidos do outro lado do Atlântico. São reinóis atraídos pela riqueza dos circuitos mercantis que animaram a Vila de São João Del Rei, sobretudo após a chegada da Corte em 1808⁷, e onde viriam a ocupar os honrosos cargos da república destinados às principais famílias da região.

O presente texto retrata a composição da Câmara são joanense em dois momentos distintos: 1737 a 1759⁸, e 1808 a 1823. Em ambos, os portugueses representaram cerca de 50% do quadro edilício da Vila.

Ora, a composição dos quadros camarários por uma população lusa “inviabiliza a construção de uma legitimação do poder dessa elite política por meio do argumento da antiguidade das famílias na terra, visto tratarem-se de recém-chegados”⁹. Esse argumento explica claramente o caso da Câmara do Rio Grande de São Pedro ao longo do século XVIII: uma câmara de reinóis, segundo Adriano Comissoli, posto que os seus oficiais eram majoritariamente portugueses arrivistas, e “não descendentes de uma suposta nobreza da terra referida aos primórdios da conquista”¹⁰ da região.

Os dados são bastante semelhantes aos que encontramos para a Câmara de São João Del Rei, tanto no século XVIII, quanto no início do XIX. Entre 1774 e 1794, por exemplo, 40,6% dos oficiais da Câmara do Rio Grande de São Pedro possuía origem reinol¹¹. Esse percentual sobe para 63,7% em 1814, e atinge 73,1%

⁶Teixeira, Des. José João, Instrução para o governo da Capitania de Minas Gerais-1780, in: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano VIII, p. 502.

⁷MARTINS, Roberto. A transferência da corte portuguesa para o Brasil. Impactos sobre Minas Gerais. In: *XIV Seminário de Economia mineira*. Anais. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 2008.

⁸Boa parte das informações reveladas sobre esse período é mérito da lavra de Livia Nascimento Monteiro, que tratou tema semelhante ao nosso. Cf. MONTEIRO, Livia Nascimento. *Administrando o bem comum: os homens bons e a câmara de São João Del Rei, c. 1730-1760*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

⁹COMISSOLI, Adriano. *Os “homens bons” e a Câmara de Porto Alegre (1767-1808)*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 2006, p. 67.

¹⁰KHUN, Fábio. *Gente da Fronteira: família, sociedade e poder no Sul da América Portuguesa – século XVIII*. Tese de Doutorado. Niterói: UFF, 2006, p. 277.

¹¹COMISSOLI, Adriano. *Op. cit.*, p. 66.

em 1818¹²; indicando, para mais, um “trânsito intenso de imigrantes em direção ao sul do Brasil”¹³ ao longo do período colonial. “Trata-se”, no caso rio-grandense, “de uma elite política local completamente distinta daquela existente em regiões de povoamento mais antigo, como nos casos do Rio de Janeiro, Salvador e Olinda”¹⁴, onde “os cargos eram regularmente ocupados pelos descendentes dos primeiros povoadores/conquistadores, uma autoproclamada nobreza da terra”¹⁵

Seria prematuro se fizéssemos uma afirmação como essa para a elite camarária são joanense, mas uma segunda semelhança aproxima ainda mais os dois casos. No curso do século XVIII, muitos portugueses seguiram “para o Rio Grande” orientados “pelas relações existentes com pessoas que anteriormente haviam se deslocado para a região”¹⁶, acionando “uma extensa rede de parentescos e afinidades que iniciada em Portugal seria responsável pela acolhida dos recém chegados na sociedade rio-grandense”¹⁷

Voltando à Vila de São João Del Rei, as trajetórias de Braz Alves Antunes, Francisco Antônio Mendonça e Francisco José Alves Santiago, oficiais da Câmara são joanense ao longo dos séculos XVIII e XIX, nos mostram que, à semelhança de seus conterrâneos que migraram para o sul da América portuguesa, muitos reinóis encontraram o caminho das Minas graças a redes de parentesco ativas dos dois lados do Atlântico.

¹² OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da Estremadura Portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Tese de Doutorado. Niterói: UFF, 1999, p. 254.

¹³ COMISSOLI, Adriano. *Op. cit.*, p. 66

¹⁴ KHUN, Fábio. *Op. cit.*.

¹⁵ COMISSOLI, Adriano. *Op. cit.*, p. 66. Sobre a constituição de uma nobreza da terra nas Capitânias de Pernambuco e Rio de Janeiro, ver, respectivamente, MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos: nobres contra mascates. Pernambuco. 1666-1715*. São Paulo: Editora 34, 2003; FRAGOSO, João. A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro. Séculos XVI e XVII. *Topoi*. Rio de Janeiro, n. 1, pp. 45-122, set. 2000.

¹⁶ KHUH, Fábio. A fronteira em movimento: relações luso-castelhanas na segunda metade do século XVIII. In: *Estudos Ibero-Americanos*, XXV (2). Porto Alegre, PUCRS, pp. 91-112, dez. 1999, pp.105-108, pp. 105-108.

¹⁷ OSÓRIO, Helen. *Op. cit.*, pp. 253-259.

São João Del Rei: uma câmara de reinóis?

Em 1776, a Comarca do Rio Das Mortes possuía em torno de 82.781 habitantes¹⁸, sobre os quais não há qualquer informação precisa a respeito de suas origens geográficas. De maneira indireta, os registros dos casamentos realizados na Paróquia de Nossa Senhora do Pilar nos informam que cerca de 48% dos homens brancos e livres que se casaram em São João Del Rei entre 1731 e 1780 era de origem reinol¹⁹. A grande presença lusa na vila também se manifesta na formação de seu concelho: dos 20 oficiais que serviram à Câmara de São João Del Rei entre 1737 e 1759 cuja naturalidade é conhecida, 12 (60%) foram vindos de Portugal²⁰.

Um deles é Brás Alves Antunes, procurador da Câmara de São João Del Rei em 1756. Natural da Freguesia de Bastos, arcebispado de Braga²¹, ele chegou às Minas por volta de 1740 e foi recebido na casa de um primo conterrâneo seu, o Capitão Manuel Antunes Nogueira, também oficial e dono de uma das maiores fortunas locais²². Além das relações com o primo negociante, Brás Alves Antunes foi caixeiro de outro português enriquecido nas Minas, João Rodrigues Macedo, cujo sucesso na arrematação de contratos de cobranças de impostos rendeu-lhe, em vida, a fama de ser o homem mais rico da Capitania²³.

O indivíduo que saiu do norte de Portugal atraído pela riqueza das Minas, e ali é recebido na casa de parentes, onde logo cria laços, e eventualmente consegue destaque social, seguiu um itinerário já conhecido pela historiografia.

Para nascer, Portugal; para morrer, o mundo. O famoso sermão de Santo Antônio, de Antônio Vieira, ilustra bem o que dissemos na abertura do texto. Ao longo dos séculos, vagas mais ou menos caudalosas de homens deixaram

¹⁸ MAXWELL, Kenneth. *Op. cit.*, p. 405.

¹⁹ BRUGGER, Maria Sílvia Jardim. *Minas Patriarcal. Família e Sociedade (São João Del Rei – Séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Annablume: 2007., p. 106.

²⁰ MONTEIRO, Livia Nascimento. *Op. cit.*, p. 59.

²¹ Banco de Dados dos Registros de Batismos e Casamentos da Matriz de Nossa Senhora do Pilar de São João Del Rei – prof. Dra. Sílvia Maria Jardim Brugger.

²² MONTEIRO, Livia Nascimento. *Op. cit.*, p. 145.

²³ *Idem*, p. 145.

a península Ibérica em busca de melhores condições de vida, geralmente com o desejo de um dia retornarem à terra natal. Isso também foi verdade no século XVIII, como demonstra, entre outros, o importante estudo de Caroline Brettell²⁴. No entanto, segundo os dados estudados pela historiadora Carla Maria Carvalho de Almeida²⁵, pelo menos entre os membros da elite mineira setecentista havia uma forte tendência à fixação dos portugueses na região das Minas.

“Se o trânsito desses homens por outras partes do Império foi intenso até chegarem às Minas, quando ali se estabeleciam, tendiam a criar laços e se enraizarem”²⁶. O lusitano Brás Alves Antunes, oficial da câmara recebido por seu primo Manoel Antunes Nogueira, também oficial, se casa, em 1759²⁷, com Dona Lúcia Clara de Sousa Rosa, filha do vereador (1739) Francisco Chavier de Sousa, outro português arrivista²⁸.

A reconstrução de trajetórias como essa nos permite analisar com relativa precisão um dos fenômenos mais importantes da história social brasileira. Desde os primeiros anos de ocupação, a colonização do Brasil pautou-se na formação de amplas e complexas redes familiares e de parentesco, que uniram indivíduos das mais distintas qualidades e origens geográficas.

Conquanto não partilhassem necessariamente dos “mesmos sistemas e práticas costumeiras de organização familiar e de transmissão de patrimônio”, essa Babel não teria se metamorfoseado numa organização social, política e econômica, caso “reinóis e ilhéus” não comungassem “os mesmos preceitos da monarquia católica corporativa”²⁹.

Por isso optamos aqui por analisar a ocupação e o desenvolvimento histórico da região próxima ao Rio das Mortes, no centro-sul da América, como um

²⁴ BRETTELL, Caroline. *Homens que partem, mulheres que esperam: conseqüências da emigração numa freguesia minhota*. Lisboa: Dom Quixote, 1991.

²⁵ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e pobres em Minas Gerais*. Produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822. Belo Horizonte: Argvmentum, 2010.

²⁶ *Idem*, p. 183.

²⁷ INVENTÁRIO *post-mortem* de Brás Alves Antunes. IPHAN/São João Del Rei. Cx: 543.

²⁸ MONTEIRO, Livia Nascimento. *Op. cit.*, p. 45.

²⁹ FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII. *Revista Tempo*. Rio de Janeiro, 2009, p. 39.

fato da expansão Imperial Portuguesa. A povoação foi elevada à condição de Vila em 1713, e, um ano mais tarde, se tornaria a cabeça da Comarca; detalhes que invariavelmente nos levariam a uma sinuosa história dos conceitos cujos propósitos dificilmente atingiríamos com êxito. Contentaremos-nos com o fato de que ali se criaria, na década de 1710, uma Câmara, expediente político tardo-medieval lusitano endereçado ao governo das periferias políticas do Império.

Sendo assim, um dos códigos culturais mais importantes dessa monarquia católica corporativa é uma disciplina social que tem na imagem da família um de seus elementos estruturantes.

Grosso modo, o “caráter modelar” que essa imagem adquire no discurso social do Antigo Regime resulta do fato de que a família constituía uma experiência que, além de comum, estava “fundada em relações e sentimentos que pertenciam à própria natureza das coisas”³⁰, e não à vontade de seus membros. Como sabemos, a construção do conceito de indivíduo, e a conseqüente concepção individualista da sociedade, é posterior a esse contexto, e mesmo a força deste que é um dos fenômenos mais decisivos da história ocidental deslocaria apenas parcialmente uma tal concepção organicista da família³¹.

O discurso político e institucional do mundo moderno, herdeiro do pensamento medieval, atribuía à ideia de ordem um papel central na concepção do cosmos. No relato da Criação, por exemplo, Deus aparece, fundamentalmente, dando ordem às coisas: “separando as trevas da luz, [...], ordenando as coisas umas para as outras”³². A própria narrativa da Criação radica numa “antiquíssima imagem do caráter espontaneamente organizado da natureza”, sendo amiúde evocada por textos medievais, e depois modernos, “para fundamentar as hierarquias sociais”³³.

Assim o mundo era visto ao rés do chão como “o reino da adversidade, como um enorme conjunto de coisas infinitamente diferentes” e hierarquizadas entre si. Logo, “a diversidade, que estava na natureza da criação”, modelava também a natureza de cada criatura, que, “de acordo com o modelo de ser da sua

³⁰ HESPAÑA, Antônio Manuel. *Imbecillitas*. As bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime. Belo Horizonte: Annablume, 2010, p. 78.

³¹ *Idem*, p. 78.

³² *Idem*, pp. 26-27.

³³ *Idem*, p.27.

integração no todo, adquiriria uma disposição estável, uma permanente maneira de estar, uma espécie de hábito correspondente à sua função natural”³⁴.

Tanto no mundo jurídico quanto na Filosofia pura, não havia, pois, espaço para “indivíduos isolados e socialmente incharacterísticos”, e sim para os estados correspondentes: “filhos, professores, alunos, homens, mulheres”³⁵. Frente a esta multiplicidade de “estados, a materialidade física e psicológica dos homens desaparece. A pessoa deixa de corresponder a um substrato físico, passando a constituir o ente que o direito cria para cada aspecto, face, situação ou estado que um indivíduo se lhe apresenta”³⁶. A família constitui então um universo totalitário, em que existe “apenas um sujeito, apenas um interesse, apenas um direito”³⁷, apenas um estado, afinal.

Por fim, “esta pré-compreensão da sociedade como um todo ordenada de partes autônomas e desiguais” cada qual atrelada ao seu estado correspondente, mais do que ocupar a mente de filósofos e juristas, dominava, fundamentalmente, “o sentido da vida, as representações do mundo e da sociedade e as ações dos homens”, constituindo, de fato, “a moldura explicativa do modo de ser das estruturas institucionais modernas, tanto metropolitanas como coloniais”³⁸.

Assim Francisco Antônio de Mendonça, português³⁹ igualmente acolhido na casa de primos já estabelecidos na vila de São João Del Rei, chegou às Minas. Vereador em 1754, ele logo cria laços com membros da elite local. Francisco Antônio de Mendonça se casou com Ana Josefa de Jesus⁴⁰, filha de Manoel Ribeiro Sousa, oficial da câmara em 1739⁴¹, ambos naturais da Vila de São João⁴².

³⁴ *Idem*, p. 31.

³⁵ *Idem*, p.28.

³⁶ *Idem*, p. 35.

³⁷ *Idem*, p.81.

³⁸ *Idem*, pp. 28-30.

³⁹ INVENTÁRIO *post-mortem* de Francisco Antônio de Mendonça. IPHAN/São João Del Rei. Cx: 386.

⁴⁰ INVENTÁRIO *post-mortem* de Francisco Antônio de Mendonça. IPHAN/São João Del Rei. Cx: 386; Banco de Dados dos Registros de Batismos e Casamentos da Matriz de Nossa Senhora do Pilar de São João Del Rei – prof. Dra. Maria Silva Jardim Brugger.

⁴¹ MONTEIRO, Livia Nascimento. *Op. cit.*, p. 136.

⁴² TESTAMENTO. Manoel Ribeiro de Sousa. IPHAN/São João Del Rei. Cx: 13.

O genro de Francisco Antônio de Mendonça, natural de São João Del Rei, era herdeiro de um dos primeiros povoadores da região, Manoel Ribeiro⁴³, trazido às Minas por uma das primeiras vagas de imigração portuguesa.

A procuradoria da Câmara que Manoel Ribeiro Sousa exerce em 1739, e as duas sesmarias conseguidas na Vila de São José, em 1747, indicam que Francisco Antônio Mendonça se aparentou a uma das boas famílias da região⁴⁴. Como muito dos homens ricos estudados pela historiadora Carla Maria Carvalho de Almeida, o lusitano Francisco Antônio Mendonça alcançou uma “posição de destaque social que dificilmente teria no Reino”⁴⁵ e para a qual concorreu decisivamente a acolhida dos primos Francisco de Mendonça e Sá, e José de Mendonça e Sá, também homens bons oficiais da Câmara.

Com efeito, “a solidariedade familiar de acolhimento funcionaria como um dos elementos fundamentais para o enraizamento desses reinóis nas Minas”⁴⁶.

Ao contrário de Brás Alves Antunes, Francisco Antônio de Mendonça teve mais sorte nos negócios. Seu inventário, aberto em 1780, dá conta de que possuía para lá de 20 escravos, além de duas casas de morada na Vila de São João Del Rei, uma fazenda e muitas outras posses⁴⁷. O português homem bom nos trópicos e senhor de escravos foi também Escrivão da Casa de Fundição de da Comarca do Rio das Mortes, em 1765⁴⁸, e Escrivão da Intendência na Vila de São João Del Rei⁴⁹. Afora isso, foi membro da Ordem Terceira de São Francisco e da Irmandade

⁴³ Banco de Dados dos Registros de Batismos e Casamentos da Matriz de Nossa Senhora do Pilar de São João Del Rei – prof. Dra. Maria Silva Jardim Brugger.

⁴⁴ MONTEIRO, Livia Nascimento. *Op. cit.*, p. 154.

⁴⁵ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Op. cit.*, p.180.

⁴⁶ *Idem*, p. 180.

⁴⁷ INVENTÁRIO post-mortem de Francisco Antônio de Mendonça. IPHAN/São João Del Rei. Cx: 386.

⁴⁸ AHU/MG – 23/08/1765 – cx: 86, doc: 2 – Certidão passada por Francisco Antônio de Mendonça, Escrivão da Conferência da Real Casa de Fundição da Comarca do Rio das Mortes, a respeito de uma devassa tirada em 1764, por Manuel Caetano Monteiro, e iniciada na Campanha do Rio Verde.

⁴⁹ AHU/MG – 06/04/1769 – cx: 95, doc: 5 – Requerimento de Francisco Antônio de Mendonça, antigo Escrivão da Conferência da Vila de São João Del Rei, solicitando a D. José I a mercê de ordenar se declararem as competências do referido cargo bem com as do ofício de Escrivão da Receita e Despesa.

de do Santíssimo Sacramento⁵⁰, entre os dois maiores signos de distinção social disponíveis à elite local.

Do casamento com dona Ana Josefa de Jesus, Francisco Antônio de Mendonça teve pelo menos 3 filhos, através dos quais estreitou laços com outras importantes figuras locais. Jerônimo, um deles, foi batizado em 1769 e teve por padrinho José Luiz Menezes Abrantes Castelo Branco Noronha, Governador da Capitania de Minas. Em 1766, Jerônimo Silva Pereira, oficial da Câmara, apadrinhou Maria; e, em 1763, Joana Félix Silva foi madrinha da pequena Joaquina. Joana Félix Silva era casada com Antônio José Melo, também oficial e compadre de Diogo Lobo Silva, Governador da Capitania de Minas⁵¹.

Brás Alves Antunes e Francisco Antônio de Mendonça são personagens de nossa história com trajetórias cujas semelhanças rareiam apenas no fim de suas vidas. Francisco Antônio de Mendonça, aparentado ao homem rico Francisco de Mendonça e Sá, morre após ter acumulado relativa fortuna, como vimos. Já as boas relações de Brás Alves Antunes com Manuel Antunes Nogueira e João Antunes Macedo, não impediram que ele morresse sem grandes cabedais⁵².

Mas Brás Alves Antunes e Francisco Antônio de Mendonça são, essencialmente, homens nascidos do outro lado do Atlântico que, na longínqua São João Del Rei, alcançaram os estratos superiores da hierarquia social luso-brasílica; e isso graças à “permanência na colônia de modelos sociais conhecidos na metrópole e das representações a eles ligadas”⁵³, notadamente a ideia de família.

O viajante francês Saint-Hilaire, que esteve em São João Del Rei em 1816, anotou que a população da Vila era “renovada incessantemente por jovens vindos das provinciais as mais distantes, de Portugal”. Ciosos de sua origem europeia, após servirem como caixeiros, esses jovens tornavam-se negociantes por conta própria e faziam “vir da Europa, para aprender o comércio, homens de suas famílias”⁵⁴.

⁵⁰INVENTÁRIO post-mortem de Francisco Antônio de Mendonça. IPHAN/São João Del Rei. Cx: 386.

⁵¹ Banco de Dados dos Registros de Batismos e Casamentos da Matriz de Nossa Senhora do Pilar de São João Del Rei – prof. Dra. Maria Silva Jardim Brugger.

⁵²INVENTÁRIO *post-mortem* de Brás Alves Antunes. IPHAN/São João Del Rei. Cx: 543.

⁵³HESPANHA, Antônio Manuel. “Prefácio”. In: FRAGOSO, João; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de (Orgs). *Conquistadores e Negociantes. Histórias de Elites no Antigo Regime nos Trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 13.

⁵⁴SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil*. São Paulo:

Os números ainda são parciais, mas o fato é que entre 1808 e 1823, dos 23 oficiais que serviram à Câmara de São João Del Rei cuja naturalidade conhecemos, 11 (47,61%) eram nascidos do outro lado do Atlântico⁵⁵. Além disso, dos 7 oficiais de origem lusa sobre os quais temos informações mais precisas, 4 se casaram com filhas de conterrâneos seus⁵⁶. Sendo assim, a hipótese de que o mesmo processo de acolhimento dos novos migrantes reinóis por indivíduos portugueses já estabelecidos na região verificado no século anterior não parece desprezível.

O Capitão da Cavalaria das Milícias Francisco Joaquim Coelho Durães de Faria⁵⁷, vereador em 1809 e 1810, natural da Vila dos Arcos, Braga, casou-se com Maria Eleodora Jesus⁵⁸, filha do Capitão e Cavalheiro da Ordem de Cristo José Lourenço Dias, Juiz Ordinário em 1808 e vereador em 1814 e 1815⁵⁹, também natural de Braga⁶⁰. O mesmo ocorreu com o Capitão do Regimento de Milícias Custódio Nogueira da Costa⁶¹, natural da freguesia de São Tiago de Modelos, Porto⁶². O Procurador da Câmara de São João Del Rei (1809) esposara

Itatiaia, EDUSP, 1974, p. 113.

⁵⁵ Acórdãos e Termos de Vereança e Termos Juramento e Posse do Arquivo da Câmara Municipal de São João Del Rei; Inventários e testamentos do Museu Regional de São João Del Rei; Banco de Dados dos Registros de Batismos e Casamentos da Matriz de Nossa Senhora do Pilar de São João Del Rei – prof. Dra. Maria Silva Jardim Brugger.

⁵⁶ Os irmãos Alexandre e João Pereira Pimentel uniram-se às famílias originárias no Rio de Janeiro, e apenas um casou-se com a filha de um local.

⁵⁷ AHU/MG – 27/04-/A802 - Cx: 162, doc: 48 - Requerimento de Francisco Joaquim Coelho Durães de Faria, pedindo a confirmação da carta patente do posto de capitão da 7ª Companhia do 4º Regimento de Cavalaria de Milícias da Comarca do Rio das Velhas.

⁵⁸ Banco de Dados dos Registros de Batismos e Casamentos da Matriz de Nossa Senhora do Pilar de São João Del Rei – prof. Dra. Maria Silva Jardim Brugger.

⁵⁹ Arquivo da Câmara de São João Del Rei. Livro 1: Acórdãos e Termos de Vereança (1736-1831). ACOR 10, fls. 114-176; ACOR 11, fls. 134-148; ACORD 11, fls. 151-198.

⁶⁰ Banco de Dados dos Registros de Batismos e Casamentos da Matriz de Nossa Senhora do Pilar de São João Del Rei – prof. Dra. Maria Silva Jardim Brugger.

⁶¹ AHU/MG – 28/01-/A803 - Cx: 166, doc: 20 - Requerimento de Custódio Nogueira da Costa, Capitão do Regimento de milícias de Pium-i, Campo Grande, picada de Goiás, Bambuí e suas anexas no Rio das Mortes, solicitando sua confirmação no exercício do referido posto.

⁶² Banco de Dados dos Registros de Batismos e Casamentos da Matriz de Nossa Senhora do Pilar de São João Del Rei – prof. Dra. Maria Silva Jardim Brugger.

Rosa Maria Conceição, filha de Jerônimo Dias Trindade, um conterrâneo seu vindo de Santa Lusia da Ilha do Pico, Angra⁶³.

Finalmente, o Capitão Antônio Correa Noronha⁶⁴. Juiz Ordinário em 1811, natural da Freguesia de São Cristóvão de Nogueira, Lamego, ele se une a Caetana Maria Duarte, filha de Caetano Carvalho Duarte, natural da Freguesia de São Miguel, Lousada, Braga⁶⁵. Mas fiquemos com a trajetória de Francisco José Alves Santiago, outro português que encontrou nos trópicos o caminho rumo às posições cimeiras da sociedade. Natural de Braga⁶⁶ e Procurador da Câmara em 1816, ele acumulou uma das maiores fortunas da região⁶⁷, tendo se casado com Messias Cândida Alves Santiago, filha do Comendador lusitano João Batista Machado (almotacé em 1790⁶⁸). Mais do que a acolhida e o seu estabelecimento em São João Del Rei, a união de Francisco José Alves Santiago a um dos mais destacados negociantes locais, garantiu-lhe estreitar laços com alguns dos homens mais importantes da região, e consequentemente, vir a ser um deles⁶⁹.

Como se verá no Organograma 1⁷⁰, Francisco José Alves Santiago fez parte de uma rede que unia desde o próspero comerciante Joaquim Castro e Souza ao distinto Comendador Francisco Isidoro Batista Silva, que, além de ocupar honrosa

⁶³ Banco de Dados dos Registros de Batismos e Casamentos da Matriz de Nossa Senhora do Pilar de São João Del Rei – prof. Dra. Maria Silva Jardim Brugger.

⁶⁴ Arquivo da Câmara de São João Del Rei. Livro 1: Acórdãos e Termos de Vereança (1736-1831). ACOR 11, fls. 26-54.

⁶⁵ Banco de Dados dos Registros de Batismos e Casamentos da Matriz de Nossa Senhora do Pilar de São João Del Rei – prof. Dra. Maria Silva Jardim Brugger.

⁶⁶ Banco de Dados dos Registros de Batismos e Casamentos da Matriz de Nossa Senhora do Pilar de São João Del Rei – prof. Dra. Maria Silva Jardim Brugger.

⁶⁷ GRAÇA FILHO, Afonso de. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais. São João Del Rei (1831-1888)*. São Paulo: Annablume, 2002, pp. 73-75.

⁶⁸ CINTRA, Sebastião de Oliveira. *Efemérides de São João Del Rei*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982, p. 221.

⁶⁹ Sobre os principais negociantes são joanenses no século XIX, ver: GRAÇA FILHO, Afonso de. *Op. cit.*, pp. 53-102.

⁷⁰ Fonte: Arquivo da Câmara de São João Del Rei. Livro 1: Acórdãos e Termos de Vereança (1736-1831). ACOR. 10, 11, 12, 13 e 14; Inventários e Testamentos do Museu Regional de São João Del Rei; Banco de Dados dos Registros de Batismos e Casamentos da Matriz de Nossa Senhora do Pilar de São João Del Rei – prof. Dra. Maria Silva Jardim Brugger; CINTRA, Sebastião. *Op. cit.*

posição na cabeça da república são joanense (vereador em 1822), fora agraciado com os títulos de Cavaleiro da Ordem de Cristo e de Cavaleiro do Império⁷¹.

É através de Carlos Batista Machado, filho do comendador João Batista, que Francisco José Alves Santiago estreita laços com Custódio de Almeida Magalhães, sem dúvidas um dos personagens mais emblemáticos da história são joanense. Custódio era filho de Francisco de Paula Almeida Magalhães, destacado negociante são joanense enriquecido no comércio local de abastecimento.

Fato é que a riqueza de origem agrária e mercantil herdada por Custódio o levaria a ser o grande banqueiro de São João Del Rei no século XIX⁷². Mas além do capital, que soube muito bem adaptar às novas circunstâncias econômicas do Império, Custódio parece também ter herdado alguns traços da cultura política de seu pai, o comendador Francisco de Paula Almeida Magalhães. Apesar de sua reconhecida “modéstia e aversão a títulos”, Custódio de Almeida Magalhães foi juiz de paz, delgado, vereador e presidente da Câmara. O mais interessante é que também foi membro da Santa Casa de Misericórdia e “irmão benfeitor das corporações religiosas e igrejas sanjoanenses”⁷³.

Na primeira diretoria da Cia Industrial São Joanense (1891), empresa que “nascera dos capitais gerados pela economia de abastecimento da região” e da qual provavelmente era o maior acionista, Custódio encontrou algumas figuras até o momento desconhecidas por nós, outras não. Um dos diretores é Francisco Joaquim Alves Santiago, herdeiro do comerciante, prestamista e oficial da Câmara, o major português Francisco José Alves Santiago⁷⁴.

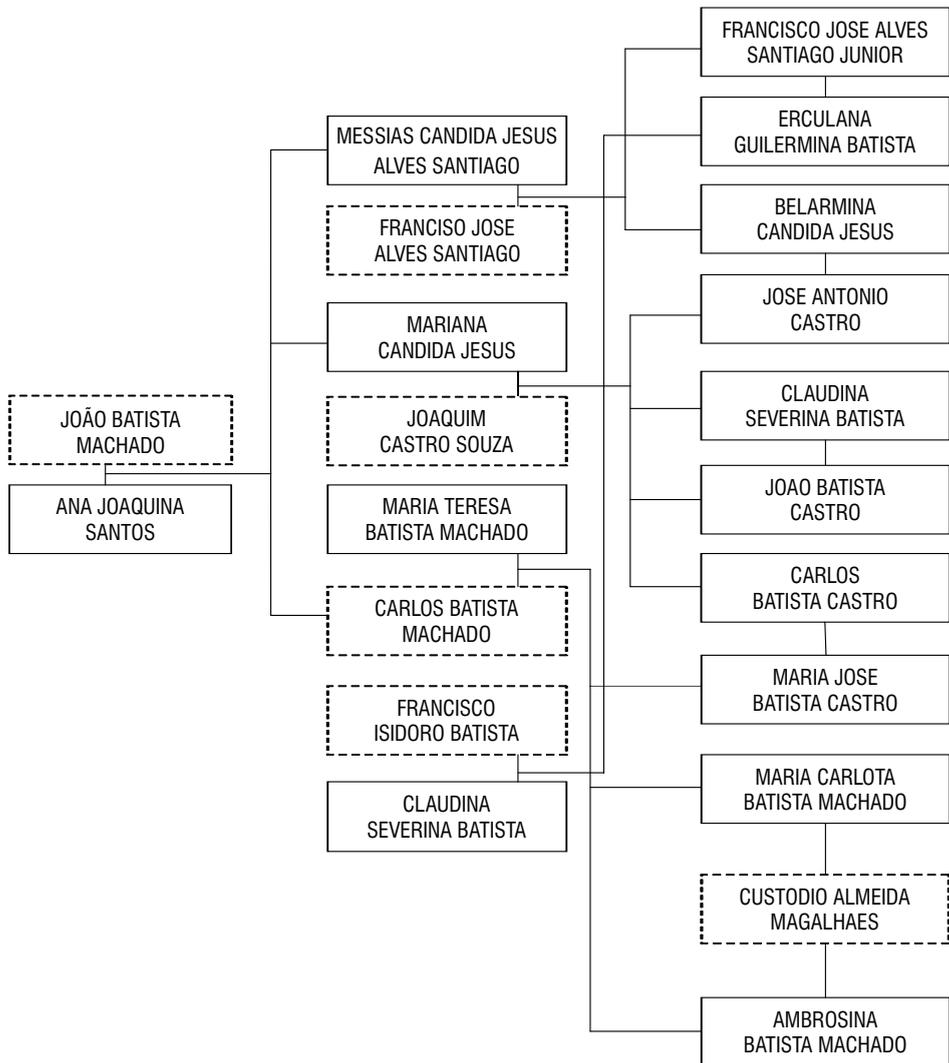
⁷¹ Arquivo da Câmara de São João Del Rei. Livro 1: Acórdãos e Termos de Vereança (1736-1831). ACOR. 13, fls. 23-80.

⁷² GRAÇA FILHO, Afonso de. *Op. cit.*, p. 77.

⁷³ *Idem*, p. 67.

⁷⁴ *Idem*, p. 95.

Organograma 1.



Considerações Finais

A primeira câmara de São João Del foi eleita em 1713⁷⁵ e, como vimos, ao longo do século XVIII e início do XIX a proporção de reinóis ocupando os officios camarários é bastante significativa. Sem dúvidas os dados apresentados merecem ser investigados. É o que estamos fazendo à luz da revisão historiográfica que desde a década de 1980 tem criticado a “concepção de Estado Absolutista como sinônimo de Antigo Regime” e a “ideia de Estado Moderno como um Leviatã que submeteu a seus caprichos o velho mundo europeu e [...] espoliou as jovens sociedades latino-americanas”⁷⁶.

Aqui temos, entre outras, a tese seminal de John Elliott que nos desafia a explicar a forma política vigente na Espanha moderna segundo o modelo de uma *monarquia compósita*⁷⁷; em Portugal, Antônio Manuel Hespanha esclarece que o regime monárquico deve ser compreendido, acima de tudo, como a *cabeça da Republica*⁷⁸. As consequências dessa revisão para o entendimento da sociedade forjada na América portuguesa têm encontrado no conceito de *monarquia pluri-continental* seu acabamento teórico⁷⁹.

É um processo ainda em curso, farto em evidências empíricas, e no qual se insere a pesquisa que subsidia esse artigo. O fato é que boa parte do “imaginá-

⁷⁵ CINTRA, Sebastião de Oliveira. *Op. cit.*, p. 510.

⁷⁶ FRAGOSO, João. “Prefácio”. In: GUEDES, Roberto. (Org.) *Dinâmica Imperial no Antigo Regime Português: escravidão, governo, fronteiras, poderes, legados. Sécs. XVII-XIX*. Rio de Janeiro: MAUAD X, 2011, p. 13.

⁷⁷ ELLIOTT, John. A Europe of Composite Monarchies. *Past and Present*, 137, nov. 1992.

⁷⁸ HESPANHA, Antônio Manuel. *Às vésperas do Leviathan. Instituições e poder político. Portugal, século XVII*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.

⁷⁹ Cf. MONTEIRO, Nuno. A tragédia dos Távora. Parentesco, Redes de Poder e facções políticas na monarquia portuguesa em meados do século XVIII. In: GOUVÊA, Maria de Fátima Silva; FRAGOSO, João. (Orgs.). *Na trama das redes. Política e negócios no Império Português. Séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010; MONTEIRO, Nuno; CUNHA, Mafalda Soares da. Governadores e Capitães-mores do império atlântico português nos séculos XVII e XVIII. In: MONTEIRO, Nuno; CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda Soares da. (Orgs.). *Optima Pars: elites ibero-americanas no Antigo Regime*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2005; GOUVÊA, Maria de Fátima. Redes governativas e centralidades régias no mundo português ca. 1680-1730. In: GOUVÊA, Maria de Fátima Silva; FRAGOSO, João. (Orgs.). *Op. cit.*; FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. “Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América Lusa nos séculos XVI-XVIII”. *Tempo*, n. 27, 2009.

rio e dos esquemas de pensamento” descritos ao longo do texto “transvasavam largamente o domínio das relações domésticas, aplicando-se, nomeadamente, ao âmbito da república”⁸⁰. Sendo a casa “a primeira comunidade”, as leis mais naturais e, por isso, mais necessárias, são as do governo da casa. Dito de outro modo, uma vez que a família é o próprio “fundamento da república, o regime (ou o governo) da casa é também o fundamento do regime da cidade”⁸¹, razão pela qual apontamos, e nos limitamos por ora, a importância das redes familiares como chave de leitura para a compreensão da república são joanense.

Assim, tendo em vista o crescimento por que passa a região em fins do século XVIII - a população da Comarca do Rio das Mortes quase triplica de tamanho entre 1776 e 1821⁸² -, e o fato de que o estatuto de homem bom era, a princípio, um direito de primogenitura - ou pelo menos uma qualidade localmente atribuída: a partir de que critérios esses novos elementos lusos foram reconhecidos como iguais pelos homens bons já estabelecidos na região para então serem eleitos oficiais da Câmara de São João Del Rei nos dois períodos recortados?

Em sentido amplo, as redes de relações familiares e de parentesco serviram como “verdadeira reserva política e institucional”⁸³ às elites coloniais brasileiras. Elas extrapolavam seu objetivo econômico – manutenção dos bens e propriedades da família -, e acabariam por assumir o sentido “de busca de uma maior previsibilidade e maior interferência no ritmo dos acontecimentos”⁸⁴. Isso fica claro, por exemplo, no movimentado período que vai de 1750 a 1822: apesar das relações familiares perderem força em Portugal a partir da legislação Pombalina, “no Brasil tais práticas [...] adaptaram-se às novas estruturas da política e do próprio Estado”⁸⁵. Não é exagero, portanto, afirmar que, nesse contexto, as

⁸⁰ HESPAÑA, Antônio Manuel. *Op. cit.*, p. 92.

⁸¹ *Idem*, p. 192.

⁸² MAXWELL, Kenneth. *Op. cit.*, pp. 405-406.

⁸³ HESPAÑA, Antonio Manuel. *Poder e instituição no Antigo Regime: guia de estudo*. Lisboa: Cosmos, 1992, p. 95.

⁸⁴ MARTINS, Maria Fernanda. Os tempos da mudança: elites, poder e redes familiares no Brasil, séculos XVIII e XIX”. In: FRAGOSO, João; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de (Orgs). *Conquistadores e Negociantes. Histórias de Elites no Antigo Regime nos Trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 409.

⁸⁵ *Idem*, pp. 421-422.

redes familiares coloniais assumiram ares de uma “cultura política”, reforçando “uma prática de governo e dominação que resistia às mudanças impostas pelas novas conjunturas”⁸⁶. Essa cultura, afeiçoando-se à ordem costumeira da sociedade escravista brasileira, assumiu contornos e vieses próprios neste e naquele século, tendo sido o mecanismo através do qual garantiu-se, por exemplo, a *paz nas senzalas*, afora a prosperidade de um punhado de *famílias, bandos e facções* inúmeras conjunturas adentro.

Em sentido estrito, os laços parentais e de afinidade que do Tejo ao Rio das Mortes permitiram o fluxo de gentes portadoras de códigos culturais, políticos e sociais semelhantes, acabaram por formar/alimentar verdadeiras redes de poder agrupadas ao redor da república são joanense, projetando reinóis e demais súditos do Rei às primeiras fileiras da sociedade colonial.

Arquivos Consultados

Arquivo Municipal da Câmara de São João Del Rei.

IPHAN: Museu Regional de São João Del Rei.

Arquivo Histórico Ultramarino/Seção Minas Gerais.

Arquivo da Matriz de Nossa Senhora do Pilar de São João Del Rei.

⁸⁶ *Idem*, pp. 421-422.

Relações de trabalho e industrialização recente na periferia

Vitor Wagner Neto de Oliveira

A migração de plantas industriais para cidades pequenas e de porte médio, de certa forma, reproduz, internamente no Brasil, o movimento de capital industrial internacional do centro para a periferia. Os atrativos para esse movimento de capital entre regiões brasileiras são, também, os mesmos que movimentam muitos investimentos industriais em nível internacional: mão de obra barata, ausência de tradição sindical na indústria, desregulamentação das leis de proteção ao trabalhador, ausência de obstáculos legais (especialmente ambientais) e facilidades fiscais. A argumentação aqui apresentada para este problema parte do macro (movimento da economia global) para o micro (movimento da economia local). Em um primeiro momento apresenta-se um entendimento da relação entre Estado e capital. Em seguida apresenta-se a cidade em estudo – Três Lagoas, no estado de Mato Grosso do Sul – no que se refere à incorporação de relações de produção industrial nos marcos do período “toyotista”, com vistas a descortinar as relações de trabalho e as condições de vida dos trabalhadores.

Palavras-chave: industrialização recente; relações de trabalho; condições de vida.

Introdução

Este artigo tem por objetivo discutir a política de atração de indústrias para regiões sem tradição industrial, com base em práticas como os baixos salários e a precarização do trabalho, a partir da análise de uma realidade específica vivenciada entre os anos de 1997 e 2010. Para tanto, optou-se por iniciar a apresentação problematizando a história brasileira recente da relação entre Estado e iniciativa privada, interpretando-a como uma linha de continuidade, o que permite entender a fuga de plantas industriais dos centros econômicos tradicionais (nacional e internacional) para a periferia.

* Professor Doutor Adjunto em História UFMS/CPTL. vitorwagnern@yahoo.com.br

The migration of manufacturing plants for small towns and mid-sized, in a sense, reproduces, internally, the international movement of industrial capital from center to periphery. The attractions for this movement of capital between regions of Brazil are also the same move that many industrial investments on the international level: cheap labor, no union tradition in the industry, deregulation of laws protecting workers, absence of legal barriers (especially environmental) and tax concessions. The argument presented here, part of the macro (global

economics movement) to the micro (movement of the local economy). In a first moment presents an understanding of the relationship between State and capital. Then comes the city in the study – Três Lagoas, in the state of Mato Grosso do Sul - as regards the incorporation of relations of industrial production within the framework of the period “toyotist”, in order to uncover the relationship of work and living conditions of workers.

Keywords: newly industrialized, labor relations; living conditions.

Na sequência, o artigo analisa este fenômeno da industrialização recente em regiões interioranas, entendendo-o como inserido na terceira fase de acumulação do capital, conforme a definição de François Chesnais¹, em que se reafirma a relação intrínseca entre Estado e capital.

No tópico seguinte apresenta-se uma narrativa histórica da formação do município de Três Lagoas, no estado do Mato Grosso do Sul: uma cidade do século XX que se transformou acompanhando o movimento de interiorização do Estado e do capital, desde a implantação estatal da ferrovia Noroeste do Brasil, ao momento atual de investimentos privados e estatais a partir de uma política pública de isenção de impostos e, conseqüentemente, atração de indústrias.

Por fim, a análise de dados quantitativos e qualitativos, coletados junto aos operários industriais do município em foco, permite problematizar o discurso de desenvolvimento industrial como promotor de desenvolvimento social. Em todo o percurso da discussão, a preocupação está em entender o lugar que o trabalhador ocupa nesta lógica política e econômica.

Estado e capital na periferia

Até que ponto a *iniciativa privada* é puramente um investimento privado? Esta é uma questão que se coloca em primeiro plano quando analisamos mais de perto o processo de industrialização brasileira nos diversos períodos e, especial-

¹ CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996, p. 14.

mente, a partir da década de 1940 quando se tem mais claramente a disputa entre modelos de desenvolvimento para o país.

Conforme o entendimento clássico de Octávio Ianni² sobre o Brasil independente, quatro modelos de desenvolvimento econômico estiveram em disputa, especialmente a partir do final do século XIX e ao menos até o momento em que o autor escreve *O colapso do populismo no Brasil*, na década de 1960, na vigência do regime civil-militar. Esses modelos eram o agro-exportador; o de substituição de importações; o internacionalista (ou de associação ampla) e o socialista. O que contrapõe esses modelos entre si é a maior ou a menor regulamentação do Estado na economia e a maior ou a menor presença do capital internacional no desenvolvimento dos setores da economia. Nenhum deles questiona a junção de interesses do Estado e do empresariado, como se fosse ponto pacífico o papel do primeiro como órgão de apoio e mesmo de executor dos projetos fundamentados nos interesses privados.

Mesmo ao projeto dos socialistas alvejados por Octávio Ianni (os teóricos e militantes ligados à seção da III Internacional Comunista no Brasil, o PCB, anterior ao golpe de 1964), o Estado deveria ser o agente promotor do desenvolvimento industrial, para a modernização do país, o que possibilitaria abrir o caminho para a revolução burguesa, por essa premissa condição primária para a revolução socialista.

Passado quase meio século do golpe civil-militar de 1964, marco da vitória do projeto político e econômico internacionalista em detrimento das alternativas nacionalistas e socialistas, e percorridas cerca de três décadas do liberalismo econômico revigorado, o papel do Estado como subsidiário da iniciativa privada continua central para garantir a implantação de indústrias e outros projetos econômicos privados.

Mesmo os propalados neoliberalismo e globalização da economia que, no limite e aos defensores do capital, significariam o fim do Estado nacional, tiveram que se mesclar e aliar o capital à força do Estado. As fronteiras econômicas, políticas e culturais continuam garantindo uma maior ou menor pressão do capital para uma maior subjugação do Estado. A última crise do capitalismo global, iniciada em 2008 e ainda em curso, demonstra a permanência dessa relação entre Estado e capital, nas mais diversas nações, sejam essas de governos de frente-

² IANNI, Octávio. *O colapso do populismo do Brasil*. 4ª. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

-popular, como no Brasil e em parte da América Latina, sejam as de governo claramente liberal como nos Estados Unidos e grande parte da Europa.

Essa relação entre Estado e capital não se apresenta de forma homogênea e a principal diferença do processo atual, quando comparado a momentos anteriores, é a rápida incorporação de novas tecnologias, especialmente de comunicação e gestão, no processo produtivo em países periféricos. De periferia do sistema de produção de mercadorias, o que lhes destinava a função de produtores primários na divisão internacional do trabalho, os chamados *países em desenvolvimento* se vêm aceitos como parceiros importantes, mas não iguais na produção industrial do globo. Isso tem aumentado a valorização econômica dos países periféricos, levando, inclusive, alguns governos a pleitearem espaços decisórios em organismos internacionais, como é o caso do Brasil em relação à ONU.

Essas transformações nas relações econômicas internacionais todavia permanecem nos quadros da divisão internacional do trabalho, guiada pela distinção entre centro e periferia, e que destina aos ditos países *emergentes* uma ação de coadjuvantes: ativos, mas coadjuvantes. Nesta perspectiva a ação de um país periférico no jogo do capitalismo internacional será mais ou menos eficaz, quanto mais atrair investimentos externos. Para tanto, a política de desenvolvimento econômico desses países deve estar voltada para essa atração, e as armas privilegiadas desses países são a reserva de mão de obra barata, a desregulamentação das leis de proteção ao trabalhador, a ausência de obstáculos legais e as facilidades fiscais.

As cidades de industrialização recente, localizadas no interior do Brasil, em regiões sem tradição industrial como Norte, Nordeste e Centro Oeste, apresentam empiricamente os problemas desse processo de submissão do Estado ao capital. A migração de plantas industriais³ para cidades pequenas e de porte médio, de certa forma reproduz internamente o movimento de capital industrial internacional do centro para a periferia.

Em que pese o problema teórico da adoção do conceito Cepalino (centro-periferia) para a realidade nacional, apontado por Wilson Cano, na década de 1970, o mesmo é válido para pensar a dinâmica do capital e das relações de

³ Sobre a realocação industrial ver ANTUNES, Ricardo. Anotações sobre o capitalismo recente e a reestruturação produtiva no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo, SILVA, M. A. S. (Orgs.). *O avesso do trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2004, p. 18.

trabalho na atualidade aqui em foco. Nesta mesma obra, o autor identifica São Paulo como centro e o restante do país como periferia, destacando que:

[...] a concepção ‘centro-periferia’ só é válida quando aplicada ao relacionamento entre Estados-nações, e não entre regiões de uma mesma nação, em que a diferenciação de fronteiras internas não pode ser formalizada por medidas de política cambial, tarifária e outras, salvo as relacionadas às políticas de incentivos regionais⁴.

Os atrativos para o movimento de capital entre regiões brasileiras são também os mesmos que movimentam muitos investimentos industriais em nível internacional: mão de obra barata, ausência de tradição sindical na indústria, desregulamentação das leis de proteção ao trabalhador, ausência de obstáculos legais (especialmente ambientais) e facilidades fiscais. Essa dinâmica será abordada nos tópicos seguintes.

Globalização do capital, periferia e relações de trabalho

O movimento internacional de mercadorias e de capital não é recente, e se há alguma linha de continuidade na história do capitalismo é a sua tendência à incorporação de tudo ao âmbito da mercadoria. Disso não se conclui que a história se repete ou que não haja mudanças em seu movimento ao longo do tempo.

Para um período mais recente do século XX, François Chesnais⁵ distingue ao menos três fases de acumulação do capital, compreendidas como “momentos em que numerosos fatores desembocam num novo conjunto de relações internacionais e internas, que ‘formam um sistema’ e que modelam a vida social, não apenas no plano econômico, mas em todas as suas dimensões”. A primeira fase, conforme o autor, seria de 1880 a 1913, identificada com o imperialismo e o liberalismo. A segunda fase teria seu início após a Segunda Grande Guerra, na década de 1940, terminando em 1974-1979, período “nascido das relações políticas (nacionais e internacionais) e das instituições (sindicatos fortes, Estado social)”,

⁴ CANO, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930-1970)*. 3ª. Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007, p. 21.

⁵ CHESNAIS, François. *Op.cit.*, p. 14.

denominado de “fordista”. A terceira fase de acumulação do capital, denominada por François Chesnais de “mundialização do capital”, fora iniciada na década de 1980, marcadamente diferente dos dois períodos antecessores, especialmente no que se refere ao sentido, ao conteúdo e aos resultados da acumulação de capital.

Nesta última fase, a esfera financeira, especialmente centralizada, anônima e ávida pela liquidez e rentabilidade imediata, tem influenciado como nunca antes os investimentos e a distribuição da riqueza produzida, isso em vista da sua junção ao capital industrial. Os Estados nacionais tentam, a todo custo, se apresentar como mercados seguros para os investimentos financeiros a fim de, na medida do possível, atrair o capital industrial. Para tanto, os Estados devem garantir a mesma segurança e liquidez para o investimento industrial: retorno rápido e garantido. É neste contexto que se colocam as novas formas de organização do trabalho, o “toyotismo” por exemplo, como sugere Chesnais⁶. É a adaptação à lógica privada, não só do Estado, mas das relações sociais como um todo, especialmente a partir do trabalho.

Os Estados, principalmente os países periféricos, andam no fio da navalha e ao menor movimento que entre em desacordo com os ditames do mercado um ou outro Estado pode deixar de ser *atraente*, o que significa perder investimentos. Nessa dinâmica, não é o Estado que atrai o capital, mas é o capital que incorpora – ou não – à sua órbita determinadas regiões do planeta. Para a continuidade dessa liberdade de escolha do capital há a necessidade da existência dos Estados nacionais. São as fronteiras que possibilitam a hierarquização entre os países merecedores de investimento e aqueles não merecedores, configurando-se tais países como que *exércitos de reserva* à margem da economia dominante ou precariamente inseridos.

No plano industrial exige-se a adaptação às novas formas de organização da produção e neste sentido a globalização, ou mundialização do capital, deve ser entendida como um fenômeno microeconômico porque tem seus lastros nas relações sociais de produção que são, em última análise, materiais.

O capital inicia sua reação ao avanço operário e à crise econômica, já nos anos 1970, por meio de novos métodos organizacionais no interior da fábrica e na absorção das novas tecnologias de produção.⁷

⁶ *Idem*, p. 17.

⁷ Ver Antunes (2000).

No Brasil, estes movimentos de ascensão e refração do trabalho em alguns momentos e do capital em outros foram destoantes em relação aos países centrais, mas, via de regra atingiu no tempo presente os mesmos patamares, guardadas as singularidades de nosso desenvolvimento industrial. O sindicalismo combativo brasileiro também não foi capaz de construir propostas alternativas ao capital, deixando espaço para a emergência das correntes social-democratas e mesmo de direita explícita, correntes que cada vez mais se aproximam em suas posições, especialmente em uma conjuntura de governo de frente-popular que atraiu para a sua órbita e para os seus cargos as lideranças sindicais.

Na atualidade, a montagem de plantas industriais em cidades pequenas ou médias já parte desta dinâmica. As indústrias, ao optarem por uma região sem tradição industrial, percebem as vantagens de contar com uma mão de obra que não carrega os resquícios do operário formado no período do “novo sindicalismo”. Por outro lado, os empreendimentos não podem contar com o “saber do chão da fábrica”, ou seja, com a experiência do operário das regiões tradicionais na indústria. A solução encontrada para esse problema parece ser a implantação de linhas de produção que não exigem conhecimentos técnicos mais elaborados, bastando cursos simples e rápidos (oferecidos por órgãos governamentais e empresariais) para formação de mão de obra. Nos tópicos seguintes veremos como Três Lagoas, cidade localizada no leste de Mato Grosso do Sul, se insere historicamente nesse movimento de capital e trabalho.

O “progresso” para o sertão

No início do século XX a locomotiva a vapor ainda era, no Brasil, o símbolo da modernidade e do progresso que a Revolução Industrial, iniciada no século XVIII na Inglaterra, espalhou para todo o mundo. Exemplo cabal da evolução da técnica por permitir o transporte de mercadorias e de passageiros por longos cursos e em larga escala, era o sentimento de que junto com a máquina viria a “civilização”, refletida na urbanização.

Particularmente para Três Lagoas essa expectativa se confirmou. De um acampamento de ferroviários, estabelecido em 1909, transformou-se em entreposto comercial em 1913 com a inauguração da primeira estação ferroviária, para se tornar Vila de Três Lagoas em 1915, pertencente à comarca de Santana de Paranaíba, mas politicamente emancipada. A cidade nasceu do trabalho associado ao “progresso”...

Quando o trem da Noroeste do Brasil passou a circular entre Bauru e Porto Esperança, no pantanal mato-grossense, Três Lagoas se transformou em cidade dormitório e se desenvolveu com base no comércio: “Os conquistadores já não eram só os fazendeiros, mas também os negociantes. Com a Noroeste, além do transporte vieram a construção da ponte sobre o rio Paraná, as casas importadoras e exportadoras e os órgãos burocráticos”⁸. A modernidade que se esperava chegar com a ferrovia deveria se refletir na organização da urbe, daí a cidade ter sido planejada com ruas largas e retas a partir da estação ferroviária, com perspectivas futuras de um fluxo crescente de veículos e de pessoas.

A técnica, corporificada na locomotiva, era o símbolo maior da modernidade que possibilitaria o advento do progresso corporificado no ordenamento da urbe. O trabalhador era, neste momento, convocado – e mesmo aliciado em diversas regiões brasileiras e fora do país – a contribuir para o desenvolvimento na construção da ferrovia e depois na operação da mesma⁹. Pretendia-se que esses sujeitos estivessem subsumidos pela aura do progresso, cobertos pela fumaça do vapor. Em 1927, com a conclusão da ponte ferroviária sobre o rio Paraná, a dinâmica urbana se alterou. Houve uma evasão de trabalhadores em vista da desativação do canteiro de obras, repercutindo no decréscimo populacional e comercial, agravado em 1930 com o fim do pernoite do trem. Em 1915 a cidade contava com 9.044 habitantes e possuía 9 hotéis. Em 1935 decresce para 6.034 habitantes, com 4 hotéis. Em 1950 o número de moradores ainda permanecia abaixo do índice de 1915¹⁰.

Esses altos e baixos revelam as características de uma cidade dependente dos investimentos públicos em obras de grande vulto. Isso se repetiria futuramente quando da construção, na década de 1960, da Hidrelétrica de Jupiá, no rio Paraná,

⁸ MENDONÇA, Nadir Domingues. *A (des)construção das (des)ordens: poder e violência em Três Lagoas, 1915-1945*. Tese de Doutorado em História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1991, mimeo., p. 87.

⁹ MORATELLI, Thiago. *Os trabalhadores da construção da estrada de ferro Noroeste do Brasil, experiências operárias de um sistema de grande empreitada (São Paulo e Mato Grosso, 1905-1914)*. Dissertação de Mestrado em História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas, 2009, mimeo.

¹⁰ CATTANIO, Maria Bernadeth. *A dinâmica urbana e a estruturação de Três Lagoas*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Sagrado Coração de Jesus, Bauru-SP, mimeo., p. 13.

vista como um marco das grandes obras de infraestrutura energética do Brasil moderno, que favoreceu o dinamismo urbano em vista da migração de pessoas oriundas de diversas partes do país para constituir na cidade categorias profissionais relevantes na vida política local, os barrageiros e eletricitários. De 17.279 habitantes, em 1960, passa para 43.732, em 1970, um aumento de 128,7%.

No tempo presente, as obras industriais – investimento privado a partir de uma política pública de atração de indústrias – voltam a acelerar as mudanças urbanas e sociais do município ao alterar a base econômica e ao possibilitar a configuração de novos sujeitos a comporem o mundo do trabalho urbano. Em 1996, quando se intensificou a política de atração de indústrias para Três Lagoas, a população correspondia a 74.430 pessoas; em 2010 chegou a 101.722.¹¹ Em uma década a cidade cresceu 28,66%, passando de 79.059 habitantes em 2000, para 101.722 em 2010. Cidades de porte semelhante no Estado, como Corumbá e Dourados, cresceram no decênio, respectivamente 8,38% e 19,19%.

Conforme dados levantados por questionários aplicados aos operários das indústrias de Três Lagoas,¹² os trabalhadores são, em sua maioria, nascidos ou residentes no município há mais de cinco anos, mas também são moradores de outras cidades próximas, especialmente do interior de São Paulo.

Os questionários aplicados em 2005¹³ revelam que: para além dos 16 trabalhadores naturais de Três Lagoas, 14 moravam há mais de doze anos na cidade, 3 há mais de nove anos, 1 há mais de um ano, 6 de um a quatro anos, e 2 há menos de um ano. Em 2010, dos que responderam à questão: 7 trabalhadores eram naturais de Três Lagoas, 10 eram naturais de outras cidades de Mato Grosso do

¹¹ Dados extraídos das estatísticas históricas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE.

¹² Dados analisados pela equipe do projeto de pesquisa “Industrialização recente e relações de trabalho em Três Lagoas-MS” desenvolvido com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq entre 2008-2011 (Edital 06/2008, Jovem Pesquisador). A pesquisa teve por objetivo estudar as condições de vida e trabalho dos operários na cidade, guiada pela hipótese de precarização das relações de trabalho. Aplicou-se, no ano de 2010, questionários quantitativos para 56 trabalhadores dos ramos alimentício, calçadista e têxtil. Os dados daí extraídos foram cruzados com as informações coletadas em 42 questionários semelhantes, aplicados em 2005, o que permitiu perceber as tendências em um espaço de tempo de cinco anos.

¹³ Os questionários de 2005 foram aplicados por pesquisadores iniciantes da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, coordenados pelo autor do artigo e pelo professor Dr. José Carlos Ziliani.

Sul, mas moravam em Três Lagoas, e 19 moravam em cidades próximas, especialmente no interior de São Paulo. Os números demonstram que Três Lagoas tem se tornado um centro regional de atração de trabalhadores, muitos dos quais “pendulares” por não residirem na cidade.

Quanto ao êxodo rural, o que pode revelar mudanças nas formas tradicionais de trabalho e produção, também houve alteração acelerada, diminuindo significativamente a já reduzida população rural, em uma região de predominância da grande propriedade pecuária: 6,82% da população do município, em 2000, vivia na zona rural; em 2010 apenas 4,15%, uma variação de 2,67, enquanto Corumbá permaneceu inalterado e Dourados variou em 1,49.¹⁴ Os trabalhadores rurais encontram na cidade o emprego na indústria, como revelam os questionários aplicados, mas também o trabalho no campo, todavia ligado à indústria, no cultivo e extração de eucalipto para a fabricação da celulose e do papel.

A realidade atual, de certa forma, é a realização de um desejo de progresso que as elites políticas locais, ligadas à pecuária e ao comércio, historicamente esperaram. Um desejo que vem se renovando a cada momento em que se dão os investimentos em grandes obras.

Em meados da década de 1990, no auge do denominado neoliberalismo no Brasil, o governo municipal e órgãos representantes dos empresários de Três Lagoas passaram a discutir com maior ênfase a possibilidade de industrialização do município. As possibilidades se apresentavam mais reais quanto mais se tinham incentivos financeiros e fiscais oferecidos pelo município, como por exemplo: doação de terras, isenção de imposto predial e territorial; pelo Estado, dava-se ainda a isenção de 67% do ICMS a pagar em um prazo de dez anos e pela União, a elaboração do Fundo Constitucional do Centro Oeste, por intermédio do Banco do Brasil e pelo BNDES que concede financiamento com juros facilitados e carência na construção do prédio e compra de maquinário.

O discurso empresarial e governamental veiculado pela imprensa ressalta a localização do município, na divisa com o Estado de São Paulo, bem como a

¹⁴ Kudlavicz observa que o êxodo rural na região de Três Lagoas se relaciona também ao monocultivo do eucalipto, utilizado na indústria papeleira. In: KUDLAVICZ, Mieceslau. *Dinâmica agrária e a territorialização do complexo celulose/papel na microregião de Três Lagoas/MS*. Dissertação em Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas, 2011, mimeo., p. 56.

infraestrutura energética (usinas hidrelétrica e termoelétrica) e de transporte (ferrovia, hidrovia e rodovias) como principais aspectos de atração de investimentos industriais. Os incentivos fiscais, via de regra, aparecem, nesse discurso, como se fosse algo subliminar e sempre insuficiente, algo ainda a ser conquistado ou ampliado via reforma tributária e trabalhista. No que se refere à mão de obra esta aparece quase sempre como algo a ser formado, daí a demanda, muitas vezes forjada pelo discurso, por cursos profissionalizantes. O trabalhador, neste sentido, é visto como sempre insuficientemente formado, interpretação que oculta a questão do valor da mão de obra e a fragilidade da organização coletiva desses trabalhadores, como principais atrativos.

Talvez o que diferencia, significativamente, o discurso anterior de modernidade, quando da construção da ferrovia e da hidrelétrica, para o que se apresenta neste momento da industrialização como sinônimo de *progresso*¹⁵, é o lugar que o trabalhador ocupa nessa perspectiva.

No primeiro caso, para se justificar os investimentos na ferrovia e na hidrelétrica, o discurso se guiava pela questão da unidade nacional, pelo desenvolvimento da Nação: avançar a civilização rumo à fronteira oeste e dotar o país de infraestrutura energética para garantir o desenvolvimento industrial no centro-sul. O trabalhador era lembrado de forma ligeiramente distinta no contexto da construção da ferrovia e da hidrelétrica: para o primeiro contexto (da ferrovia na década de 1910), os trabalhadores a compor o universo do trabalho seriam o degredado, o imigrante japonês, os aliciados no Paraguai e na Argentina, que empreenderiam o esforço de implementação de um agente civilizador (a locomotiva); para o segundo momento (da hidrelétrica na década de 1960), seriam os flagelados do nordeste que não somariam esforços para a construção da grande obra, um projeto nacional para resolver o gargalo do desenvolvimento industrial do centro-sul (a energia).

A partir da década de 1990 e mesmo no contexto atual, o desemprego local e o atraso regional em relação aos centros “desenvolvidos” do país são colocados

¹⁵ Conforme Alves “os sujeitos que trazem em seu discurso” o conceito de “progresso”, na atualidade de Três Lagoas, “abrangem a *cúpula* dos dirigentes da cidade, e atuam em busca da realização de interesses particulares e não da sociedade como um todo.” In: ALVES, Walter de Assis. *Trabalhadores têxteis em Três Lagoas: experiências de trabalho, práticas sociais e atuações políticas*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Uberlândia, 2009, mimo., p. 11.

pela administração pública e os interesses privados como justificativas para os esforços estatais de atração de indústrias. O trabalho – ou a falta deste –, portanto, surge como fenômeno local já consumado. Não é mais um esforço nacional, mas sim regional e até local de procurar uma saída para a economia estagnada. Para tal, idealiza-se o desenvolvimento industrial de São Paulo, busca-se a aproximação deste mercado como fornecedor de produtos industriais e, ao mesmo tempo, intensifica-se uma “guerra fiscal” contra o mesmo, com a adoção de incentivos que atraem empresas de São Paulo para a região.

No que se refere ao trato da questão regional e ao desenvolvimento, Wilson Cano¹⁶ salienta que existem quatro mitos. Aproximando a reflexão deste autor para a realidade analisada, um em particular diz respeito diretamente ao conteúdo da discussão sobre a industrialização recente em Três Lagoas:

[...]o mito de tomar como paradigma do ‘desenvolvimento’ as regiões industrializadas como São Paulo, e advogar, para as regiões mais pobres do país, uma política de industrialização como meio de eliminar o atraso, as disparidades, o desemprego e o subemprego. A industrialização seria, enfim, o mecanismo redentor do sofrimento regional.

Os dados colhidos e analisados na pesquisa sobre “industrialização recente e relações de trabalho”, a partir de questionários, referendam essa assertiva de Wilson Cano, ao mesmo tempo em que demonstram os dilemas do trabalhador diante das novas formas de organização da produção.

Considerações quantitativas e qualitativas

A partir da análise dos dados quantitativos e qualitativos da pesquisa, é possível observar que, ao comparar o salário médio dos trabalhadores, nos dois períodos, houve redução da média salarial no fim do período (2010), com 40 trabalhadores (de 56 abordados) recebendo um salário mínimo, enquanto no início do período (2005) 30 trabalhadores (de 42 abordados) recebiam dois salários mínimos em média. Isso demonstra que embora o número de emprego na indústria tenha crescido no período, o salário mínimo continua como a alavanca do

¹⁶CANO, Wilson. *Op. cit.*, p. 26.

processo de industrialização: de janeiro de 2005 a dezembro de 2009 no setor da indústria de transformação houve 29.006 contratados e 25.479 desligamentos, com saldo de 3.527 admissões.¹⁷

Uma aparente contradição surge quando abordamos as condições de vida do trabalhador, objetivada nos bens de consumo. Há um aumento significativo de praticamente todos os aparelhos de uso doméstico, como: computador, acesso a internet, telefone, freezer, chuveiro elétrico, máquina de lavar roupas e televisor. Embora os trabalhadores tenham aparentemente a possibilidade de maior poder de compra, o que parece haver é uma maior oferta de produtos, principalmente eletrônicos, que vem se difundindo neste período recente, facilitados pelas linhas de crédito, financiamentos e outros mecanismos de oferta de capital. A oferta destes produtos, todavia, não tem relação direta com a industrialização local, pois os produtos fabricados em Três Lagoas são destinados para outros centros e são comercializados na cidade como bens importados do sudeste. Os preços desses produtos, inclusive, não diferem de outras cidades não industrializadas do Estado de Mato Grosso do Sul. Não há, neste sentido, um processo de substituição de importação inter-regional”

Em uma rápida comparação com Corumbá, na fronteira oeste, uma cidade de porte semelhante, mas que não tem os atrativos que o discurso da administração municipal apresenta para o caso de Três Lagoas – quais sejam, proximidade com o Sudeste, vias de transporte e energia abundante –, é possível verificar que a industrialização não gera, por si só, melhoria da renda. Nas estatísticas do IBGE de 2008, relacionadas ao pessoal ocupado formalmente em diversos ramos de empresas e média salarial, Corumbá aparece com 15.188 pessoas ocupadas em 1.780 empresas, e Três Lagoas com 25.493 trabalhadores em 2.500 empresas. O salário médio mensal estava em 2.7 salários mínimos em Três Lagoas e 3.10 em Corumbá.

Pode-se deduzir que o salário industrial pago em Três Lagoas (cerca de um salário mínimo) acaba puxando a média para baixo, quando comparado com uma cidade que tem outros setores, que não o industrial, como principais empregadores.

Ao analisar a formação profissional percebe-se uma diminuição na taxa de qualificação da mão de obra via cursos profissionalizantes. Em 2005 exatamente a metade dos trabalhadores abordados disse que tinha realizado cursos de forma-

¹⁷ Conforme dados do CAGED Estabelecimento: <http://cagedestabelecimento.caged.gov.br/>

ção profissional para ingressar na indústria. Em 2010 há uma mudança significativa, com 71% afirmando não possuir curso de formação e 29% respondendo que fez curso para ingresso. Isso pode representar algumas hipóteses: primeiro, em relação ao ano de 2005, ainda era uma fase de consolidação das indústrias dos ramos têxtil, alimentício e calçadista, carentes de mão de obra qualificada para alimentar a linha de produção; segundo, em relação a 2010, a mão de obra é formada dentro das empresas, sendo que grande parte dos trabalhadores já passou por mais de um emprego industrial.

Os dados relacionados a organização sindical revelam discrepâncias significativas entre os dois períodos analisados, explicadas pela dinâmica das relações de trabalho e perspectivas de emprego e salário. Em 2005 tinha-se um número razoável de trabalhadores sindicalizados, cerca de 43% do total abordado, mas nesta mesma abordagem apenas 29% dos trabalhadores reconheciam a existência de sindicato formalmente organizado. No ano de 2010 observa-se um aumento significativo no reconhecimento de sindicatos organizados pelos 52% dos abordados, enquanto o número de sindicalizados diminui para 20%.

Isso coloca algumas questões sobre a existência de sindicatos formados no “chão das fábricas”, reconhecidos, por parte dos trabalhadores, como instrumentos de luta cotidiana e de defesa de direitos. Por certo, esse movimento talvez seja explicado a partir de um olhar mais global em relação à fragmentação da classe trabalhadora e o não reconhecimento das associações sindicais como instrumentos de luta coletiva. Por outro lado, vemos que os sindicatos representantes dos trabalhadores locais, em muitos casos, estão organizados em federações que a princípio não estão diretamente ligadas às questões orgânicas dos trabalhadores três-lagoenses, por atuarem em outras cidades e/ou estarem ligadas de alguma forma com a representação patronal.

No entanto apreendemos algumas distinções quanto a essas organizações, pois o trabalhador, mesmo que em sua maioria não seja sindicalizado, sente a ausência de um sindicato forte para auxiliá-lo em seus direitos básicos como, por exemplo, o salário e o ritmo de trabalho, dois problemas recorrente na fala dos trabalhadores.

Perguntados sobre a permanência no emprego, muitos trabalhadores consideram que esta depende deles próprios e não do empregador ou do governo. Apesar dessa autoconfiança é visível a quantidade de reclamações quanto a car-

ga excessiva de trabalho, assim como os fatores de risco a saúde em vista dos movimentos repetitivos e do contato com agentes químicos, físicos e biológicos.

Por ser recorrente, na fala do empregador, a distinção entre o trabalhador três-lagoense em relação ao trabalhador migrante, especialmente vindo do Sudeste, um dos objetivos do questionário aplicado foi levantar a percepção do trabalhador quanto a essa questão. A maioria dos trabalhadores percebe que há um tratamento diferenciado e que os de “lá” (de São Paulo) têm melhor remuneração e possuem qualificação. As empresas, conforme as entrevistas, lhes tratam de maneira distinta e isso aparece porque tais trabalhadores, pendulares interestaduais, contam com o “auxílio transporte e melhores salários”, conforme resposta livre de um trabalhador ao questionário.

A respeito da provável distinção entre trabalhadores de Mato Grosso do Sul e de São Paulo, empregados nas indústrias de Três Lagoas, são interessantes as considerações do trabalhador Willian (23 anos), proveniente de Birigui-SP:

Aqui no Mato Grosso do Sul o que acontece nas empresas que está meio complicado ainda é a questão da mão de obra. Eu não sei se é porque o pessoal daqui sempre esteve acostumado a trabalhar na agricultura ou na pesca, ficou meio complicado trabalhar assim, eles não estão acostumados a seguir horário, receber ordens, então a gente sofre um pouco (...) porque aqui a mão de obra é uma das coisas mais difíceis que tem, por isso também que o pessoal muitas vezes traz gente de fora, porque acha uma mão de obra assim boa, aqui tem, lógico que tem, só que é difícil, não é fácil.¹⁸

Mesmo havendo, segundo os trabalhadores, uma possível “desigualdade” de tratamento para com os trabalhadores sul-mato-grossenses, se comparados aos demais, esses, pelo que sugerem as entrevistas, estão se adaptando ao contexto das fábricas e de suas necessidades por mão de obra qualificada, como observa Alves: “parte da população três-lagoense é moldada às novas circunstâncias econômicas, que exigem profissionais com habilidades diferenciadas daquelas até então prevalentes na cidade como requisito para a inserção no mercado de trabalho”¹⁹.

No início da implantação de indústrias no município havia uma intensa rotatividade do trabalhador nas empresas, em vista de um maior número de contratos

¹⁸ Entrevista gravada em 22 de agosto de 2011, pela bolsista de Iniciação Científica Mariana Souza do Nascimento.

¹⁹ ALVES, Walter de Assis. *Op. cit.*, p. 127.

temporários (em 2005, 12% dos entrevistados responderam ser temporários) e da terceirização na contratação via agências de emprego (12% entraram via agência e outros 38% por outros meios que não direto com a empresa). Em 2010 a rotatividade, revelada pela permanência em torno de 6 meses a 2 anos no emprego, parece acontecer por iniciativa do trabalhador em se desligar da empresa em busca de melhores condições salariais em outras indústrias, conforme os dados seguintes: 7% dos trabalhadores trabalhavam com contrato temporário, 98% dos trabalhadores tinham contrato diretamente com a empresa e 2% com agências de emprego.

A mudança por conta própria de emprego é permitida pela maior oferta de vagas, em relação ao número do desemprego, se comparado ao momento inicial da industrialização, ocorrido no final da década de 1990 e primeira metade da década de 2000. Por outro lado, permanece ainda a lógica apontada por Alves quanto à rotatividade da mão de obra que estaria ligada “às novas estratégias do mercado de trabalho, amparado pelo método do regime flexível de contratos, que mantém um fluxo volátil de contratações e dispensa de trabalhadores, sem maiores barreiras burocráticas e controle legal”²⁰.

Quanto ao aumento da receita do município em vista da implantação de indústrias, mesmo com a isenção fiscal, é de se notar que a elevação do PIB, como ocorrido abruptamente em 2009, quando se inicia a produção de celulose na International Paper (atual Fibria),²¹ não refletiu, até o tempo presente, em aumento da qualidade de vida na cidade, se considerarmos esta qualidade como melhoria na infraestrutura urbana, com saneamento básico, calçamento de ruas, investimento em saúde e educação, entre outras necessidades, bem como no aumento real do salário do trabalhador.

Ao comparar os gastos mensais e os salários, em 2005 e 2010, percebe-se o aumento no custo de vida, em um ambiente de intensa especulação imobiliária. Conforme levantamento feito por meio dos questionários, a média salarial dos operários da indústria, em 2005, era de dois salários mínimos (R\$600,00), en-

²⁰ *Idem*, p. 152.

²¹ Em matéria divulgada amplamente na imprensa local e nos cadernos de economia dos jornais nacionais, no ano de 2008, a fábrica de celulose International Paper, construída de 2008 a 2009, ao entrar em operação iria aumentar o PIB do município em 300%, colocando-o em 5º lugar no Centro Oeste, e em escala, aumentaria o PIB do Estado em 13% e o do Brasil em 0,15%. *Midiama-xnews*, 29 de fevereiro de 2008. http://www.midiamax.com/view.php?mat_id=317133

quanto os gastos médios mensais com aluguel e alimentação giravam em torno de R\$450,50 comprometendo três terços do ganho do trabalhador. Em 2010 o salário para a maioria dos operários da indústria era de R\$510,00 (um salário mínimo), enquanto os gastos médios mensais com aluguel e alimentação girava em torno de R\$600,00, o que comprometia a totalidade do ganho do trabalhador. A sobrevivência vem por meio das horas extras de trabalho e do incremento na renda via outras atividades ou de outros membros da família.

Considerações finais

Em que se pese a utilização dos números do crescimento de indústrias e de emprego industrial serem utilizados pelos “empreendedores” para “sedimentar a imagem de evolução social na cidade”, como se “os benefícios trazidos, e a trazer, pelas fábricas iniciam-se e finalizam nos valores quantitativos”²², os números servem, aqui, para questionar o mito do progresso social e mesmo de crescimento econômico.

Neste sentido, a pesquisa ainda levantou diversos outros dados estatísticos que confirmam as hipóteses de precarização das relações de trabalho e de baixos índices de condições de vida dos operários na cidade. Esses dados possibilitam questionar o mito do desenvolvimento industrial a qualquer preço como algo que trará, inexoravelmente, benefícios à população.

Cabe indagar ainda sobre o custo benefício deste desenvolvimento, algo que pode ser revelado a partir do estudo dos dados sobre a renúncia fiscal – em vista das leis de incentivo à implementação de indústrias – e da concentração/distribuição da riqueza, um estudo ainda por ser realizado.

²² ALVES, Walter de Assis. *Op. cit.*, p. 117.



Dossiê
Mídia e Política

Mídia, poder e a (des) construção da democracia no Brasil contemporâneo*

Antônio de Almeida**

Os empresários dos meios de comunicação, no Brasil, para justificarem seus argumentos contra a proposta de um possível controle social sobre os conteúdos veiculados pela mídia (contida no decreto presidencial que aprovou o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3) recorrem à defesa da liberdade de imprensa como estratégia para acobertar os seus reais interesses: o controle da mídia por uma minoria, mantendo os veículos de comunicação e informação como fortes instrumentos de poder que asseguram o monopólio da informação e, por consequência, a versão unilateral dos fatos, obliterando o intercâmbio de opiniões entre as pessoas e inviabilizando uma melhor e maior compreensão da realidade.

Palavras-chave: Mídia, poder, democracia.

To justify their arguments against the proposition of a possible social control over the content served by the media (contained in the presidential decree which approved the National

Os empresários dos meios de comunicação, no Brasil, para justificarem seus argumentos contra a proposta de um possível controle social sobre os conteúdos veiculados pela mídia (contida no decreto presidencial que aprovou o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3) recorrem à defesa da liberdade de imprensa como estratégia para acobertar os seus reais interesses: o controle da mídia por uma minoria, mantendo os veículos de comunicação e informação como fortes instrumentos de poder que asseguram o monopólio da informação e, por consequência, a

* Uma versão resumida deste foi apresentada no XX Encontro Regional de História da ANPUH – São Paulo, realizado em Franca-SP, de 06 a 10 de setembro de 2010.

** Doutor em história pela Universidade de São Paulo. Professor Associado da Universidade Federal de Uberlândia. antonioa@ufu.br

Program for Human Rights - PNDH-3), media entrepreneurs, in Brazil, resort to defending the freedom of press as a ploy to cover up their real interests: media control by a minority, thus keeping the vehicles of communication and information as powerful instruments of power

that ensure the monopoly of information and, consequently, the biased version of the facts, obliterating the opinion exchange between people and making impossible a better and deeper understanding of reality.

Keywords: Media, power, democracy.

versão unilateral dos fatos, obliterando o intercâmbio de opiniões entre as pessoas e inviabilizando uma melhor e maior compreensão da realidade.

A reação orquestrada pelos empresários dos meios de comunicação, no Brasil, amplamente apoiada por outros setores conservadores nacionais, contra o decreto presidencial que aprovou, em 2009, o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3, e a repentina assimilação por parte do governo a essas críticas, são fatos carregados de significativos elementos para alimentar o debate sobre os conteúdos relativos à comunicação e informação, contidos naquele documento oficial. Mais do que isso, entretanto, os desdobramentos desses episódios fornecem pistas para se compreender o papel dos meios de comunicação para a construção da democracia brasileira.

O principal alvo das críticas, que ganhou espaço considerável nas páginas dos jornais impressos e nos noticiários das emissoras de rádio e televisão, tornando-se assunto prioritário em várias reuniões, conferências, debates e manifestos, promovidos pelos proprietários dessas mídias desde que o PNDH-3 foi tornado público, em dezembro de 2009, foram as propostas que preveem o acompanhamento dos conteúdos difundidos pelos veículos de comunicação e informação. Os empresários do ramo e seus ideólogos ou representantes, consideraram essas propostas uma ameaça à democracia, posto que, se colocadas em prática, subverteriam a ordem jurídica e abririam espaços para medidas autoritárias que atentam contra o Estado Democrático de Direito, configurando-se, para alguns, até mesmo como um disfarçado golpe branco.

As teses que compreendem a liberdade de externar opinião, entendida como valor indispensável para a democracia, ganharam relevância desde a antiguidade clássica, diante da necessidade dos cidadãos gregos contarem seus feitos no

interior da polis. Com essa valorização da palavra, “a mais importante atividade para o ser - livre desloca-se do agir, para o falar, da ação livre para a palavra livre”¹. Com a modernidade, como as argumentações justificadoras do liberalismo procuraram aproximar aquela ideologia da própria história da democracia, o significado da liberdade de expressão cresceu enquanto valor universal, tornando-se símbolo referencial para identificação da condição moderna dos estados nacionais e cláusula obrigatória para as democracias republicanas. Coroando esse processo, a Assembléia Geral das Nações Unidas fez constar da Declaração Universal dos Direitos Humanos que “toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão” incluindo o direito de “receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras”². No Brasil, com as conquistas sociais que possibilitaram por fim ao amordaçamento imposto pelo regime de exceção, que perdurou no país por mais de duas décadas, a chamada constituição cidadã, de 1988, superando o “entulho” autoritário dos tempos da censura e da mutilação da palavra, assegurou que “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença” e garantiu que a “manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição” e que “nenhuma lei conterà dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social”³.

Diante de tal constatação, é necessário admitir que os integrantes do coro conservador, ao se insurgirem contra um possível acompanhamento dos conteúdos difundidos pelos veículos de comunicação e informação, rejeitando qualquer iniciativa de controle social sobre a mídia, apresentam argumentos convincentes sobre as possíveis conseqüências dessas propostas, caso implementadas, em termos de restrição da liberdade de expressão, podendo até significar, com foi alardeado, um retrocesso que remete aos tempos da censura imposta pela ditadura civil-militar no país. Ao menos, foi isso que deu a entender o comportamento governamental,

¹ ARENDT, Hannah. *O que é Política?* Rio de Janeiro: Bertrand, 1999, 2ª ed., p. 56.

² DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Assembléia Geral das Nações Unidas, 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/>. Acessado em 10/05/2010.

³ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Brasília, Senado Federal, 1988, p. 06, 144.

ao adotar com inusitada rapidez as providências necessárias para o atendimento das demandas empresariais, recuando em sua proposta inicial e revendo sua posição em menos de cinco meses após ter sido oficialmente anunciada, mesmo tendo como decorrência um claro desgaste para o Presidente da República e uma vitória da oposição, que, funcionando como porta-voz da grande mídia, soube capitalizar as críticas do setor, fazendo-as repercutir dentro do Congresso Nacional.

Para além das divergências entre diferentes campos políticos, evidentes nesses episódios, cabe refletir, também, sobre os aspectos menos visíveis que possibilitaram essa rápida vitória empresarial, impondo o descarte das propostas contidas no PNDH-3, promovido pelos seus próprios formuladores, antes mesmo que a matéria tramitasse no Congresso Nacional.

Uma primeira hipótese poderia ser levantada sugerindo uma possível superficialidade das propostas, as quais, desprovidas da necessária fundamentação, perderam sustentabilidade e não passaram sequer pelo crivo das primeiras críticas. Nesse aspecto, é necessário esclarecer que as proposições defendendo um acompanhamento social sobre o conteúdo veiculado pela mídia, contidas no documento oficial e alvo preferencial das críticas, apesar de significarem uma novidade em termos formais, diante da falta de normatização estatal nessa área, elas não apresentaram nenhum ineditismo que justificasse o suposto espanto causado a alguns setores. Na verdade, a defesa da democratização da comunicação no Brasil é antiga e ressurgiu com mais força, por motivos óbvios, no período posterior a ditadura civil-militar, encabeçada por variados setores e entidades da sociedade civil, porém, com pouco ou nenhuma repercussão junto aos organismos governamentais. Em julho de 1994, reunidas em Salvador, mais de trinta entidades integrantes do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação - FNDC aprovaram um documento que serviu como referência para seus representantes dialogarem com o Estado, com os partidos políticos e com a sociedade civil, na defesa das suas proposições. Entre os principais objetivos traçados pelas entidades ali reunidas, definiu-se pela necessidade de “estabelecer formas de controle público sobre os meios de comunicação de massa” entendendo esse procedimento como “um processo eminentemente político, não burocrático, formalista ou censório”, ou seja, uma conduta que poderia criar as condições necessárias “para orientar as decisivas determinações do conteúdo destes meios no desenvolvimento da cultura e da

democracia no país”⁴. Nesses termos, ao se referir aos sistemas de comunicações, o FNDC definiu como principal objeto do controle público os conteúdos veiculados, ou seja, a essência do que os meios de comunicação produzem e divulgam. Sobre as outorgas de concessões e permissões de frequências de rádio e canais de televisão, o Fórum teceu profundas críticas avaliando que, em muitos casos, elas são “inevitavelmente utilizadas como instrumento de barganha política e eleitoral e troca de favores” e que os procedimentos geralmente são feitos “sem qualquer fiscalização efetiva por parte da sociedade”, abrindo espaços para “práticas permeadas pelo patrimonialismo, corporativismo e cartorialismo, (...) subordinadas aos interesses de grupos econômicos e corporativos”⁵.

Mais recentemente, a Primeira Conferência Nacional de Comunicação – 1ª CONFECOM, realizada em Brasília pelo Ministério das Comunicações, em dezembro de 2009, pode ser considerada como uma das atividades mais significativas em termos de discussão da temática da democratização das comunicações no Brasil. Essa atividade reuniu mais de 1.600 delegados, escolhidos em conferências estaduais realizadas nas 27 unidades da federação, representando variados movimentos sociais, parte dos empresários de comunicação e telecomunicações e diversos setores do governo. Dentre as 665 propostas aprovadas no evento, destacam-se a criação de conselhos de comunicação, nos âmbitos federal, estaduais e municipais, com atribuições para “acompanhar a execução das políticas públicas, que garantam o exercício pleno do direito humano à comunicação” especialmente no que diz respeito aos conteúdos veiculados, às políticas de concessões e aos mecanismos de distribuição, assegurando, para isso, mecanismos de fiscalização “com controle social e participação popular”⁶. No que diz respeito mais diretamente a imprensa, os delegados aprovaram a

criação de um código de ética do jornalismo brasileiro como um dos mecanismos de controle público e social visando garantir a qualidade da informação veiculada pelos meios de comunicação, sejam eles impressos, audiovisuais e demais mídias, tendo em vista a democratização da comunicação no Brasil⁷.

⁴ FÓRUM NACIONAL PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO – FNDC. Bases de um programa para a democratização da comunicação no Brasil, Salvador – BA, julho de 1994. Disponível em: <http://www.fndc.org.br>, acessado em 26/06/2010, p. 08.

⁵ *Idem*, p. 07-08.

⁶ PRIMEIRA CONFERÊNCIA NACIONAL DE COMUNICAÇÃO, Caderno de propostas aprovadas, Brasília, Ministério das Comunicações, 2009.

⁷ *Idem*.

Os resultados dos eventos anteriormente elencados, dentre tantos outros promovidos pelas instâncias formais do Estado ou por setores organizados da sociedade civil brasileira, são suficientes para se deduzir que a repercussão negativa das propostas governamentais, contidas no PNDH-3, junto aos empresários da comunicação e demais setores conservadores do país, não pode ser atribuída à supostas improvisações de última hora, amadorismo dos seus formuladores ou falta de discussão sobre as principais teses inseridas naquele documento. Pelo contrário, cabe reconhecer o mérito governamental em ter sido sensível ao acúmulo das discussões promovidas ao longo dos últimos anos nessa área. Aliás, quando as críticas contra o decreto presidencial ameaçavam tomar corpo a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República - SEDH, responsável direta pelos conteúdos ali contidos, veio a público para reforçar justamente a participação social na elaboração do programa por meio de atividades realizadas durante o ano de 2008 em todos os estados brasileiros, envolvendo diretamente mais de 14 mil pessoas, e, justificando que o texto produzido incorporou propostas aprovadas em cerca de 50 conferências nacionais realizadas desde 2003. Além disso, a SEDH informou que a versão preliminar do programa ficou disponível no site daquele organismo federal durante o ano de 2009, aberto a críticas e sugestões. O entusiasmo externado por alguns profissionais da área, como, Laurindo Lalo Leal Filho e Venício Lima, em relação à Primeira Conferência Nacional de Comunicação, parece confirmar a informação oficial. O primeiro qualificou o evento como um marco histórico no país, afirmando que “nunca se discutiu tanto a comunicação no Brasil do ponto de vista quantitativo e qualitativo. Durante décadas, esse debate foi restrito a alguns círculos acadêmicos ou sindicais. Hoje, toda a sociedade brasileira entende a necessidade de discutir criticamente os meios de comunicação para transformá-los”. Lima, por sua vez, avaliou o evento como a concretização de uma reivindicação histórica dos movimentos sociais que se constituiu num avanço democrático com o qual os grupos privados de mídia não souberam lidar.

Excluída essa primeira hipótese, persigamos outros caminhos em busca de elucidação para as preocupações anteriormente levantadas, numa tentativa de compreender os reais motivos que levaram os empresários da área de comunicação a se insurgirem contra as propostas do PNDH-3 e, mais do que isso, as razões pelas quais os setores governamentais se apressaram em atender as suas exigências. Iniciemos essa nova busca seguindo as pistas deixadas pelos

próprios empresários e por suas entidades representativas, no que diz respeito ao comportamento dos mesmos em relação à 1ª CONFECOM. Inicialmente, é necessário esclarecer que quando a proposta foi formulada pelo governo para a realização dessa atividade, as principais entidades representativas da grande mídia, não apenas se dispuseram a participar, mas, até mesmo, integraram a Comissão Organizadora do evento. Entretanto, logo no início dos trabalhos seis dessas entidades (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, Associação Brasileira de Internet, Associação Brasileira de TV por Assinatura, Associação dos Jornais e Revistas do Interior do Brasil, Associação Nacional dos Editores de Revistas e Associação Nacional de Jornais) iniciaram um processo de boicote às conferências estaduais que culminou com uma nota pública, assinada conjuntamente, anunciando a retirada de todas elas da Comissão Organizadora da 1ª CONFECOM. Como justificativa, alegaram divergências na confecção do regimento interno e do documento-base de convocação das conferências estaduais, que precederam à atividade nacional. Assim, permaneceram na Comissão Organizadora apenas duas entidades empresariais, a Associação Brasileira de Radiodifusores, que congrega a rede Bandeirantes e a Rede TV, e a Associação Brasileira de Telecomunicações. A partir daí, os veículos de comunicação vinculados às entidades dissidentes não pouparam críticas ao evento e aos seus resultados. O jornal “O Globo” caracterizou as medidas aprovadas como “restritivas à liberdade de imprensa, de expressão e da livre iniciativa”. A Rede Globo de televisão, por meio do Jornal Nacional, avaliou em editorial que a representatividade da CONFECOM estava comprometida, pois, “seis das mais importantes entidades empresariais” deixaram de participar do evento por considerarem “as propostas de estabelecer um controle social da mídia uma forma de censurar os órgãos de imprensa, cerceando a liberdade de expressão, o direito à informação e a livre iniciativa, todos previstos na Constituição”. Os pronunciamentos do presidente da Associação Nacional dos Editores de Revistas, Roberto Muylaert, e do presidente da Associação Nacional dos Jornais do Interior, Miguel Ângelo Gobbi, são auto-explicativos sobre as pretensões empresarias e os motivos que os levaram a se retirarem da 1ª CONFECOM. O primeiro alegou que, apesar de não ter nada contra os movimentos sociais que participaram do evento, a saída das entidades empresariais das discussões ocorreu porque os seus representantes ficaram em minoria, ou seja, “em grande desvantagem”. Gobbi, por seu lado, argumentou que depois de quase 45 horas de reuniões os trabalhos não tinham avançado,

ênfatizando que a temática em pauta sobre o controle social da mídia “é algo que arrepiá todo mundo”, e lamentou que os empresários, embora desejassem ter voz ativa nas discussões, eram minoria, portanto, “voto vencido”. Nota-se, com isso, que com o andamento dos trabalhos, dado o princípio organizativo que ali se estabeleceu, minaram as possibilidades dos setores empresariais deterem o controle das deliberações, diminuindo as chances dos mesmos aprovarem as suas propostas e darem a elas um ar de legitimidade e de participação social. A estratégia da retirada, além de não comprometê-los com uma discussão ampla, aberta e democrática, proporcionada pela 1ª CONFECOM, deixou-os livres para utilizarem os seus poderosos veículos de comunicação como ferramentas para desqualificar o evento e não aceitar a legitimidade das propostas aprovadas.

Para além das evidências relativas às diferentes visões sobre um possível controle social da programação dos meios de comunicação e informação é necessário avaliar que os fatores geradores de tanta polêmica em relação a essa temática não se limitam ao mundo dos negócios ou aos interesses econômicos vinculados aos setores empresariais da área. Trata-se de uma disputa no campo simbólico, nos termos defendidos por Pierre Bourdieu⁸, para constituição de valores instituidores de imaginários e representações sociais que reconhecem e legitimam pessoas e posturas, orientando o comportamento social. Por isso, como observou Bronislaw Baczko, os meios de comunicação de massa ao garantirem a um único emissor a possibilidade de atingir uma grande audiência, fazendo uso da multiplicidade de meios técnicos hoje disponíveis, “amplificam extraordinariamente as funções performativas dos discursos e, nomeadamente, dos imaginários sociais que eles veiculam”, tecendo relações “extremamente complexas entre informação e imaginação”⁹. Mais do que isso, além de aumentar o fluxo das informações, os meios de comunicação de massa modelam as suas características. Devido tanto à quantidade, quanto a qualidade, as informações estão expostas às manipulações por parte dos emissores, chegando aos receptores de forma atomizada e fragmentada, realçando os acontecimentos ou condenando-os ao ostracismo segundo os interesses de quem detém o controle. Dito de outra forma, os meios de comunicação tanto podem fabricar os imaginários sociais,

⁸ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

⁹ BACZKO, Bronislaw. *Imaginação Social*. Portugal: Enciclopédia Einaudi, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985, p. 313.

criando necessidades, manipulando as emoções individuais e coletivas como podem, simultaneamente, forjar os mecanismos que, supostamente, cumprem o papel de satisfazê-las¹⁰. Trata-se, no dizer de Pierre Bourdieu, de uma violência simbólica¹¹, posto que, enquanto instrumentos de comunicação e de difusão de informações, esses veículos cumprem a função política de impor ou de legitimar a dominação.

Tecidas essas considerações sobre o comportamento empresarial, resta pendente a outra indagação: tendo em conta os significativos investimentos financeiros, materiais e humanos, que possibilitaram a mobilização dos mais variados setores organizados da sociedade brasileira, promovendo uma discussão exaustiva e demorada, que envolveu todos os estados da federação em torno da 1ª CONFECOM, que motivos teriam os representantes do governo federal para cederem diante da pressão empresarial, recuando nas suas propostas para a área da comunicação e informação, apenas pouco mais de quatro meses após as mesmas terem sido oficialmente divulgadas? Em primeiro lugar, é preciso acentuar que o leque de alianças políticas construídas pelo governo Lula, em busca de uma maioria no Congresso Nacional e, por conseguinte, da governabilidade, em muito dificultou, quando não impediu, a implementação de medidas que contribuam para avanços numa dimensão progressista e democrática. Neste caso, o então ministro da defesa, Nelson Jobim, foi o primeiro a externar seu descontentamento em relação aos conteúdos do PNDH-3, embora, para ele, o ponto mais polêmico se referia à forma como o documento tratou da Lei de Anistia de 1979. Em conversa com o Presidente da República, Jobim ameaçou demitir-se do cargo se aquelas propostas fossem mantidas, no que foi acompanhado pelos três comandantes das Forças Armadas: Exército, Aeronáutica e Marinha. Em seguida, foi a vez do Ministro das Comunicações, Hélio Costa, que desferiu profundas críticas ao PNDH-3, neste caso, se referindo prioritariamente aos conteúdos relativos à comunicação e informação. Discursando na condição de autoridade governamental e profissional dessa área, no Fórum Democracia e Liberdade de Expressão, organizado pelos empresários do meio através do Instituto Millenium, o ministro afirmou ter posição “rigorosamente contrária” às propostas do PNDH-3 que preveem controle social dos veículos de comunicação,

¹⁰ *Idem*, p. 314.

¹¹ BOURDIEU, Pierre. *Op. cit.*, p. 11.

considerando tal medida “inadmissível, primeiro para o jornalista, e segundo, para o ministro das Comunicações”. Ou seja, negou as deliberações aprovadas na 1ª CONFECOM, apesar do evento ter sido promovido sob a responsabilidade de sua pasta. Também o Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, Paulo Vannuchi, responsável direto pelo PNDH-3, se apressou em anunciar a disposição do governo para rever o texto contido no documento oficial. Por fim, o próprio Presidente da República, publicou um novo decreto presidencial, em substituição ao anterior, no qual as possibilidades de estabelecer condicionamentos para outorga ou renovação de concessão de veículos de comunicação, e de impor penalidades administrativas, as quais, de acordo com a gravidade das violações praticadas, poderiam ir de simples advertências, passando por multas, suspensão da programação e chegar até a cassação da concessão; tudo isso, foi substituído por um texto genérico que pouco ou nada trouxe de novidade, posto que, se limitou a “propor a criação de marco legal, nos termos do artigo 221 da Constituição Federal, estabelecendo o respeito aos Direitos Humanos nos serviços de radiodifusão (rádio e televisão) concedidos, permitidos ou autorizados”¹².

Numa outra linha de reflexão, analisando alguns ângulos das potencialidades e limites da atual democracia brasileira, o autor deste artigo teve oportunidade de refletir sobre essas ambigüidades, incoerências e contradições presentes entre os agentes políticos no exercício do poder¹³. Nesse sentido, são bastante apropriadas as contribuições de Pierre Bourdieu ao afirmar que as pessoas que ingressam no campo político, para não correr riscos de serem excluídas do jogo e dos ganhos que ali adquirem, “aceitam o contrato tácito que está implicado no fato de participar do jogo, de reconhecer deste modo como **valendo a pena** ser jogado, e que os une a todos os outros participantes por uma espécie de **conluio originário** bem mais poderoso do que todos os acordos abertos ou secretos”¹⁴. Conclui-se, com isso, que a participação no jogo político, e os encantos, as seduções e os benefícios auferidos direta e indiretamente nas esferas dos poderes ins-

¹² Conf. Decreto nº 7.177, 2010.

¹³ ALMEIDA, Antonio de. Entre a estabilidade institucional e a desigualdade social: potencialidades e limites da atual democracia brasileira. *Anais do III Simpósio Internacional: cultura e identidades*, Goiânia – GO, Universidade Federal de Goiás – UFG, 15 a 18 de outubro de 2007, p. 09.

¹⁴ BOURDIEU, Pierre. *Op. cit.*, p. 173 (grifos no original).

tituídos levam muitas pessoas e seus partidos a sacrificarem os seus programas, os seus compromissos e até mesma a sua coerência para se manterem no poder¹⁵. No caso do recuo do governo Lula diante das críticas empresariais às propostas do PNDH-3, os dois elementos anteriormente destacados parecem ter sido decisivos. Por um lado, os integrantes do governo proponentes ou defensores das propostas contidas no documento oficial recuaram diante das dificuldades para aprová-las, preferindo não arriscar o seu prestígio e permanência nas esferas do poder; por outro, os aliados conservadores, perdedores nas discussões anteriormente realizadas de forma ampla e democrática, aproveitaram a oportunidade para reverter a situação, figurando, no final, como vitoriosos.

Para efeito das contribuições dos meios de comunicação e informação para a consolidação da democracia brasileira, há um elemento central, em todo esse episódio, que não pode ser desconsiderado. O potencial de mobilização dos empresários da área e, sobretudo, a eficiência do seu poder de pressão, em defesa dos seus próprios interesses. Sem nenhuma dissimulação, foi isso que reconheceu o Jornal O Estado de S. Paulo, em editorial intitulado “O poder da pressão”, publicado logo após a consolidação da vitória empresarial. A linha argumentativa, com certo tom de arrogância, dá a entender que a campanha empresarial expressou um sentimento coletivo da sociedade brasileira, obviamente, sem nenhuma fundamentação para essa assertiva. Para o jornal, o recuo do Planalto significou “uma vitória significativa da sociedade, cujo poder de pressão ficou evidente no episódio”. Esse apelo social ou a suposta identidade entre o que é defendido pela mídia e as aspirações da sociedade brasileira tem sido argumento recorrente entre os empresários da comunicação na defesa contra qualquer tipo de acompanhamento social do conteúdo das programações por eles veiculadas. A tese da liberdade de escolha do leitor, ouvinte ou telespectador fundamenta-se nesse pressuposto. Afinal, todos têm o livre arbítrio para optar pelo que melhor lhe convém. Aliás, esse, também, foi o argumento utilizado pelo líder do PT no Senado, Aloísio Mercadante, pavimentando o caminho para o recuo governamental. Para ele “só há um controle democrático e social dos meios de comunicação: o leitor controlar o jornal, o ouvinte controlar a rádio e o telespectador controlar a televisão. Fora disso não tem liberdade de expressão e isso foi uma grande conquista do estado de direito do Brasil”. Essa abstração generalizante

¹⁵ ALMEIDA, Antonio de. *Op. cit.*, p. 10.

sobre o significado da liberdade e da escolha, tão a gosto da lógica mercantil, torna-se pueril quando submetida ao rigor analítico. Como ensina Bauman, a liberdade é uma relação de poder. As pessoas não podem medir a sua liberdade em termos absolutos, mas apenas relacionando-a a capacidade das outras pessoas em consegui-la, dependendo de quem é mais forte¹⁶. Nas sociedades contemporâneas, marcadas pelo consumismo, “escolher é **destino** de todos, mas os limites de **escolhas realistas** diferem e também diferem os estoques de **recursos** necessários para fazê-las”. Ou seja, “o dever da liberdade sem os recursos que permitem uma escolha verdadeiramente livre é, para muitos, uma receita para a vida sem dignidade, preenchida, em vez disso, com humilhação e autodepreciação”¹⁷. Por isso, bem diferente da tese que advoga a escolha do leitor, ouvinte ou telespectador como uma panacéia para a liberdade de imprensa e de expressão, “a liberdade individual não pode efetivamente ser atingida por esforços apenas individuais”, pois, “para alguns poderem assegurar e desfrutar disso, algo deve ser feito para assegurar a todos a possibilidade de seu desfrute”. Portanto, essa é uma tarefa “que os indivíduos livres devem empenhar-se conjuntamente”¹⁸.

A postura que tem sido historicamente assumida pelos meios de comunicação e informação no Brasil parece confirmar as reflexões anteriormente levantadas. Exemplifica isso, para nos atermos apenas a alguns acontecimentos mais recentes, a cobertura dada pela imprensa à campanha presidencial de 2002, em especial, no período em que os setores conservadores ainda vislumbravam a possibilidade de investir numa candidatura aliada diretamente aos seus interesses que pudesse reverter uma possível vitória do candidato Lula, anunciada pelas pesquisas de opinião. As reportagens veiculadas pela Revista Isto É Dinheiro, em maio de 2002, tornam claras, ainda que a revista não evidencie isso, as intenções de empresários nacionais e estrangeiros no sentido de alcançar uma reversão do favoritismo do então candidato do Partido dos Trabalhadores. De acordo com a revista, alguns bancos estrangeiros recomendaram a redução de investimentos em títulos brasileiros, através de relatórios e declarações pessimistas, externando o temor a uma possível vitória de Luiz Inácio Lula da Silva. Alguns declararam que “os investidores estão muito preocupados com a situação

¹⁶ BAUMAN, Zygmunt. *O Mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998, p. 40.

¹⁷ *Idem*, p. 243.

¹⁸ *Idem*, p. 255.

da dívida brasileira e as possíveis reações do mercado a uma eleição de Lula”. Outros argumentaram existir uma real preocupação sobre uma possível vitória de Lula, “porque ninguém sabe o que esperar dele”¹⁹.

Seguindo essa mesma linha, desnudando o discurso falacioso da chamada neutralidade, o Jornal o Estado de S. Paulo, além de declarar abertamente em editorial a sua preferência pelo candidato do Partido da Social Democracia Brasileira, José Serra, fez questão de procurar denegrir a imagem de Lula, vinculando-o a vários acontecimentos negativos. Agiu assim resgatando a investigação sobre o suposto esquema de propina na prefeitura de Santo André, administrada pelo PT, e ao ventilar a possibilidade de um acordo do PT com a Igreja Universal, a quem teria sido prometido o Ministério das Comunicações, num possível governo Lula²⁰. Mais do que isso, o mesmo jornal procurou vincular o rebaixamento da nota do Brasil, pela agência de avaliação de risco Standard & Poor, não apenas “aos riscos de decisões desastrosas em política econômica que um eventual presidente Lula poderá tomar por motivações ideológicas”, mas, também, à “questão da governabilidade”, uma vez que, segundo o Estadão, “Lula não sabe como funciona um governo. Fica difícil culpar os investidores pelo medo que sentem – não de um Chávez brasileiro, mas de um brasileiro inepto para governar o país”²¹.

Outro recente episódio bastante esclarecedor sobre o uso da liberdade de imprensa, pelos grandes veículos de comunicação do país, foi protagonizado pelos empresários do Grupo Folha, tendo como canal de veiculação das idéias o seu carro-chefe editorial, o Jornal Folha de S. Paulo. No auge de uma das crises do governo Lula, que envolveu o Ministro da Fazenda, Antônio Palocci, e a violação do sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa, no dia 26 de março de 2006 a Folha publicou em primeira página um editorial intitulado “Abuso de poder”, no qual, avocando a “liberdade de imprensa” e a “procura da verdade” acusou o governo Lula de conviver mal com ambas e não poupou os adjetivos para desqualificar a

¹⁹ MARTINS, Ivan e GRINBAUN, Ricardo. Por que o medo da economia de Lula? *Revista Isto é Dinheiro*, 15 de Maio de 2002. Disponível em: <http://www.terra.com.br/istoedinheiro>, acessado em 24/07/2007.

²⁰ SAISI, Kátia. O discurso jornalístico sobre a campanha presidencial de 2002. Disponível em: <http://www.pluricom.com.br/>, acessado em 23/07/2007.

²¹ Idem.

imagem do candidato à reeleição presidencial, afirmando que “a desfaçatez, o uso sistemático da mentira, o empenho em desqualificar qualquer denúncia, nada disso constituiu novidade no comportamento do governo Lula”. Mais do que isso, para a Folha, com aquele episódio o governo atingira “níveis inéditos de degradação ética, de violação institucional e de afronta às normas da convivência democrática”.

Não desconsiderando o mérito e a pertinência da denúncia, posto que, a imprensa cumpre importante papel ao investigar irregularidades e informar os seus leitores, ouvintes ou telespectadores, em especial no que diz respeito aos ocupantes de cargos públicos, como neste caso, o que cabe aqui analisar é a maneira inusitada como a Folha tratou o ocorrido. Num ano de eleições presidenciais, faltando pouco mais de seis meses para a população externar a sua preferência eleitoral, a Folha de S. Paulo, fugindo da sua tradicional postura editorial, destaca na primeira página de uma edição de domingo não uma manchete noticiosa, mas a opinião do proprietário do jornal, cujo conteúdo revela uma clara demarcação política e ideológica. Quatro anos depois, em março de 2010, uma executiva do mesmo jornal Folha de S. Paulo, Maria Judith Brito, que também ocupava o cargo de presidente da Associação Nacional de Jornais, foi bem mais direta ao expor o pensamento dos empresários da grande mídia. Em entrevista ao Jornal O Globo, após denominar a proposta governamental contida no PNDH-3 de excrescência, sepultou, de vez, a pretensa neutralidade de imprensa fazendo questão de deixar claro que, como atualmente “a oposição está profundamente fragilizada” no Brasil, os meios de comunicação estão assumindo de fato um papel oposicionista.

Esses são alguns dados que possibilitam deduzir que, os argumentos defendidos pelos integrantes do coro conservador, para desqualificar as propostas contidas no PNDH-3, perdem sustentação e credibilidade, diante da realidade dos fatos. Os recursos utilizados de esgrimir a bandeira da democracia e de vincular aquelas propostas aos atos autoritários da ditadura que se instalou no país em 1964, longe de convencer que aqueles setores estejam efetivamente empenhados em assegurar a liberdade de expressão, apenas indicam os estratagemas adotados para esconder interesses não revelados. Nunca é demais lembrar que alguns dos grandes jornais brasileiros, participaram como um dos sustentáculos na conspiração do golpe militar emitindo editoriais e reportagens apontando o “perigo vermelho” existente no país e participando, ao lado de outros setores em-

presariais, de encontros para promoção do movimento conspiratório²². Instalado o regime ditatorial, mesmo com alguns descompassos entre governo e grande mídia, não há como deixar de destacar a colaboração de muitos empresários da comunicação para a manutenção do regime militar. No período de maior intensidade da censura, por pressão dos seus próprios donos, muitos jornais mantiveram policiais na equipe de redação, instalaram a autocensura e reproduziram informes oficiais como se fossem matérias feitas pelos seus próprios jornalistas, tornando-se “porta-vozes do governo militar e mesmo cúmplices em algumas ações”²³. Por isso, o discurso que justifica o suposto abrandamento da ditadura militar, no Brasil, recentemente recolocado em debate, ainda que abominável, é perfeitamente compreensível quando articulado pelos setores que foram proponentes, partícipes, se beneficiaram ou se identificaram com aquele regime de exceção. É o caso, mais uma vez, dos proprietários do grupo empresarial Folha da Manhã, responsáveis pelo conteúdo do editorial que defendeu a tese sobre o abrandamento da ditadura no país, veiculado pela Folha de S. Paulo em fevereiro de 2009, cuja resposta da redação aos questionamentos dos leitores, é ainda mais esclarecedora sobre o que está por traz daquela afirmação: ao reiterar que “na comparação com outros regimes instalados na região no período, a ditadura brasileira apresentou níveis baixos de violência política e institucional”, os responsáveis pela Folha desafiam a inteligência dos brasileiros e afrontam as pessoas vitimadas pelo regime militar. Neste último caso, a Comissão da Anistia do Ministério da Justiça, em suas visitas a várias regiões do país, ao promover sessões públicas de julgamento dos perseguidos políticos da ditadura, tem oportunizado às pessoas que conseguiram sobreviver às violências pela quais passaram nos porões de tortura, ou aos familiares dos que foram assassinados, denunciarem os malefícios causados pelo regime de exceção, externando o seu repúdio em relação aos maus tratos sofridos e ao desrespeito à dignidade humana.

Conclui-se, portanto, sobre a inconsistência da fala empresarial ao fundamentar a defesa da liberdade de imprensa como pressuposto para a construção da democracia no Brasil. E, sobre esse aspecto, há um ensinamento histórico que

²² PIRES, Elaine Muniz. Imprensa, ditadura e democracia: a construção da auto-imagem dos jornais do Grupo Folha (1978/2004). *Revista Projeto História*, São Paulo, EDUC, n.º. 35, 2007, p. 312.

²³ KUSHNIR, Beatriz. Pelo viés da colaboração: a imprensa no pós-64 sob outro prisma. *Revista Projeto História*, São Paulo, EDUC, n.º. 35, 2007, p. 32-35.

não pode ser desconsiderado por aqueles que estejam minimamente interessados em discutir com seriedade essa questão: trata-se do princípio elementar de que o mesmo direito que garante a liberdade de externar opinião deve assegurar, também, o dever de respeitar a opinião dos outros, pois, a lição que, também, vem sendo ensinada desde a antiguidade clássica, porém, não assimilada até hoje pelos empresários da comunicação no Brasil, informa que essa liberdade por eles evocada para justificar seus pleitos, não significa que cada um possa dizer o que bem entende²⁴). Dito de outra forma, como ninguém consegue sozinho compreender adequadamente a realidade com toda a sua ambigüidade e complexidade, o mundo só se torna compreensível na medida em que muitas pessoas falam sobre ele, cada uma delas externando diferentes ângulos de visão e trocando opiniões e perspectivas, umas com as outras e umas contra as outras²⁵.

Colocado nesses termos, o estridente barulho provocado pelos proprietários dos principais veículos de comunicação existentes no Brasil, que ocuparam um lugar de honra no coro dos descontentes em relação às propostas para a comunicação e informação, contidas no PNH-3, longe de abonar um suposto interesse dos mesmos em defesa do fortalecimento da democracia no país, cumpre a função de revelar uma outra face: a da defesa dos interesses privatistas. Portanto, parece configurar-se, mais uma vez, em 2010, o que o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação diagnosticara em 1994, de que, o que se verifica no Brasil

é a predominante atuação de grupos oligopolistas que não estão sujeitos a nenhuma forma de moderação e controle público e que, freqüentemente, utilizam seus recursos veiculando interesses político-partidários, manipulando a percepção de assuntos de interesse público, e excluindo a representação da diversidade e a controvérsia, assim negando os mais elementares princípios de pluralidade e democracia²⁶.

Desnadam-se, dessa forma, os interesses não revelados dos empresários dos meios de comunicação e informação, existentes no país. Embora utilizando como escudo a nobre causa da liberdade de imprensa e de expressão como atributos da democracia, o que eles têm como objetivo prioritário é a manutenção do controle nessa área por uma pequena minoria. Trata-se de um efetivo ins-

²⁴ ARENDT, Hannah. *Idem*, p. 59

²⁵ *Idem*, p. 59-61.

²⁶ FÓRUM ..., *op. cit.*, p. 07.

trumento de poder, o qual, além de ferir o princípio constitucional que define que “os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio”²⁷, possibilita o controle da informação por uns poucos e, por consequência, a versão unilateral dos fatos, obliterando o intercâmbio de opiniões e a troca de percepções entre as pessoas, inviabilizando uma melhor e maior compreensão da realidade. Com isso, a bandeira da democracia fundamentada na liberdade expressão, desfraldada por esses empresários e seus ideólogos ou representantes, não passa de um engodo. Longe de contribuírem para a difusão da informação livre e para o esclarecimento da sociedade, eles se distanciam dos interesses públicos produzindo e veiculando programações que seguem uma lógica privatizante, centralizadora, autoritária, arrogante e, sobretudo, antidemocrática.

²⁷ CONSTITUIÇÃO.... *op. cit.*, p. 144.

O Integralismo nas páginas do jornal “O Estado de São Paulo” e da revista “O Cruzeiro”

Rogério Lustosa Victor*

A partir de 1945, com a democratização, os integralistas se reinseriram no espaço político, mas tiveram que enfrentar os usos que se faziam do passado. As representações que marcavam o integralismo como fascista, quinta-coluna, golpista, covarde e risível, construídas principalmente durante o Estado Novo, eram novamente expostas no espaço público por meio da grande mídia, dificultando os passos integralistas para a sua reordenação na segunda metade da década de 1940. Neste artigo, avaliaremos a ação política do jornal *O Estado de São Paulo* e da revista *O Cruzeiro*, nos anos de 1945-1947, quanto ao movimento integralista.

Palavras-chave: mídia, política, Integralismo.

From 1945, with democratization, the *integralistas* have re-introduced themselves in the political space. However, they had to face the uses that were made in the past. The representations that marked *Integralismo* as fascist, fifth column, coupist, cowardly and laughable, built mainly during the Estado Novo, were again exposed in public by the mainstream media. These representations made the *Integralis-*

Introdução

O movimento integralista organizou-se na década de 1930 enquanto partido político, mas pouco tempo depois perdeu a possibilidade de atuar na legalidade: a ditadura instalada pelo golpe desfechado por Getúlio Vargas, em novembro de 1937, cancelou os partidos políticos e, entre eles, a Ação Integralista Brasileira (AIB). Os integralistas então conspiraram contra o Estado Novo e intentaram derrubá-lo no que ficou conhecido como *Putsch* Integralista de maio de 1938. A intentona fracassou e a partir daí, de maneira aberta, o Estado Novo teve o Integralismo como inimigo.

* Mestre em História. Doutorando em História (UFG). rogeriolustosa@yahoo.com.br

tas steps more difficult for their reorganization in the second half of 1940s. In this paper, we evaluate the political action of the media (*O Estado de Sao Paulo* and *O Cruzeiro*), through

the years of 1945-1947, related to the *Integralista* movement.

Keywords: media, politics, *Integralismo*

O Estado Novo foi ator privilegiado no processo de formação da memória social, em especial por via dos jornais de grande circulação, dado que ele, ao estabelecer controle sobre a imprensa, foi capaz de selecionar representações do passado que foram disponibilizadas a grande número de indivíduos, os quais incorporaram essas representações como se fossem suas. Supomos então que, nesse momento do século XX no Brasil, a imprensa de grande circulação atuou enquanto vetor da memória social. Tal reflexão adveio parcialmente da análise desenvolvida por Pierre Nora¹ acerca do efeito da aceleração do tempo no Ocidente, a partir do século XIX, no que concerne à memória: a aceleração do tempo teria desfeito a inconsciente relação entre o povo e seu passado, destruindo as velhas tradições. A relação do povo com o passado passou então a ser reconstruída e, nesse contexto, a linguagem, por meio da imprensa, tornou-se um importante lugar de memória. Em consequência disso, na formação da memória social, como constatou Alexander von Plato² em suas pesquisas, as pessoas recordam também as representações da época, as quais foram transmitidas por diversas mídias.

Assim, a partir da imprensa submetida pela ditadura construiu-se uma narrativa bem elaborada acerca do Integralismo e fixaram-se as ideias-imagens que marcaram as representações mais compartilhadas relativas ao movimento dos camisas-verdes: fascista/nazista, quinta-coluna, totalitário, patético e risível tornaram-se características dos integralistas presentes na memória social.

A partir de 1945, com a democratização, os integralistas, ao se rearticularem visando à reinserção no espaço político tiveram que enfrentar o passado, ou melhor, os usos que dele se faziam. As representações tornadas públicas durante o Estado Novo, desmerecendo o Integralismo, eram retomadas em 1945 e faziam do passado uma ameaça aos integralistas: os seus rivais políticos o expunham como acusação e/ou chacota, dificultando os passos integralistas para a sua reordenação na segunda metade da década de 1940 e mesmo para a luta política nos anos seguintes.

¹ NORA,, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História*. São Paulo, n. 10, dez. 1993.

² VON PLATO, Alexander. Mídia e memória: apresentação e ‘uso’ de testemunhos em som e imagem. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 3, n. 61, 2011, p. 211-229.

Neste movimento de atualização do veto à memória integralista, cujo intuito último era impedir o retorno dos camisas-verdes ao espaço político, a grande mídia desempenhou papel relevante. Abordaremos neste trabalho a ação do jornal *O Estado de São Paulo* e da revista *O Cruzeiro* diante da rearticulação política dos integralistas no pós-guerra.

O jornal O Estado de São Paulo e o ressurgimento do Integralismo

O jornal *O Estado de São Paulo* (OESP)³, noticiou o processo de reorganização do Integralismo no ano de 1945, mas sem maior ênfase: foram 9 as maté-

³ O matutino *O Estado de São Paulo* nasceu do posicionamento de alguns participantes da Convenção Republicana de Itu (18/4/1873) de que eles necessitavam de um órgão de imprensa a fim de difundir os ideais republicanos. Américo Brasiliense e Manuel Ferraz de Campos Salles lideraram o esforço para se aglutinarem indivíduos a tal projeto. Quando o jornal que se intitulava inicialmente “A Província de São Paulo” lançou o seu primeiro número, no dia 4 de janeiro de 1875, ele partiu de uma sociedade de 19 cotistas. Em 1885, Júlio Mesquita, com 23 anos, começou a atuar como redator do jornal e, em 1902, ele já era o seu único proprietário. Ao longo de sua história na intitulada República Velha, o OESP destacou-se pelo seu posicionamento liberal: não apoiou a Política dos Governadores (criticando-a por promover o fortalecimento do poder executivo), apoiou a campanha civilista de Rui Barbosa em 1910 e, mais tarde, a sua candidatura em 1919. O jornal foi simpático à sublevação tenentista de 1922. Em 1927, com a morte de Júlio Mesquita, os irmãos Júlio de Mesquita Filho e Francisco de Mesquita assumiram o jornal e o mantiveram na linha liberal do pai. No ano de 1930, o jornal apoiou a Aliança Liberal, a qual lançou Getúlio Vargas contra a candidatura Júlio Prestes. E, no mesmo ano, o jornal chegou à tiragem de 100 mil exemplares, enquanto a população da cidade era de 887.810 mil habitantes. Já em 1932, insatisfeitos com os rumos autoritários da Revolução de 1930, o OESP envolveu-se diretamente com a Revolução Constitucionalista de 1932 e, com sua derrota, Júlio de Mesquita Filho e Francisco Mesquita foram presos e exilados. Com a anistia de 1933, eles retornaram ao Brasil e ao OESP. Porém, durante o Estado Novo, o OESP sofreu intervenção direta do Estado: sob a acusação de que havia armas escondidas em sua redação e de que elas seriam utilizadas contra o governo, a Polícia Militar, em 25 de março de 1940, invadiu-o e fechou-o. O OESP retornou às bancas duas semanas depois, mas já dirigido por Abner Mourão, indicado pelo Conselho Nacional de Imprensa, o qual estava submetido à ditadura. O OESP só voltou à família Mesquita em sete de dezembro de 1945. Assim, praticamente durante todo o ano de 1945, em que acompanhamos as matérias no jornal que retratavam o ressurgimento do Integralismo, ele estava sob forte controle do Estado e sem a presença dos Mesquita. Fonte: <http://www.estadao.com.br>, acessado em 24/11/2011. Ainda consultamos SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1966 e SILVA, Vandrê Aparecido Teotônio da. “Notícias do Rio”: jornal censurado como elemento de produção de saber. In: *Anais do Seta* (revista da Pós-Graduação do Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP), N. 4, Campinas, 2010.

rias ao longo daquele ano cobrindo os movimentos relacionados à reorganização do Integralismo, todas elas no período em que o jornal estava ainda sob a severa intervenção do governo federal (só no dia 7 de dezembro de 1945, saiu edição de OESP sob a direção dos Mesquita). Nesse período, na página 3, em que havia a seção intitulada *A situação política*, nota-se clara orientação pró-PSD e, portanto, pró-candidatura Dutra à presidência da República. Acerca de tal aspecto, com o retorno dos Mesquita, o jornal mudou rigorosamente de posição, assumindo, sem nuances, posições pró-UDN. Entretanto, no que concerne ao Integralismo, o seu discurso, na essência, não mudou: seja ao longo da maior parte do ano de 1945, quando o OESP estava sob a intervenção federal, seja em dezembro de 1945 e ao longo do ano de 1946, no regime democrático, quando ele reassumiu suas tradicionais posições liberais, o OESP posicionou-se contra o Integralismo, retomando discursos disponíveis na memória social de modo a corroborar sua perpetuação.

A primeira matéria no OESP, no ano de 1945, acerca do Integralismo, não passou da reprodução de declarações de Plínio Salgado (do exílio em Portugal) à agência de notícias *United Press* em 3 de abril. Nela, Salgado dizia que não seria candidato e que, se houvesse interferência dos integralistas nas eleições que iriam ocorrer no final do ano, seria “exclusivamente tendo em mira os supremos interesses de nossa querida pátria”⁴. Já a segunda matéria concernente ao Integralismo naquele ano vinha referendar a ideia já bastante difundida de que o golpe de 1938 havia sido integralista. A matéria, intitulada *Declarações do chefe da intentona Integralista de 1938*, foi veiculada no dia 22 de abril e centrava-se numa entrevista a Belmiro Valverde⁵, recém-anistiado e posto em liberdade. Nela, Belmiro Valverde disse ter sido fiel ao Integralismo até o dia anterior quando deixou a prisão, mas que agora se posicionava “totalmente contra as revoluções armadas e as doutrinas de violência”⁶. O referido texto afirmava que “o movimento de 11 de maio teve a anuência absoluta do sr. Plínio Salgado, que lhe deu (a Belmiro Valverde) ordem escrita para deflagrar a Revolução”. Tal afirmação foi anuída pela fala de Valverde, que disse que “essa ordem estava em

⁴ *O Estado de São Paulo*, 3.04.1945, p. 3.

⁵ Belmiro Valverde foi membro do Conselho Supremo da AIB e do Secretariado Nacional em que era Chefe do Departamento Nacional das Finanças. Coordenou politicamente, do lado integralista, o levante de maio de 1938. Após o fracasso do golpe, ele foi preso. No início de 1945, Valverde foi anistiado pelo governo Vargas.

⁶ *O Estado...*, citado, 22.4.1945, p. 3.

meu poder até o instante em que fui preso. No momento exato de minha prisão, rasguei-o para que não caísse em mãos da polícia”.⁷

Assim, a matéria do OESP retomava a ideia de que o Integralismo era uma “doutrina de violência”, de que o golpe de 11 de maio havia sido integralista (como expõe o seu título) e que contou com a participação de seu chefe, Plínio Salgado.

Já no dia 27 de abril, na seção *A situação política*, havia longa entrevista com Luís Carlos Prestes, em que ele foi indagado acerca dos integralistas, sobre os quais disse que “entre os integralistas havia homens honestos. Ainda ontem tive a oportunidade de abraçar um expedicionário, que foi integralista, mas que hoje reconhecendo o seu erro, é um democrata sincero, ele foi um dos que erraram [...]”⁸. Na visão difundida pelo OESP, era até possível ter alguém honesto entre os integralistas, todavia a condição de estar-se entre estes era óbvia: era preciso reconhecer que ter sido integralista havia sido um erro. Se, para ser um democrata sincero, era preciso reconhecer que errara sendo integralista, era porque o Integralismo não era democrático.

Diante de semelhantes narrativas, amplamente difundidas, e tendo a censura esmorecido, os integralistas redigiram um documento de defesa intitulado “Carta aberta à nação brasileira” e procuraram dar a ele o máximo de visibilidade. O documento foi assinado por vários integralistas e publicado em inúmeros jornais como matéria paga. No OESP, o documento foi publicado no dia 8 de maio de 1945, na página 15. No entanto, alguns dias depois, no dia 23 de maio, o OESP editou matéria intitulada *Recusada a publicação de um manifesto integralista*. Nela, o OESP informava que o matutino baiano *O Imparcial*⁹ havia revelado,

⁷ *Idem nota 238.*

⁸ O Estado..., *citado*, 27.4.1945. p. 3.

⁹ O jornal baiano, *O Imparcial*, editado em Salvador, fez parte, nos anos de 1930, da chamada imprensa integralista e era dirigido pelo líder integralista da Bahia, Victor Hugo Aranha. Mas, depois do golpe de 1938, Aranha foi substituído pelo seu proprietário, Álvaro Catharino. Este, em abril de 1941, vendeu-o ao coronel Franklin Lins Albuquerque, o qual entregou a direção aos seus filhos, Flanklin Junior e Wilson Lins. O jornal desempenhou importante ação na luta pela democracia, tornando-se fortemente anti-integralista. E ele chegou a ter vários colaboradores do PCB, como Jacob Gorender e Jorge Amado. Cf. FERREIRA, Laís, Mônica Reis. *Educação e Assistência Social: as estratégias de inserção da Ação Integralista Brasileira nas camadas populares da Bahia em O Imparcial (1933-1937)*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

na edição do dia anterior, que “os integralistas baianos dispenderam nada menos que 16 mil cruzeiros com a transcrição, na imprensa local, da ‘Carta aberta à nação brasileira’, dos chefes do fascismo indígena”¹⁰, mas que *O Imparcial* recusara “a publicação como matéria paga do aludido documento”¹¹. Destarte, o OESP, que não recusara a matéria paga dos integralistas, difundia que, mesmo sendo paga, havia jornais que a recusavam, afinal, tratava-se de carta dos chefes do Fascismo indígena.

Em 9 de junho, o OESP divulgou que havia, na cidade de Caiene, em Pernambuco, considerável revolta do operariado contra integralistas. E isso teria se dado porque alguns “elementos indesejáveis”, liderados pelo integralista Melquíades Montenegro, quando da visita de Osvaldo Aranha àquela cidade, teriam retirado da sede do núcleo dos escoteiros da Usina Cateúde o retrato do presidente Getúlio Vargas, o que o OESP classificou de “estúpido e condenável desrespeito à autoridade do Chefe da Nação”¹². A notícia referia-se ao pedido de reforço policial por parte das autoridades locais a fim de conter-se a grande revolta do operariado contra “os autores do inominável atentado”¹³. Esses autores eram integralistas e o referido inominável atentado (embora essa expressão lembre-nos das que eram usadas para narrar o golpe de maio de 1938) era o ato de retirar o retrato de Vargas da sede do núcleo dos escoteiros...

Se, nas páginas do OESP do dia 9 de junho de 1945, lia-se que em Pernambuco ocorria revolta do operariado contra os integralistas em função daquela sua atitude inominável, no dia seguinte, 10 de junho, lia-se que no Ceará ocorria a Semana Anti-Integralista, a qual, segundo o jornal, prosseguia com êxito. A semana fora organizada pelos estudantes da Faculdade de Direito do Ceará, sob a orientação de seu centro acadêmico, o centro Clóvis Beviláqua¹⁴, e só poderia seguir com êxito, já que era anti-integralista.

Em São Paulo também havia atividades anti-integralistas e o OESP divulgava-as. Na capital paulista, em setembro, o Comitê Democrático dos Advoga-

¹⁰ O Estado..., *citado*, 23.5.1945, p. 4;

¹¹ FERREIRA, Laís, Mônica Reis. *Op. cit.*

¹² O Estado..., *citado*, 9.6.1945, p. 3

¹³ *Idem.*

¹⁴ O Estado..., *citado*, 10.6.1945, p. 3.

dos organizava a Assembleia Popular Anti-Integralista, para a qual era convidado, pelas páginas do OESP, todo o povo de São Paulo. Na Assembleia, seriam denunciados

os novos métodos de infiltração do integralismo, sua ligação com a quinta-coluna nazi-fascista, comprovada em investigações policiais, principalmente no Estado de Santa Catarina e os novos organismos, disfarçados em instituições cívicas, que fundaram com propósitos anti-democráticos¹⁵.

Ia se traçando, dessa maneira, nas páginas do OESP, a ideia de que, em boa parte do Brasil, compartilhava-se de sentimento anti-integralista — sentimento que se alimentava de representações do passado, nas quais os integralistas eram tidos como quinta-coluna, nazifascistas e golpistas.

Todavia o OESP, controlado pela ditadura como ainda estava, era, no que concerne às eleições presidenciais de 1945, pró-Dutra, e o Partido de Representação Popular (PRP)¹⁶ anunciou publicamente o apoio a essa candidatura. Semelhante apoio foi reproduzido nas páginas do OESP sem qualquer destaque. No dia 18 de novembro, ele trazia, na página 3, a chamada *O PRP adota a candidatura Gaspar Dutra*¹⁷ e a matéria, na íntegra, trazia o seguinte texto: “Pelo desembargador José A. Nogueira foi hoje relatado no TSE o pedido de registro do General Eurico Gaspar Dutra como candidato do Partido de Representação Popular à presidência da República. O Tribunal deferiu o pedido”¹⁸. A despeito de a matéria revelar certa frieza e indiferença quanto à posição do PRP naquelas eleições, para os integralistas, o apoio à Dutra, mesmo que de última hora, ao menos significou uma trégua do jornal quanto aos ataques que vinha fazendo.

No entanto, ainda antes do pleito, uma matéria no OESP retomava as típicas críticas aos integralistas, mas, ao que tudo indica, tratava-se de matéria paga da UDN, publicada dois dias antes das eleições. Nela se lia que

¹⁵ *Idem*, 27.9.1945, p. 3.

¹⁶ Mediante o risco de uma sigla integralista não ser aceita pelo TSE, a fundação do partido integralista deu-se cautelosamente e sem a explicitação de tratar-se de partido integralista. É nesse processo que se funda o PRP. A assembleia de sua fundação ocorreu em 26 de setembro de 1945, ocasião em que se aprovaram o estatuto e o programa partidário, além de ter sido eleito um Diretório Nacional Provisório.

¹⁷ O Estado..., *citado*, 18.11.1945, p. 3.

¹⁸ *Idem nota 249*.

O integralismo, aliando-se ao PSD, já havia decidido o pleito contra o General Gaspar Dutra, que não terá o voto dos trabalhadores brasileiros, visceralmente incompatíveis com o credo verde do sr. Plínio Salgado. [...] Sofrerão nas urnas a repulsa de todas as consciências sadias e vigilantes em frente única contra os estadonovistas, os integralistas e os aventureiros.¹⁹

O texto de propaganda da UDN retomava os elementos disponíveis na memória social que desqualificavam os integralistas para tentar tirar proveito nas urnas: os trabalhadores brasileiros não podiam votar em Dutra, aliado ao “credo verde” e as consciências sadias estariam coesas contra os “estadonovistas, integralistas e aventureiros”. Os udenistas apresentavam-se ali como detentores de projeto sério, já que contra o projeto de aventureiros e por marcarem o seu espaço político como liberais, portanto, contrários ao Estado Novo e ao Integralismo. Interessa-nos constatar, como, de todo modo, narrativas que depreciavam o Integralismo ganhavam o espaço público e, perto das eleições presidenciais, o OESP, jornal de grande circulação, difundia a ideia de que Dutra não poderia vencer, entre outras, por se aliar “ao credo verde do sr. Plínio Salgado”.

Decorridas as eleições, com o retorno, depois de cinco anos, do OESP à família Mesquita, o jornal adotou nítida posição udenista. Nesse novo período, ele voltou às suas posições liberais e cerrou fileira contra a presença do Integralismo, disponibilizando, no espaço público, narrativas em que o Integralismo era apresentado nos termos presentes na memória social. Vejamos então algumas matérias representativas da posição do OESP já no período democrático (1946).

Em 18 de julho de 1946, o OESP publicou matéria denominada *Interpretação especiosa do fascismo indígena feita na constituinte*. A matéria era, na verdade, uma crítica à tentativa do PRP de apresentar-se como democrático a partir da ação de seu único deputado federal na Constituinte, Gofredo Teles. Escreveu o jornal:

[...] Estava destinada a tarde ao jovem Querubim integralista, o sr. Gofredo Teles. Este moço, corado, que costuma girar pateticamente os olhos para o céu, toma assim por vezes uma postura mística, indício de que continua fiel às mistificações de seu chefe.

Com seus trejeitos místicos o sr. Gofredo quase ia passando o seu contrabando integralista sob a capa da democracia.

[...] O truque integralista é escamotear a sua ‘doutrina’ com a católica; para isso envolve o problema político numa linguagem nebulosa, aparentemente re-

¹⁹ O Estado..., citado, 1.12.1945, p. 13.

ligiosa, a fim de classificar os homens em duas classes, senão em dois partidos: é a velha doutrina verde de quem não era integralista era comunista. O deputado Gofredo toma na tribuna uns ares de fanático [...].²⁰

Num tom um tanto jocoso, o jornal apontava — e denunciava — que o PRP democrático não passava de uma farsa e que os integralistas tentavam dissimular. Mas cabia ao jornal liberal denunciar o truque integralista, que era escamotear a sua doutrina com a católica. E a doutrina expressa pelo deputado Teles não passava da velha doutrina verde, a qual era o Fascismo indígena, Fascismo patético e com militantes fanáticos, como o próprio deputado, que tomava “uns ares de fanático”.

Em todas as matérias do OESP, em que se retratavam as ações do PRP no pós-guerra, as acusações, críticas e chacotas estavam presentes, salvo quando se tratava de matéria paga pelos próprios integralistas. Nestas, os integralistas tentavam defender seu passado, como na *Carta aberta à nação*, ou simplesmente divulgar momentos importantes do partido. Nesse sentido, em 26 de outubro de 1946, pôde-se ler na página 3 do OESP, matéria intitulada *Partido de Representação Popular – aviso aos populistas do Estado*, na qual se avisava, em verdade, ao grande público de São Paulo que

Amanhã, domingo, encerra-se no Rio de Janeiro a Grande Convenção Nacional do PRP. Na solene sessão de encerramento, no Teatro Municipal, o delegado de São Paulo, SENHOR PLÍNIO SALGADO, falará a todo Brasil, pronunciando o seu primeiro grande discurso depois do exílio. Esse discurso, em suma importância, será irradiado pela cadeia de estações radiofônicas comandada pela rádio MAYRINK VEIGA. Em São Paulo: RADIO DIFUSORA. Recomenda-se que todos estejam atentos a partir das 21: 30 horas, a fim de participarem assim da grande Convenção Nacional²¹.

Porém, todas as vezes que os integralistas apareciam com maior evidência no espaço público, a reação da sociedade era significativa e, nas páginas do OESP, o espaço dado à crítica era infinitamente maior que o comprado pelos integralistas.

Foi assim que no dia 29 de outubro, dois dias após o encerramento da Convenção Nacional do PRP²², o OESP publicou ampla matéria que cobria quase toda a sua página 4. Na página 3, a chamada para a matéria anunciava-a do

²⁰ *Idem*, p. 18.7.1946, p. 3.

²¹ *Idem*, 26.10.1946, p. 3.

²² Ela ocorreu no Teatro Municipal do Rio de Janeiro e o seu encerramento deu-se com um discurso de Plínio Salgado, o qual foi difundido por várias rádios.

seguinte modo: *Vaias e distúrbios motivados por uma reunião de elementos do PRP*²³. O título da matéria, por sua vez, era: *A Convenção do PRP – vaias e correrias*²⁴. Tanto a chamada como o título revelam a tônica da narrativa do OESP quanto ao PRP: a Convenção Nacional era chamada de “reunião de elementos do PRP” e os protestos, que ganharam forma violenta, realizados por opositores do PRP, eram justificados na medida em que o motivo advinha da reunião daqueles elementos. No título, estava a representação do óbvio na leitura informada pela memória social: em reunião integralista, só poderia haver repúdio (vaias) e tumulto (correrias). A matéria, por fim, mencionava que, no encerramento da Convenção do PRP, falaram o deputado Gofredo Silva Teles, Raymundo Padilha e Plínio Salgado (ressaltado como antigo chefe do Integralismo), mas enfatizava mesmo era a agitação em torno do teatro, em que uma multidão exigia que os convencionais saíssem daquele local. Consoante o texto, as manifestações de desagrado tomaram vulto e o comércio da Cinelândia fechou as portas, temeroso das depredações. A polícia militar e forças especiais cercaram o teatro, mas mesmo assim duas pessoas saíram feridas.

O texto prosseguiu revisitando o golpe de 1938, a partir de posições de Otávio Mangabeira, o qual teria ouvido o discurso de Plínio Salgado que disse que Mangabeira havia participado do golpe de 1938. Como era sabido do envolvimento de liberais (agora aglutinados na UDN), na articulação daquele golpe, àquele jornal e a líderes da UDN, como Mangabeira, fazia-se necessário explicar ao público que eles, liberais, não compactuavam com os camisas-verdes. Logo, Mangabeira disse que “o movimento, tal como fora planejado, e não como fora executado pelos integralistas, visava à entrega do governo a uma junta militar da qual não faria parte elemento algum ligado ao sr. Plínio Salgado [...]”²⁵. A explicação liberal quanto ao golpe era a de que ele consistia em uma ação contra a ditadura, mas o planejado não foi o, por fim, executado pelos integralistas. No plano, estava definido que Plínio Salgado não teria espaço no novo governo. Os liberais respondiam ao discurso de Salgado na Convenção do PRP, discurso que colocava o Integralismo ao lado daqueles num amplo movimento pela democracia, esforçando-se para dele se distanciarem.

²³ O Estado..., *citado*, 29.10.1946, p. 3.

²⁴ *Idem*, p. 4.

²⁵ *Idem*.

O discurso de Salgado citou também os generais Castro Junior e Guedes da Fontoura. O OESP ouviu a ambos. O primeiro teria declarado ao jornal “[...] Era coisa assentada que em hipótese alguma entregariamos o poder aos integralistas. Estes, porém, precipitaram, convencidos talvez de que eram donos da situação”²⁶. O distanciamento do General Castro Junior em relação aos integralistas também ocorria: em hipótese alguma, eles entregariam o poder aos integralistas. E a representação do golpe de 1938 mais uma vez era disponibilizada no espaço público como uma precipitação integralista. Já o general Guedes da Fontoura disse à reportagem que “Plínio Salgado quis atraí-lo para o integralismo e esclareceu: a minha resposta foi negativa. Não iria rebelar-me contra um totalitarismo para cair em outro. Considerava que o integralismo era idêntico ao estadonovismo”²⁷. O espaço dado ao General Guedes da Fontoura na matéria ratificava as posições assumidas pelo jornal liberal: o Integralismo era totalitário.

Desta feita, o OESP, ao dispor-se a falar da Convenção Nacional do PRP, voltou sua atenção para os distúrbios ocorridos do lado de fora do evento, mormente às vaias realizadas pelos manifestantes e à violência ocorrida. Nada que os convencionais discutiram e/ou decidiram em sua Convenção Nacional interessara ao OESP. A respeito dos integralistas, representavam-se as vaias e pedradas a eles dirigidas. Algo semelhante poderíamos dizer quanto ao discurso proferido por Salgado no evento: acerca dele, o jornal deu voz a Otávio Mangabeira, Castro Junior e Guedes da Fontoura, vozes que ecoaram em uníssono no distanciamento e crítica ao Integralismo. A impressão de qualquer integralista quanto ao discurso de Salgado não foi registrada nas páginas do OESP, porque as representações do Integralismo naquele jornal de ampla vulgarização referendavam e realimentavam as representações presentes na memória social.

A longa notícia do dia 29 de outubro instigou redatores do OESP a insistirem no tema Integralismo. No dia 30 de outubro, Rafael Corrêa de Oliveira publicou análise feita sobre o ressurgimento do Fascismo no Brasil, ou seja, naquela óptica, do ressurgimento do Integralismo. Para ele, não era surpresa que o Fascismo estivesse reaparecendo naquele momento, pois ele sugeriu que se preparava uma nova guerra e ela não era contra o Fascismo e sim contra o Co-

²⁶ *Idem.*

²⁷ *idem.*

munismo. Na oportunidade, ele dizia “[...] não admira agora que o General Dutra [...] estenda as bonanças ao sr. Plínio Salgado, que, além do mais, pode estar na posse de alguns segredos desaparecidos com os arquivos da embaixada alemã [...]”²⁸. Na avaliação que se divulgava nas páginas do OESP, o Integralismo, que era fascista, retornava à cena política com aval do autoritário governo Dutra em função da nova guerra, a contra os comunistas. E Oliveira, que assinou a matéria, não deixou de retomar alusão à antiga pecha de quinta-coluna, ao assinalar, sem nada explicar, a possibilidade de Salgado estar de posse de segredos alemães contidos em documentos desaparecidos da embaixada alemã.

No dia seguinte, o tema Integralismo estava em destaque no OESP. E a polêmica, publicada no jornal, advinha da denúncia feita na Câmara dos Deputados pelo parlamentar Raul de Almeida, de que o periódico vespertino *Resistência*, que tinha os seus jornais impressos nas oficinas de *O Vanguarda*, havia sido censurado por este, o qual se negou a imprimir edição contendo matéria crítica ao Integralismo. Segundo o OESP, o deputado havia dito que “a época do fascismo já havia passado, quer do fascismo com uniforme, quer sem uniforme”²⁹. O jornal *O Vanguarda* vinculava-se ao PRP e a crítica do deputado acusava-o de fascista, tanto ele, o PRP (Fascismo sem uniforme), quanto a AIB (Fascismo com uniforme). A matéria do OESP partiu desse ponto. Intitulada *Protesto na Câmara e no Senado contra censura exercida por certa imprensa sobre matéria antifascista*³⁰, ela assim se reportava à questão: “[...] Dizem muitos, e o deputado Gofredo Teles em particular, que o chamado PRP não é a antiga AIB com outro nome. Apenas do partido fazem parte antigos ‘camisas verdes’. Mas agora já é impossível negar que os nazistas verdes dominam aquele partido [...]”. Para o jornal liberal paulista, a prova de que o PRP era a AIB, com outro nome, estava no fato de que o próprio presidente formal do partido, o sr. Adauto Fernandes, demitira-se em protesto contra o que ele considerou o açambarcamento do PRP pelos agentes mais diretos de Plínio Salgado. E continuava argumentando que, se outra prova além daquela não houvesse para comprovar que o PRP era a mesma AIB, “haveria a mentalidade intolerante dos donos de ‘Vanguarda’, que seguem assim os processos dos antigos

²⁸ *Idem*, 30.10.1946, p. 3.

²⁹ *Idem*, 31.10.1946, p. 3.

³⁰ *Idem*.

agentes de Mussolini e Hitler”³¹. Desta feita, o OESP invocava a força da memória social ao apresentar os perrepostas, donos de *O Vanguarda*, como quinta-coluna (agentes de Hitler e Mussolini), fascistas sem uniforme, nazistas verdes ou, no mínimo, como detentores da mesma mentalidade.

A matéria concluía, na mesma linha do artigo assinado por Oliveira no dia anterior, fazendo da crítica ao Integralismo uma crítica também ao governo Dutra e interpretando que o Integralismo ressurgia apoiado pelo governo que o tinha em conta na luta contra o comunismo: “[...] se o integralismo volta à ribalta [...], isso se deve a uma política deliberada do governo. Este parece acreditar que, alimentando o lobo verde, poderá amanhã ver-se livre do urso vermelho. Mas é nisso que se engana, e tragicamente”.³²

Consequentemente, supomos que o OESP, malgrado não tenha feito campanha sistemática contra o PRP, contribuiu em suas páginas com a difusão, em larga escala, de representações negativas quanto ao Integralismo, as quais se encontravam disponíveis na memória social e que eram, por meio também desse jornal, retomadas no pós-guerra. A memória social era permanentemente lembrada do que ela não deveria esquecer.

Além do OESP, outros veículos da grande imprensa também contribuíram para a atualização do veto ao Integralismo presente na memória social. Passemos a examinar a política da revista *O Cruzeiro* quanto a essa problemática.

A revista O Cruzeiro e o Integralismo: o golpe de 1938 revisitado

A revista *O Cruzeiro* foi lançada no dia 10 de dezembro de 1928 (a princípio denominada apenas *Cruzeiro*) pela rede *Diários Associados* do jornalista e empresário Assis Chateaubriand. Às vésperas de seu lançamento, no final da tarde de cinco de dezembro, na Avenida Rio Branco, “4 milhões de folhetos foram atirados do alto dos prédios sobre a cabeça dos passantes [...]. Os volantes anunciavam o breve aparecimento de uma revista ‘contemporânea dos

³¹ *Idem.*

³² *Idem.*

arranha-céus’, uma revista semanal colorida que ‘tudo sabe, tudo vê’³³. À espalhafatosa propaganda de lançamento, seguiu o esforço para fazer da revista a primeira de alcance nacional nos espaços urbanos: caminhões, barcos, trens e mesmo um bimotor foram usados na sua distribuição para que ela alcançasse simultaneamente, além de todas as capitais, ainda as cidades tidas como as mais importantes. Seu primeiro número anunciava a tiragem de 50 mil exemplares e saiu com 64 páginas, impressas em papel couchê e repleta de fotografias, cores e anúncios publicitários. No final do ano de 1930, a revista já trazendo o artigo O, que ressaltava o substantivo Cruzeiro, chegava à tiragem de 80 mil exemplares semanais conforme fontes da própria revista.

Na segunda metade dos anos de 1940, *O Cruzeiro* era a revista de maior circulação no País. Em sua redação, encontrava-se um jornalista que vinha tendo enorme destaque na imprensa brasileira, David Nasser. Entre novembro de 1946 e janeiro de 1947³⁴, Nasser publicou em seis edições da revista *O Cruzeiro*, como furo jornalístico, uma série de matérias intitulada *Eu acuso!*. Esta série abordava principalmente a descrição do golpe de 11 de maio de 1938 por um de seus mais ativos participantes: Severo Fournier³⁵, homem encarregado por Belmiro Valver-

³³ MORAIS, Fernando. *Chatô: o rei do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 187.

³⁴ Na primeira edição de 1947 a revista anunciava a tiragem de 250 mil exemplares. No entanto é provável que esse número esteja inflado pela própria direção da revista com o intuito de valorizar os seus espaços publicitários. Só no ano de 1961 foi criado o Instituto Verificador de Circulação (IVC), resultado das atividades do Primeiro Congresso Brasileiro de Propaganda, ocorrido em outubro de 1957 no Rio de Janeiro. O IVC passou a funcionar como entidade ligada à Associação Brasileira de Propaganda (ABP). Fonte: <http://www.ivcbrasil.org.br> (acessado em 21/10/2011).

³⁵ Severo Fournier nasceu em 17 de janeiro de 1908, em Curitiba, e era filho do coronel Mariano Fournier e de D. Emília Fournier. Como o pai, ele enveredou-se na carreira militar. Assentou praça em 1º de abril de 1926 e terminou o curso da Escola Militar no início de 1930, quando foi promovido a aspirante em 21 de janeiro de 1930, a 2º tenente em 24 de julho do mesmo ano e a 1º tenente em 13 de agosto de 1931. Serviu na cavalaria, na guarnição de Pirassununga, onde estabeleceu amplo contato com os militares paulistas. Já como tenente, foi ajudante-de-ordens do coronel Euclides Figueiredo quando da Revolução Constitucionalista de 1932 e, ainda nela, comandou uma ala da Primeira Divisão de Infantaria do Vale do Paraíba. Recusou a anistia do governo e não voltou às fileiras do Exército. Homem de confiança dos liberais paulistas, foi encarregado de comandar a principal ação do golpe de 11 de maio de 1938: o ataque ao Palácio da Guanabara, com o intuito de prender o ditador Getúlio Vargas. O plano de assalto ao palácio foi elaborado por Fournier, mas corrigido por Euclides Figueiredo que se encontrava preso (mesmo diante dos riscos, Severo Fournier fez com que o plano por ele traçado chegasse às mãos daquele coronel. Quando a polícia encontrou, depois, o tal plano no carro abandonado de Fournier, nele havia algumas observações feitas, de próprio punho, por Euclides Figueiredo). Fontes: *Nota de falecimento*. In: *O Estado de*

de de organizar e comandar militarmente o golpe no que concerne ao assalto ao Palácio da Guanabara.

Com o trágico desfecho do golpe, Severo Fournier refugiou-se na embaixada italiana, mas, depois de breve incidente diplomático, ele acabou se entregando às autoridades brasileiras. Permaneceu na prisão de 1938 até outubro de 1945. Morreu em agosto de 1946. Só depois de sua morte, Nasser publicou a série *Eu acuso!*, a qual se centrava na “longa transcrição das cartas que o próprio Fournier teria escrito na prisão, dirigidas ao pai. [...] *O Cruzeiro* publica fac-símiles de folhas manuscritas amassadas”³⁶.

É possível supor que a reportagem teve grande repercussão, porque instigou seu autor a publicá-la poucos meses depois como livro. Trata-se do livro *A revolução dos covardes — diário secreto de Severo Fournier, reportagens políticas e ordens da censura do ditador*, publicado em 1947 pela seção de livros da empresa gráfica *O Cruzeiro*. Foi a primeira parte do livro que deu a ele o título *A revolução dos covardes*. Isso porque, segundo o autor explicou no prefácio da obra³⁷, é a parte mais importante do livro. Nela, temos as supostas narrativas de Severo Fournier acerca do golpe de 1938 contra a ditadura Vargas, as quais Nasser apenas reuniu e procurou “dar certa unidade, simplesmente como um colaborador e não como autor, pois que a primeira parte desse livro é sua [de Severo Fournier] [...]”³⁸. As narrativas presentes nas reportagens de *O Cruzeiro* e, pouco depois, nas páginas de *A revolução dos covardes* retomam aspectos da memória social bastante compartilhados quanto aos integralistas e atualizam-nos.

Severo Fournier teria, então, relatado os episódios referentes ao golpe e ainda os que o precederam e sucederam-no, como o assalto ao Palácio da Guanabara (comandado militarmente por ele próprio), às residências de generais, ao Minis-

São Paulo, 29/8/1946, p. 8; SILVA, Hélio. *1938 – Terrorismo em campo verde*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971. (Coleção Documentos de História Contemporânea); Processo nº 600 do TSN, Arquivo Nacional.

³⁶ CARVALHO, Luiz Maklouf. *Cobras criadas: David Nasser e O Cruzeiro*. São Paulo: Ed. SENAC São Paulo, 2001, p. 180.

³⁷ NASSER, David. *A revolução dos covardes – diário secreto de Severo Fournier, reportagens políticas e ordens da censura do ditador*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Graf. O Cruzeiro, 1947.p. 11-12.

³⁸ *idem*, nota 268, p. 11.

tério da Marinha, à chefatura da polícia e outras atividades significativas daquela ação³⁹. Acerca da feitura do plano para a ação de 11 de maio, Fournier disse que aquele fora elaborado com esmero e que contou com “o maior fator com que possa contar um movimento revolucionário: — a surpresa [...] e essa foi de tal natureza que [...] chegamos aos nossos objetivos com a máxima calma, sem sermos importunados pelo mais leve sinal de trânsito ou de qualquer oposição!”⁴⁰. Fournier contava-nos que a surpresa deu-se apesar da movimentação de cerca de dois mil integralistas deslocando-se pela cidade. Mas, embora contassem com um plano bem elaborado, com a organização integralista, com centenas de seus militantes dispostos a tal aventura e com o elemento surpresa, a ação fracassou completamente, como Fournier expôs em seu diário:

Basta, para fazer-se uma idéia da enormidade do desastre, citar que, das setenta e muitas missões de que se compunha o plano, na maioria simples e sem o menor perigo, apenas puderam tomar certo caráter de execução as seguintes: assalto ao Guanabara, tomada do Ministério da Marinha, prisão de um coronel, e essas, assim mesmo, com ressalvas.⁴¹

Como entender os motivos que levaram ao fracasso? Essa era a pergunta que não só Fournier fazia-se, como se esforçava por responder a ela em seu diário.

Para Fournier, na concretização do plano, faltou toda sorte de dignidade e de coragem aos integralistas e que “o que não se podia fazer era introduzir vergonha, virilidade e caráter nesses homens. Isso estava fora de meu alcance”⁴². Para Fournier, a surpresa absoluta deveria ter servido de estímulo para a ação dos

³⁹ Não conseguimos comprovar a autoria das cartas publicadas pela revista *O Cruzeiro* na série *Eu acuso!* E, depois, no livro *A revolução dos covardes*. Embora David Nasser afirme ser Severo Fournier seu autor e ter informado que a própria mãe do ex-tenente falecido havia confirmado a letra do filho, tal autoria é bastante suspeita, já que é difícil imaginar como é que Fournier, foragido e depois preso, conseguiu detalhes de tantas operações referentes ao golpe em diversos lugares da cidade do Rio de Janeiro em que ele, evidentemente, não estava presente. Ao mesmo tempo, Nasser, como jornalista, não hesitava em romper os limites da ética em busca de prestígio e vendagem, o que parecia também não incomodar o proprietário da revista, Assis Chateaubriand (Cf. CARVALHO, Luiz Maklouf. *Op. cit.*. De qualquer modo, interessa-nos avaliar os usos da memória social e, nesse sentido, a importância da autoria é, de certa maneira, irrelevante. Assim, por opção, colocaremos os textos como escritos por Severo Fournier embora com o problema da autoria colocado.

⁴⁰ Fournier, *apud* NASSER, David. *Op. cit.*, p. 100-101.

⁴¹ *Idem nota 272*, p. 101.

⁴² *Idem*, p. 100.

integralistas, mas não foi o que se sucedeu. E ele novamente se perguntava a que se deveu tamanho desastre, no que ensaiou responder: “Medo? Falta de preparo? Falta de dignidade? Falta de honradez? Falta de caráter? Ou todos êsses fatores atuando ao mesmo tempo?”⁴³. Em suas indagações, a resposta já estava sugerida e ela procedia do mesmo motivo que o levava, ao referir-se aos homens integralistas, a usar apenas a adjetivação “integralistas”, dela retirando o substantivo homens. E a razão para tal relacionava-se à natureza daqueles homens, pois era público e notório⁴⁴ o fato de ser ela absolutamente reprovável. Se a natureza reprovável dos integralistas era pública e notória era porque ela estava disponível na memória social, e a partir desta era possível ver o perfil daqueles homens integralistas: homens sem caráter, sem honra, sem dignidade e sem coragem. Isso teria conduzido o golpe ao fracasso, pois que, com homens dessa natureza, não haveria outro resultado possível para aquela ação.

Suas cartas-diário prosseguiram descrevendo ações do dia 11 de maio de 1938, quando do golpe. Na maior parte dos relatos, insistiu nas características dos homens integralistas que, para ele, “não, não são homens, são monturos de indignidade, são monstros em excrescência pútrida”⁴⁵. Fournier dizia que a própria opinião de Belmiro Valverde, coordenador político da ação golpista, quanto aos integralistas, era que “o material humano nosso é infame, não há outro termo, porém é o que nós temos; na esfera superior dos nossos não escapa um só homem!”⁴⁶. No diário, quase tudo que concernia ao Integralismo era atacado. Seu chefe, Plínio Salgado, é “cabuletê”⁴⁷ e “pretensu ditador”⁴⁸; Loureiro Junior, genro de Salgado, era um oportunista que “casou-se com a filha do sr. Salgado quando ele entrou em moda”⁴⁹. E o segundo homem na hierarquia da AIB, Gustavo Barroso, ao tocar na questão do judaísmo internacional, aparecia como demagogo, racista e ignorante, como se lia no seu diário: “E o judaísmo interna-

⁴³ *Idem*, p. 104.

⁴⁴ *Idem*, p. 50.

⁴⁵ *Idem*, p. 109.

⁴⁶ *Idem*, p. 108.

⁴⁷ *Idem*, p. 90.

⁴⁸ *Idem*, p. 93.

⁴⁹ *Idem*, p. 107.

cional do Integralismo deixa de ser problema financeiro internacional para ser simplesmente de raça. E sôbre êsses problemas e, com a terminologia pomposa dos grandes demagogos, fala o mais ignorante dos camisas-verdes”⁵⁰.

Fournier elaborou uma espécie de taxonomia do Integralismo na qual uns são covardes, outros bisonhos, Salgado é cabuletê, Loureiro Junior é oportunista, Gustavo Barroso é ignorante, demagogo e racista, e todos são monturos de indignidade. E seguia classificando-os como quem sabe por que viu e descreve-os fazendo ver aos que nada viram o que ele, Severo Fournier, viu e, portanto, sabe. Assim, a descrição de Fournier era “também saber e fazer saber — ou ainda, fazer ver um saber”⁵¹.

E insistia na sua avaliação do integralismo, que, segundo ele, “como meio, era deteriorante”⁵², lamentando pela sorte do País que aplaudisse um “partido que, tendo tudo o mais nefasto, tenha como única coisa aproveitável ensinado seus filhos a cantar-lhe hinos evocatórios de glórias problemáticas”⁵³. Quanto aos instantes imediatamente anteriores à partida para o assalto ao Palácio da Guanabara, disse Fournier: “As cenas ali desenroladas, nestes minutos finais, foram dessas impressionantes [...]”⁵⁴. As cenas impressionavam-no porque aqueles homens eram também bisonhos: “[...] não titubiei em, às 23: 30 horas (o movimento deveria iniciar-se à 1 hora da madrugada), dar ordens para que metessem nesses bisonhos patriotas os uniformes de fuzileiros navais [...]”⁵⁵. Contudo mais ainda porque tudo era demasiadamente ridículo: “[...] metidos em fardas que, em uns, sobravam-lhes as mangas do casaco; em outros, as calças ficavam-lhes nas canelas [...]”⁵⁶. Somava-se ao patético da situação, o medo excessivo daqueles homens na hora de partir para a ação, expresso em “choros lamentosos e gestos

⁵⁰ *Idem*.

⁵¹ HARTOG, François. *O espelho de Heródoto* ensaio sobre a representação do outro. Belo Horizonte Ed. da UFMG, 1999, p. 270.

⁵² *Idem* nota 272.

⁵³ *Idem*.

⁵⁴ *Idem*, p. 123.

⁵⁵ *Idem*, p. 123.

⁵⁶ *Idem*, p. 124.

de desespero, para não seguirem”⁵⁷. A ênfase na covardia dos integralistas era ressaltada ainda no relato acerca dos instantes imediatamente anteriores à partida: “ante o precedente aberto para os anciões, todos eram velhos; todos aleijados; todos, doentes [...]”⁵⁸.

Por fim, podemos encerrar a descrição de Fournier acerca dos integralistas com as palavras que ele próprio usou para concluir o tópico intitulado “Escolha do Dia”, em que disse que “os leitores já devem estar enojados de tanta porcaria e não precisam mais do que se argüir dêsses fatos, para mostrar onde está a causa do desastre de 11 de maio”⁵⁹.

Supomos que a narrativa de Severo Fournier, ao permitir que os outros vissem o golpe de 1938 através de seu olhar, tinha forte apelo veritativo. Tal narrativa era publicada como o relato de quem conhecia os fatos que se desenvolveram na ocasião e conhecia-os porque os vira e, assim, ele fazia saber aos que nada viram por si próprios o que ele, narrador, sabia. Tal apelo veritativo procedia igualmente do fato de que havia uma memória social capaz de articular um conjunto de pressupostos e representações sobre o Integralismo em que os integralistas eram vistos como covardes, risíveis, patéticos, fascistas e golpistas. Assim, para além do apelo veritativo de toda testemunha, Fournier expunha adjetivações já presentes na memória social e, portanto, facilmente reconhecíveis, tornando o seu depoimento ainda mais crível.

Deste modo, para o esforço de veto à reorganização do Integralismo no pós-guerra, a publicação do *Diário secreto de Severo Fournier* na revista *O Cruzeiro* foi de importância considerável: no *Diário* de Fournier, o Integralismo foi atacado como um todo, atingindo seus principais quadros em sua honra, afetando a reputação do movimento. Repetia-se o que a grande imprensa fez em diversas ocasiões, entre essas, quando dos primeiros dias após o golpe de 11 de maio de 1938 e em outros momentos da ditadura estadonovista, como nos meses seguintes à entrada do Brasil na guerra contra as forças nazifascistas. No entanto, naqueles momentos, a imprensa brasileira estava diante de forte censura exercida pelos órgãos de repressão do Estado Novo. E aos integralistas, no que concerne

⁵⁷ *Idem.*

⁵⁸ *Idem.*

⁵⁹ *Idem.*, p. 109.

à cena pública, não restava naquela época alternativa a não ser a de permanecer em silêncio. Os discursos ecoavam em uníssono, apontando que os integralistas eram fascistas, patéticos, covardes etc., forjando memória social que estabelecia/reforçava o repúdio e a desconfiança em relação aos integralistas. Assim, supomos que tal memória social, recomposta agora também nas narrativas publicadas pelo jornalista David Nasser nas páginas de *O Cruzeiro*, em tudo contribuía para privar os integralistas de capital político, comprometendo o desempenho do movimento dos ex-camisas verdes no período democrático.

Considerações finais

Na segunda metade dos anos de 1940, nas páginas do jornal *O Estado de São Paulo* e da revista *O Cruzeiro*, narrativas vieram a público expor de maneira negativa o passado integralista. Tal exposição, capaz de articular um conjunto de pressupostos e representações sobre o Integralismo, corroborou a perpetuação de memória social em que o Integralismo era visto como covarde, risível, patético, fascista e quinta-coluna. Assim, para além do apelo veritativo que estava entrevistado nas páginas das referidas mídias, aquelas narrativas expunham adjetivações já presentes na memória social e, portanto, facilmente reconhecíveis.

Por conseguinte, para o esforço de veto à reorganização do Integralismo no pós-guerra, a ação do *OESP* e da revista *O Cruzeiro* foi de importância considerável. Isto porque se tratava de mídias de grande circulação na época, capazes de atingir vasto público e, também, porque se tratava de atingir movimento político e o capital político é bastante vulnerável, pois que é “[...] puro valor fiduciário que depende da representação, da opinião, da crença, da fides, o homem político, como homem de honra, é especialmente vulnerável às suspeitas, às calúnias, ao escândalo, em resumo, a tudo o que ameaça a crença, a confiança [...]”⁶⁰. A relação de movimentos políticos e de seus quadros com o jornalista é de grande comprometimento, tendo em vista que o jornalista é “detentor de um poder sobre os instrumentos de grande difusão que lhe dá um poder sobre toda a espécie de capital simbólico (o poder de fazer ou desfazer reputações)”⁶¹.

⁶⁰ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988, p. 188-189.

⁶¹ *Idem nota 272*, p. 189.

Os discursos ganhavam o espaço público atualizando memória social que estabelecia/reforçava a desconfiança em relação aos integralistas. E se é verdade que “o homem político retira a sua força política da confiança que um grupo põe nele”⁶², então podemos supor que tal memória social, recomposta agora na grande mídia, em tudo contribuía para privar os integralistas de crédito perante o público, capital fundamental para a ação política.

Mas, apesar do veto exposto no espaço público, os integralistas conseguiram se reordenar enquanto partido político no pós-guerra, formando o PRP. De todo modo, podemos supor que os discursos disponibilizados para o grande público usando de vasto vocabulário acusatório contra os integralistas foram importante força política para restringir significativamente as possibilidades de poder do PRP.

⁶² *Idem*, p. 188.

O que os jornais contam sobre a menoridade em Ribeirão Preto no início do século XX

*Sérgio C. Fonseca**
*Cintia R. Czeszy de Castro**

A partir de uma leitura abrangente dos estudos históricos e sociais sobre a infância no Brasil, pode-se entender que a menoridade existe desde o século XIX e que surgiu em razão de relações sociais excludentes. Além de ser resultado da pobreza, a menoridade foi instituída como uma infância diferente e, por isso, tornou-se objeto da atuação da polícia e do judiciário, das instituições (de assistenciais a correccionais) atuantes de acordo com práticas de vigilância e controle, reiteradas pela legislação no início do século XX. Em geral, a existência de meninos e meninas é considerada um fenômeno urbano e comumente apontada pelos estudos como fato presente no cotidiano das grandes cidades brasileiras da passagem de século do XIX para o XX. Por conta dessa constatação, a especificidade do presente texto resulta do propósito de demonstrar que há também uma menoridade no interior e, para tanto, tomando como caso de estudo a cidade de Ribeirão Preto. A fim de sustentar essa proposta foram tomadas como fontes a produção de dois jornais locais, *Diário da Manhã* e *A Cidade*, em particular suas notas sobre fatos e notícias cujo conteúdo e enredo

Ribeirão Preto no início do século XX: entre rural e urbana

O fato de existirem crianças e adolescentes reconhecidos como menores é antigo, uma vez que, desde o século XIX, ainda no Império, este era um fenômeno social já conhecido. A literatura, a crônica social, os juristas e a legislação se ocuparam, desde essa época, da questão dos menores, das crianças pobres ou daquelas abandonadas. Embora ficcional, a conhecida obra de Manuel Antonio de

* USP-FFCLRP. sergiofonseca@usp.br.

** USP-FFCLRP. cintia_pedago@hotmail.com

dizem respeito a meninos e meninas e a situações nas quais são ou estão envolvidos. Em termos de recorte cronológico, o presente texto se concentra sobre a produção dos periódicos citados e sobre o tema da minoridade entre 1905 e 1920, conforme o conjunto de artigos que foram levantados durante a pesquisa.

Palavras-chave: Menoridade; jornal; Ribeirão Preto; menores.

From a reading of the comprehensive historical and social studies of childhood in Brazil, one can understand that the minority has existed since the nineteenth century and which arose as a result of social exclusion. Besides being a result of poverty, the minority was established as a different childhood and therefore became the object of the police and judiciary, institutions (of correctional care) acting in accordance with practices of surveillance and control, reiterated by legislation in the early twentieth century. In general, the existence of boys and girls is con-

sidered an urban phenomenon and commonly indicated by studies as an existing in daily life in large Brazilian cities in the turning of nineteenth to the twentieth century. Because of this finding, the specificity of this text is the purpose of demonstrating that there is also a minority in the countryside and, therefore, taking as case study the city of Ribeirão Preto. In order to sustain this proposal, the production of two local newspapers were taken as sources, the *Diário da Manhã* and *A Cidade*, in particular their notes on facts and news whose content and storyline are related to boys and girls and the situations in which they are or are involved. In terms of chronological cut, this text focuses on the production of journals and quoted on the subject of minors between 1905 and 1920, as the number of articles that were raised during the search.

Keywords: minority; newspaper; Ribeirão Preto; minors.

Almeida, no muito de crônica que a narrativa possui, há uma passagem na qual os companheiros do jovem Leonardo são descritos:

Os dois meninos com quem o pequeno fugitivo travara amizade pertenciam a uma família dessa gente que morava no largo do Rossio, lugar que tinha por isso até algum tempo o nome de campo dos Ciganos. Tinham esses meninos, como dissemos, pouco mais ou menos a mesma idade que ele; porém acostumados à vida vagabunda, conheciam toda a cidade, e a percorriam sós, sem que isso causasse cuidado a seus pais.¹

A galeria de literatos, juristas, cronistas sociais e médicos, cujos textos contêm passagens sobre meninos e meninas nas ruas de cidades brasileiras do século XIX imperial, não é pequena. Para efeitos de síntese, vale citar o próprio Manuel Antonio de Almeida entre os literatos, incluindo também o jurista sergipano, Tobias Barreto, autor de *Menores, loucos e o direito de punir*, de 1884, como representante do campo jurídico. Em São Paulo, enquanto expoente da comunidade jurídica, João Mendes Júnior tratara incidentalmente desse assunto

¹ ALMEIDA, Manuel Antonio de. *Memórias de um sargento de milícias*. 25ª. ed., São Paulo: Ática, 1996, p. 18.

nessa mesma época. Já no final do XIX, em tempos republicanos, a produção literária, jornalística médica e jurídica é volumosa, valendo para tanto indicar Paulo Egídio e Candido Mota (pai) em São Paulo, entre os juristas reconhecidos como ligados à questão dos menores; por sua vez, Moncorvo Filho, entre tantas questões com as quais se ocupou acerca da infância, alertava para o problema dos menores abandonados pelas ruas; quanto à literatura, obras como *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo, inscreveram os menores no quadro dos problemas sociais urbanos brasileiros.

E os tempos republicanos são determinantes para a formação de um campo específico de reconhecimento da menoridade que abrange da questão social, envolvendo a produção jurídica e legal e a construção de recursos discursivos capazes de conferir certos lugares e identificações à infância pobre. Nesse movimento de produção da menoridade, é possível reconhecer três tendências reiteradas no período entre 1890 a 1930 (representadas neste texto por determinadas referências selecionadas como expoentes): pesquisas dos anos 1990, a exemplo de Rizzini², de Alvarez³ e de Vianna⁴, demonstraram ser a passagem de século do XIX para o XX a época da produção de ideias sobre abandono material e moral, o que pude reiterar em estudo próprio⁵; a segunda corresponde ao entendimento de que a filantropia pública compensou em parte a evasão estatal das questões sociais, como sustenta Marcílio⁶; a terceira indica que a presença na vida cotidiana das cidades de meninos e meninas pobres, menores e abandonados pelas ruas, tornou-se fato comum desde fins do século XIX, conforme demonstraram

² RIZZINI, Irma. *Assistência à infância no Brasil: uma análise de sua construção*. Rio de Janeiro: Editora Universidade Santa Úrsula, 1995.

³ ALVAREZ, Marcos Cezar. *Bacharéis, criminologistas e juristas*. Saber jurídico e nova escola penal no Brasil (1889 – 1930). São Paulo, 1996, 305 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – FFLCH/USP, 1996.

⁴ VIANNA, Adriana de Resende Barreto. *O mal que se advinha*. Polícia e menoridade no Rio de Janeiro, 1910-1920. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

⁵ FONSECA, Sérgio César da. *Infância e disciplina*. O Instituto Disciplinar do Tatuapé em São Paulo (1890-1927). Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2007.

⁶ MARCILIO, Maria Luiza. *História social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998.

Fausto⁷ e Frontana⁸, em estudos sobre a cidade de São Paulo, e Vianna⁹, sobre tema semelhante no Rio de Janeiro.

No caso de Ribeirão Preto, é possível associar a aparição de crianças e adolescentes nas ruas, ou mesmo a delinquência infanto-juvenil, em primeiro lugar à pobreza. Na urbe interiorana, atuaram como elementos de pressão sobre os pobres as dificuldades de sobrevivência devido ao custo de vida, ao aviltamento da remuneração, ao não aproveitamento da mão de obra disponível nas ocupações remuneradas, com a dificuldade adicional de haver poucas instituições para apelar por ajuda, uma vez que eram insuficientes as raras formas de assistência social (quer públicas ou privadas). Enfim, trata-se de fatores que, conjugados, incidiram sobre os pobres e, por conta disso, determinaram o desprendimento de certo contingente de crianças e jovens do campo de influência da família, porque pauperizada e, por extensão, limitada no seu papel de mediar ativamente o progressivo ingresso dos filhos na vida social e, bastante importante, sem meios suficientes para amparar e suprir suas necessidades.

Esse conjunto de problemas, malgrado as semelhanças com outras cidades brasileiras de início do século XX, apresenta como característica autóctone o fato de acontecer em uma cidade emergente no meio rural, onde se territorializou a grande cafeicultura paulista e brasileira de então. A desproporção da distribuição da população entre o núcleo urbano e a zona rural assinala a peculiaridade de Ribeirão Preto em relação a centros maiores. Uma contagem encomendada pela Câmara Municipal em 1912 (a primeira aconteceu em 1902) revela que, dos 58.220 habitantes no município, 18.732 viviam na cidade e 39.488 na zona rural. Tal é essa diferença porque o grosso das atividades da grande agricultura, daquela dirigida ao mercado exterior cujo produto máximo é o café, concentrava processos e força humana produtiva nas fazendas, onde estavam as colônias, que representam um peculiar núcleo de habitação fora, se não distante, da área urbana.

⁷ FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. 2ª. ed., São Paulo: Ed. da USP, 2001.

⁸ FRONTANA, Isabel Cunha Ribeiro. *Crianças e adolescentes nas ruas de São Paulo*. São Paulo: Ed. Loyola, 1999.

⁹ VIANNA, Sdriana de Resende Barreto. *Op. cit.*

Em percentuais, esses 58.220 habitantes recenseados em Ribeirão Preto incluem-se nos 17,7% com os quais a Mogiana pesava na densidade populacional do estado até 1920¹⁰. Os números de 1902 a 1912, portanto, indicam que Ribeirão Preto cresceu e seu núcleo urbano encorpou em termos populacionais, ainda que a maior parte da população estivesse distribuída pelas propriedades rurais. Contribui também para essa distribuição o fato de existirem pequenos aglomerados populacionais, alguns deles eram distritos de Ribeirão Preto, em geral contíguos a estações de apoio da ferrovia ou a seus ramais. Várias dessas estações de apoio resultaram em cidades, a exemplo daquelas listadas por Bacellar¹¹, que “estão na origem de centros urbanos, tais como Cravinhos, Orlândia, Brodósqui, São Joaquim da Barra, Pedregulho, Guará, Pontal, Sales Oliveira, Cristais Paulista e Aramina”.

De forma semelhante, entre rural e urbanizada, por ser um ponto importante do transporte ferroviário para onde afluíam pessoas e mercadorias, Ribeirão Preto agitava-se em torno da estação de trens e das adjacências por onde circulavam de passageiros a migrantes, sem esquecer que esse foi o ponto de desembarque das seguidas levas de imigrantes.

Ribeirão Preto, portanto, apresentava como característica sua população distribuída entre a cidade e as áreas rurais contíguas, dotadas de população numericamente majoritária estabelecida em colônias¹², bairros rurais e pequenas propriedades:

¹⁰ MEMÓRIA URBANA. *A grande São Paulo até 1940*. São Paulo: Arquivo do Estado; Imp. Oficial, 2001, v. 2. A Mogiana está no noroeste do estado de São Paulo e, historicamente, é uma região que foi delimitada como sendo a área de entorno dos rios Mogi-Gaçu e Pardo. Embora seu povoamento e ocupação datem do século XVIII, sem dúvida a Mogiana é reconhecida pela cafeicultura e pela ferrovia que fizeram dela, desde o final do século XIX e até a crise econômica de 1929, pelo menos, umas das áreas mais ricas do Brasil no que concerne à produção e exportação do café. Em termos populacionais, já em 1886, segundo Milliet, citado por Bacellar, a Mogiana representava 15,80% da população da província e respondia, então, por 21,81% da produção cafeeira. BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. O apogeu do café na Alta Mogiana. In: BACELLAR, Carlos de Almeida Prado, BIOSCHI, Lucila Reis (Orgs.). *Na estrada do Anhangüera: uma visão regional da história paulista*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1999.

¹¹ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Op. cit.*, p. 123.

¹² No caso das colônias, trata-se das típicas formas de moradia e concentração de trabalhadores das fazendas de café que, algumas delas, chegaram a concentrar considerável contingente humano nessa forma de moradia das áreas rurais.

População total do município: - 52.910.

População da cidade e seus subúrbios: 13.236 habitantes.

Número de casas existentes na cidade e subúrbios: - 2.522 habitadas, 17 em construção, 11 em estado de ruína , e 57 desabitadas entre a rua Floriano Peixoto e a Avenida Jeronimo Gonçalves.

(...)

Estabelecimentos agrícolas: 265, dos quaes 256 de café e 9 de canna, (1 de fabricação de assucar e 8 de fabricação de aguardente).

(...) demais indústrias existentes no município:

Numero de estabelecimentos: - 163; pessoal neles empregado, - 642 individuos, sendo 531 estrangeiros e 111 nacionaes.¹³

O assentamento de parte da população no núcleo urbano, em combinação com o implemento das atividades produtivas e comerciais e, ainda, encorpado pelo afluxo de pessoas, indica que o adensamento populacional da cidade está em processo. E este é um fato significativo, pois, trata-se de uma cidade posicionada em uma região rural, cuja parte maior de seus habitantes está distribuída pelas áreas rurais, como fez notar o já citado relatório da administração municipal para o ano de 1902¹⁴. Ao aumentar demograficamente por receber sucessivos contingentes de imigrantes e também devido ao afluxo quase permanente de nacionais, aumentaram os problemas relativos ao abastecimento, moradia, emprego, serviços de saúde e assistência, custo de vida, enfim, uma série de demandas próprias da urbanidade.

A menoridade no início do século XX era já um fato tipicamente urbano no Brasil, de sorte que a presença de crianças e adolescentes nas ruas ribeirão-pretanas – com a resultante caracterização de “menor” aplicada sobre os pobres, os abandonados e os infratores – tem como cenário essa peculiar forma de cidade. Nesse sentido, a crônica social e policial dos jornais locais evidencia a presença de meninos e meninas nas ruas, a existência da delinquência infanto-juvenil, bem como os modos pelos quais as leis, a polícia e o judiciário local atuaram sobre variados delitos e crimes nos quais menores de idade foram caracterizados como vítimas ou autores.

¹³ CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO. *Relatório apresentado pelo prefeito municipal dr. Manoel Aureliano de Gusmão na sessão de 10 de janeiro de 1903*. São Paulo: Duprat & Comp, , 1903, p. 17.

¹⁴ *Idem*.

A criminalidade e os criminosos: Lombroso publicado em Ribeirão Preto

Em 1905, Lombroso alertava sobre a infância abandonada em artigo publicado no Brasil:

Ora bem, o mesmo resultado que alcança um pae de família adestrando (este é o verdadeiro termo) para a honra, o amor ao trabalho, um filho que tinha mãos instinctos e que era preguiçoso, póde alcançal-o a sociedade com os “criminaloides”, com os candidatos ao crime, por assim dizer, que mais tarde serão impellidos ao crime pela ocasião, pela falta de educação, pela miséria, pelo alcoolismo, etc.; esta therapeuthica, porém, só pode ser eficaz com uma condição, a de cuidar do individuo desde a tenra idade para que as tendencias ao mal não estejam já tão enraizadas na sua alma e no seu espirito que seja impossível extirpal-os.¹⁵

Apesar de sua declinante repercussão nos círculos jurídicos e médicos na Europa, Cesare Lombroso estava em voga entre juristas e médicos brasileiros no iniciante século XX. Suas ideias, seus escritos e sua classificação dos criminosos incorporavam o conteúdo dos textos, dos projetos e dos debates nos quais advogados, juristas e médicos assumiam posições expoentes a respeito da criminalidade, das suas causas e dos meios eficazes para a sua contenção. Diversas teses nos cursos jurídicos, vários artigos nas revistas da área e destacáveis projetos para institutos correccionais¹⁶ e ações do poder público aparecem impregnados pela figura do criminoso nato, do criminaloide e da infância abandonada como fermento propício ao adulto corrompido e dificilmente corrigível, ou, nas formas extremas, incorrigível. As revistas jurídicas e médicas, os trabalhos apresentados

¹⁵ LOMBROSO, Cesare. A infância abandonada. *A Cidade*. N. 50. Ribeirão Preto, 28 fev 1905, p. 1.

¹⁶ Basta lembrar os projetos apresentados por Paulo Egídio e, depois, por Candido Mota, os dois no século XIX. Ambos, primeiro Paulo Egídio, mais adiante Mota, propunham um instituto nos moldes de uma escola correccional para menores. De início, Paulo Egídio, quando senador no estado de São Paulo, surgiu com a proposta que àquele momento não logrou êxito. Já em 1900, Candido Mota apresentou no Congresso Legislativo do estado o projeto do “Instituto Educativo Paulista”, cuja finalidade precípua era a de atender ao que estipulava o Código Penal da República que previa o recolhimento de menores das ruas para institutos industriais. Em outras palavras, tratava-se do típico reformatório, cujo modelo institucional estava bastante em voga, e que tinha no trabalho seu meio aplicado para regenerar menores tidos por delinquentes ou vadios. Entrementes o percurso do projeto apresentado por Mota ao legislativo estadual, em 1902, é criado em lei e em 1903 entrou em atividade o Instituto Disciplinar do Tatuapé, o primeiro reformatório de São Paulo.

nas faculdades de direito do Rio de Janeiro e de São Paulo, bem como diversos livros veicularam as ideias lombrosianas no Brasil da Primeira República.

Entretanto, e curiosamente, esse artigo de Lombroso aparece publicado em um jornal de cidade interiorana, ainda que se trate da principal da zona cafeeira mais rica e produtiva do interior paulista no começo do século XX. Diferente de outros do criminalista italiano, esse texto não veio a lume nas publicações das comunidades jurídica e médica das capitais, do Rio e de São Paulo, por exemplo, onde se concentravam os debates sobre a menoridade. O artigo, de fevereiro de 1905, apareceu no jornal *A Cidade* em um tempo em que Ribeirão Preto contava com pouco mais de 13.236 habitantes “na cidade e nos subúrbios”, como registra a contagem encomendada pela Câmara Municipal, em 1902¹⁷.

Entre as diversas hipóteses possíveis para explicar a publicação desse artigo de Lombroso no jornal ribeirão-pretano, duas são compatíveis com o que era Ribeirão Preto no começo do século XX. A imigração é uma delas, visto que o contingente de imigrantes enviado às fronteiras agrícolas do café, sobretudo para Ribeirão Preto, era majoritariamente italiano. Até 1912, ano de outra contagem da população do município, a população italiana era numericamente expressiva a ponto de fazer com que sua língua e cultura fossem fato comum na vida da cidade. Inclusive, o intento de manter uma comunidade de falantes e leitores tem como evidência o empenho de italianos em manter escolas primárias que ensinavam suas crianças na língua da sua pátria de origem, o que, por sua vez, contava com a pressão da inspetoria de instrução pública local para que o ensino fosse exclusivamente em português¹⁸.

Eis, então, uma razão para Lombroso e outros conterrâneos aparecerem nas páginas de um dos jornais locais. Havia a língua, a cultura e leitores italianos. Durante a Primeira Guerra Mundial, por exemplo, o noticiário dos combates nos dois jornais locais, *A Cidade* e *Diário da Manhã*¹⁹, costumava veicular matérias

¹⁷ Câmara Municipal..., *citado*, p. 68.

¹⁸ CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO. *Relatório apresentado em sessão de 15 de janeiro de 1910, pelo Dr. Joaquim Macedo Bittencourt, Prefeito Municipal*. Ribeirão Preto: Typ. da Casa Selles, 1920.

¹⁹ Os jornais *A Cidade* e *Diário da Manhã* foram fundados nesse período. *A Cidade* começou suas atividades em 1905 e circulou regularmente até 1930, quando foi empastelado por ocasião do movimento que depôs da presidência Washington Luís e que fora liderado, entre outros, por

com destaque para a Itália, um tanto por conta do engajamento de filhos de imigrantes no exército italiano e, mais ainda, devido ao interesse dessa comunidade por notícias de seu país de origem.

Ao passo que os imigrantes faziam assentar sua cultura no lugar, sua presença também causou o expressivo aumento populacional do núcleo urbano, do entorno próximo e das regiões medianamente distantes, como as colônias das fazendas, por exemplo. Em 1902, eram 33.199, sendo 27.765 italianos²⁰. Por extensão, esse aumento, constante no correr das duas primeiras décadas do século XX, combinou-se com as migrações a ponto de elevar, em uma década (entre 1902 e 1912), a população do município a 58.220 habitantes, entre os quais 18.732 estavam no núcleo urbano. Se comparados com outras cidades do interior paulista, os números de Ribeirão Preto a colocam entre as urbes de porte médio à época.

Havia razão, ainda, para publicar Lombroso no jornal local porque os sujeitos a quem o médico italiano dirigiu sua classificação dos criminosos também eram localizáveis em Ribeirão Preto e participavam da sua vida cotidiana. O menor, o delinquente e o mendigo, para mencionar apenas estes, bem poderiam ser incluídos na categoria dos “criminaloides”, definidos como aqueles de ocasião por Lombroso, diferentes do criminoso nato. Não bastassem os candidatos ao carimbo da classificação lombrosiana, os periódicos ribeirão-pretanos usavam, por sua conta, expedientes muito parecidos aos do criminaloide, além de produzirem certa crônica adjetivada dos delitos, dos crimes, formando, assim, uma variada lista de notas policiais.

As adjetivações sobre menores em uso nos jornais de Ribeirão Preto, *A Cidade e Diário da Manhã*, quando comparadas ao teor de notícias da mesma espécie veiculadas nos jornais paulistanos de então, a exemplo da crônica policial compilada por Boris Fausto em *Crime e cotidiano*²¹, apresentam notável semelhança.

Getúlio Vargas. Apesar dessa interrupção, ainda em 1930, retomou a publicação e está ativo até hoje. Quanto ao *Diário da Manhã*, há informações que indicam 1896 como ano de sua fundação, embora, a pesquisa que realizamos tenha encontrado indícios de sua circulação constante e sem interrupções a partir de 1906, estando ativo até os anos 1990, pelo menos.

²⁰ Câmara Municipal... 1903, *citado*.

²¹ FAUSTO, Boris. *Op. cit.*

Por comparação, não parece ser casual o fato de o jornal *A Cidade* (1905) publicar o artigo de Lombroso. A crônica da vida social, em especial aquela das pequenas violências cotidianas, dos delitos, da repressão da polícia sobre os infratores, é produzida fazendo uso de expedientes que realçavam ideias a respeito do caráter, da cor da pele ou da procedência das pessoas. Durante duas décadas, entre 1905 e 1925, os jornais circulantes em Ribeirão Preto noticiaram variados fatos protagonizados por crianças, moças e rapazes que figuram como responsáveis por roubos, furtos, agressões, raptos e violência sexual ou, no outro extremo, como vítimas.

A menoridade nas páginas dos jornais ribeirão-pretanos

As páginas d'*A Cidade* e do *Diário da Manhã* estão repletas de notas policiais, crônicas, editoriais e artigos publicados nas décadas de 1900, 1910 e 1920, e que se ocupam de noticiar ou opinar sobre variados fatos, como desaparecimento, detenção de moças e rapazes com problemas de saúde mental, defloramento, acidente com arma de fogo, abandono, maus tratos, brigas com lesão corporal resultante, furtos, roubos, atropelamentos, rapto, exploração da mendicância e infanticídio. E, elemento constante em todos esses acontecimentos noticiados, deles participam crianças, meninos, meninas, rapazes e moças como vítimas ou perpetradores.

Junto dessa crônica da menoridade, há, ainda, como característica forte do noticiário desses jornais, o diário das ações policiais, a exemplo da “caça aos vagabundos”, rotineiramente empreendida pelos delegados de polícia:

Não ha muito tempo, para atender constantes reclamações do publico, as autoridades policiaes emprehenderam uma seria campanha contra os vagabundos que infestam esta cidade.

O esforço do sub-delegado de policia, sr. Cap. Antonio Alves Ferreira, dava-lhes caça quotidiana e todos o acompanhavam com applausos nessa tarefa.

Tarefa delicada, porém, e de muita responsabilidade, por contender com os direitos mais sagrados dos cidadãos, que são os de contrariedades e contratemp-
pos com que teve de arcar.

Uma vez mesmo, tendo sido presos dois cidadãos classificados, que aliás não chegaram a dar entrada no edificio da cadeia, um jornal desta cidade achou

asada a ocasião para desancar o sr. cap. delegado, censurando o acremente. Talvez por isso, a sua acção esmoreceu, abandonou-se a campanha contra a vagabundagem.

Urge, porém, que ella seja continuada. A nossa população não pode estar a mercê de indivíduos que constituem uma ameaça constante á tranquillidade publica, dos vagabundos que, não trabalhando, forçosamente hão de recorrer a meios illicitos para prover a propria subsistencia.

Ainda hontem estiveram na repartição da policia os cidadãos Vicente Ripoli, Humberto Brancaleone, Estevam Gomes e Alferes João d’Alessis, que lá foram pedir providencias contra os desoccupados que estacionam nas portas de botequins e restaurantes à rua General Osorio, promovendo algazarras, desrespeitando familias com gestos e palavras obscenas, durante todo o dia e até tarde da noite.

O dr. delegado de policia vai attender a justa reclamação, procurando expurgar esta cidade desses parasitas perigosos.

Naturalmente encontrará o mais decidido apoio da parte de todas as pessoas sensatas.²²

Não era raro *A Cidade e Diário da Manhã* trocarem farpas, animosidade esta comum durante as décadas de 1910 e 1920; por isso, o artigo em resposta à crítica levantada pelo concorrente e reforçando a ojeriza do periodista e de seu jornal aos “vagabundos”. Tirante essas rugas, a imprensa local mais manifestava simpatia por ações como as narradas antes do que ponderações contrárias ou reservas a tal caça aos vagabundos:

CAÇA AOS VAGABUNDOS

Ainda hontem o sr. major Antonio Alves, sub-delegado de policia, proseguiu na sua louvavel perseguição aos vagabundos.

O resultado, porém, foi quase nullo. Só se deixou *apanhar a preta Maria Antunes de Britto*.²³

Entre as causas possíveis para a existência de uma considerável população de rua na Ribeirão Preto das primeiras décadas do século XX, deve-se levar em consideração as migrações favorecidas pelo fluxo de passageiros pela ferrovia e, certamente, do ponto de vista do trabalho, parte desse contingente é formado pela mão de obra semiocupada, sem vínculo com uma localidade permanente, sub-remunerada ou empregada em trabalhos manuais igualmente mal pagos. Quando

²² DIÁRIO DA MANHÃ. *Mendigos*. N. 3.899. Ribeirão Preto, 6 jun 1912, p. 1.

²³ *Idem*, 1912b.

desenraizado da vida ocupada e situada na localidade, esse contingente humano compôs a massa de pessoas que viviam nas ruas sobrevivendo de atividades temporárias lícitas ou consentidas, os pequenos biscates, ou de ilícitos, em geral de esmolas, além de furtos nos casos mais extremos, incluindo-se nesse grupo vários meninos e meninas. Essas são as características dos migrantes ou dos marginalizados enraizados na cidade que compunham a massa de trabalhadores braçais urbanos ou temporários rurais, pequenos criminosos e mendigos. Como se não bastasse, muitos imigrantes não melhoraram de vida, como imaginavam, quando vieram para a promissora cidade de Ribeirão Preto, por sua vez, indo compor o contingente de pobres e miseráveis. A exemplo do que ocorria na própria São Paulo, onde muitos imigrantes haviam desembarcado para “Fazer a América”, como afirma FAUSTO²⁴, “na luta pela sobrevivência e pela ascensão social, famílias se desigualaram, convivências se romperam no espaço urbano”, de sorte que os “sonhos se realizaram para alguns e as ilusões se desfizeram para muitos”.

Paradoxalmente, exceto para a lógica do capital, enquanto a curva dos gráficos de acúmulo de riquezas registrava mais altas do que baixas, aumentava a distância entre a riqueza e a pobreza no complexo cafeeiro, conforme a expressão de Beiguelman²⁵ que designa as principais zonas produtoras da Primeira República e a capital paulista. Um sinal dessa distância entre riqueza e pobreza é o aumento do custo de vida nas cidades, inclusive nas do interior, como Ribeirão Preto, e a conseqüente condição de penúria dos mais pobres. A presença de mendigos de todas as idades cresceu em Ribeirão Preto, na mesma medida em que cresceu o incômodo do restante da sociedade com os pedintes.

A presença de andarilhos, mendigos, pessoas sem ocupação definida, aventureiros e vagantes era tão comum nas ruas de Ribeirão Preto a ponto de ficar inscrita em certas memórias da cidade ao lado, inclusive, da pressão reiterada da polícia sobre essa mesma população de rua. Dois dos memorialistas ribeirão-pretanos mais conhecidos, Prisco da Cruz Prates²⁶ e Rubem Cione²⁷, incluem entre os personagens reais de suas reminiscências, que tomam por narrativa histórica,

²⁴ FAUSTO, Boris. *Op. cit.*, p. 20..

²⁵ BEIGUELMAN, Paula. *A formação do povo no complexo cafeeiro*. Aspectos políticos. 3ª ed. São Paulo: Edusp, 2005.

²⁶ PRATES, Prisco da Cruz. *Ribeirão Preto de outrora*. Ribeirão Preto: s. n., 1956.

²⁷ CIONE, Rubem. *História de Ribeirão Preto*. Ribeirão Preto: Legis Summa, 1997, 5 v.

os mendigos, de tal forma que alguns deles são lembrados pelo nome e descritos como figuras pitorescas, a exemplo do Geraldo, do Chico Louco, da “Pé de Anjo” e do Henrique Louco. Ainda que lembrem primeiro dos mais peculiares, não escapa aos memorialistas o fato de que os mendigos afluíam para Ribeirão Preto. Prates (1956, p. 23) narra que uma “chusma de pedintes e mendigos invadia a cidade”, exercendo sua atividade “solicitando óbulos aos passantes para a sua manutenção”.

Além da “caça”, a polícia local exercia outros meios de controle da mendicância. Desde 1910, mendigar era atividade dependente de autorização da delegacia de polícia:

A MENDICÂNCIA

Continua na delegacia de policia, segundo as determinações do dr. Mamede da Silva, recentemente publicados em editaes, a distribuição de chapas nos mendigos residentes nesta cidade.

Até hontem, haviam sido fornecidas 29 chapas.²⁸

Para aqueles reconhecidos pelos delegados de polícia como necessitados, era entregue uma placa que conferia ao possuidor a licença para esmolar. Por esse ato, anunciado em edital como lembra a nota, ora a polícia ensaiava tutelar, quando não, caçava os vadios com a ressalva de permitir pedir apenas aqueles que exibissem as placas e fossem devidamente registrados como mendigos na delegacia.

Por sua vez, meninos e meninas avolumavam a população de rua da cidade:

CRIANÇAS ABANDONADAS

Constantemente, umas vezes nas primeiras horas da noite e outras pela madrugada, comparecem a esta redacção meninos pobres que, se achando em completo abandono pelas ruas, vêm pedir agasalho para dormir.

Noticiando a desoladora e perigosa situação dessas infelizes crianças não temos o intuito de fazer alarde de sentimentos nobres, pois é do mais comeseinho dever de caridade dar abrigo aos abandonados muito principalmente creanças.²⁹ (*A CIDADE*, 1911, p. 1)

Os apelos como esse se alternam no *Diário da Manhã* e no *A Cidade*, ora em tom humanitário, outras vezes em defesa da ordem pública. Mas, característica comum a ambos, a crônica publicada neles demarca um fato: a presença de

²⁸ A CIDADE. *A mendicância*. n. 1.766. Ribeirão Preto, 21 set 1910, p. 1.

²⁹ A CIDADE. *Crianças abandonadas*. n. 2.041. Ribeirão Preto, 27 ago 1911, p. 1.

meninos e meninas nas ruas é uma constante. Acrescente-se, igualmente, que os menores fazem parte do contingente de miseráveis que formam as fileiras de pedintes pelas ruas, não custa reiterar. E, igual aos adultos, estavam sujeitos ao escrutínio policial.

Desde que fora tornada prática corrente, a afamada placa era exigida dos pedintes e, quando usada indevidamente, mesmo por menores de idade:

Mendigo sem o Ser

Um menor que herdou de seu pai uma chapa de mendigo, a de numero 28, continuou no mister de pedir esmola, principalmente em Santa Thereza, onde commettia actos improprios de um <<mendigo>>, tornando-se mesmo o seu procedimento intoleravel, pelo que o chefe daquela estação se queixou á policia. A chapa foi apreendida e o menor reprehendido.³⁰

O “Mendigo sem o ser”, não é demais destacar, é um menino que “herdou” a placa do pai e, uma vez regrada por ordem da polícia desde 1910, mesmo para mendigar, essa era uma herança indevida, pois é o delegado quem concedia tais placas para que os pedintes fossem autorizados pela polícia a esmolar em Ribeirão Preto³¹. Esse uso não era novidade, pois antes outro menino virou notícia como o “Mendigo preso”, ocasião em que o jornal informou a seus leitores que em “Cravinhos foi hontem preso o menino Paulo, que ali mendigava sem a exhibição da competente chapa”³².

Acompanhando a constância com que a menoridade se torna objeto de opinião e personagem da crônica nos jornais ribeirão-pretanos no período que pesquisamos, é igualmente permanente o emprego de adjetivações como “gatuno”, “ladrão” e “larápio”, combinadas com a identificação racial de “preto”, “pretinho”, “pardo” e “pombinhos pretos”. Usar termos como esses para identificar pela cor da pele era uma prática que os periodistas dos dois jornais locais pareciam ter como habitual e, por isso, normal, a exemplo dessa notícia:

³⁰ DIÁRIO DA MANHÃ. *Mendigo sem o ser*. N. 4.338. Ribeirão Preto, 13 dez 1913, p. 1.

³¹ Os citados memorialistas ribeirão-pretanos reforçam a existência dessa prática e reiteram que, conforme a regra, era obrigação dos pedintes registrarem-se na polícia e retirarem a placa de “mendigo”. Ainda de acordo com Prates (1957) e Cione (1997), e como pudemos apurar na pesquisa nos jornais, a ideia desse tipo de controle pode ser atribuída ao delegado Mamede da Silva, que colocou em vigor essa medida por volta de 1910.

³² Diário... 1912, *citado*.

PELA POLÍCIA

Pelas 10 horas da noite de ontem, andava por sob a chuva que cahia e completamente a descoberto, em um estado de lastimosa embriaguez, em frente ao jardim uma negra maltrapilha que tinha nos braços uma creança clara, a que chamava de filha. E a negra cambaleava inspirando a todos dó e horror aquele quadro.

Um transeunte condoído da triste sorte da infeliz creancinha foi dar parte do caso a nossa Policia, que imediatamente mandou buscar os miseros.

Se a negra é de facto mãe da creancinha clara, é o caso de se nomear tutor a esta.³³

Na galeria das adjetivações incluem-se, ainda, as de nacionalidade como “italiano” e “português”, associadas a indicações etárias, a exemplo de “rapaz”, “rapazola” e “moçoila”, dentre outros qualificativos, aplicados ao texto como marcadores dos sujeitos cujos feitos são noticiados.

Não bastassem esses adjetivos, a palavra “menor” é o definidor por exceção de quem consta da crônica social e/ou policial, por vezes especificado por acréscimos como “menores larápios”, “gatunos precoces”, “menor de maus instintos”, em razão da situação ou fato no qual estão implicados menores de idade.

A adjetivação demarca a característica, a origem social e étnica e precisa a idade, a falta/delito e o gênero, enquanto que a prática de noticiar os fatos, de narrá-los imiscuindo a opinião na narrativa, realiza a captura dos acontecimentos, porquanto as palavras escolhidas pelo narrador/periodista tipificam os indivíduos e as situações. Essa operação estrutura o diário das pequenas e grandes violências, dos crimes, das transgressões, enfim, dos eventos da vida cotidiana registrados pelo jornal e contados ao público.

Ainda que sob essa forma de noticiar, a frequência com que os delitos, os pequenos crimes e as variadas espécies de transgressões estão presentes nos jornais assegura que eles fazem parte da vida cotidiana em Ribeirão.

Entre os vários textos jornalísticos levantados durante a pesquisa, sobressaem os casos de violência sexual. Quando estudados mais detidamente, alguns dos supostos casos de violência sexual, nomeados de defloramento, indicam tratar-se de arranjos ou mesmo combinações entre rapazes e moças, às vezes o de sexo masculino alguns anos mais velho, com o propósito de consumir, pela via

³³ A Cidade. *Pela polícia*. N. 2.394. Rio Preto, 26 mar 1912, p. 1.

da relação sexual, o casamento. Devido a algum impedimento, não podiam fazê-lo livremente, tendo de lançar mão de recursos como um quase delito de rapto ou um duvidoso defloramento. Em outras ocasiões, a fim de reparar o pudor e a honra da família, em razão de relações sexuais havidas entre moças e rapazes tidos como “sedutores” ou “proveitadores da ingenuidade”, o casamento era a saída imposta para reincorporar os faltosos e seus familiares à moralidade vigente, com o adicional de mitigar a vitimização sexual das moças sem necessariamente demandar sanções ao rapaz ou homem aproveitador e/ou perpetrador. Desse modo, para todos os casos, o casamento compulsório era o recurso reparador ao qual a família, geralmente das moças e apresentando-se como parte ofendida na queixa à polícia, e, se fosse o caso, ao judiciário, recorriam à autoridade policial e aos juízes.

Por vezes, os próprios implicados admitiam pretender o casamento:

Notas policiaes

Antonio Spinelli, italiano residente nesta cidade, raptou a menor Maria Benedicta dos Santos.

Chegando este facto ao conhecimento da polícia, foram raptor e raptada chamados a presença do delegado de policia, declarando ambos desejarem contrahir matrimonio pelo que foi officiado ao Juiz de Paz afim de providenciar sobre o enlace matrimonial dos dois pombinhos.

O casamento realisou-se hontem às 5 horas da tarde.³⁴

Se não por esse exato motivo, recorriam à autoridade policial a fim de obter o favor de um casamento sem custos:

POMBINHOS PRETOS

Apresentaram-se hontem ao dr. delegado de policia os pombinhos pretos Quintino Rodrigues e Anna dos Santos, afim de se unirem pelos indissolveis laços do matrimonio e com o auxilio da policia, que fica mais barato.

o dr. Mamede mandou-os recolher aos baixos da delegacia e deu as precisas providencias para que hoje possam ser satisfeitos os seus desejos.³⁵

No noticiário, permanece a ambiguidade inerente a essa prática, pela qual rapazes e moças incorrem inicialmente em uma falta, condenada moralmente, e, com o casamento, reparam uma situação de vergonha, bem como mitigam o efeito de exposição de si e da família. Acrescente-se que em certas situações esse

³⁴ A CIDADE. *Notas policiaes*. N. 9. Ribeirão Preto, 10 jan 1905, p. 2.

³⁵ A CIDADE. *Pombinhos pretos*. N. 3.259. Ribeirão Preto, 12 dez 1914, p. 1.

era um recurso extremo daqueles que não contavam com o consentimento dos pais, uma vez que, depois de deflorada uma garota menor de idade, poder-se-ia reparar a falta casando-se com ela, mesmo contra a vontade paterna. Em *Crime e cotidiano*, Fausto³⁶ explicou o caráter compensador inerente a esse teatro no qual os casais, ou as famílias, prestavam contas da relação sexual perante a autoridade policial a fim de tornar “público um ato íntimo praticado com desrespeito às normas sociais”.

Em comparação com a análise de Fausto³⁷, nota-se que essa maneira de contrair matrimônio não é recorrente apenas em Ribeirão Preto, mas em cidades maiores à época, como São Paulo, pois os “queixosos vão à polícia em busca de um casamento – final de uma história que, pelo menos na aparência, reintegra comportamentos inadequados no mundo da ordem”.

No entanto, conforme observado nos autos e artigos que analisamos, o chamado “defloramento” não acontece apenas com o objetivo de ensejar casamentos outrora desautorizados, porquanto também designa *stricto sensu* o ato de violência física e sexual contra crianças e jovens de ambos os sexos. Nesse mesmo ambiente em que o defloramento sela uma união conjugal reparadora, há vários outros casos em que o episódio narrado é um crime sexual de fato, tal como no artigo do jornal *A Cidade*³⁸, nas “notas policiais”, que retratam uma tentativa de “defloramento” de uma criança de 4 anos:

Foi remetido ao dr. Promotor Publico por intermédio do dr. Juiz de Direito o processo em que é indiciado Phellipo Pieroni, como autor da tentativa de defloramento na pessoa da menor Paschoalina Mantovani, de 4 annos e meio de idade e filha de Baptista Mantovani, morador á rua Florêncio de Abreu nº 55.

Há, também, outra notícia semelhante em 1915:

MANDADO DE PRISÃO

Pelo sr. dr. Elyseu Guilherme, juiz de direito da comarca foi expedido mandado de prisão contra Raphael Marascia pelo crime de defloramento na menor Maria Megua.³⁹

³⁶ FAUSTO, Boris. *Op. cit.*, p. 224.

³⁷ *Idem.*

³⁸ A CIDADE. *Notas policiaes*. N. 23. Ribeirão Preto, 27 jan 1905, p. 1.

³⁹ A CIDADE. *Mandado de prisão*. N. 8.277. Ribeirão Preto, 5 jan 1915, p. 1.

E as queixas de defloramento seguem nos anos seguintes:

DEFLORAMENTO

A menor Maria Buzan, residente á rua Capitão Salomão, 31, deu queixa á policia contra Francisco Chères, accusando-o autor de seu defloramento.

Chères foi preso e será processado.⁴⁰

Nesses três casos, o defloramento não dá título a uma história ambígua que poderia resultar em um casamento reparador, em especial na história da criança de 4 anos, completamente fora desse recurso. Embora eufêmico nessas notas, o defloramento dá título a um caso de violência sexual. Por isso, os três passaram do inquérito policial a processo judicial.

Além das histórias de defloramento e de violência sexual, o mundo da menoridade ribeirão-pretana apresenta várias outras notícias sobre furtos, roubos, agressão, lesão por arma de fogo e mendicância, cuja característica comum é a presença de menores de idade no enredo dos episódios. Os textos nos jornais ribeirão-pretanos contam sobre pequenos delitos contra o patrimônio, sobre agressão ou mesmo violência física, além de serem numerosos no período entre 1905 a 1925, a ponto de instituírem um tipo peculiar de crônica devido à constância com que são publicados nesse tempo. Nessa crônica, por sua vez, os qualificativos para designar raça ou origem, a exemplo de “pretos” e “italianos”, são bastante usuais. Nas notas policiais não falta, também, “gatuno”, para precisar o criminoso praticante de crimes contra o patrimônio, a exemplo dessa notícia que combina as duas formas de qualificativos:

NOTAS POLICIAES

O Sr. Américo M. Gonçalves digno sub-delegado de policia tão acertadas providencias deu que conseguiu não prender os auctores do audacioso roubo praticado em casa do sr. Dr. Guião, como apreendeu todos os objectos roubados, que estavam dentro de um sacco escondido n’um matto perto da Santa Casa de Misericórdia.

Os gatunos estão sendo processados, e chamam-se Marcelino Quintino de Oliveira (preto) de 17 annos, e Sebastião Clemente (preto) de 19 annos, gatuno conhecido, (já cumpriu penna de 10 mezes por crime de roubo), Luiz Barboni, italiano de 16 annos. O sr. Cap. Raul Portugal, digno escrivão de policia muito auxiliou na diligencia.⁴¹

⁴⁰ A CIDADE. *Defloramento*. N. 3.836. Ribeirão Preto, 19. Nov 1917, p. 2

⁴¹ A CIDADE. *Notas policiaes*. N. 18. Ribeirão Preto, 21 jan 1905, p. 1.

Os presos formam um grupo interessante, cujos participantes são rapazes negros e um italiano, algo próprio de uma cidade onde a imigração era ainda fato recente, afinal, pela via da inserção do estrangeiro desde fins do século XIX, somando-se à presença de população local estabelecida, e, ainda, em combinação com as migrações regionais, foi-se amalgamando a composição humana e social do lugar. As duas contagens da população, anteriormente citadas, projetam uma cidade com predominância populacional imigrante e majoritariamente italiana, sendo de 27.765 em 1902, ou, 52% dos habitantes da área urbana e rural do município. Já a contagem de 1912 revela um dado curioso ao separar a população por cor da pele: a população, conforme o que consta do censo patrocinado pela administração municipal, é majoritariamente branca, imigrante e assentada nas áreas rurais do município, com menor contingente no núcleo urbano.

Quadro 1: Dados da contagem de população de Ribeirão Preto em 1912

COR			
CIDADE	Preta	762	Somadas
	Parda	163	
	Branca	17.807	
MUNICÍPIO	Preta	491	18,732
	Parda	180	
	Branca	38.817	
TOTAL			39,488
			58,220

Fonte: Câmara... 1920, *op. cit.*, p. 76-77.

Pelos números da contagem de 1912 verifica-se, ainda, uma proporção considerável de crianças e adolescentes no cômputo total da população da cidade. Em que pese o fato de o número ser estimado, como reconhecido no relatório da administração municipal⁴², ainda sim, entre os mais de cinquenta e oito mil habitantes do município, em 1912, “havia 9.764 em idade escolar, isto é, de 7 a 12 anos de idade”⁴³. Se ampliadas as faixas etárias do recenseamento local e isolada a população do núcleo urbano, temos os seguintes números:

⁴² Câmara... 1920, *op. cit.*.

⁴³ *Idem*, p. 68.

Quadro 2: Faixas etárias apuradas pela contagem de população em 1912

CIDADE	IDADE	
	Menos de 1 anno	743
De 1 a 6 annos	3.276	
Somma	4.019	
De 7 a 12 annos	2.966	
De 13 a 20 annos	3.450	
De 21 a 30 annos	3.204	
De 31 a 40 annos	2.306	
De 41 a 60 annos	2.300	
De 61 a 80 annos	400	
De 80 a 100 annos	31	
Total	18.732	

Fonte: Câmara,... 1920, *Op. cit.*, p. 76-77.

Parte dessa população era alcançada pela escolarização formal, em um total de 4.474, ao passo que 5.190 não, ficando então “muito mais da metade sem recurso algum para aprenderem as primeiras letras”⁴⁴. Essa quantidade de crianças e adolescentes fora da escola faz supor a existência de um contingente possivelmente ocupado no trabalho precoce, a exemplo dos jornaleiros e dos carregadores da estação ferroviária:

NAVALHADA

Hontem, cerca de 3 e meia da tarde, próximo á estação da Mogyana, o carregador de numero 22, Pedro Manocci, com 15 annos de idade, tendo uma rixa com um pretinho, cujo nome não pudemos obter, este vibrou-lhe uma navalhada, produzindo um ferimento inciso na mão esquerda.

Pedro foi recolhido á Santa Casa. O offensor fugiu.

A policia tomou conhecimento do facto.⁴⁵

Quando não, poderiam estar ocupados no trabalho rural:

ESTUPIDO ASSASSINATO

Ante-hontem á tarde, na fazenda do Sr. Luiz de Queiroz Telles Junior, neste município, um mulatinho, Manuel de tal, vulgo Manoelzinho Bahiano, de 17 para 18 annos de idade, assassinou estupidamente o preto João Rodrigues, de 30 annos, vibrando-lhe certa facada no coração.

As testemunhas do facto narram-no do seguinte modo:

Manoel de tal achava-se bastante embriagado. Rapaz de índole perversa, impulsionado pelo álcool, encontram-se na “chave” com diversos colonos que ali aguardavam a passagem do trem, poz-se a provocar uns e outros, distribuindo ás mancheias insultos de toda especie, desafiando a todos.

⁴⁴ *Idem*, p. 69.

⁴⁵ DIÁRIO DA MANHÃ. *Navalhada*. Ribeirão Preto. 20 nov 1913, p. 1

João Rodrigues estava designado para ser a vítima de Manoel. Intervindo numa discussão travada entre o bahiano e um colono portugueses que lhe estava ao lado a cavalo, Rodrigues foi infeliz, por que Manoel, que havia a si mesmo prometido essa manhã, que arrancaria a vida a um encheu-se de ira contra elle, vibrando-lhe varou o coração.

Quinze minutos apenas sobreviveu João Rodrigues ao mortal ferimento.

Deixa dois filhinhos e é viúvo.

O criminoso evadiu-se mal comprehendeu a hediondez do seu crime.⁴⁶

Sem desconsiderar a dramaticidade dos fatos, uma agressão com ferimentos e uma morte, as notas posicionam seus protagonistas em certos lugares sociais identificados pela ocupação exercida pelos participantes do enredo. Dos fatos noticiados, fazem parte um carregador de estação e outro que, ao que tudo indica, trabalha em uma fazenda, pois está entre colonos, assim como a vítima. Há, portanto, certa variação horizontal do pertencimento desses rapazes, meninos e meninas protagonistas dos fatos narrados às classes populares na cidade. Por variação horizontal, entenda-se que entre os menores há os que mendigam e, por isso, sua pobreza é mais absoluta que a de outros meninos, assim como existem os que exercem trabalhos precários, carregadores e jornaleiros, por exemplo, e outros que se incluem entre os trabalhadores da economia cafeeira, como os colonos. Em comum, todos pertencem às classes populares, sendo uns mais desvalidos que os outros, mas, ainda assim, pobres. Ademais, a prática de definir as pessoas pela cor da pele completa a construção dos estereótipos: o agressor do rapaz de nome italiano e carregador era “um pretinho, cujo nome não pudemos obter”, enquanto que o responsável por desferir o golpe mortal no “preto João Rodrigues, de 30 annos”, fora descrito como sendo “um mulatinho, Manuel de tal, vulgo Manoelzinho Bahiano, de 17 para 18 annos de idade”.

No correr dos anos, o expediente dos qualificativos segue recorrente, como se lê na nota sobre um casal de “menores larápios”:

MENORES LARAPIO

Perante o dr. delegado de policia compareceram hontem o sr. Pilade Baiochi, que queixou-se á autoridade haver sido roubado em joias avalaidas em 400\$000. O queixoso accusou a sua creada menor Joanna Pierini, a qual agiu de accordo com Thomaz de tal, também menor.

Presos os pequenos larapios confessaram o roubo.⁴⁷

⁴⁶ DIÁRIO DA MANHÃ. *Estúpido assassinato*. N. 4.099. Rio de Janeiro, 6 fev 1913, p. 1.

⁴⁷ A CIDADE. *Menores larápios*. N. 2.472. Ribeirão Preto, 5 nov 1912, p. 1.

Há, pois, o “gatuno” precoce:

GATUNO PRECOCE

Foi preso hontem, às 18 horas, o menor Antonio Felipe, de 16 annos de idade, que ante-hontem, às 15 horas approximadamente, penetrou no estabelecimento commercial do sr. Felipe Capua, á rua Americo Brasiliense N. 114, dalli subtrahindo pequena quantia em dinheiro.⁴⁸

E, também, uma quadrilha de menores “larápios”:

UM QUADRILHA ORIGINAL

MENORES LARAPIO

PRISÃO DE UM MEMBRO DA QUADRILHA

Desde alguns dias que, por estas columnas temos, despretenciosamente, feito observações com referencia ao abandono em que se acham muitos menores, não sómente aqui como em quasi todos os grandes centros.

Formulando esses commentarios, chamavamos a attenção dos homens de responsabilidade social para a solução immediata desse problema, incontestavelmente, de maxima importancia.

Diziamos que era uma crueldade deixar á mercê da sorte, no vai-vem da vida esses menores, cujas aptidões naturais deviam e devem ser aproveitadas em varios misteres, concorrendo os mesmos para o progresso desta pátria de todos nós estremecida. Entretanto não esperamos que o repórter policial, no seu noticiario, registrasse um facto concreto, confirmando assim, infelizmente, o que aqui escrevemos.

Hontem, foi preso um menor de nome Gumercindo Zacharias, que, segundo ficou averiguado, faz parte de uma quadrilha de menores larapios.

Essa quadrilha de menores, que não deixa de ser original, desde alguns dias, vem “operando”, tendo já praticado varios furtos nesta cidade.⁴⁹

Além da notícia sobre a prisão do grupo de menores, há algumas constatações compatíveis com o modo como se explicava o problema dos menores à época: o abandono de crianças levava à delinquência porque eram deixadas “à mercê da sorte, no vai-vem da vida”. Essa era uma situação tão emergente que demandava providências imediatas para corrigir os delinquentes iniciantes e, por isso, a necessidade da “atenção dos homens de responsabilidade social para a solução immediata desse problema, incontestavelmente, de maxima importância”; e que essa infância e juventude bem poderiam ser úteis ao país em razão do

⁴⁸ DIÁRIO DA MANHÃ. *Gatuno precoce*. Ribeirão Preto, 26 jun 1914, p. 1

⁴⁹ A CIDADE. *Uma quadrilha original*. N. 4433. Ribeirão Preto, 24 fev 1918, p. 1.

seu trabalho, uma vez que suas “aptidões naturais deviam e devem ser aproveitadas em varios misteres, concorrendo os mesmos para o progresso desta pátria de todos nós estremecida”. Como elemento peculiar dessa nota, sobressai uma constatação já em 1918, ano dessa notícia: o abandono de crianças era questão ocorrente em Ribeirão Preto, assim como nos grandes centros de então.

Pensar o menor como um delinquente ocasional com potencial para ser o criminoso contumaz, caso não fosse corrigido, se tornou frequente desde o século XIX no Brasil. Os estudos históricos e sociais sobre esse tema, desde os anos 1980⁵⁰, pelo menos, reiteram essa tendência como sendo produzida ao longo da transição de século do XIX para o XX, bem como colocam juristas e médicos como os mais ativos entre os artífices dessa associação entre a infância pobre e abandonada e uma atribuída inclinação dela à delinquência.

Embora já constasse na legislação desde o Império, a exemplo do Código Criminal, as palavras “menor” e “menores” foram fortemente ressignificadas pela imprensa, pela polícia, pelo judiciário, pelos médicos, juristas e até mesmo por filantropos de sorte que, tanto no singular quanto no coletivo, este passa a ser o termo utilizado pelo aparato jurídico/institucional para designar a conjugação entre pobreza, criminalidade e abandono. Sendo pobre, infratora, por vezes abandonada, a infância coincidente com as aludidas condições que gestavam os menores emergiu como um perigo potencial para a ordem social estabelecida, pois, caso não fosse contida – leia-se disciplinada –, viria a ser o criminoso adulto. E, para conter e disciplinar, de acordo com Foucault⁵¹, a antropologia criminal e a criminologia

⁵⁰ Desde a década de 1980, entre os temas recorrentes nos estudos históricos e sociais sobre a infância no Brasil, certamente, as questões acerca dos menores, do abandono, da assistência e das instituições pontuam a lista dos objetos de estudo mais frequentes. Miriam Jorge Warde (Repensando os estudos sociais de história da infância no Brasil. *Perspectiva*, v. 25, n. 1, 21 – 39. Florianópolis, jan./jun. 2007) reforça essa constatação ao demarcar como momento produtivo dos estudos históricos sobre a infância o final dos anos 1980. Como resultado dessa tendência, a começar pela delimitação cronológica, a passagem de século entre o XIX e o XX ficou consagrada como momento de produção e afirmação de ideias sobre infância, moral, delinquência e abandono. Entre as referências que entendemos, sustentam tal tendência aquelas mencionadas no início deste artigo, com destaque para um estudo dos anos 1980, no caso de Fausto (*Op. cit.*), além de outros da década de 1990, a exemplo de Alvarez (*Op.cit.*), Frontana (*Op.cit.*), Greive e Veiga (VEIGA, Cynthia Greive, FARIA, Luciano Mendes de. *Infância no sótão*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999) e Vianna (*Op. cit.*), sem excetuar Marcílio (*Op. cit.*) que, tirante o perigo das generalizações, ainda ocupa o posto de obra referencial.

⁵¹ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Trad. de Raquel Ramalhete. 36ª ed.

introduziram as infrações no campo dos objetos suscetíveis de conhecimento científico, justificando “a punição legal ao indivíduo e não mais às suas infrações, ou seja, não punir a ação, mas o sujeito, por aquilo que ele é e pelo que pode vir a ser”, ou seja, a menoridade enquanto o devir da criminalidade.

Para consolidar a capacidade de designar uma determinada versão da infância, bem como firmar seu campo semântico, do ponto de vista jurídico, o termo menor foi encorpado, ainda, pela noção de abandono material e moral. Conforme essa noção de abandono, as crianças poderiam ingressar na menoridade tanto em razão da pobreza como devido aos desvios morais adquiridos no convívio com adultos em meios viciosos.

Por sua vez, nos textos dos jornais ribeirão-pretanos levantados durante a pesquisa, é observável a coincidência de argumentos. Ao pugnarem pela resolução do problema de meninos mendigos, abandonados e delinquentes, os periodistas do *Diário da Manhã* e *A Cidade* usam expressões e jargões em voga quando se tratava de colocar menores no noticiário, com o adicional de indicarem soluções institucionais muito parecidas àquelas reivindicadas por reconhecidos menoristas de então, a exemplo do paulista Candido Mota, que, já em 1897, dava seu parecer acerca de meninos nas ruas de São Paulo:

Ninguém encara com seriedade o futuro desses individuos, ou antes ninguem se apercebe do futuro negro pelo crime que ameaça a nossa sociedade.

Temos aqui, para não citar o *Bocca torta*, o *Frango amarello*, o *Girafa*, o *Mulatinho*, todos de idade inferior a 15 annos, o célebre *25 Reis*, menino de 12 annos, muito bonito, intelligentissimo, de uma actividade rara, de uma loquacidade que espanta, e que é ao mesmo tempo o mais ousado dos gatunos.⁵²

Já em 1910, o jurista Alfredo Vieira Pinto de Melo, em discurso na sede da Ordem dos Advogados do Brasil, transcrito na revista *O Direito*, de modo coerente à lógica do abandono material e moral, apesar de fazer concessão à pobreza, pontificava sobre a necessidade de:

evitar que o pauperismo irrompa como um flagello economico, melhorar a situação das classes menos favorecidas da fortuna, e finalmente afastar por um conjuncto de medidas de verdadeira *prophylaxia* social as causas determinantes da criminalidade.

Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, p. 23.

⁵² MOTA, Cândido N. N. da. *Classificação dos criminosos*. São Paulo: Typ. a vapor Carlos Gerke e Cia., 1897. Dissertação para o concurso à vaga de lente substituto da 5ª secção (direito criminal), p. 20.

Felizmente, os governos já sentem a forte impressão desses males, entre os quaes, devo destacar o abandono em que se acham milhares de crianças, condemnadas ao mais lamentavel estado de degeneração pela influencia deleteria de um meio impuro.⁵³

Assim como a menoridade também é produzida na urbe interiorana, as ideias sobre menores surgem nos textos dos jornais ribeirão-pretanos, assemelhando-se aos esquemas explicativos correntes nos círculos jornalísticos da capital paulista e, também, dos pronunciamentos dos menoristas. A conjugação de elementos como abandono-pobreza-meios viciosos-indisciplina-delinquência fornece as palavras-chave desse esquema explicativo. Essa é, inclusive, a trajetória que as crianças perfazem até a iniciante delinquência e/ou a confirmação na criminalidade. Por isso, a licença que os periodistas ribeirão-pretanos conferem a si para emplacar aos personagens das histórias noticiadas os qualificativos de “rapazola de maus instintos”, “gatuno precoce” e “quadrilha de menores larápios”. Acrescente-se a essa forma de definir as pessoas o rarefeito tratamento igualitário dos jornais sob o ponto de vista da cor da pele: a sua autoatribuída licença para adjetivar incluía tomar afro-brasileiros e suas histórias por “pombinhos pretos”, “negra maltrapilha”, “mulatinho” e “pretinho”.

Por comparação, menoristas como Candido Mota são mais sofisticados na argumentação, sem incorrerem em adjetivações raciais preconceituosas, ao passo que, considerando a diferença de posição e atividade, os jornais ribeirão-pretanos, ao menos nos artigos que arrolamos, não praticam a própria censura ao tipificar alguém pela cor da pele. Tirante essa diferença, a solução para o problema dos menores vislumbrada para a cidade confere com aquela frequentemente proposta para os menores: instituições de tutela e correção.

A questão fora posta em 1913 no editorial do *Diário da Manhã*, assinado por Enéias da Silva, coproprietário do jornal: Ribeirão Preto tinha seus menores, o abandono e a delinquência e nada além da polícia para fazer frente ao problema. Sequer um orfanato.

Então, para resolver o problema:

⁵³ MELO, Alfredo P. V. de. Menores abandonados e menores delinquentes: conferência realizada no Instituto da Ordem dos Advogados do Brasileiros. *O Direito*, ano XXXVIII, V. 113, set./dez. 1910, p. 25.

Há tempo venho acariciando a ideia de congregar os bons elementos desta cidade ou deste município para fundação de um estabelecimento ou de um instituto de protecção à infância abandonada, às creanças de um e de outro sexo, atiradas pela miséria ou pelo abandono dos Paes no vórtice da perdição.⁵⁴

Havia precedentes do intento de instituir na cidade um estabelecimento dessa natureza:

Há poucos dias, na sede da «Recreativa», na palestra, entre homens de senso moral elevado, feri novamente o assumpto. Tive ensejo de estender-me sobre considerações de ordem econômica e reputadas indispensáveis para a viabilidade da ideia. Entre outras, salientando-a como a primeira, a mais importante, a creadora, por assim dizer, do intuito, o aproveitamento da «Chacara Antunes», propriedade do município, e até hoje inaproveitada, a não se sabe de futuro que destino possa ter. Chacara esta que seria um optimo lugar para a fundação do estabelecimento a que me venho referindo.

Sabe-se que a Camara Municipal adquiriu aquella Chacara com o fim de doal-o ao Governo do Estado, se este ali estabelecesse um instituto disciplinar. Infelizmente não dotaram o Ribeirão com esse estabelecimento de protecção aos menores desamparados.

Razão bastante para que a nossa Camara Municipal corra agora em auxilio da ideia -objecto destas linhas, aproveitando a «Chacara Antunes» para essa obra de inadiável, execução, obra meritória, e que virá attestar os nossos sentimentos altruísticos, a mesmo tempo patrioticos; pois preparando a infancia, fazendo dessas creanças que por ahi vivem ao desamparo, bons cidadãos e boas donas de casa, distintas mães de família, teremos feito um serviço de verdadeiro patriotismo.⁵⁵

Nos antecedentes dessa proposta constam as tratativas ensaiadas para trazer a Ribeirão Preto um dos institutos disciplinares que o Estado paulista mantinha à época. Desde 1903, quando o primeiro foi estabelecido na capital, até 1911 o Estado contava com três institutos disciplinares, sendo um em São Paulo, outro em Taubaté e o terceiro em Mogi-Mirim. O trio representava o típico reformatório de então: recebiam seus internos recolhidos das ruas pela polícia ou por ordem do judiciário; organizavam suas rotinas a partir do trabalho, ao qual os internos estavam obrigados; e, após um percurso institucional, liberavam seus tutelados

⁵⁴ SILVA, Enéias de. Pela infância abandonada. *Diário da Manhã*.n. 4.079. Ribeirão Preto, 12 jan 1913, p. 1.

⁵⁵ *Idem*.

com a pretensão de tê-los regenerado. Quanto aos internos desses institutos, o contingente tinha de abandonados a delinquentes⁵⁶.

Assim como nas justificativas que levaram Candido Mota a propor um instituto educativo em 1900⁵⁷ e que, mais adiante, resultou no Instituto Disciplinar do Tatuapé, o trabalho é o instrumento determinante para regenerar quando o articulista ribeirão-pretano pensa na instituição ideal para os abandonados material e moralmente.

E como não ver vantagem num tal estabelecimento em Ribeirão Preto, afinal:

Quantos beneficiários virá elle trazer a esta terra! Quantos crimes virá evitar!
Quantas almas boas virá colher e libertar das cadeias do vicio!
Quantas lagrimas virá enxugar! Quantas difficuldades resolver para o bom andamento da machina social emperrada neste particular, por absoluta falta de um instituto dessa natureza!⁵⁸ (SILVA, 1913, p. 1)

Era o que propunha o articulista: a assistência na versão institucional.

Considerações Finais

Quando vistas em conjunto, essas notas policiais oferecem mostras das relações violentas existentes na cidade. Contam como exemplos os casos de violência sexual, os desfechos dos furtos malsucedidos, a “caça aos vagabundos” promovida pelos delegados de polícia, o controle da mendicância (enquadrada como atividade) e a abordagem áspera dos periodistas em seus textos sobre os delitos e seus praticantes e sobre o desrespeito à ordem pública. Ademais, a maioria dos autores desses crimes é pobre, basta lembrar a “creada menor” acusada de furtar joias, os “menores em abandono”, os meninos mendigos e os “gatunos precoces” que, embora não sejam poupados da grandiloquência dos periodistas, são autores de pequenos delitos causadores de efeitos igualmente pequenos.

Os periodistas ribeirão-pretanos adjetivavam fortemente seus textos para que o ato de noticiar situasse cada qual em seus lugares: negros, imigrantes, de-

⁵⁶ FONSECA, Sérgio César de. *Op. cit.*

⁵⁷ MOTA, Cândido N. N. da. *Os menores delinquentes e o seu tratamento no Estado de São Paulo*. São Paulo: Tip. do Diário Oficial, 1909.

⁵⁸ SILVA, Enéias da. *Op. cit.*

socupados, pobres, menores, mendigos, mulheres e crianças. O lugar conferido a cada um nas notas corresponde, por sua vez, à projeção da sociedade local elaborada pelo texto desses periodistas, para quem os sujeitos adjetivados são a parte defectiva de uma cidade ainda se fazendo no começo do século XX.

Imprensa católica no Brasil entre os anos 1928-1940: a revista *A Ordem*

Cândido Moreira Rodrigues*

Este artigo apresenta, em linhas gerais, o papel desempenhado pela imprensa católica no Brasil republicano, tendo como objeto específico a revista *A Ordem*, no período de 1928 a 1940, importante periódico de circulação nacional e expressão do ideário e da prática de uma elite de intelectuais vinculados à Igreja católica. A proposta do texto é chamar atenção para o papel desempenhado por este período face o cenário do entre guerras, junto ao meio intelectual e aos problemas da sociedade brasileira, com destaque para a atuação de *Jackson de Figueiredo* e *Alceu Amoroso Lima* e para sua matriz política conservadora.

Palavras-chave: Imprensa católica; revista *A Ordem*; intelectuais.

This article presents, in general, the role of the Catholic press in Brazil Republican, with the specific object magazine *The Order*, in the period from 1928 to 1940, an important journal with national circulation and expression of ideas and practice of elite intellectuals linked to the Catholic Church. The proposed text

Introdução

O texto aqui apresentado é reedição dos meus estudos já publicados e constitui-se, portanto, apenas uma tentativa de retomar o tema e demonstrar a originalidade e atualidade das teses defendidas outrora sobre parte da imprensa católica brasileira¹. Deste modo, o artigo estrutura-se: a) em torno do cenário brasileiro de início do século XX, com foco no rearranjo da Igreja Católica; b) aborda a criação do Centro D.Vital, revista *A Ordem* e a relação entre as suas principais lideranças; c) estuda brevemente as duas das matrizes políticas da revis-

* Doutor-UFMT/PPGHIS/Cuiabá. candidorodrigues2024@gmail.com

¹ Entre outros, consultar: RODRIGUES, Cândido M. *A Ordem: uma revista de intelectuais católicos* (1934-1945). Belo Horizonte: Autêntica/Fapesp, 2005.

is to draw attention to the role played by this period against the backdrop of interwar, with the intellectual environment and the problems of Brazilian society, with emphasis on the role

of Jackson de Figueiredo and Alceu Amoroso Lima and its policy matrix conservative.

Keywords: Catholic press; magazine *The Order*; intellectuals.

ta *A Ordem* (Joseph De Maistre e Juan Donoso Cortés), que dão sustentação ao seu ideário (pelo menos até por volta de 1940) e, por fim, d) aborda como *Alceu Amoroso Lima*, líder dos intelectuais católicos ligadas à revista *A Ordem*, se utilizada de suas páginas para tratar da temática do comunismo.

Criada em fins da década de 1920, a revista *A Ordem* constitui-se em locus privilegiado dos debates das questões consideradas centrais pelo laicato e pela hierarquia católicas no Brasil, especialmente àquelas cujo cerne residia em pensar ou repensar os “problemas” mundiais e brasileiros, com destaque para a “crise” pela qual o mundo passava à época, colocando em questão o papel do binômio liberalismo/democracia e a ascensão dos regimes extremistas.

Estudo recente, Guilherme Arduini, chama atenção para o papel desempenhado por Dom Sebastião Leme, *Jackson de Figueiredo* e *Alceu Amoroso Lima*, na idealização, criação e condução do Centro D. Vital e da revista *A Ordem*. Retomando a historiografia sobre o tema, o autor revela os meandros do meio intelectual católico a partir destes *locus* privilegiados do discursos, por meio dos quais o catolicismo institucional e laico se expressava face o cenário do entre guerras, com projeto bem definidos.

Tratava-se da objetivação de dois projetos de intervenção na cena intelectual brasileira do período. De um lado, havia o desejo da figura eclesiástica mais importante do período, o então arcebispo coadjutor Sebastião Leme, de arregimentar um batalhão de escritores para a defesa dos pontos de vista da Igreja católica no Brasil. De outro lado, Figueiredo desejava fazer da revista a trincheira de defesa de um nacionalismo que reafirmasse nossa tradição católica e pacífica e justificasse a condenação irrestrita de todas as revoltas sociais e do modernismo literário (...) A presença de Sebastião Leme foi sentida novamente na escolha do sucessor de Figueiredo: *Alceu Amoroso Lima*. Embora pudesse ser considerado um neófito por ter assumido a fé católica poucos meses antes, trazia consigo a consagração como crítico literário capaz de aumentar o prestígio de *A Ordem* e seu projeto de valorização dos aspectos religiosos da cultura nacional...²

² ARDUINI, Guilherme R. O Centro D. Vital: Estudo de caso de um grupo de intelectuais católicos

Brito Broca fala das transformações operadas na paisagem da vida literária brasileira, particularmente a partir de 1910. Diz ele, por exemplo, em relação à decadência da boêmia dos cafês e a ascensão dos salões como ambientes de sociabilidade:

Na verdade, à medida que decaía a boêmia dos cafês, surgia uma fauna inteiramente nova de requintados, de dândis e *raffinés*, com afetações de elegância, num círculo mundano, em que a literatura era cultivada como um luxo semelhante àqueles objetos complicados, aos pára-ventos japoneses do *art nouveau*. Em lugar dos paletós surrados, das cabeleiras casposas, os trajes pelos mais recentes figurinos de Paris e Londres, os gestos languês e displicentes dos *blasés*, que constituíam a chamada *jeunesse dorée*; em substituição às mesas de cafês, os clubes e salões chiques, onde imperava o esnobismo e se aconselhava o último livro de D'Annunzio à grande dama que não suportava Paul Bourget³.

Boris Fausto e Fernando Devoto abordam entre outras coisas, o papel ocupado pela Igreja Católica nas primeiras décadas da República. Esses autores demonstram que uma das áreas em que se pode encontrar as maiores semelhanças entre Brasil e Argentina é a da Igreja. A semelhança se dá, por entre outros fatores, devido à natureza do regime liberal em vigor nos dois países e ao fato de a organização eclesiástica ter seguido diretamente as determinações do Vaticano. O rompimento formal do Estado com a Igreja a partir de 1891, ao mesmo tempo em que impôs restrições ao poder desta, lhe obrigou a reorganizar-se a partir de uma reconstrução institucional que passou pelo reforço da hierarquia, a ampliação de dioceses, a vinda de padres estrangeiros e o conseqüente “influxo” de Roma no meio Institucional⁴.

Foi após um período de dificuldades que a Igreja Católica estreitou suas relações com a elite política brasileira, o que ocorreu também no caso da Argentina – guardadas algumas peculiaridades. No Brasil as autoridades governamentais “deram um tratamento quase oficial às efemérides da tradição católica” e, por outro lado, a Igreja formou associações operárias católicas – embora em menor

no Rio de Janeiro entre os anos 1920 e 1940. In: RODRIGUES, Cândido M; DE PAULA, Christiane J. *Intelectuais e militância católica no Brasil*. Cuiabá: EdUFMT, 2012. p. 41-70.

³ BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil*. 1900. 4.ed. Rio de Janeiro: José Olympio/ABL, 2004.p.55.

⁴ FAUSTO, Boris, DEVOTO, Fernando J. *Brasil e Argentina*. Um ensaio de história comparada (1850-2002). 2.ed. São Paulo: Editora 34, 2005.p.214-217.

proporção do que na Argentina – nos centros urbanos maiores, o que em grande medida ia ao encontro dos interesses governamentais. Já no “nível estadual e local” a Igreja teve papel central na mediação de conflitos entre “facções oligárquicas” e funções simbólicas no meio político. A Igreja enfrentou igualmente problemas com movimentos de caráter messiânico, como Canudos e Padre Cícero. Portanto, foi nesse contexto da Primeira República que “aumentou o número de intelectuais católicos que formulariam um consistente pensamento espiritualista-conservador, com observância das diretrizes do Vaticano”. De modo específico surgem, no Brasil, a revista *A Ordem* (1921) e o Centro Dom Vital (1922), sob a direção de *Jackson de Figueiredo* e depois com *Alceu Amoroso Lima*. Na Argentina surge a revista *Críterio* (1928)⁵.

É no cenário das primeiras décadas do século XX que nomes como *Alceu Amoroso Lima*, *Jackson de Figueiredo*, Leonel Franca, Dom Leme e muitos outros vão passar por sua formação e consolidação intelectual. No início dos anos 1920, *Alceu Amoroso Lima* estava em conflito direto com aqueles que formavam a liderança do movimento modernista. É nesse cenário que ele ganha notoriedade como crítico literário e a partir daí articula seu meio de sociabilidade, ampliado depois com sua conversão ao catolicismo.

No campo cultural, o período dos anos 1930 e 1940, foi fecundo em relação aos estudos históricos e sociais, com o surgimento de revistas e suplementos literários. Mencionemos aí autores de destaque que olharam com intensidade a realidade social, entre os quais Gilberto Freyre, Artur Ramos, Sérgio Buarque de Holanda, Fernando de Azevedo e Caio Prado Júnior. Foi nesse momento que as *Faculdades de Filosofia* exerceram papel importante na formação dos quadros da intelectualidade brasileira. Foi igualmente o período no qual o movimento editorial se firmou e caminhou para sua independência das empresas estrangeiras. Como ponto de expressão de uma nova fase, surgiram diversos suplementos e revistas (algumas já existentes marginalmente), das quais se enumera: a “Revista Nova”, *A Ordem*, “Boletim de Ariel”, “Lanterna Verde”, “Revista do Brasil”, o jornal literário “Dom Casmurro” e “Diretrizes”. Antônio Cândido chama atenção para a importância desempenhada pelos suplementos literários publicados nos grandes jornais, nos quais “se manifestavam críticos literários de elevado teor como Tristão de Athayde (*Alceu Amoroso Lima*), Mário de Andrade, Sérgio

⁵ *Idem, ibidem*, p.218-219.

Buarque de Holanda, Afonso Arinos de Melo Franco, Augusto Meyer, Barreto Filho, Olívio Montenegro, Astrogildo Pereira, Lúcia Miguel-Pereira, Álvaro Lins, Moisés Velinho etc”⁶.

No período que vai de 1900-1920 há também no cenário brasileiro um retorno à filosofia do espírito, do anti-materialismo, uma tentativa de recuperação do prestígio da Igreja Católica a partir do Neotomismo. É também nesse momento que o movimento católico militante – com *Jackson de Figueirido*, o grupo da revista “*A Ordem*” e do Centro D.Vital e depois com *Alceu Amoroso Lima* -, consegue se firmar, o que ocorre em função também de sua vinculação às tradições nacionais. O estudo clássico de Francisco Iglesias é categórico a esse respeito.

Jackson de Figueirido acredita, como Joseph de Maistre, nos ‘dogmas nacionais’, fruto de uma realidade, uma consciência nacional. Sem chegar ao extremo do nacionalismo integral de Maurras, ou ao culto estetizante da nação, à maneira de Barrès, acredita na idéia de nação, na medida em que ela tem um passado comum, tradições, crenças, valores e mitos, figuras e fatos que venera. Trata-se de algo comum entre os ideólogos da direita, com se vê sobretudo na França. *Jackson de Figueirido* identifica o nacionalismo, no Brasil, com o passado católico, tradição que vê ameaçada pelo protestantismo, pelo ianque, ou pelo que chama de metequismo, de invasão da maçonaria e do judaísmo do capital externo⁷.

Sérgio Miceli demonstra, de forma pormenorizada, que foi no contexto de início dos anos 1920, que a Igreja Católica intensificou a sua política de ampliação de influência na sociedade, particularmente através da “criação de uma rede de organizações paralelas à hierarquia eclesiástica e geridas por intelectuais leigos”. Segundo esse autor,

a amplitude desse projeto resultava não apenas das diretrizes do Vaticano, então preocupado em sustar o florescimento dos movimentos operários de esquerda na Europa, mas também da tomada de consciência por parte do episcopado brasileiro da crise com que se defrontavam os grupos dirigentes oligárquicos⁸.

⁶ CÂNDIDO, Antônio, CASTELLO, J. Aderaldo. *Presença da literatura brasileira*. História e Antologia. Modernismo. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964. Tomo III.. p. 29-30.

⁷ IGLESIAS, Francisco. Estudo sobre o pensamento reacionário: *Jackson de Figueirido*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 2 (II), jul. 1977.P.148.

⁸ MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 2001, p.127.

Miceli trata também das relações entre a Igreja e o meio intelectual. Estuda como essas relações são levadas à frente por meio de um aparato institucional considerável, exemplificado na ação da revista “*A Ordem*”, do Centro Dom Vital, da revista “Festa”, do Instituto Católico de Estudos Superiores, da Editora Agir. Quadros estes que se somariam mais tarde (por volta de 1935) ao movimento da Ação Católica. A esse “circuito de instituições” a Igreja agregou a “Revista Brasileira de Pedagogia”, com o objetivo maior de se utilizar dela para combater a influência dos métodos pedagógicos norte-americanos no Brasil. Num plano maior, na visão de Miceli, esse aparato constituía “uma prolixa literatura de proselitismo subsidiada pela Igreja”⁹.

Foi frente a este amplo espectro de mudanças sociais, políticas, religiosas e culturais, ocorridas nos primeiras décadas do Brasil do século XX, que a revista *A Ordem* serviu de canal de expressão do ideário de grande parte dos católicos laicos e também da hierarquia.

Elite intelectual católica e a revista A Ordem: Jackson de Figueiredo e Alceu Amoroso Lima

A investida da Igreja Católica logo no início do século XX para tentar retomar o seu posto na sociedade brasileira se fortalece, também, por meio das ações de uma elite intelectual católica, tendo à sua frente, nos anos 1920, *Jackson de Figueiredo* e, mais tarde *Alceu Amoroso Lima*, ambos responsáveis pela condução das atividades “laicas” de interesse da Igreja. Ambos estiveram à frente do *Centro Dom Vital* e da Revista *A Ordem* e, mais tarde, *Alceu Amoroso Lima* organizou a *Ação Católica*, a *Liga Eleitoral Católica*, o *Instituto Católico de Estudos Superiores* e outras agremiações. A relação entre estes dois intelectuais, suas aproximações e distanciamentos, e destes com o Cardeal Dom Leme constituem capítulo importante para uma melhor compreensão do movimento intelectual católico laico no Brasil das primeiras décadas da República e do conseqüente empenho da Igreja em fortalecer suas bases, partindo de uma *reação* intelectual.

⁹ *Idem, ibidem*, p.129.

A compreensão da relação entre a Igreja Católica e a sociedade brasileira ganha maior solidez à medida que levamos em consideração os estudos de Sérgio Miceli em *A Elite Eclesiástica Brasileira*, livro de 1988, crucial para a compreensão do novo *status* que a Igreja ocupou no Regime Republicano. No processo que levou à instalação da República no Brasil, a Igreja passou por mudanças que contribuíram para sua “construção institucional” atendendo, por um lado, às diretrizes da Santa Sé ainda pertencentes aos embates do século XIX e, por outro, “aos desafios organizacionais e condicionantes políticos que teve de enfrentar no interior da sociedade brasileira”¹⁰.

Processo condicionado pela dependência à postura da Santa Sé, a qual ainda tinha um olhar na condenação do que definia como os erros da modernidade, entre os quais o racionalismo, a liberdade de imprensa, liberdade de religião, a maçonaria, o comunismo e a separação entre Igreja e Estado. Mas esta mesma Santa Sé já vislumbrava às novas demandas do século XX e por isso se voltava a uma tentativa de reaproximação com o Estado contando, para isso, com um seguimento considerado crucial, os intelectuais. Foi neste cenário que tanto *Jackson de Figueiredo* como *Alceu Amoroso Lima* desempenharam papel central como arregimentadores de quadros intelectuais sob a defesa dos princípios católicos.

A esse movimento de crítica ao mundo moderno, de fortalecimento da política ultramontana, onde se reivindicou como ponto central o reforço do poder de Roma, do poder papal, aliam-se diversas iniciativas com o objetivo de fortalecer a organização da Igreja em âmbito mundial. Há o remanejamento das antigas ordens religiosas, um empenho maior nos trabalhos missionários, o direcionamento à nacionalização do clero, a reformulação do apostolado e investimentos na área da educação etc. Ao passo que ocorriam essas investidas à ampliação e consolidação de sua presença no mundo, a política da Igreja Católica no Brasil direcionou-se no sentido de “firmar uma sólida aliança político-doutrinária com os setores dos grupos dirigentes favoráveis às pretensões católicas e cientes da colaboração ideológica eficaz que a Igreja estava em condições de prestar à consolidação da nova ordem social e política”¹¹. Entretanto, como bem observou Miceli, esse novo direcionamento da Igreja no Brasil não se deu sem enfrentamentos, inclusive com movimentos religiosos, como no caso de Canudos, Juazeiro e Contestado.

¹⁰ MICELI, Sérgio. *A Elite Eclesiástica Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988, p.11.

¹¹ *Idem, ibidem*, p.12-15.

Após a instalação da República a Igreja se viu sob urgência em definir uma “moldura organizacional própria”, dadas as necessidades de reunir condições para fomentar-se tanto do ponto de vista material e financeiro, como doutrinário. Isso significou desenvolver atividades para conseguir recursos financeiros e recuperar suas propriedades, igrejas, residências, conventos etc. Dentro desse movimento as lideranças da hierarquia estreitaram suas relações com representantes do *laicato católico*, com o objetivo de, por meio deles, “barganhar em melhores condições a concessão de subsídios de toda ordem por parte das autoridades públicas do novo regime”. Com o apoio leigo, a Igreja conseguiu fazer valer seus interesses políticos dentro do regime republicano recém-instalado, notadamente na prestação dos serviços educacionais às elites, com maior expressão no ensino secundário, especialmente na década de 1930¹².

O fato de a Igreja estar desvinculada institucionalmente do Estado, a partir da instalação da República liberal, não se constitui em fator que a coloque na obscuridade, à margem do poder político e alheia ao meio social. Muito pelo contrário. Sérgio Miceli demonstra que o “desligamento” do Estado ocorrido em 1889 impôs à Igreja a necessidade de reorganizar-se institucionalmente e autonomamente. Mais tarde, por volta dos anos 1920, a Igreja contou, para isso, com o apoio decisivo de setores laicos da sociedade junto ao campo político, tendo como exemplos notórios os intelectuais relacionados com *Jackson de Figueiredo* e *Alceu Amoroso Lima*, sob orientação de Dom Leme. Isso coloca por terra a historiografia que atribuiu à Igreja Católica uma “precária visibilidade política” e institucional nas primeiras décadas da República¹³.

As relações entre *Jackson de Figueiredo* e *Alceu Amoroso Lima* se deram junto a diversos intelectuais laicos, inicialmente próximas daqueles a que se chamou de “os pioneiros do Centro Dom Vital”, nomeadamente Perilo Gomes, Jônatas Serrano, Tasso da Silveira, Hamilton Nogueira, Heráclito Sobral Pinto, Everardo Backheuser, Gustavo Corção, Wagner Antunes Dutra e, mais tarde, Fábio Alves Ribeiro, Murilo Mendes e muitos outros. A ação das agremiações mencionadas anteriormente e dos respectivos intelectuais se deu em grande parte do século XX, sendo a década de 1930 o ponto decisivo de onde partiu as

¹² *Idem, ibidem*, p.19-23.

¹³ *Idem, ibidem*, p.153.

diretrizes da hierarquia católica, com o objetivo de organizar a ação do laicato. Organização rumo a uma contribuição efetiva na reaproximação da Igreja com o poder político e de sua ação mais intensa nos diversos setores da sociedade brasileira. O que se deu embora grande parte dos bispos tivesse como intenção que o apoio dos intelectuais laicos se restringisse à concretização do princípio cristão na orientação da ação do Estado¹⁴.

Pode-se afirmar que *Jackson de Figueiredo* foi, no Brasil das duas primeiras décadas do século XX, a principal expressão dos autores tidos como pais do pensamento conservador de fundo tradicionalista ou contra-revolucionário europeu. Suas principais expressões são Edmund Burke, De Bonald, Donoso Cortés e, particularmente, Joseph De Maistre. Há que se ressaltar as diferentes personalidades de Jackson e *Alceu Amoroso Lima* e mesmo a diferença na orientação do *Centro D. Vital* e da revista *A Ordem*, quando sob a direção de um e depois do outro, embora isso não reduza em nada a forte presença de Jackson como um dos maiores mestres de Alceu.

Contra o “comunismo marxista [e] o liberalismo burguês”, considerados como ideologias destruidoras ou falsificadoras, *Jackson de Figueiredo* propôs uma revolução espiritual, uma *reação cristã* e, para isso, contou com o apoio de uma elite intelectual católica, considerada responsável pela divulgação da *mensagem evangelizadora*. Atuando decisivamente no campo político, *Jackson de Figueiredo* viu a sociedade não no sentido estático, mas também não aceitou a sua evolução ou ruptura através de uma *revolução*. Daí a sua grande crítica, já feita anteriormente pelos contra-revolucionários do século XIX, em relação à Revolução Francesa, à idéia de revolução¹⁵.

A pregação de *Jackson de Figueiredo* esteve diretamente voltada para o combate ao liberalismo, ao socialismo, mas, acima de tudo, à idéia de *Revolução*. Francisco Iglesias lembra que esse posicionamento foi a primeira manifestação do reacionarismo no país, considerando o fato de que, na Europa, era o momento de ascensão de ideologias de direita, como o fascismo. A obra de Jackson se tornou no Brasil de então uma expressão clara do pensamento conservador, tradicionalista e mesmo *reacionário*. Este intelectual promoveu uma pregação

¹⁴ AZZI, Riolando. *Os pioneiros do Centro Dom Vital*. Rio de Janeiro: EducaM/CAAL, 2003, p.10.

¹⁵ RODRIGUES, Cândido M. *A Ordem: uma revista de intelectuais católicos – 1934-1945*. São Paulo: Fapesp/Autêntica, 2005.

considerada anti-revolucionária, de direita, fascista, lançando mão da divulgação de idéias formuladas por teóricos da contra-revolução francesa, entre os quais Edmund Burke, Louis-Ambroise De Bonald, Joseph De Maistre¹⁶ e Juan Donoso Cortés. Vale lembrar que dado o caráter autoritário de sua pregação, Jackson também exercerá influência nos meios não católicos.

Para complementar os escritos de Iglesias cabe lembrar que o mais correto seria dizer que De Maistre foi um conservador contra-revolucionário¹⁷, porque pretendeu a conservação de uma *Ordem* passada através de uma contra-revolução, de uma reação, e não simplesmente a partir da evocação da tradição, como era o caso de Edmund Burke.

As principais temáticas tratadas por *Jackson de Figueiredo* em suas obras são: o *catolicismo* (segundo ele a moral, a arte, a política, a sociedade, e o pensamento devem estar conformados aos valores do catolicismo); a *contra-revolução* (a concepção segundo a qual uma série de fatores teriam contribuído para uma ruptura no seio do catolicismo auxilia no entendimento dos mesmos como fatores que conduziram a uma Revolução, a uma mudança abrupta na relação da Igreja com a sociedade); a *Reforma*, o racionalismo de Descartes, as idéias da Enciclopédia, conseqüentemente a Revolução Francesa e, por fim, o corromper da autoridade sob o primado da liberdade e da igualdade entre os homens, logo a desordem total. Um Estado leigo, indiferente à religião, proporcionaria a chegada ao liberalismo, em seguida ao socialismo e, por fim, ao comunismo. Este era o medo exato de Jackson: o fantasma, muito próximo, do comunismo.

Temáticas também, presentes no ideário de *Jackson de Figueiredo* são: a *ordem* – onde a não observância dos princípios cristãos conduziria ao desrespeito à ordem em todos os campos e isso levaria a sociedade a um estado de confusão em suas relações, o que certamente resultaria numa “falsa noção de igualdade”. A questão da *autoridade* é bem presente em Jackson, pois vê no seu enfraquecimento o princípio da condução a um estado caótico, anárquico, o qual seria sanado somente com o restabelecimento da ordem a partir da ação de uma mão forte,

¹⁶ Segundo Iglesias, será em Joseph De Maistre que Jackson “verá a grande matriz do reacionarismo. O tradicionalista francês é dos autores que o brasileiro mais leu e assimilou: cita-o com freqüência, apela a cada passo para suas lições”. IGLESIAS, Francisco. *Op. cit.*, p.120-121. Posição essa de Iglesias que deve ser relativizada especificamente quanto à definição de De Maistre como tradicionalista.

¹⁷ Ao cenário proveniente da Revolução Francesa de 1789, seria necessário opor uma reação, ou melhor, *uma revolução ao contrário*, para falarmos nos termos de Joseph De Maistre.

autoritária. Cabe lembrar também que Jackson condiciona a “ordem intelectual, como a social e a política”, à moral cristã católica; daí sua condenação ao que considerava a imoralidade reinante na sociedade brasileira do período das duas primeiras décadas do século XX¹⁸.

Assim, foi através do contato com *Jackson de Figueiredo* que Alceu se converteu ao catolicismo e, com isso, fez aflorar em seu próprio pensamento conceitos de ordem conservadora (autoridade, ordem, hierarquia), amplamente discutidos com Jackson durante o percurso da sua conversão, e adquiridos a partir igualmente de leituras sugeridas pelo amigo.

Ao estudarmos o pensamento de *Jackson de Figueiredo*, observamos que sua ação foi crucial na constituição e consolidação de propostas em torno de um *laicato católico* diretamente presente na cena política dos anos 1920 e décadas posteriores. Sua importância foi central no processo que culminou com a conversão de *Alceu Amoroso Lima* ao catolicismo, em 1928. Grande parte do seu ideário (principalmente as noções de tradição, autoridade, crítica da Revolução Francesa, hierarquia, ordem) foi devedor de pensadores como Joseph De Maistre. Foi por meio de Jackson que esse ideário chegou a *Alceu Amoroso Lima* e, conseqüentemente, a toda uma *elite* intelectual católica brasileira.

Após um bom tempo de relacionamento, de troca de correspondências e de discussões, Alceu chegou à conversão ao catolicismo e foi durante esse processo que ele manteve contato com os escritos dos autores conservadores, por indicação de Jackson. Esse, por sua vez, utilizou em sua argumentação para o convencimento de Alceu, um discurso constituído de elementos provenientes do ideário contra-revolucionário e, muitas vezes, indicou a leitura de como foi o caso particular daquelas de De Maistre¹⁹.

É importante ter claro que nessa conversão de *Alceu Amoroso Lima* ao catolicismo há um processo de *convencimento* e de *discussão* entre ele e Jackson. As discussões entre ambos ocorrem no período que vai de 1919 a fins de 1928, por meio de uma correspondência que se constitui por 123 cartas enviadas por

¹⁸ IGLESIAS, Francisco. *Op. cit.*, p.146-148.

¹⁹ Especialmente: DE MAISTRE, Joseph. *Du Pape*. Paris: Charpentier Librairie-Éditeur, 1860. DE MAISTRE, Joseph. *Considérations sur la France*. In: _____. *Oeuvres Complètes*. Tome I, Genève: Slatkine Reprints, 1979.

Jackson a Alceu e 121 de resposta, dadas por esse ao amigo pernambucano. Ao final desse processo, depois de muitas discussões de fundo até mesmo teológico, de conflitos internos e de novas leituras, Alceu se converteu ao catolicismo tornando-se, a partir de então (dezoito de agosto de 1928), o líder intelectual laico mais importante para a Igreja Católica, pelo menos durante os quatro decênios seguintes do século XX. O processo que levou Alceu à conversão ao catolicismo foi, portanto, *uma mudança interior de valores e se constituiu por meio das discussões pessoais e aquelas travadas também na correspondência entre ele e Jackson de Figueiredo*. Considerar o processo de conversão religiosa algo como uma simulação, sem mesmo conhecer o teor exato das questões inerentes a tal mudança ou mesmo conhecendo é também, sem sombra de dúvida, uma opção teórica, embora problemática. A meu ver, a relação dos indivíduos com o fenômeno religioso ultrapassa os limites do puro e simples *jogo de estratégias*, embora reconheça que tal ocorra com grande frequência.

Por outro lado, para compreender melhor o quadro político brasileiro e institucional da Igreja Católica nas primeiras décadas do século XX e as relações entre os dois grandes responsáveis pela organização dos intelectuais católicos, inclusive os seus processos de conversão religiosa, é necessário tem em mente que o ideário político religioso que os referencia, igualmente ao conjunto da revista *A Ordem*, têm base multifacetada nos expoentes europeus do conservadorismo, entre os quais Edmund Burke, Louis-Ambroise De Bonald, Joseph De Maistre e Juan Donoso Cortés. Para os propósitos deste texto, nos determos em De Maistre e Cortés.

Matrizes políticas da Revista A Ordem: imprensa institucional dos intelectuais católicos

De Joseph De Maistre a Juan Donoso-Cortés

O filósofo Émile M. Cioran, no artigo “Joseph De Maistre: ensaio sobre o pensamento reacionário”, originalmente publicado em 1957, fornece elementos importantes para pensarmos o ideário conservador de fundo tradicionalista ou contrarrevolucionário (também chamado de reacionário). Dá atenção especial a Joseph De Maistre.

Cioran estabeleceu uma interessante distinção entre o pensamento reacionário e o pensamento revolucionário, atribuindo ao primeiro um caráter muitas vezes interesseiro, explorador das verdades metafísicas e do íntimo do ser humano, com o fim de “revelar o seu terror”. Ao segundo tipo de pensamento, o revolucionário Cioran reservou a caracterização de “mais generoso, porque mais ingênuo”, distinguindo-se por um princípio de “ruptura da identidade e da monotonia”. Em certo sentido, esse mesmo pensamento *revolucionário*, segundo Cioran, “só idolatra o devir até a instauração da ordem pela qual se debatera”, pois somente o momento pré-revolucionário goza de um estado realmente revolucionário, já que é nele que os partícipes da elaboração da ação revolucionária têm em mente tanto o culto do futuro como o da destruição; projetam, assim, possibilidades que transcendem a história e ultrapassam o seu espaço. Mas esse pensamento revolucionário, no exato instante em que se instaura, “retorna e se confirma a ele e, prolongando o passado, segue sua rotina”. Sem dúvida, isso se deu, de acordo com esse filósofo, de forma mais visível, na medida em que o pensamento revolucionário se utilizou dos mesmos meios adotados pela *reação* que, por sinal, haviam sido alvos de sua condenação anterior. Assim, esse pensador dá um exemplo desse comportamento dizendo que não havia um só anarquista que não escondia, “no mais fundo de suas revoltas, um reacionário” esperando o momento do caos revolucionário para transformar o ímpeto em autoridade e deixar de resolver os problemas até o momento questionados.²⁰

Por outro lado, ainda para Cioran, o pensamento *reacionário e teocrático*, obviamente diverso do revolucionário, tem sua fundamentação tanto no desprezo como no temor ao homem. Isso ganha substância, segundo ele, sobretudo na ideia de que o homem havia se corrompido demais para “merecer a liberdade” e que, por isso, utilizava-se dela “contra si mesmo”. Ele diz que, para “remediar a sua desgraça”, esse homem reacionário acreditava que era necessário fazer “as leis e as instituições” repousarem “sobre um princípio transcendente, de preferência sobre a autoridade do antigo ‘deus terrível’, sempre pronto para intimidar e desencorajar as revoluções”²¹.

Nesses termos, para Cioran, um dos principais representantes desse pensamento foi Joseph De Maistre, o qual se demonstrou muito mais interessado nos

²⁰ CIORAN, Emile M. *Exercícios de admiração*: ensaios e perfis. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p. 18-31.

²¹ *Idem, ibidem*, p.23.

problemas da religião do que nas questões relativas à fé. De Maistre está voltado a pensar a relação entre os homens e Deus a partir de um prisma mais jurídico do que religioso, ou afetivo e confidencial. Por essa razão, De Maistre havia dado maior destaque às leis, de modo a fazer com que a religião em si se transformasse numa “mera argamassa do edifício político”. É dentro dessa lógica que Cioran avalia que De Maistre preferiu atribuir o poder ao papa e não a Jesus Cristo ou a Deus; prova disso foi a surpresa do próprio papa à sua obra apologética *Du Pape*. Por outro lado, Cioran demonstra que na correspondência De Maistre exprimiu “seus projetos, suas fraquezas e seus fracassos”, procedendo à atenuação dos “exageros de seus livros” e descansou dos seus “excessos”. Importante destacar que a análise de sua correspondência revelou que ele “era um moderado” e isso fez com que muitos se apressassem em classificá-lo no rol dos liberais, coisa que não tinha a menor razão de ser.²²

Joseph De Maistre defendeu o poder papal nos seguintes termos:

Além do mais, o direito de oposição repousando numa cabeça conhecida e única, poderia estar submisso às regras, e exercido com toda prudência; ao contrário, a resistência interior, ele só pode exercer pelas sugestões, pela multidão, pelo povo, em uma única palavra e, conseqüentemente, pela via única da insurreição. (...) Isso não é tudo: o veto do papa poderia ser exercido contra todos os soberanos e se adaptaria a todas as constituições e a todos os caracteres nacionais.²³

O que se verifica em sua obra *Du Pape* é a busca em demonstrar na organização hierárquica da Igreja Católica, na função dada ao papa como árbitro do poder temporal, os caminhos para a “reorganização” da sociedade, segundo o “significado” da sociedade medieval e a estrutura do regime monárquico. Dizia De Maistre, novamente, a esse respeito:

A autoridade dos papas foi o poder escolhido e constituído na Idade Média para equilibrar a soberania temporal e torná-la suportável aos homens. (...) E esta só é apenas uma dessas leis gerais do mundo que não queremos observar, e que são, entretanto, de uma evidência incontestável. Todas as nações do universo estão de acordo mais ou menos com a influência do sacerdócio nos negócios políticos.²⁴

²² *Idem, ibidem*, p. 3-24.

²³ DE MAISTRE, Joseph. *Du Pape*. ..., *op. cit.*, .144.

²⁴ *Idem, ibidem*, p.198.

A questão do “divino” é também relevante para a compreensão do pensamento contrarrevolucionário, com especial atenção em Joseph De Maistre. Para este, a constituição, a soberania, a monarquia hereditária, o papado e a autoridade consolidada são frutos de uma obra divina.²⁵ As demais questões são expressões da obra humana; portanto, desprezíveis e meros sinais de miserabilidade. A seu ver, a guerra – identificada por ele com a Revolução Francesa – tinha um certo caráter divino, na medida em que representava a expiação, a redenção dos pecados.

Já para o espanhol Juan Donoso-Cortés – considerado por Cioran como um “espírito de segunda categoria” – a guerra tinha também um caráter essencialmente divino, mas no sentido de que sendo obra de Deus, da Providência, só poderia trazer bons frutos, evidentemente desde que não estivesse sob o domínio do homem²⁶.

A unidade e a idolatria dos inícios e das origens são temáticas centrais para o pensamento conservador de fundo contrarrevolucionário. Nessa visão, a história é produto de uma “identidade desfeita, de uma ruptura inicial, fonte do múltiplo, fonte do mal”; somente pelo desvio do mal e do pecado é que se retornaria à unidade perfeita da era paradisíaca. Em De Maistre, a obsessão pela Unidade²⁷ é questão central e se apresenta, em primeiro lugar, sob o aspecto metafísico – uma espécie de triunfo sobre a divisão, o pecado e o mal. Em segundo lugar, apresenta-se sob o prisma histórico – primando pela instauração efetiva do catolicismo sobre “as tentações e os erros modernos”, o que significa dizer “unidade ao nível da eternidade; e unidade ao nível do tempo”. Essa forma de compreensão não abre espaço para o rompimento da ordem estabelecida ou mesmo para inovações, e com isso não percebe, nos dizeres de Cioran, que a “heresia representa a única possibilidade de revigorar as consciências, que ao sacudi-las ela as preserva da

²⁵ As questões da autoridade e da tradição vão ser apropriadas por *Jackson de Figueiredo* e, depois, por *Alceu Amoroso Lima*. As discussões entre esses dois pensadores a respeito desse assunto se dão, sobretudo, por meio de cartas.

²⁶ CIORAN, Emile M. *Op. cit.* p. 9-10.

²⁷ No século XX, a direita, principalmente aquela em torno da *Action Française* de Charles Maurras, vai se utilizar dessa questão da “unidade” para fundamentar sua defesa do nacionalismo. Isso aconteceu, sobremaneira, onde o autoritarismo e o totalitarismo floresceram. Na década de 1930, Jacques Maritain utiliza essa mesma temática, mas associada ao conceito de pluralidade, agora sob uma forma democrática. *Alceu Amoroso Lima* também tomou a questão da unidade por um tempo considerável, sobretudo no que concerne à unidade nacional e, nesse sentido, ele esteve em sintonia com o discurso nacionalista do governo Vargas.

letargia em que o conformismo as mergulha e que, se de um lado enfraquece a Igreja, de outro fortalece a religião”. Isso ocorre, na visão de Cioran, pois “só se reza com fervor nas seitas, entre as minorias perseguidas, na obscuridade e no medo, condições indispensáveis para o bom exercício da piedade”. Interessante notar que a filosofia da Restauração exercerá influência sobre pensadores dos mais diversos matizes: De Bonald sobre Balzac, De Maistre sobre Baudelaire, Donoso-Cortés sobre o jurista alemão-nazista Carl Schmitt²⁸.

Para Roberto Romano, os pensadores Louis De Bonald e Joseph De Maistre constituem as raízes de onde derivariam as futuras concepções da política romântica autoritária; seus discursos serviriam de esteio a teóricos que teriam seus pensamentos utilizados com consequências práticas por regimes autoritários e totalitários, no século XX, como foi o caso do jurista alemão Carl Schmitt,²⁹ ligado ao nazismo. Romano vai interpretar a gênese da noção de *comunidade*, difundida no século XIX, demonstrando que ela frutificou nas consequências autoritárias do século XX como, por exemplo, em Hitler, Salazar e Mussolini. Segundo ele, o ideário relativo à noção de comunidade surge como uma alternativa contra a sociedade civil burguesa. A prática dessa noção relaciona-se diretamente com as formas de poder pessoal, anteriormente mencionadas, “destruindo até as garantias básicas de sobrevivência livre simbolizadas na Declaração dos Direitos Humanos”. Romano considera que a “relativização absoluta do indivíduo”, a partir de “sua inserção numa comunhão coletiva, assegurada pela propaganda e pelo trabalho dos intelectuais orgânicos” deixava bem evidente os limites “das experiências comunitárias realizadas em larga escala no plano político”, terminando sempre por apagar as diferenças no interior da vida pública “à força do silêncio ou da repressão física direta sobre os oponentes”³⁰.

Cabe ainda notar que De Maistre e De Bonald foram também alvos da crítica de Émile Cioran, segundo o qual ambos eram guiados por uma *ilusão*. Ficaram decepcionados ao constatarem que a Restauração não havia conseguido colocar por terra as marcas da Revolução Francesa, o que demonstrava a eles os erros de seus projetos e “equivocos de seus sistemas”. Cioran chama atenção

²⁸ CIORAN, Emile M. *Op. cit.*, p.15-36;45.

²⁹ A este respeito consultar, entre outras: RODRIGUES, Cândido M. *Op. cit.*

³⁰ ROMANO, Roberto. *Conservadorismo Romântico: origem do totalitarismo*. 2.ed. São Paulo: Unesp, 1997. P.21.

para o fato de que o apego a um passado sem vitalidade, a “formas de vida antiquadas, a causas perdidas ou más” acabou por tornar patéticos os anátemas de um De Maistre e um De Bonald. Em resumo, De Maistre, por exemplo, enquanto esteve ligado à franco-maçonaria, ainda guardou certa abertura para o liberalismo, ao passo que ao se entregar totalmente à Igreja, em oposição à Revolução, “descambou para a intolerância”³¹.

No caso de Juan Donoso-Cortés,³² as temáticas dos contrarrevolucionários serão retomadas diante do cenário da Espanha, da primeira metade do século XIX.

No final da primeira metade do século XIX, na Espanha, frente ao quadro de perda de prestígio da Igreja Católica, do refluxo da Restauração e dos movimentos políticos antirreligiosos e proletários, os temas da ideologia contrarrevolucionária seriam retomados, em grande medida, pelo político católico Juan Donoso-Cortés. Ele, descontente com os desdobramentos do regime republicano espanhol, defenderia o reinado do cristianismo (entenda-se catolicismo) como o “remédio” contra a revolução, a depravação e a desordem humanas. A seu ver, os homens deveriam ser *recivilizados* a partir do *espírito cristão medieval*³³ já que considerava a Idade Média como o período em que a verdade e a ordem pairavam na sociedade, sob o domínio da Igreja Católica. Mas, se para o estabelecimento da ordem e da segurança na sociedade fosse necessário escolher entre a ditadura da insurreição (do povo) e a do governo, Donoso-Cortés não hesitaria em optar pela segunda, por considerá-la “menos pesada”.

Juan Donoso-Cortés teve como propósito, na Espanha, demonstrar que a Igreja Católica era o polo de uma síntese entre a monarquia, a aristocracia e a democracia. Não só para ele, mas também para muitos representantes do pensamento conserva-

³¹ CIORAN, Emile M. *Op. cit.* p.. 28-35.

³² Nasceu em Badajoz (Espanha) em 1808. Em 1820 vai estudar na Universidade de Salamanca e, mais tarde, aprofunda seus conhecimentos de ética, lógica e metafísica. É eleito deputado em 1837, mudando sua orientação ideológica: de liberal para a conservadora. Em 1848 é nomeado membro do Conselho Real. Seus escritos mais polêmicos foram: *Discurso sobre la dictadura* (1849) e *Ensayo sobre el catolicismo, el liberalismo y el socialismo* (1851). Adversário veemente da Revolução Francesa e de qualquer tipo de revolução, torna-se referência para os teóricos da ditadura. Morreu em 1853.

³³ Mais tarde essa questão da inspiração no período medieval vai ser utilizada por Jacques Maritain, mas somente no sentido de tomar o que ele chamava de espírito cristão da Idade Média, não sua estrutura organizacional.

dor, a Igreja Católica foi adotada como o “modelo comunitário para o controle da sociedade civil”. De fato, levando-se em consideração o panorama geral da Restauração, ele simpatizava com o absolutismo monárquico na Espanha e deduzia que este era o resultado “de la combinación y la alianza del principio democrático y del principio religioso personificados en el rey, en el sacerdote y en el pueblo, que constituyen una sola institución, compuesta de três personajes sociales”³⁴.

Outro fato de extrema importância enfrentado pelos contrarrevolucionários diz respeito à questão da vontade individual do soberano e da vontade geral da coletividade. A harmonia social e uma comunidade igualitária poderiam manter-se com a condição de que as “últimas classes” não oferecessem perigo à ordem política, com suas reivindicações de liberdade.³⁵ Portanto, dizia ele:

Quando soa para os povos a hora fatal das revoluções sociais e políticas; quando os que obedecem se insurgem contra os que mandam; quando este mar furioso a quem chamam multidão... rompe seus diques, açoita as bases dos tronos vacilantes..., quando o poder constituído e limitado desaparece da sociedade... quando soberano e súdito confundem-se num naufrágio comum; quando neste naufrágio perdem-se ou nivelam-se todas as hierarquias não será necessário a onipotência para que se salve a sociedade inteira, abalada até seus alicerces?³⁶

Adotando como justificativa o quadro conturbado em que se encontrava não só a Espanha, mas também a Europa em geral, Donoso-Cortés admite que a ditadura, “em certas circunstâncias”, era um governo perfeitamente legítimo. Considera-o racional, tanto em teoria como na prática, de modo que, se observássemos a sociedade, argumentava ele, encontraríamos nela “fuerzas invasoras” e “fuerzas resistentes”. Se as primeiras estivessem espalhadas pela sociedade, as segundas também o estariam e, de forma prática, concentradas no governo pelas autoridades e pelos tribunais. Para reprimir os invasores ou revolucionários, Donoso-Cortés justifica o uso da força, inclusive com a instalação de um governo ditatorial.

Quando las fuerzas invasoras se reconcentran en asociaciones políticas, entonces necesariamente, sin que nadie lo pueda impedir, sin que nadie tenga derecho a impedirlo, las fuerzas resistentes por si mismas se reconcentran en una mano. Esta es la teoría clara, luminosa, indestructible, de la dictadura.³⁷

³⁴ DONOSO-CORTÉS, Juan. *Obras completas*. Madrid: BAC, 1970. t. I e II. p. 547.

³⁵ A condenação da liberdade feita por Burke, De Bonald, De Maistre e Donoso-Cortés vai ser o pilar do ideário de *Jackson de Figueiredo e*, depois, com *Alceu Amoroso Lima* até fins dos anos 1930.

³⁶ DONOSO-CORTÉS, Juan. *Op. cit.*, t. I e II. P. 389.

³⁷ *Idem, ibidem*, p. 307-308.

Há que se ressaltar, evidentemente, que para Donoso-Cortés não se tratava de optar por entre a liberdade e a ditadura, pois “se estivesse entre a liberdade e a ditadura”, dizia ele, “eu optaria pela liberdade”. Tratava-se, sim, de optar por entre a ditadura da insurreição (do povo) e a do governo. Nesse caso ele opta pela ditadura do governo, “como menos cruel e menos afrontosa”³⁸.

Por acreditar que a Igreja Católica estava incumbida do princípio de supremacia e ordenamento sociopolítico – sob comando da Providência Divina –, Donoso-Cortés condenava o liberalismo pelo fato de considerar que ele atribuía maior importância às questões econômico-políticas, em detrimento das de ordem religiosa e social:

El error fundamental del liberalismo consiste en no dar importancia sino a las cuestiones de gobierno, que, comparadas con las de orden religioso y social, no tienen importancia ninguna. (...) No hay palabras en ninguno idioma con que encarecer la profundísima incapacidad y la radical impotencia de esta escuela.³⁹

Diante dos fatos, Cortés afirmava também que o socialismo visava nada mais que a destruição das instituições políticas e religiosas e sociais: “el fin del socialismo es crear una nueva atmosfera social, en que las pasiones se muevan libremente, comenzando por destruir las instituciones políticas, religiosas y sociales que las oprimen”.⁴⁰

Em resumo, é tendo por base este ideário conservador, tradicionalista ou contrarrevolucionário, que a revista *A Ordem* e o conjunto de intelectuais que a compõem, formulam suas linhas político-religiosas de ação face a sociedade brasileira.

Os escritos de *Alceu Amoroso Lima*, seu editor chefe após a morte de *Jackson de Figueiredo*, expressam esse ideário conservador em boa parte dos anos 1930, com a defesa da autoridade contra a liberdade, a crítica à revolução, o primado da hierarquia e um forte crítica ao comunismo e aos ideais de igualdade social. Posições estas que mudam, juntamente com a linha editorial da revista, ao iniciar os anos 1940.

³⁸ *Idem, ibidem*, p. 322-323.

³⁹ DONOSO-CORTÉS, Juan. *Op. cit.*, t. I e II. p. 599.

⁴⁰ *Idem, ibidem*, p. 612.

Vejamos, então, nesta parte final, como um dos seus articulistas da revista *A Ordem*, desenvolve a temática do comunismo ou anticomunismo, por meio deste periódico de ampla circulação nacional e de expressão do ideário católico.

A Ordem, o líder católico Alceu Amoroso Lima e o anticomunismo

No artigo “A Igreja e o momento político”, *Alceu Amoroso Lima* expõe seu posicionamento a respeito do que eram, a seu ver, as “forças políticas” frente às quais a Igreja se encontrava, em meados de 1935, classificando-as como: o governo constituído; a oposição política a esse governo; o integralismo; a Ação Imperial Patrianovista e a Aliança Nacional Libertadora⁴¹.

Nesse momento, *Alceu Amoroso Lima* compreende a constituição do governo Vargas como fruto do retorno do país à “ordem jurídica”, como um regime democrático que tinha por objetivo, acima de tudo, “consolidar *A Ordem* constitucional e reagir contra as tendências revolucionárias.” Para *Amoroso Lima*, o governo em questão dispunha de uma “tendência” para “defender a ordem [...] pública e a acertar a ordem administrativa.” Por outro lado, em relação às demais forças políticas que se apresentavam na vida pública brasileira, *Amoroso Lima* concordava com a posição do governo de condená-las, tanto as de esquerda quanto as de direita. Ele classificava a relação do governo Vargas com a Igreja e o catolicismo como sendo a do “mais rigoroso respeito às aspirações do povo e aos direitos da consciência religiosa e da tradição nacional”, o que podia, segundo ele, ser observado através da aprovação do programa da Liga Eleitoral Católica nas eleições de 1934. Por essa razão, em sua ótica, se processou o restabelecimento das relações jurídicas entre Estado e Igreja, em suas palavras, “passando do regime de separação ao da cooperação [...]”⁴².

Na avaliação de *Amoroso Lima*, a oposição a Vargas no momento de 1935 era também representada, de um lado, por elementos políticos oriundos da Revolução de 1930 que haviam se separado do governo e, de outro, por “elementos

⁴¹ ATHAYDE, Tristão de. A igreja e o momento político. *A Ordem*, Rio de Janeiro, n. 65, p. 5-14, jul. 1935.

⁴² Idem, *ibidem*, p.5-6.

da primeira República [...] novamente ressurgidos.” Elementos estes que não se opunham à Igreja por reconhecerem-na como “força moral e social”. Em relação ao Integralismo, por exemplo, no momento de 1935, *Amoroso Lima* tinha uma posição de simpatia, coisa que posteriormente se modificou e passou a definir a Ação Integralista como: um grupo de “extrema direita” proveniente da Revolução de 1930 e se referia ao seu programa como fruto do espírito que havia levado, por exemplo, o fascismo a consolidar-se na Itália e o hitlerismo na Alemanha, e também o Estado Novo em Portugal. Alceu atribuía ao movimento integralista um caráter de “renovação na política brasileira”, com bases fundadas no espírito do século XIX com um sentido nacional anti-regionalista e oposto ao marxismo. Enfim, para *Amoroso Lima*, o Integralismo era constituído por grupos revolucionários provenientes também da Revolução de 1930, composto por muitos católicos que, a seu ver, aceitavam-no como estando próximo da doutrina social católica e da defesa de muitos dos seus princípios⁴³.

No ambiente político de 1935, *Amoroso Lima* definiu sua posição frente a outro movimento que desejava o restabelecimento do regime monárquico no Brasil, sobretudo amparado na ideia de tradição e num corporativismo de cunho católico. Sob a análise de Lima, a Ação Imperial Patrianovista, era um movimento formado por pequenos grupos de intelectuais em São Paulo, Rio de Janeiro e Recife, mas sem inserção junto às massas e mesmo às classes médias, de maneira que não poderia, a seu ver, ter forças para compor quadros políticos expressivos. Já em relação à Aliança Nacional Libertadora, Lima teve uma posição de maior cautela, pois enxergou nela grande ameaça aos interesses católicos. Para ele, o perigo maior desse movimento residia no fato de constituir-se em uma frente única de partidos e grupos de esquerda, de orientação marxista⁴⁴.

Amoroso Lima enxergava o que considerava ser uma incoerência do Partido Comunista. Em sua avaliação, enquanto havia perdurado a “ilusão de Lênin e sobretudo de Trotsky, de que a Revolução se alastraria pelo mundo”, o Partido Comunista havia desenvolvido a política de repelir “toda e qualquer aliança com elementos da esquerda moderada”. Mas contraditoriamente, essa tática havia mudado no Brasil, sob nova orientação dos “agentes soviéticos” na medida em que se faziam agora alianças. Isso, para Lima, caracterizava-se como a rendição

⁴³ *Idem, ibidem*, p.7-8.

⁴⁴ ATHAYDE, Tristão de. A igreja e o momento político. *A Ordem*, Rio de Janeiro, n. 65, p. 09, jul.1935.

dos dirigentes da IIIa Internacional às “razões do Sr. Luis Carlos Prestes”. Essas razões, por sua vez, eram norteadas, segundo este mesmo autor, pela ideia de manter no interior do partido as chamadas “células de ‘puros’” e caminhar no sentido da realização de alianças com outros grupos de esquerda, identificados por Lima entre os “mais românticos e demagogos, como o Sr. Nicanor do Nascimento ou Maurício de Lacerda” e mesmo “marxistas mais evidentes como o Sr. Agildo Barata Ribeiro ou o Sr. Francisco Mangabeira”⁴⁵.

Assim, no que diz respeito à participação política da Igreja Católica no cenário brasileiro do momento, *Amoroso Lima* a classificou dentro da lógica de ação relativa aos princípios da Ação Católica, no momento específico com exclusão da política partidária. A seu ver, sua intervenção deveria ocorrer pela aplicação dos princípios católicos à vida política “formando a consciência cívica dos católicos, de modo a participarem individualmente dos partidos ou da vida pública do país”. Entretanto, isso não deveria constituir-se em fato para a formação de um partido ou de uma organização de caráter restrita. Assim, ao considerar o papel da Igreja na sociedade como devendo ser constituído de uma orientação moral e religiosa, Lima acreditou que tudo o que fosse de seu interesse deveria ser buscado através da Liga Eleitoral Católica e da Ação Católica.

Para *Amoroso Lima*, era aceitável que a Igreja cooperasse com qualquer movimento com o fim de introduzir os princípios católicos na sociedade brasileira, exceto com a Aliança Nacional Libertadora, movimento identificado como o principal opositor da Igreja e dos interesses nacionais. Nesse mesmo momento de 1935, *Amoroso Lima* via o Integralismo como o movimento mais próximo dos católicos, mas já advertia que se fosse necessário optar entre aquele e o Governo, ficaria ao lado de Vargas em razão de ser o poder constituído⁴⁶.

Em síntese, no quadro conturbado de 1935, *Amoroso Lima* defendeu a posição segundo a qual o melhor remédio contra o comunismo e as agremiações de esquerda, era a atuação oficial da Ação Católica no campo social, voltada a auxiliar o governo na construção de um novo período para a civilização, que o denominou de Idade Nova.

Portanto, a aproximação de *Alceu Amoroso Lima* com o Governo Vargas foi tão significativa que proferiu uma conferência na Escola do Estado Maior

⁴⁵ *Idem, ibidem*, p.10.

⁴⁶ *Idem, ibidem*, p.10-13.

do Exército, no dia 12 de outubro de 1935, sob o título de “O Socialismo”, publicada em *A Ordem* de janeiro de 1936. O socialismo foi definido por *Amoroso Lima*, inicialmente, como um “conjunto de sistemas econômico-filosóficos que atribuem à comunidade, com exclusão dos particulares, a propriedade dos bens materiais e particularmente dos bens de produção”⁴⁷.

Nessa mesma conferência, observa-se que, para *Alceu Amoroso Lima*, havia várias espécies de socialismo, passando pelo utópico e o anárquico, os quais considerava-os terem insurgido contra o princípio da autoridade. Sua expressão maior era Bakunin. Essas “espécies” foram vistas por *Amoroso Lima* como produtos do individualismo e do terrorismo. Havia ainda aquele socialismo propriamente dito, que o classificou como sindicalismo/comunismo. De uma forma mais pormenorizada, ele definia um ponto em comum entre o que chamava de escolas socialistas: “a acentuação ao elemento massa ou coletividade, contra o indivíduo ou a pessoa”⁴⁸.

Nesse momento de 1936, *Amoroso Lima* acreditava que o socialismo havia surgido contra o individualismo proveniente da Revolução Francesa⁴⁵, o qual havia desejado sistematizar-se nos campos político, econômico e social, contra a Tradição, a Igreja e o Estado. Em suma, o que estava em questão para *Amoroso Lima* era a coletividade do comunismo contra o individualismo do número, “expressão abstrata da coletividade popular exaltada pela democracia liberal”⁴⁹.

Aqui se observa novamente o elemento de caráter conservador em seu discurso⁵⁰. De modo geral, *Amoroso Lima* acreditava, em 1936, que o socialismo resumia-se à hipertrofia da coletividade a partir da elaboração de teses que tinham expressão no antiespiritualismo, no antinacionalismo e no antifamiliarismo. Em sua visão, o socialismo tinha como metas os seguintes pontos:

⁴⁷ LIMA, Alceu Amoroso. O socialismo. *A Ordem*, Rio de Janeiro, n. 71, p. 63, jan. 1936a.

⁴⁸ *Idem, ibidem*, p. 63-66.

⁴⁹ *Idem, ibidem*, p.63.66.

⁵⁰ Aqui se evidencia a proximidade de *Amoroso Lima*, nesse momento de 1936, com os conceitos e posições dos autores conservadores, de crítica aos valores postulados a partir da Revolução Francesa. A semelhança aqui é com Juan Donoso Cortés, notadamente em sua crítica ao socialismo. Vejamos o que este dizia: □El fin del socialismo es crear una nueva atmosfera social, en que las pasiones se muevan libremente, comenzando por destruir las instituciones políticas, religiosas y sociales que las oprimen. □ (DONOSO-CORTÉS, Juan. *Op. cit.*, p. 612).

O combate a toda filosofia do Espírito, a negação direta ou indireta da alma humana imortal, (incompatível com aquela supremacia da massa sobre o homem) e toda ordem sobrenatural dos valores. [...] O combate à idéia e ao amor da Pátria, substituída pela Humanidade. E, finalmente, a supressão da Família, meio de afirmação da liberdade do ser humano contra a tirania da massa ou do Estado, e sua substituição pela ideologia de Classe⁵¹.

Assim, por meio dessa interpretação peculiar do socialismo, *Amoroso Lima* desenvolveu uma crítica ao que entendeu serem as teses do materialismo histórico e da luta de classes lançadas por “Karl Marx e seu amigo Engels”. Avaliou que as teses materialistas eram frutos de paixões inferiores e de uma tática comunista formulada a partir de uma “observação insuficiente de fenômenos parciais da sociedade”. Em sua ótica, a partir dessa observação, os comunistas acreditavam que, com a supressão da pluralidade de classes, se estabeleceria uma sociedade mais igualitária. Em outros termos, *Amoroso Lima* enxergou nos anseios socialistas daquele momento, aquilo que avaliou serem as mesmas esperanças e “ilusões” dos liberais do século XIX, portanto ameaças merecedoras de condenação absoluta:

Não podemos aceitar o socialismo e muito menos o socialismo integral. [...] O erro do materialismo histórico e da luta de classes, os exageros de outras teses secundárias, fazem desse conjunto de doutrinas um corpo perigoso de se lidar e que exige um exame muito cuidadoso das teorias e [...] das doutrinas destruidoras da Pátria⁵².

Mas a postura de *Amoroso Lima* em relação ao socialismo/comunismo não se esgota aí. Para que compreendamos a mudança em suas posições a esse respeito, é relevante acompanhar, por mais algumas páginas, seus escritos. Um momento importante para isso foi justamente aquele imediatamente posterior ao sufocamento da tentativa de tomada do poder pelos comunistas em 1935.

Foi no artigo “Educação e Comunismo”, do mês de maio de 1936, que *Amoroso Lima* falou, por exemplo, a respeito da “revolução de Novembro” e também sobre a questão educacional. Ali a referência ao pensamento conservador foi explícita. Para ele, como “dizia Bonald [...] durante as revoluções, o difícil não era tanto cumprir o dever como saber onde ele” estava⁵³.

⁵¹ LIMA, Alceu Amoroso. *Op. cit.*

⁵² *Idem, ibidem*, p.77-78.

⁵³ LIMA, Alceu Amoroso. Educação e comunismo. *A Ordem*, Rio de Janeiro, p. 318- 334, abr./

Também nos momentos históricos de transição como o que a sociedade brasileira atravessava “não era tão difícil... combater os inimigos como desvendá-los”. *Amoroso Lima* avaliava que o grande mérito da Revolução de Novembro de 1935 era ter revelado ao país, um dos grandes inimigos a ser combatido: o comunismo. Inimigo perigoso, no momento, em razão de defender uma “pedagogia soviética” em cujo interior havia a ideia de construção de “paladinos do socialismo” a serviço do comunismo. Para *Amoroso Lima*, nesses termos, a Pedagogia não tinha autonomia como ciência e trabalhava a serviço de um “Estado Totalitário Comunista”, com base na “proclamação do ódio e da perseguição” e na “destruição do cristianismo e de toda atitude religiosa como condição do progresso social”. Em razão disso, *Amoroso Lima* defendeu a posição de que o problema da Educação no Brasil devia estar “intimamente ligado [...] ao seu passado [...] às suas crenças”; de modo que o Plano Nacional de Educação do governo Vargas devia levar em consideração o homem como um todo, privilegiando sobretudo a sua inteligência, da forma como Jacques Maritain havia dito⁵⁴.

Embora *Alceu Amoroso Lima* tivesse feito referências, no documento “Educação e Comunismo”, ao filósofo Jacques Maritain, em 1936, isso não expressava sua mudança de posição para o campo dos valores progressistas/democráticos. Pelo contrário, expressava o seu contato e filiação às ideias de Jacques Maritain, e também a solidez do pensamento conservador dentro de si, os seus compromissos com a Igreja, os reveses, as relutâncias de sua parte em aceitar as posições mais progressistas de Maritain. O peso das ideias conservadoras e autoritárias em *Alceu Amoroso Lima* no momento de 1936 ainda era muito forte.

Como se observou anteriormente, *Alceu Amoroso Lima* fez referência a De Bonald – o que evidencia o elemento conservador - e também a Jacques Maritain, embora neste caso ainda não se possa dizer que ele estivesse afeito a uma mudança democrática/progressista em suas posições.

Como se observou até esse momento, a posição de *Alceu Amoroso Lima* foi pautada pela ideia segundo a qual, a atitude dos católicos em relação ao comunismo devia constituir-se por uma repulsa por convicção. Ainda alertava para o fato de que havia alguns católicos mal informados que acreditavam ingenuamente poder estabelecer uma boa relação entre o socialismo integral e o cristianismo integral, a partir do conceito de justiça social presente no comunismo.

maio1936b.

⁵⁴ *Idem, ibidem*, p.318-334.

Amoroso Lima acreditava, pelo contrário, que o repúdio ao comunismo devia ser a atitude dos católicos por excelência. Por isso todos precisavam ter conhecimento profundo do sistema, para não incorrerem numa crítica que fosse muito mais caracterizada por um ataque ao liberalismo, ou mesmo uma tentativa de reduzir o comunismo a uma “expressão do Anti-Cristo” ou a uma “campanha judaico-maçônica contra a Igreja”. Ao compreendê-lo como uma forma de negação de Deus e do Espírito, *Amoroso Lima* também acreditava que o comunismo era igualmente o resultado da “contaminação materialista do mundo”. Por isso o seu perigo era mais profundo, já que ele se revestia da “aparência de justiça, do êxito e do progresso” para colocar em prática sua ideologia revolucionária⁵⁵.

No artigo “O nacionalismo cristão”, de outubro de 1938, *Alceu Amoroso Lima* concentrou sua crítica ao nacionalismo nazista e a partir daí propôs um ideal de mundo pautado nos valores do cristianismo, segundo ele, postulados por São Tomás de Aquino e pelo filósofo católico Jacques Maritain.

Alceu Amoroso Lima avaliou, naquele momento de 1938, o nacionalismo alemão como o ponto mais alto de uma expressão racista de “superioridade germânica” preconizada pelo nacional-socialismo. Além disso, o nacionalismo alemão constituía-se ainda, para ele, por um “materialismo racial” que tinha base nas teorias científicas do século XIX, em pensadores como “Gobineau, Chamberlain, Vacher, Lapouge”⁵⁶.

Observa-se nessa argumentação de *Amoroso Lima* - mesmo em 1938 - o repúdio da teoria racista alemã e do próprio nazismo como um todo, o que revela o processo de mudança em suas posições, embora permanecesse conservador em muitas questões.

Essa crítica ao nazismo é salientada pelo próprio *Amoroso Lima* ao condenar a ideia segundo a qual uma raça pretensa mente pura poderia ser “erigida como dogma” acima do Estado e mesmo ser exaltada em linguagem religiosa. Isso seria, a seu ver, uma espécie de “materialismo de sangue”. Ainda a esse respeito afirmou:

Esse racismo só poderia ser alcançado pela renovação violenta do pangermanismo e pela instauração de um movimento de ‘nacionalização das massas’

⁵⁵ LIMA, Alceu Amoroso. Em face do comunismo. *A Ordem*. Rio de Janeiro, p. 346- 356, abr./ maio 1936c.

⁵⁶ LIMA, Alceu Amoroso. O nacionalismo cristão. *A Ordem*, Rio de Janeiro, p. 378, out. 1938.

[...] por golpes de ‘fanatismo’ e de ‘histeria’, que são erigidos por Hitler em virtudes cívicas⁵⁷.

Para *Amoroso Lima*, na linha de frente do extremismo nacionalista estavam ninguém menos do que Hitler e o filósofo do nacional-socialismo, Alfred Rosenberg, ambos preconizando o que acreditavam ser o retorno do germanismo ao seu sentido “original” de civilização “perfeita”. Veja-se abaixo o que Lima pensava sobre essa questão, em outubro de 1938:

O nacionalismo assume em Rosenberg a sua feição mais brutal. O Estado deixa de ser fruto da família, através da Nação, para ser resultado de uma simples união militar. O cristianismo passa a ser, nessa monstruosa filosofia da história, o desorganizador da unidade germânica, a Nação Alemã assume o caráter de guia da humanidade, no século XX. O Estado é posto a serviço da Nação⁵⁸.

Esses pontos representavam para *Amoroso Lima* uma espécie de retomada do paganismo dentro de uma “lógica satânica” de desconhecimento de Deus e de “divinização da nação”, além de representarem um conseqüente desaparecimento do homem na massa. O fato de Hitler acreditar que as nações sul-americanas eram produtos de uma mistura de raças inferiores, física e mentalmente, e que isso as fazia menores que os povos de origem germânica, levou *Amoroso Lima* a defender a necessidade de que todo o mundo cristão e o Brasil, em especial, deveriam condenar o nazismo. Isso é o que se observa em outubro de 1938. Ele propôs então, em contrapartida naquele momento, o que chamou de “verdadeiro nacionalismo”, tido por ele como preconizado por Santo Tomás, onde o patriotismo, o amor e a justiça seriam virtudes decisivas. Mas deveria ser um nacionalismo que aparecesse como fruto da “fusão harmônica entre nação e Estado” e produzisse um sadio “internacionalismo”. Em suma, um “nacionalismo cristão” à la Maritain⁵⁹.

Entretanto, algumas posições conservadoras de *Amoroso Lima* aparecem ainda em 1939. Isso pode ser observado no texto de junho daquele ano, inicialmente publicado nos Diários Associados, e republicado em 1944, na revista *Estudos sobre Jacques Maritain*, sob o título de “Maritain e a civilização em perigo”⁶⁰.

⁵⁷ *Idem, ibidem*, p. 378.

⁵⁸ *Idem, ibidem*, p.379.

⁵⁹ LIMA, Alceu Amoroso. O nacionalismo ..., *op. cit.*, p. 377-387.

⁶⁰ ATHAYDE, Tristão. *Tristão de Maritain e a civilização em perigo*. Estudos sobre Jacques Maritain. Recife: Tradição, 1944.p.60-62.

Esse texto constitui-se por uma análise crítica da obra “Le Crepuscule de la Civilization”, de Jacques Maritain. No artigo pode-se identificar que o pensamento de *Amoroso Lima* estava em mudança ainda em 1939, já com maior clareza em relação ao comunismo, mas com visão sobre a liberdade, a autoridade e a ditadura, ainda distante dos princípios democráticos/progressistas. Isso revela também os reveses, as dificuldades de *Amoroso Lima* em adotar prontamente as posições do seu mestre Jacques Maritain. Não se tratava ali de um atraso de suas leituras sobre Maritain, mas sim, dos reveses inerentes a um processo de mudança interior e exterior.

Inicialmente, nota-se que *Amoroso Lima* atribuía a Maritain o mérito de ter dissociado a causa da Cristandade da causa daqueles que eram os seus defensores no momento, entenda-se com isso os “totalitários”. O mérito maior de Maritain, na avaliação de *Amoroso Lima*, era o de ter demonstrado para aqueles que estavam iludidos com as realizações materiais das “ditaduras fascistas e nazistas”, que as reações contra o “Socialismo ateu” guardavam consigo aspectos tão condenáveis quanto os princípios do próprio socialismo. Compreende-se que, para *Amoroso Lima* era Maritain quem demonstrava a maior complexidade da questão, pois não se resumia em acreditar que sendo ateu o comunismo, logo os regimes fascista, hitlerista, franquista, seriam somente constituídos pelo “elemento anti-comunista” e portanto, benéficos⁶¹.

Observa-se o espírito nada democrático de *Amoroso Lima* neste momento de 1939 quando ele faz objeção a Maritain imputando-lhe o “erro” de ter julgado as ditaduras em bloco. *Amoroso Lima* advertia, logo de início, que sua vocação própria não era ser ditador e que o espírito totalitário era “detestável” e “desumanizador”.

Entretanto, a distinção que ele elaborava entre o que ele chamava de ditaduras, revela elementos de caráter autoritário e conservador em sua postura. Essa constatação pode ser feita a partir da sua análise da distinção entre Salazar e Vargas, Franco e Mussolini. Distinção que caracteriza cada um dos regimes dirigidos a partir do tratamento dado à Igreja.

Por exemplo, se no “franquismo ou no salazarismo” havia “elementos totalitários”, no dizer de *Amoroso Lima* também era verdade que ambos representavam “reações históricas” que iam muito ao encontro do “novo humanismo cristão”,

⁶¹ *Idem, ibidem*, p.60.

segundo ele proposto por Jacques Maritain. Outro exemplo encontra-se no fato de o próprio Lima mencionar o apoio recebido pela Igreja do governo ditatorial português, onde o Cardeal Cerejeira estava à frente na participação do movimento de “renascimento espiritual” dos católicos. Outro elemento que evidencia essa posição de Lima é sua atitude ao questionar se, em havendo uma “democracia cristã”, não se poderia existir da mesma forma “ditaduras pagãs e ‘ditaduras cristãs’”?⁶².

Na resposta que *Amoroso Lima* deu⁶³ a essa questão ele resumiu-se em considerar que, sendo a “ditadura em si... tão indiferente, filosoficamente, quanto a democracia”, cabia entender que o grande segredo da questão estava no “modo de pregar”. Embora *Amoroso Lima* tivesse feito a ressalva de que o “perigo da ditadura” era maior do que o da democracia, pois esta por si mesma era “mais fraca e portanto mais efêmera”, ele demonstrou simpatia pela ditadura. Assim, por mais absurdo que pareça, ele defendia a ideia de que se alguma “deturpação” da democracia não desumanizava o que havia de mais sadio em seu conceito real, da mesma forma os erros do totalitarismo e das ditaduras não levariam os homens a se esquecerem que ambos eram igualmente “deturpações” do “mais racional e cristão dos conceitos sociais – o de Autoridade”⁶⁴.

Essa definição provinha de sua crença na ideia de que os conceitos de liberdade e autoridade eram complementares, portanto, irredutíveis, e somente completados pela “Justiça e pela Caridade” pertencentes à Igreja Católica. Para concluir, *Amoroso Lima* acreditava, nesse contexto de 1939, que a esperança de Maritain na democracia norte-americana era prematura, pois, a seu ver os Estados Unidos comportavam negativamente uma “religiosidade eminentemente laica [...] esvaziada de todo conteúdo tradicional e positivo”.

Isso, sob sua ótica, era por demais prejudicial. Então, se fazia necessária uma ação da Igreja Católica, no sentido de cristianizar aquela democracia ainda incipiente. Portanto, para *Amoroso Lima*, isso podia ser observado a partir de uma mera comparação, do ponto de vista intelectual, ao se evidenciar que

⁶² *Idem, ibidem*, p.61.

⁶³ Diga-se, de passagem, uma interpretação equivocada dos escritos de Maritain. Consultar: RODRIGUES, Cândido M. Da Ação Francesa ao humanismo integral: o filósofo Jacques Maritain na França das décadas de 1920 a 1940. *Contemporâneos*. Revista de Artes e Humanidades. [online] N.4, mai/out./2009a. P.01- 18.

⁶⁴ ATHAYDE, Tristão de. Maritain..., *op. cit.*, p.61.

americanos como Dewey eram tão materialistas quanto o marxismo dos “rus-
sos, o neo-hegelianismo gentiliano dos fascistas ou a mitologia neopagã de Ro-
semberg”. A seu ver, tudo se resumia numa heresia contemporânea operada por
uma cisão entre uma *Ordem* natural e uma sobrenatural e na “negação desta por
aquela”; isso fazia *Amoroso Lima* se expressar nos seguintes termos: “Nesse
erro fatal, direita e esquerda, totalitários e pluralitários, comunismos, fascismos
e democracias se encontram e se equivalem analogicamente”⁶⁵.

Somente se é possível analisar essa posição antidemocrática de *Amoroso
Lima* dentro da lógica de compreensão dos elementos conservadores e antidemo-
cráticos em seu pensamento, como produtos do contato com o referencial con-
servador de fundo tradicionalista e o de base contrarrevolucionário – proveniente
mesmo das indicações de *Jackson de Figueirido*, das leituras de De Maistre e dos
debates junto ao círculo de intelectuais da revista *A Ordem*.

Entretanto, a partir da leitura das obras de Maritain, do conhecimento das
atrocidades da II Guerra Mundial e com a percepção da contraditoriedade da
permanência do regime ditatorial no Brasil, *Amoroso Lima* começa a ver o co-
munismo como aliado contra o nazifascismo. Aliás, o decisivo para esta guinada
na postura de *Amoroso Lima* foi o chamado já proposto pelo próprio Maritain
em sua obra “Cristianismo e Democracia”, de 1943, em face da aliança política
dos Aliados com a U.R.S.S.

Quando Maritain escreveu *Christianisme et démocratie* (1943) sua po-
sição foi modificada em relação particularmente ao comunismo, quando pas-
sou a ver claramente, a partir de então, a possibilidade de conversão dos
comunistas ao sentimento religioso cristão. Para Maritain, era bem provável
que um povo poderia estar sujeito a ser desviado do “ateísmo e dos erros
espirituais do comunismo” por mudanças de ordem interna, por mais difí-
cil e dolorosa que fosse tal “evolução”. Segundo Maritain, havia esperança
na “transformação espiritual do povo russo” não em razão do comunismo
em si, mas por conta dos “profundos recursos religiosos e humanos” que
aquele povo dispunha. Assim, acreditava que existia a probabilidade de que
uma restauração geral do pensamento e da ação democrática reintegrasse à
democracia aqueles que estavam inclinados ao comunismo. Poderia então
reintegrá-los:

⁶⁵ *Idem, ibidem*, p.62.

[...] ao respeito das coisas da alma, ao amor da liberdade e ao sentimento da dignidade da pessoa, não seguramente a ortodoxia marxista e a disciplina do Partido Comunista, mas numerosos comunistas de sentimento e muitos daqueles que a revolta contra as injustiças sociais [inclinava ao comunismo]⁶⁶.

Amoroso Lima entendeu que foi na obra *Christianisme et democratie*, que Maritain (1943) condenou os regimes totalitários e tentou a plausibilidade da “sentença bergsoniana de que a democracia” era de “essência evangélica”.

Na teorização de Maritain, não era nas “alturas da teologia”, mas sim nas profundezas da consciência e da existência profana que o cristianismo atuava como fermento, na maioria das vezes incorporando “formas heréticas”, parecendo negar-se a si mesmo, mas tendo grande êxito na mudança da história. Para Maritain, considerando-se que o espírito cristão e a democracia estavam ameaçados em suas existências “por inimigos implacáveis, fanáticos da raça e do sangue, do orgulho, da dominação e do ódio”, era o momento de se promover a fusão entre os pedaços da chave do paraíso e os metais da terra. Afinal, dizia ele:

Não coube a crentes inteiramente fiéis ao dogma católico, coube a alguns racionalistas proclamarem em França os direitos do homem e do cidadão. Coube a alguns puritanos na América o último golpe à escravidão. Coube a comunistas ateus abolirem na Rússia o absolutismo do lucro privado⁶⁷.

Isso significava, em face das circunstâncias históricas do momento, promover uma aproximação entre democracia e cristianismo, posição diversa da defendida por ele até o momento, como se observa na ressalva que ele faz logo no início de sua explicação acima. Mais ainda, o que deve ser levado em conta aqui é o impacto para os católicos do mundo todo dessa afirmativa categórica de Maritain em favor da democracia, citando principalmente eventos como a Revolução Francesa e a Revolução Russa, episódios historicamente condenados pela Igreja. Sem dúvida, esse posicionamento claro e distinto de Maritain teve efeitos decisivos no pensamento e na conduta do seu discípulo e amigo *Alceu Amoroso Lima*.

Dessa forma, em setembro de 1945, a posição de *Alceu Amoroso Lima*, por exemplo, em relação aos comunistas, era a de considerá-los como “companheiros de combate”, mas mantendo-se em relação a eles completa autonomia.

⁶⁶ MARITAIN, Jacques. *Cristianismo e democracia*. Rio de Janeiro: Agir, 1957. P.94-95.

⁶⁷ *Idem, ibidem*, p.45-47.

Amoroso Lima seguia ali a ideia de tentar convertê-los ao catolicismo, adotando junto a eles a Caridade, a Justiça, a Verdade e assim considerar – como sugeria Maritain – todas as atitudes violentas contra eles como “reacionárias” ou neofascistas. Sobretudo aquelas que tivessem “intuitos de se servirem dos católicos, para fins políticos de caráter totalitário de direita”⁶⁸.

Considerações finais

Procuramos aqui apresentar alguns dos elementos que compõem o quadro sócio-político brasileiro nas três primeiras décadas do século XX, com destaque para o papel desempenhado pelos intelectuais à frente dos interesses da Igreja Católica, especialmente os laicos. Intelectuais que, guiados por Dom Sebastião Leme, vão se aliar a Jackson de Figueiredo e Alceu Amoroso Lima em favor do projeto católico, tendo a revista *A Ordem* como um de seus lócus privilegiados de discurso.

Como procuramos demonstrar, a revista *A Ordem* foi instrumento central da intelectualidade católica do período, cujas matrizes políticas remontam ao ideário conservador do século XIX, a partir de expoentes como Edmund Burke, Louis Ambrose De Bonald, Joseph De Maistre e Juan Donoso Cortés. Ideário este, em defesa da autoridade, da ordem, da hierarquia, crítico à revolução, à liberdade, nacionalista, que ganha eco junto aos interesses dessa elite intelectual católica expressa, por exemplo, nos escritos de Alceu Amoroso Lima sobre o comunismo.

Interessante notar, como se demonstrou acima a propósito dos escritos de Amoroso Lima sobre o comunismo, que as posições da revista mudam com o cenário do nazi-fascismo e também por influência da filosofia de Jacques Maritain, especialmente a partir de 1942. Em síntese, reafirmamos nossa tese sobre a revista *A Ordem*, defendida em início dos anos 2000, de que a linha editorial da revista sofre rigorosa alteração no pós-1942, em razão do cenário de guerra e em função da mudança de orientação de matriz político-filosófica, de conservadora para próxima dos ideais “progressistas”.

Mudança que fez parte de um processo histórico que evidenciou, nacional e mundialmente, os conflitos do poder e pelo poder, as ambições dos governos

⁶⁸ LIMA, Alceu A. Comunismo, reacionarismo, integralismo. *A Ordem*, Rio de Janeiro, p.166-174, set.1945.

totalitários e autoritários de predomínio de um povo sobre os demais e de concretização do ideal de vontade única (totalidade) em suposta ‘consonância’ com a idéia da existência de uma vontade popular. [...] Enfim, mudanças das quais a revista e o conjunto dos intelectuais que nele escreviam fariam parte como agentes ativos e influentes no meio intelectual, tanto religioso como político, passando de um discurso com elementos verdadeiramente conservadores para um de essência mais democrático-pluralista. Exemplo notório disso foi a mudança de visão também em relação ao comunismo, à democracia e ao movimento Integralista, sem falar da revisão de posição em relação à ditadura estadonovista, mesmo que tardiamente.⁶⁹

⁶⁹ RODRIGUES, Cândido M. *Op. cit.*, p. .217.

Armas modernas para a guerra santa: Igreja Católica e meio de comunicação em meados dos anos 50

Daniel Vasconcelos Solon

A partir da década de 30 do século passado, o Vaticano lançou diversos documentos abordando a ameaça do rádio, cinema e televisão contra a moral e fé católicas. A Igreja Católica, em seguida, propôs uma nova postura frente aos avanços tecnológicos, defendendo a utilização das “novas armas” midiáticas para propagação da fé e para o enfrentamento político contra ideologias de esquerda. As orientações das encíclicas papais, mensagens e outros documentos chegaram às folhas da imprensa católica no Brasil, evidenciando a preocupação da Igreja quanto ao uso dos meios de comunicação. A partir da análise do jornal católico “O Dominical” de Teresina-PI, e de outros semanários locais, em meados dos anos 50, este artigo trata sobre a mudança de abordagem da Igreja frente ao rádio, cinema e imprensa escrita e ainda do processo de consolidação do rádio na capital do Piauí.

Palavras-chave: Igreja – Comunicação – História.

From the 30s of last century, the Vatican released several documents addressing the threat of radio, film and television against the Catholic faith and

“O brigado pelo vosso amor e o vosso apoio! Possais viver sempre na alegria que se experimenta quando se põe Cristo no centro da vida”, dizia a última mensagem constante no perfil do Papa Bento XVI no microblog Twitter, minutos antes de renunciar ao posto máximo da Igreja Católica Romana, em 28 de Fevereiro de 2013. A decisão de deixar o cargo havia sido anunciada no dia 11 de fevereiro, causando desconfianças diversas e especulações sobre crises e intrigas políticas no centro de poder da Santa Sé.

Quatro dias antes do ato oficial de vacância no Vaticano, Bento XVI postou no Twitter uma mensagem

* Mestre em História do Brasil (UFPI) e professor da Universidade Estadual do Piauí (UESPI).
dnlsolon@gmail.com

morals. The Catholic Church then proposed a new attitude in the face of technological advances, defending the use of “new weapons” media to spread the faith and the political confrontation against leftist ideologies. The guidelines of papal encyclicals, messages and other documents arrived at the leaves of the Catholic press in Brazil, highlighting the concern of the Church for the

use of the media. From the analysis of the Catholic newspaper “O Dominical” from Teresina-PI, and other weeklies in the mid 50s, this paper focuses on the change of the Church approach front media and even the process consolidation of radio in the capital of Piauí.

Keywords: Church – Communication - History

que externava o momento delicado pelo qual passava a Igreja, envolvida em denúncias de escândalos sexuais e transações ilegais no mercado financeiro: “Neste momento particular, peço-vos que rezeis por mim e pela Igreja, confiando sempre na Providência de Deus”¹.

Hoje, a utilização da internet e outras tecnologias pela Igreja Católica e por diversas religiões são artefatos de uma verdadeira cruzada midiática, na luta por mais fiéis. As relações entre religião e mídia, no entanto, nem sempre foram harmoniosas. Historicamente, os avanços da ciência e tecnologia, assim como os impactos causados por eles na sociedade, fazem parte das preocupações especialmente da cúpula da Igreja Apostólica Católica, cujo discurso preponderante apontava os meios de comunicação como vilões que ameaçavam a fé e os bons costumes.

Ainda no início da década de 30 do século XX, o Vaticano considerava, em documentos, que o cinema era um poderosíssimo meio de persuasão existente. Era também um pensamento dominante entre governos de outros países, inclusive no Brasil, que vivia o Estado Novo², cuja relação com a Igreja Católica era das melhores³. A Santa Sé via o cinema como um instrumento utilizado para

¹ As postagens do Papa Bento XVI, cerca de 40, desde que iniciou a usar o Twitter no final de 2012, foram deletadas das contas oficiais (@pontifex, em inglês, e outras seis línguas) às 16h de 28 de fevereiro de 2013, tão logo configurou-se a vacância do cargo. Os *tweets*, no entanto, permaneceram disponíveis na agência de notícias do Vaticano na internet. Ver: http://www.news.va/pt/twitter_archive (último acesso em 28 de fevereiro de 2013).

² SIMIS, A. *Estado e cinema no Brasil*. São Paulo: Annablume, 1996.

³ A “revolução” de 1930 havia contado com o apoio da Igreja, que tinha como maior liderança no Brasil o bispo Sebastião Leme. Tal apoio resultou em diversas concessões de Vargas à Igreja, inclusive na Constituição de 1934, que contou com o prefácio “sob a proteção de Deus”, reconhecimento do casamento religioso pela lei civil, proibição do divórcio, financiamento do Estado para questões de “interesse coletivo” e ensino religioso em escolas públicas. Cf. ALVES, Márcio

influenciar negativamente a conduta de jovens, que se espelhavam nas grandes estrelas e no modo de vida que era disseminado nas películas.

Naquele momento, a preocupação do Vaticano sobre a utilização dos meios de comunicação de massa - especialmente o cinema - era evidente. Não à-toa, antes de inaugurar, em 1931, a Rádio Vaticano com a primeira radiomensagem de um pontífice ao povo católico na história⁴, o papa Pio XI já produzia textos sobre conteúdos veiculados pelo cinema e pelo rádio e a influência destas mensagens no esfacelamento do matrimônio e da família, no desrespeito à castidade, conforme pronunciamento publicado no dia 31 de dezembro de 1930:

[...] Al ponderar la excelencia del casto matrimonio, Venerables Hermanos, se Nos ofrece mayor motivo de dolor por ver esta divina institución tantas veces despreciada y tan fácilmente vilipendiada, sobre todo en nuestros días.

No es ya de un modo solapado ni en la oscuridad, sino que también en público, depuesto todo sentimiento de pudor, lo mismo de viva voz que por escrito, ya en la escena con representaciones de todo género, ya por medio de novelas, de cuentos amatorios y comedias, del cinematógrafo, de discursos radiados, en fin, por todos los inventos de la ciencia moderna, se conculca y se pone en ridículo la santidad del matrimonio, mientras los divorcios, los adulterios y los vicios más torpes son ensalzados o al menos presentados bajo tales colores que parece se les quiere presentar como libres de toda culpa y de toda infâmia[...].⁵

O Vaticano, desde a Revolução Russa, de 1917, esforçava-se ainda mais para difundir, por todos os meios possíveis, o discurso anti-socialista, cujo eixo baseava-se na encíclica *Rerum novarum*, lançada pelo papa Leão XIII, em maio de 1891. Os jornais veiculados pela Igreja em todo o mundo, da chamada Imprensa Católica, seguiam uma orientação editorial a partir do que era defendido pela Santa Sé. O papel da religião, naqueles anos de turbulência econômica, política e social entre as duas grandes guerras, era claramente o de pregar a conciliação de classes, a conciliação entre trabalhadores e burguesia, defender a

Moreira. A Igreja e a política no Brasil. São Paulo, Editora Brasiliense, 1979.

⁴ A emissora foi inaugurada em 12 de fevereiro de 1931, dois anos depois do Vaticano ser reconhecido pela Itália como Estado independente. O projeto da emissora e sua montagem foram realizados pelo inventor da radiotransmissão, Guilherme Marconi. A rádio começou a operar com um transmissor de ondas curtas de 25 kW, instalado na colina do Vaticano. Ver: RÁDIO VATICANO. In: http://www.aminharadio.com/radio_vaticano.html (último acesso em 18 de abril de 2005).

⁵ Carta CASTI CONNUBII (1930), in: <http://www.intratext.com/IXT/ESL0326/> (último acesso em 18 de abril de 2005)

tradição e moral cristãs vigentes, apoiar a manutenção das relações de produção capitalista e, juntamente com isso, combater o ideário socialista. Pouco depois do início da grande crise econômica mundial de 1929, ao lançar a encíclica *Quadragesimo Anno*, em 1931, em comemoração aos 40 anos da *Rerum novarum*, o papa Pio IX reiterou a disposição da Igreja em combater os princípios do socialismo e defender a propriedade privada e o sistema de exploração capitalista, mesmo fazendo leves críticas aos “excessos” do sistema capitalista e necessidade de reformas sociais.

Na mensagem inaugural da Rádio Vaticano, por exemplo, o papa Pio XI dirigiu-se aos “infieis e dissidentes” chamando-os para a conversão, além de chamar operários e patrões para manutenção da ordem, “evitando qualquer competição hostil e conflitos mútuos, combinado com aliança fraterna e amigável”⁶.

No campo político e ideológico, a Igreja externava aos quatro cantos do mundo que dentre os maiores perigos e ameaças à sociedade vinha do marxismo. O inimigo número um dos católicos foi evidenciado no discurso do papa Pio XI na abertura da Exposição Mundial da Imprensa Católica, em maio de 1936, que reuniu jornalistas católicos de quarenta e cinco nações da Europa e América, e de cinquenta e três regiões da Ásia, África e Oceania:

O primeiro e maior e mais geral é, certamente, o perigo do comunismo, em todas as suas formas e gradações. Tudo isso ameaça e desafia abertamente ou dissimuladamente mina: a dignidade individual, a santidade da família, da ordem e segurança na sociedade.⁷

Já em 1936, às vésperas da Segunda Guerra, o Vaticano elabora com mais profundidade um documento, a encíclica *Vigilanti Cura*⁸, que tratava especificamente sobre o cinema. Logo em sua introdução, o papa Pio XI tece elogios à “Legião da Decência”, um movimento deflagrado pelos bis-

⁶ IL PRIMO radiomessaggio di Papa Pio XI a tutte te genti e ad ogni creatura. 12 febbraio 1931. Ver em: http://www.vatican.va/holy_father/pius_xi/speeches/documents/hf_p-xi_spe_19310212_radiomessage_it.html. (Tradução minha.) Último acesso em 10 de novembro de 2010.

⁷ ALLOCUZIONE di Sua Santità Pio Xi In Occasione Dell'inaugurazione Dell'esposizione Mondiale Della Stampa Cattolica. 12 maggio 1936. Disponível em http://www.vatican.va/holy_father/pius_xi/speeches/documents/hf_p-xi_spe_19360512_siamo-ancora_it.html (tradução minha).

⁸ VIGILANTI CURA (1936). Ver em http://www.vatican.va/holy_father/pius_xi/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_29061936_vigilanti-cura_po.html

pos dos Estados Unidos contra o que consideravam “maus filmes”. Nesta encíclica, no entanto, a Igreja já mostra um real interesse em interferir no processo de produção dos filmes, bem como estimular uma fiscalização das obras colocadas em cartaz, catalogando-as entre as que poderiam ou não ser vistas pelos católicos.

No decorrer do documento *Vigilanti Cura*, Pio XI descreve o poder do cinema e teoriza sobre os motivos pelos quais as películas, sobretudo as faladas, exerciam tanto fascínio sobre as pessoas, fossem elas alfabetizadas ou não.

[...]Não há hoje um meio mais poderoso para exercer influência sobre as massas, quer devido às figuras projetadas nas telas, quer pelo preço do espetáculo cinematográfico, ao alcance do povo comum, e pelas circunstâncias que o acompanham. [...]

[...] O poder do cinema provém de que ele fala por meio da imagem, que a inteligência recebe com alegria e sem esforço, mesmo se tratando de uma alma rude e primitiva, desprovida de capacidade ou ao menos do desejo de fazer esforço para a abstração e a dedução que acompanha o raciocínio. Para a leitura e audição, sempre se requer atenção e um esforço mental que, no espetáculo cinematográfico, é substituído pelo prazer continuado, resultante da sucessão de figuras concretas. No cinema falado, este poder atua ainda com maior força, porque a interpretação dos fatos se torna muito fácil e a música ajunta um novo encanto à ação dramática. Se nos entre-atos se acrescentam danças e variedades, as paixões recebem excitações das mais perigosas, que avultam vertiginosamente.[...]⁹

O documento fala ainda sobre o artifício da beleza e talento de atores e atrizes envolvidos em tramas e romances, onde as músicas de fundo completam a cena, aumentando ainda mais o poder de sedução do cinema, especialmente sobre crianças e jovens:

As variadíssimas cenas no cinema são representadas por homens e mulheres escolhidos sob o critério da arte e de um conjunto de qualidades naturais, e que se exibem num aparato tão deslumbrante a se tornarem às vezes uma causa de sedução, principalmente para a mocidade. O cinema ainda tem a seu serviço a música, as salas luxuosas, o realismo vigoroso, todas as formas do capricho na extravagância. E por isso seu encanto se exerce com um atrativo particular sobre as crianças e os adolescentes. Justamente na idade, na qual o senso moral está em formação, quando se desenvolvem as noções e os sentimentos de justi-

⁹ *Idem, ibidem.*

ça e de retidão, dos deveres e das obrigações, do ideal da vida, é que o cinema toma uma posição preponderante.¹⁰

A preocupação especial da Igreja sobre o cinema frente aos demais meios de comunicação parecia evidente até o início dos anos 50, quando no sul do Brasil vivia-se a época de ouro do rádio e foi inaugurada a TV Tupi, a primeira emissora de televisão do país.

De fato, junto com o passeio ao redor da praça Pedro II, ao som dos alto-falantes, uma parcela da juventude de Teresina, capital piauiense, tinha no cinema uma de suas principais diversões na década de 40 e o *american way* vendido em cada película hollywoodiana parecia atrair a atenção de jovens e moças da época.

Entre os anúncios de jornais sobre filmes em cartaz nos cinemas da cidade da época, era possível encontrar a propaganda de lojas especializadas em produtos de beleza, prometendo verdadeiros milagres estéticos para as consumidoras, como faz crer a nota “De Hollywood para você...”:

Senhorita:

Quer ser bela como as estrelas do cinema?

Então não vacile... Deixe de usar esses cosméticos que não lhe recomendam bem. Aproveite a experiência das artistas da tela.

Os produtos de beleza da “MAX FACTOR”, mundialmente famosos, acabam de ser recebidos diretamente de Hollywood, Califórnia, pela campeã das novidades, a Casa Edilberto Martins, à rua Senador Pacheco, nº 733, nesta cidade. [...]”¹¹

A publicidade da loja de cosméticos seguia descrevendo os benefícios de dois produtos: um pó que corrigia imperfeições da pele e a daria “maciez do veludo” e um batom “essencial para atração de uma boca bonita”. E o anúncio publicitário arrematou, com a mesma estratégia persuasiva, utilizando as palavras mágicas de um herói das telas, Ali Babá:

[...] Faça, sem demora, uma visita à Casa Edilberto Martins, onde encontrará todos os produtos de MAX FACTOR, o mago da “maquillage” perfeita das estrelas de Hollywood, que faz desfilar pela tela as mulheres mais encantadoras do mundo.

Seja uma delas!...

¹⁰ *Idem, Ibidem.*

¹¹ *Diário do Piauí*, ano 5, n.31, 23 jul 46, p.33

Agora não há mais dificuldades. Vá hoje mesmo à Casa Edilberto Martins e faça seu “make-up” perfeito.

Os produtos “MAX FACTOR” serão o “Abre-te Sésamo de sua felicidade e encanto pessoal!”¹²

A grande quantidade de anúncios de jornais da década de 40 sobre os filmes em cartaz, a grande maioria estrangeiros¹³, induz a pensar que a tela grande realmente atraía grande interesse da parcela da população que poderia pagar pelo ingresso no cinema. Isso parecia reforçar a reflexão da Igreja em ver o cinema como meio de comunicação preponderante até ali.

A propaganda sobre filmes em cartaz, é importante dizer, não era veiculada apenas nos jornais. A Rádio Difusora (a primeira emissora teresinense) e os serviços de alto-falantes (conhecidas ainda por amplificadoras) também divulgavam a programação dos cinemas, sendo que um deles tinha até quadro de resenhas de obras cinematográficas, como afirma Said, ex-locutor da Rádio Amplificadora Teresinense e posteriormente um dos maiores nomes da comunicação no Piauí:

[...] Na arte de fazer propaganda, em fazer com que os outros se divertissem, ficassem alegres, a gente até (fazia) crítica de cinema: “Hoje no Teatro 4 de Setembro vai passar o filme tal. Olha esse filme é bom, é filme cômico, é filme de guerra, é comédia, é melodrama”. “Olha hoje no Rex vai passar um filme tal” [...].¹⁴

O gosto popular pelo cinema preocupava seriamente os que faziam a Igreja Católica em Teresina, naquele momento. O jornal “O Dominical”, semanário oficial do clero no Piauí, era o instrumento de contrapropaganda das idéias passadas na maioria das películas que passavam pela cidade, o qual combatia também a moda que se disseminava através das atrizes hollywoodianas.

O próprio ambiente do cinema, escuro e, portanto, propício para troca de carícias entre casais, era tido como mundano pelo clero. Da mesma forma, às

¹² *Idem, ibidem.*

¹³ Em 1941, surge no Brasil a companhia de cinema Atlântida, que impulsiona a produção cinematográfica local. Muitos filmes eram estrelados por artistas consagrados no rádio, como o média-metragem *Astros em Revista*, que contava com apresentação musical de Emilinha Borba, Luís Gonzaga, dentre outros. Ver. GONTIJO, Silvana. *O livro de ouro da comunicação*. Rio de Janeiro, Ediouro, 2004. p. 394.

¹⁴ SAID, Carlos. *Depoimento cedido a Daniel Solon, em 4 de janeiro de 2005.*

mulheres era repudiada a prática de passear nas ruas e nas praças – justamente os espaços onde funcionavam os serviços de alto-falante – assim como não eram recomendadas as festas noturnas em clubes. Para a igreja, definitivamente, tais lugares eram impróprios para os rapagões católicos encontrarem as futuras esposas, conforme a nota “Jovens que procurais uma noiva...”:

Não a procureis nos lugares mundanos, nos cinemas e nos salões de baile.
Não a procureis entre as moças decotadas que se acham sempre nas ruas, como para pôr-se à venda e lograr algum estúpido.
Procurai a vossa esposa entre as jovens laboriosas, virtuosas, retiradas que têm bom senso e, sobretudo, que têm religião, porque a religião é a base da felicidade nesta e na outra vida.¹⁵

Aparentemente, a nota acima transcrita havia sido dirigida aos moços católicos. No entanto, o texto foi publicado na Página Feminina, uma seção fixa do jornal *O Dominical* onde eram difundidos valores a serem seguidos pelas moçoilas. Um espaço no qual o papel social da mulher era claramente definido. A intromissão em assuntos tidos como privativos da esfera masculina – dentre eles, a política – era fortemente combatida em *O Dominical*. A não obediência aos afazeres do lar eram causadores de feiúra moral, como aponta o texto “Quando é mais feia a mulher”:

É feia a mulher, quando fala demasiadamente.
Mais feia, quando ri por ostentação.
Muito mais feia, quando na igreja olha para trás para ver o que se passa.
Pior, quando se ocupa de assuntos políticos.
Atroz, quando se ocupa em falar mal dos conhecido (sic).
Horrível, quando não observa na rua circunspeção de vida.
Catástrofe, quando, presunçosa, crê que só ela há de ser preferida em tudo.
Terremoto, quando descuida dos seus deveres domésticos, para cuidar, como um ídolo, de sua beleza sempre efêmera, sem lembrar de que essa vida é passageira e deve ser uma preparação para a eternidade.¹⁶

A Igreja não se preocupava somente com o que era projetado no cinema. As próprias salas de exibição eram vistas como um ambiente perigoso que possibilitava, às escuras, transgressões da ordem e costumes impostos à época. Outro fator que preocupava o clero era dificuldade de controle sobre o conglomerado

¹⁵ *O Dominical*, ano XIV, 10 dez 1950, n.49, p.3

¹⁶ *Idem, ibidem.*

de jovens em cines, cujos prédios mundanos avizinham-se com outros monumentos sagrados da cidade.

[...]Estas nossas observações são tanto mais graves por falar uma representação de cinema não a pessoas separadas, e sim a grandes reuniões, e isto em condições de lugar e tempo que podem levar a um entusiasmo depravado, como também a um ardor ótimo; entusiasmos que pode chegar a uma louca e geral concitação, que pela experiência tão bem conhecemos.

[...] As figuras cinematográficas são mostradas a pessoas sentadas em meia-escuridão e cujas faculdades mentais, e mesmo forças espirituais, estão frequentemente descontroladas. Não é necessário ir longe para encontrar essas salas; estão em geral ao lado das casas, das igrejas e dos grupos escolares, levando assim o cinema ao meio da vida a sua influência suma e suma importância.[...]¹⁷

Nitidamente influenciados pela Vigilanti Cura, os cronistas de *O Dominical* atacavam a utilização do espaço do cinema, bem como o escuro de algumas ruas, por aqueles que buscavam fugir do controle visual da Igreja para troca de carinhos mais ousados. Para o clero, os casais que se comportavam como “pombinhos” nas salas de projeções contribuíam para o desprestígio e perda da pureza da mulher.

[...]Estas leviandades de toda hora que aí vemos por ruas e praças, casaisinhos em arrulhos por becos escuros e em estradas alta hora da noite, estas incríveis e despudoradas atitudes dos Pombinhos em cinemas e nas trevas, as liberdades dos pares de namoradinhos por aí afora, isto é amor?! Nunca! É o desprestígio e o desrespeito da mulher, o tûmulo da pureza e a mais desastrosa preparação para o matrimônio[...]¹⁸

Assim, a Igreja travava uma ferrenha luta contra obras cinematográficas consideradas imorais, alertando os católicos sobre o perigo que representavam certos filmes à família e aos bons costumes. O jornal *O Dominical*, no entanto, ia além da crítica às películas que o rebanho não poderia ver. Mais importante do que combater a chamada Sétima Arte, era mais que urgente arrebatá-la para o lado cristão, como sugere a nota intitulada “Se não conquistarmos o cinema, vão ser todo o nosso apostolado”:

Qualquer que seja o valor de todas as outras atividades apostólicas, quaisquer que sejam os projetos da Ação Católica, se não conquistar o cinema, estéril será nosso apostolado.

¹⁷ VIGILANTI CURA, *op. cit.*

¹⁸ BRANDÃO, Ascânio. É pecado namorar? *O Dominical*, ano XIV, 19 nov 1950, n.46, p.3

Como campos preferidos da atividade católica, sempre se assinalaram a escola e a imprensa. Hoje se tem acrescentado as obras sociais. Porém a escola, imprensa, e sociologia passaram à retaguarda, ante o cinema que em pouco tempo se adiantou imensamente entre os demais meios de conquista. Quanto se ensine nas escolas, quanto se defenda ou se propague no livro ou no periódico, quanto se organize no campo social, o cinema contrário o esteriliza.¹⁹

A referida nota diz mais do que a importância do cinema como forma de conquista. Ela acaba mostrando ainda que, até aquele momento, a igreja no Piauí poderia até ver a radiodifusão um importante meio de comunicação e persuasão, mas a supremacia entre os meios de comunicação para formar opinião era do cinema, arma moderna que deveria ser empunhada em defesa dos valores católicos. A vigilância, no entanto, continuava firme contra obras escritas ainda no século XIX, como o romance “Os miseráveis” (1862), que estariam no índice de livros proibidos pela Igreja, cuja leitura seria “pecado mortal” (Figura 01)

A mudança de foco da Igreja com relação aos meios de comunicação se deu nos anos seguintes, sobretudo na segunda metade da década de 50, quando evidenciou-se a necessidade de se investir com mais profundidade no rádio. Isso não quer dizer que, até o início da década em questão, o clero piauiense desprezasse oportunidades para ocupar espaços na única emissora local, competindo assim com marchas de carnaval e músicas de duplo sentido, tão condenadas pela Igreja. O meio radiofônico era visto ao mesmo tempo como algo profano e sagrado, pelo Vaticano.

Segundo Lima:

[...] o rádio só era visto pela igreja como “sagrado” quando levava ao ar programas de cunho católico. Quanto aos programas ditos não católicos, eram vistos como uma ameaça à moral cristã e aos bons costumes da sociedade, sendo considerados como instrumentos que desvirtuam a sociedade por serem pouco educativos e culturais.²⁰

¹⁹ *O Dominical*, ano XIV, 24 set 1950, n.38, p.4

²⁰ LIMA, Nilsângela Cardoso. ZQY-3: *No ar, a primeira rádio teresinense*. 2002, p. 60. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Licenciatura Plena Em História) - Universidade Federal do Piauí.

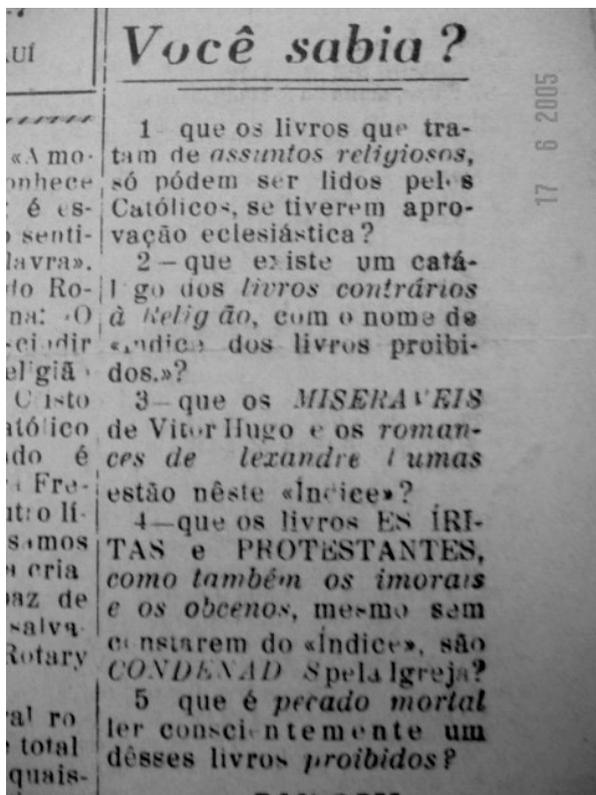


Figura 01: Foto do jornal “O Dominical”: Ano XII, 22 de agosto de 1948.

Já em 1951, a igreja no Piauí lança o “Programa Católico Radiofônico” sob a orientação do arcebispo D. Severino, sendo irradiado às quintas-feiras das 20h às 20h30 diretamente do estúdio da Rádio Difusora, dando notícias e avisos sobre as atividades destinadas aos católicos, assim como números musicais cristãos. O programa inaugural aconteceu no dia 19 de abril, no Paço Episcopal por D. Severino, e tinha “óbvia a finalidade de levar através de um meio moderno [...] aos lares católicos a doutrina cristã [...] para desapaganizar o que de pagão se verifica infelizmente na sociedade hodierna”.²¹

Enquanto o clero no Piauí começava a explorar as ondas da rádio Difusora, inaugurada em 1948, em outros centros urbanos mais desenvolvidos, como São Paulo e Rio de Janeiro, a Igreja já começava a se preocupar também como outra tecnolo-

²¹ *Idem, ibidem.*

gia, a televisão, que no Brasil nasceu como um “subproduto do rádio”,²² ao empregar inicialmente a mesma linguagem e fazer uso dos mesmos artistas. A preocupação do clero local era com a programação pagã no rádio e também com o avanço do protestantismo, que também utilizava espaço na Difusora. O programa radiofônico dos protestantes era expressamente proibido aos católicos, em *O Dominical*.²³

Com o decorrer dos anos, percebendo não só a grande importância do cinema como meio de comunicação, o Vaticano passou a discutir com mais profundidade sobre a necessidade de utilização de rádio e da televisão, assim como a tarefa urgente de tentar controlar o conteúdo de tais mídias.

A igreja estava em guerra, portanto, contra a doutrina marxista, contra o materialismo histórico e a influência da revolução bolchevique de 1917, na Rússia, vista como nação propagadora do ateísmo. A guerra também se dava contra a indústria do cinema e as emissoras de rádio não católicas, que veiculavam produtos considerados nocivos à moral e à fé cristãs, ou que divulgassem outras religiões. E se havia guerra, era necessário usar “armas modernas” para combater o inimigo:

Novos tempos requerem novos homens. Novas lutas, novos equipamentos. Para novas guerras exigem-se novas armas. A época do arco, da flexa e do bodoque já passou! Para inimigos modernos, estratégia moderna! A cavalaria da velha guarda recua. As ligeiras tropas de choque avançam céleres. Assim será na ação católica, que requer táticas e estratégias modernas. Novos adversários só poderão ser silenciados com baterias modernas que esteja à altura do agressor. Sus, pois, à ação católica com armas modernas! Uma das mais prestigiosas armas modernas, é, dúvidas não haja, a imprensa católica, arma de precisão e de grande eficiência!...²⁴

Como reflexo dos debates internos da Igreja em âmbito internacional, em outubro de 1956 foi realizada em Teresina a Conferência dos Bispos da Província Eclesiástica do Piauí, já sob o comando do arcebispo Dom Avelar Brandão Vilela. Dentre os temas debatidos no evento, constava a “Formação da opinião pública através dos agentes de publicidade – Imprensa, Cinema, Rádio, Teatro e Televisão”.²⁵ É curioso destacar que os sinais de televisão no Piauí só chegaram

²² GONTIJO, Gontijo. *Op. cit.*, p. 415.

²³ *O Dominical*, Teresina, p.1, 7 set 1952.

²⁴ BENVINDO, Frei Destêfani. *Armas modernas!...* *O Dominical*, Teresina, p.1, 18 jul 1948.

²⁵ O DIA. Teresina, p.3, 14 out 1956.

com qualidade a partir da década de 70, mas mesmo assim tal meio de comunicação foi discutido na conferência.

No ano seguinte, o Vaticano lançou a encíclica *Miranda Prorsus*. No documento, Pio XII dava uma nova orientação para os católicos no que se refere aos principais meios de comunicação na ordem de importância para a Igreja até aquele momento: o cinema, o rádio e a televisão.

A *Miranda Prorsus* era bem enfática para mostrar o grau de interesse da Igreja em ter nas próprias mãos os meios de comunicação de massa, para propagação de sua doutrina. O Vaticano não achava apenas que tinha o direito de obter concessões na radiodifusão. O discurso, na verdade, era de que o poder público tinha a obrigação de liberar os canais que fossem necessários para a Igreja Católica, como se ressuscitasse a teoria do direito divino:

A Igreja, depositária da doutrina da salvação e dos meios de santificar, goza do direito inalienável de transmitir as riquezas que lhe foram confiadas por disposição divina. A tal direito corresponde, por parte dos poderes públicos, o dever de lhe tornar possível o emprego das técnicas de difusão. Os fiéis, conhecedores do inestimável dom da Redenção, não se devem poupar a esforços a fim de a Igreja poder servir-se das invenções técnicas e usá-las para a santificação das almas.²⁶

A mesma encíclica trouxe ainda o tema de utilização dos meios de comunicação para a educação das massas, que não deveria estar desassociada da doutrina católica, algo que deve ter influenciado profundamente o clero piauiense no projeto de criação da Rádio Pioneira de Teresina, inaugurada em 1962.

O mesmo se pode dizer e com mais razão do ensino, ao qual o filme didático, o rádio e mais ainda a televisão escolar, oferecem possibilidades novas e inesperadas, e não só para os jovens mas também para os adultos. Todavia a utilização no ensino destas novas e prometedoras técnicas, não deve opor-se aos imprescritíveis direitos da Igreja e da família no campo da educação da juventude. Em especial ousamos esperar que as técnicas de difusão, - quer estejam nas mãos do Estado, quer se encontrem confiadas à iniciativa particular - não se venham nunca a tornar responsáveis dum ensino sem Deus.²⁷

²⁶ MIRANDA Prorsus. Disponível em: http://www.vatican.va/holy_father/pius_xii/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_08091957_miranda-prorsus_po.html. Último acesso em 23 abril 2006.

²⁷ MIRANDA Prorsus, *Op. cit.*

A preocupação com a educação das massas por parte da Igreja e a utilização dos meios de comunicação para tal fim refletiam as mudanças que estavam sendo geradas no interior da Igreja, culminando em ações práticas em prol dos setores mais pobres da sociedade, sobretudo a partir da realização do Concílio Vaticano II, “aberto pelo papa João XXIII em 1962 e encerrado em 1965”.²⁸

De acordo com José Maria Vieira de Andrade,

Na passagem do final dos anos 50 para os anos 60 do século XX, num contexto de grande efervescência em quase todos os setores sociais, a Igreja Católica passou por processos de mudanças na sua organização em suas bases ideológicas, as quais tinham por fundamento a tentativa da instituição de reaver o seu próprio papel social.²⁹

Na verdade, a Igreja se viu também pressionada a mudar de postura como reação ao crescimento da ideologia socialista, de distribuição de renda e erradicação da pobreza, sobretudo depois do final da Segunda Guerra Mundial. No Brasil, o resultado do pensamento mais alinhado à classe menos favorecida foi a criação do Movimento de Educação de Base (MEB), que teve estreita ligação com a proposta de instalação de escolas radiofônicas através da Rádio Pioneira de Teresina.

[...] Os católicos decidiram investir na criação de vários movimentos direcionados à área educativa e de cultura popular, entre os quais se destacou o MEB, fundado por meio de uma parceria entre a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), sua mentora e organizadora, e o Governo Federal, na condição de financiador.³⁰

A criação da Rádio Pioneira de Teresina impulsionou o trabalho da Igreja em utilizar os meios de comunicação a favor da evangelização e da propagação dos dogmas católicos no Piauí. A emissora se consolidou no Piauí ao ir além do trabalho religioso, investindo no rádiojornalismo, na prestação de serviços e em programas musicais.

²⁸ NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *História e Memória da Rádio Pioneira de Teresina*. Teresina: Alínea Publicações Editora, 2004, p. 47.

²⁹ ANDRADE, José Maria Vieira de. *Pelas ondas da Rádio Pioneira de Teresina: história, sociedade e cultura em sintonia*. Monografia (Licenciatura Plena em História), Teresina, UFPI, 2005, p. 45.

³⁰ *Idem, ibidem*.

Conclusões

Ao longo deste artigo, através da análise de documentos do Vaticano (encíclicas, cartas, mensagens), da leitura da imprensa católica (jornal O Dominical), assim como de outros jornais, mostrou-se como a Igreja Católica ajustou discursos e práticas em torno dos meios de comunicação, da década de 30 a 50 do século passado, dentro do contexto da inauguração da primeira emissora de rádio de Teresina. Diante dos avanços das tecnologias, inicialmente vistos como ameaças à fé cristã, a Santa Sé passou não só a lutar pelo controle do que era veiculado nos meios de comunicação, mas também produzir os conteúdos, utilizando a imprensa católica, o rádio e o cinema, este último, sendo considerado, por algum tempo, o mais poderoso veículo de propagação pela Igreja. Os documentos analisados para construção deste artigo conceberam mais elementos para se compreender o processo de utilização e controle dos mais variados meios de comunicação, tais quais os conhecemos hoje, pelas mais variadas religiões no País.

“Alegria delirante” com o noticiário internacional: a rendição da Alemanha nas páginas dos jornais brasileiros”

Edvaldo Correa Sotana*

Alguns estudiosos debateram aspectos da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial. Dentre os temas abordados, enfocaram o impacto provocado pela luta contra a Alemanha nazista sobre a continuidade do Estado Novo. Diversos autores argumentaram, inclusive, que a aproximação da vitória aliada sobre as forças nazifascistas contribuiu para o enfraquecimento da censura e para o esfacelamento da ditadura varguista. No entanto, a historiografia pouco analisou a maneira como os jornais brasileiros noticiaram o desfecho do conflito travado no continente europeu. Partindo dessa constatação, é objetivo central deste artigo analisar o material jornalístico referente ao fim da guerra no continente europeu, especialmente as publicações sobre as comemorações iniciadas no Brasil, sem, é claro, desconsiderar a posição editorial assumida pelos jornais *O Estado de S. Paulo*, *Folha da Manhã*, *Diário de S. Paulo*, *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil*.

Palavras-chave: Imprensa escrita, Segunda Guerra Mundial, Estado Novo.

Some researchers have discussed aspects of Brazilian participation in the Second World

O vento da morte e da ignomínia soprou por sobre a terra. Mas não derrubou as grandes árvores. A Inglaterra, embora cambaleante, não estava vencida, os Estados Unidos compreendiam a realidade dos fatos, o Brasil colocava-se ao lado das democracias. No torvelinho da incerteza distinguiu-se, nos primeiros tempos, os principais esteios da liberdade e que seriam os alicerces da futura vitória (*O Estado de S. Paulo*, 08/05/1945, p. 01).

Alguns pesquisadores estudaram aspectos da participação brasi-

* Professor Adjunto – UFMS/ Campus de Aquidauana. Doutor em História – UNESP/

War. Among the topics discussed, focused on the impact caused by the struggle against Nazi Germany about the continuity of the Estado Novo at Brasil. Authors argued, also, that the approximation of the victory about Nazi forces contributed to the weakening of censorship and the disintegration of the Vargas dictatorship. However, little historiography examined how Brazilian newspapers reported the outcome of the conflict fought in the European continent.

So, objective of this article is to analyze the journalistic texts about the war ended in the European continent, especially the publications about the celebrations started in Brazil and the editorial position of newspapers *O Estado de S. Paulo*, *Folha da Manhã*, *Diário de S. Paulo*, *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil*.

Keywords: Newspapers, Second World War, Estado Novo

leira na Segunda Guerra Mundial. Seitenfus¹, Cytrynowicz², Ferraz³ e Santos⁴ produziram trabalhos voltados para a temática. O assunto foi também abordado de forma breve e pontual por autores interessados em outros objetos de estudo.⁵

Um breve levantamento bibliográfico pode, igualmente, apontar uma tese instigante. Pesquisas acadêmicas relacionaram a opção do governo brasileiro de lutar ao lado das nações democráticas e contra as forças do Eixo (Alemanha, Itália e Japão), durante a Segunda Guerra Mundial, às dificuldades para a manutenção do Estado Novo.

Antônio Mendes de Almeida Júnior, por exemplo, demonstrou que a entrada do Brasil na guerra “estabeleceu uma visível contradição no interior da política brasileira”. Segundo o autor, a decisão abriu possibilidades para questionar: “Como iríamos lutar contra a opressão e a ditadura na Europa, enquanto aqui mesmo, dentro de nossas fronteiras, vivíamos uma situação semelhante, com prisões, torturas, deportações, censura à imprensa, partidos políticos proibidos, etc?”⁶

¹ SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. *O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos: o processo do envolvimento brasileiro na II Guerra Mundial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985.

² CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. 2. ed. São Paulo: Geração Editorial, 2002.

³ FERRAZ, Francisco. *Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

⁴ SANTOS, Luciana Ibarra dos. *Há algo de novo no front: a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Porto Alegre, 2006. 125 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul, 2006.

⁵ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Os arautos do liberalismo: imprensa paulista (1920-1945)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989; ALMEIDA JÚNIOR, Antônio Mendes. Do declínio do Estado Novo ao suicídio de Getúlio Vargas. In: FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira: sociedade e política*. 2. ed. v. 3. São Paulo: Difel, 1983 e D'ARAÚJO, Maria Celina de. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

⁶ ALMEIDA JÚNIOR, Antonio. *Op. cit.*, p. 228.

Ao apresentar o livro *Repensando o Estado Novo*, fruto do Seminário intitulado *Estado Novo: 60 anos*, realizado no Rio de Janeiro entre 03 e 06 de novembro de 1997, Dulce Pandolfi ressaltou que o envolvimento brasileiro na luta contra o nazifascismo “contribuiu para o enfraquecimento do regime” estadonovista. E indagou: “Como justificar a manutenção da ditadura, se soldados brasileiros lutavam na Europa em prol da democracia?”⁷

É preciso, no entanto, considerar a ponderação feita por Maria Celina D’Araújo:

Um ponto sempre questionado é de que forma o resultado da guerra determinou o fim do Estado Novo. Para muitos, uma ditadura que apoiava democracias estaria fadada a acabar — afinal, o ditador e o país haviam se empenhado no conflito em nome da democracia. Mas os fatores externos não explicam tudo.⁸

Aos poucos, fissuras começavam a ser abertas na ditadura varguista e ganhava corpo um movimento “pouco ruidoso, mas eficaz no sentido de questionar as bases do regime”.⁹ Contudo, os opositores não formaram um bloco único e coeso. Ao contrário, setores diversificados, e muitas vezes desarticulados, manifestavam posição contrária ao regime varguista. Além disso, as dificuldades para organização de um movimento contestatório aumentavam em função das arbitrariedades promovidas durante o Estado Novo. As inúmeras prisões e os exílios certamente dificultavam a instauração de um movimento de resistência à ditadura varguista.¹⁰

Ainda assim, parece possível pontuar alguns momentos que abalaram os alicerces do regime. Em 1942, por exemplo, o *Manifesto dos Mineiros* defendeu a volta do país à normalidade democrática. No ano seguinte foi criada a Sociedade Amigos da América, entidade integrada por militares de alta patente e com a preocupação de lutar contra as doutrinas fascistas europeias ou nacionais. Em 1943, a União Nacional dos Estudantes, a Liga de Defesa Nacional, a Sociedade Amigos da América e os bancários organizaram a Semana Antifascista.¹¹

A partir do segundo semestre de 1944, o avanço das tropas aliadas e a iminência de derrota do nazifascismo europeu coincidiram com os sinais de esgo-

⁷ PANDOLFI, Dulce. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1999, p. 11.

⁸ D’ARAÚJO, Maria Celina. *Op. cit.*, p. 56.

⁹ *Idem, ibidem*, p. 57.

¹⁰ ALMEIDA JÚNIOR, Antonio. *Op. cit.*

¹¹ *Idem, ibidem*.

tamento político do Estado Novo. A cristalização de grupos de resistência ao regime, a atitude de correntes políticas opositoras em indicar o nome do brigadeiro Eduardo Gomes, em outubro daquele ano, como candidato à sucessão de Vargas, a realização do 1º Congresso Brasileiro de Escritores, em janeiro de 1945, clamando por liberdade de expressão e pelo sufrágio universal, e, no mês seguinte, a entrevista concedida por José Américo de Almeida exigindo eleições livres e exaltando a candidatura de Eduardo Gomes à presidência da República, podem ser considerados acontecimentos que indicaram o abrandamento da censura e contribuíram para o enfraquecimento do próprio regime¹².

Se, por um lado, a historiografia tem debatido as consequências da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial para a manutenção do Estado Novo, por outro lado é preciso considerar os acontecimentos internos que contribuíram para o fim da ditadura varguista. Nessa perspectiva, pode-se tentar compreender a posição assumida e os expedientes utilizados pela imprensa escrita brasileira para tratar de um acontecimento internacional como o desfecho da segunda conflagração mundial.

Tem-se como hipótese que alguns jornais — *O Estado de S. Paulo* (OESP), *Folha da Manhã* (FM), *Diário de S. Paulo* (DSP), *Correio da Manhã* (CM) e *Jornal do Brasil* (JB) — descreveram as comemorações realizadas em território brasileiro, motivadas pela rendição da Alemanha, e aproveitaram para emitir opinião sobre temáticas caras ao governo ditatorial de Getúlio Vargas, isto é, informaram sobre o júbilo que tomou conta da multidão nas ruas e discutiram temas como liberdade e democracia num momento de crise do Estado Novo.

Estado Novo e imprensa escrita

É possível observar que os meios de comunicação ostentaram um “novo papel” no período do Estado Novo¹³. De forma inédita na história republicana do Brasil até aquele momento, os ideólogos do regime montaram uma estrutura para

¹² FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 35-39.

¹³ BARBOSA, Marialva. Imprensa e poder no Brasil pós-1930. *Em questão*. Porto Alegre, v. 12, n. 02, p. 215-234, jun./dez. 2006, p. 219.

realizar, sistematicamente, a propaganda do governo e, para obter legitimidade, no plano ideológico esforçavam-se para justificar a necessidade de tal expediente.¹⁴

A partir de 1939, as empresas jornalísticas e as atividades dos profissionais passaram a ser regulamentadas, vigiadas e censuradas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Além disso, Vargas procurou utilizar as ondas do rádio e as páginas dos jornais para estabelecer uma relação direta com as “massas”. Reproduzir discursos oficiais, divulgar as atividades e as qualidades do chefe do Estado Novo eram obrigações inquestionáveis para os meios de comunicação. Parecia existir “íntima relação entre censura e propaganda”. Por um lado, as “atividades de controle impediam a divulgação de determinados assuntos” e, por outro lado, “impunham a difusão de outros na forma adequada aos interesses do Estado”.¹⁵

Em certo sentido, pode-se avaliar que a ideologia estadonovista “recuperou práticas autoritárias pertencentes à tradição brasileira”. No entanto, também é preciso salientar que incorporou outras ligadas à propaganda e a educação.¹⁶

Controle, repressão, censura e manipulação dos órgãos de imprensa escrita foram marcas do regime. A situação enfrentada pelos proprietários de *O Estado de S. Paulo* ilustra, de modo lapidar, a maneira como o regime estabelecia relações com determinados periódicos. Em 1940, representantes do regime expropriaram o jornal e o converteram em órgão oficioso.¹⁷ O matutino voltou a ser comandado pela família Mesquita somente com o fim do Estado Novo.

Com muito cuidado, outro tema também deve ser abordado quando pensamos a relação dos jornais brasileiros com a ditadura varguista. É preciso registrar que a censura não atingiu todos os órgãos de forma homogênea e que alguns até colaboraram com o regime. Apesar de ter reconhecido a sua existência, Barbosa asseverou: “Ainda que tenha havido encampação de alguns periódicos, perse-

¹⁴ VELLOSO, Mônica Pimenta. Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual. In.: OLIVEIRA, Lucia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Angela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. R.J.: Zahar, 1982, p. 72-73.

¹⁵ CAPELATO, Maria Helena Rolim. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In.: PANDOLFI, Dulce. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1999, p. 174-175

¹⁶ OLIVEIRA, Lucia Lippi. Apresentação. In.: OLIVEIRA, Lucia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Angela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. R.J.: Zahar, 1982, p. 10.

¹⁷ *Idem, ibidem*.

guição de tantos outros, houve mais proximidades, acordos e relações conjuntas entre os homens de governo e os homens da imprensa do que divergências”.¹⁸

Convém salientar que os periódicos brasileiros atingidos pela ditadura não formavam um bloco homogêneo e monolítico que aceitava passivamente as arbitrariedades do regime varguista. Não se trata de negar a força da repressão mantida por mecanismos de controle, vigilância, censura e punição, mas de indicar as possibilidades e os expedientes utilizados por alguns órgãos para formular críticas ao projeto hegemônico estadonovista, ainda que de forma sutil e cuidadosa. Como acentua Tânia Regina de Luca, a pesquisa com os números da *Revista do Brasil* publicados no ano de 1944¹⁹ permitiu

divisar, ainda que de forma sutil e cuidadosa, a adoção de postura bastante crítica em relação aos caminhos seguidos pelo governo Vargas, expressa no perfil dos colaboradores e dos artigos especialmente escritos para a revista, na seleção de matérias transcritas de periódicos nacionais e internacionais, no tratamento dispensado às questões candentes do cenário externo, freqüentemente mobilizados como metáfora para criticar aspectos da situação interna²⁰.

A análise da *Revista do Brasil* levou a pesquisadora a vislumbrar “outras possibilidades abertas à ação da imprensa, a despeito da truculência e das várias estratégias de controle — mas também cooptação e sedução — articuladas pelo regime”.²¹

Portanto, o noticiário internacional produzido pela imprensa escrita brasileira abriu espaço para os jornalistas, em algumas ocasiões, transporem as barreiras da censura e questionarem as bases do projeto político-ideológico estadonovista, como sugere a cobertura jornalística sobre o fim da Segunda Guerra Mundial na Europa e o noticiário sobre as conseqüentes comemorações realizadas no Brasil.

¹⁸ BARBOSA, Marialva. *Op. cit.*, p. 220.

¹⁹ Sobre a história e as fases da *Revista do Brasil*, Tânia Regina De Luca informa: “A idéia original do lançamento coube a Júlio de Mesquita, o proprietário do jornal O Estado de S. Paulo, que se manteve à frente da publicação até maio de 1918, quando passou às mãos de Monteiro Lobato, que editou sem interrupções até a falência dos seus negócios, em 1925, totalizando 113 números. A chancela foi adquirida por Assis Chateaubriand, que a lançou em três oportunidades: de 1926 a 1927 (segunda fase, dez números); de 1938 a 1943 (terceira fase, 56 números) e em 1944 (quarta fase, três números). Acrescenta-se, ainda, o ressurgimento dos anos 1984 e 1990 (quinta fase, doze números), proposto por Darcy Ribeiro”. Consultar: DE LUCA, Tânia Regina. *Leituras, projetos e (Re)visita(s) do Brasil (1916-1944)*. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 07.

²⁰ *Idem, ibidem*, p. 11.

²¹ *Idem*, p. 264-265.

Do telegrama à transmissão rádiofônica da notícia

Em maio de 1945, o enfraquecimento do regime estadonovista era evidente.²² Naquele contexto, a notícia da vitória dos Aliados sobre os países do Eixo chegou ao público brasileiro pelas emissoras de rádio. Tanto a *Excelsior* quanto a *Cruzeiro do Sul* se beneficiaram da agilidade dos serviços prestados pela agência internacional de notícias Reuters²³, instalada na Vila Mariana, em São Paulo, num prédio pertencente à família Mesquita. Reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo* informava que a redação da agência apresentava aspecto característico de tempos de guerra. A qualquer momento poderia chegar o telegrama e, por isso, todos estavam apostos, aguardando as notas sobre a rendição da Alemanha. O momento foi assim descrito:

Precisamente às 9 e um minuto, surgiu o primeiro “flash” — o telegrama urgente. Era a notícia de rendição incondicional das forças alemãs na Noruega. A tensão nervosa contida por todos explodiu. A tradução e a redação dos telegramas foram feitas, rápidas e precisas. Os telegramas funcionaram. E a Rádio Cruzeiro do Sul entrou no ar, precedida apenas pela rádio Excelsior, com diferença mínima.²⁴

Os trabalhos prosseguiram e, em pouquíssimo tempo, outro “flash” proveniente de Londres fez com que o funcionário responsável pela tradução empali-

²² CAPELATO, Maria Helena Rolim. Propaganda política... *Op.cit.*

²³ Apesar do aumento substancial do número de trabalhos sobre a imprensa escrita brasileira nas últimas décadas, ainda são poucos os estudos relativos à produção e à veiculação do noticiário internacional nas páginas de jornais e revistas. A operação realizada pelos jornalistas para transformar telegramas em notícias e a presença das agências internacionais em território brasileiro são temas pouco pesquisados. Para mais informações, consultar BIAGI, Orivaldo. *O imaginário e as guerras da imprensa: estudo das coberturas realizadas pela imprensa brasileira da Guerra da Coreia (1950-1953) e da Guerra do Vietnã na sua chamada “fase americana” (1964-1973)*. 280 fls. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001; NATALI, João Batista. *Jornalismo internacional*. São Paulo: Contexto, 2004; PERES, Andréa Carolina Schvartz. *Enviado especial a...: uma análise antropológica da cobertura da imprensa brasileira das guerras da ex-Iugoslávia (anos 90)*. Campinas, 2005. 279 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2005 e SOTANA, Edvaldo Correa. *A paz sob suspeita: representações jornalísticas sobre a manutenção da paz mundial (1945-1953)*. Assis, 2010. 272 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2010.

²⁴ OESP. 08/05/1945, p. 10.

decesse. Como uma espécie de recompensa pela dedicação e esforço realizado durante anos, o tradutor se preparou para trabalhar no “grave e importante” telegrama. Em pouco tempo, o escritório da agência virou “um verdadeiro reboiço” e, de forma rápida, enérgica e precisa, as ordens foram dadas. A máquina da Reuters passou a emitir telegramas de forma segura, venceu todos os obstáculos e ganhou a “mais formidável corrida jornalística” daquele momento. A ocasião foi registrada como o “ponto culminante da vida” dos funcionários do escritório da Agência Reuters em São Paulo.²⁵

Porém, a notícia sobre a rendição da Alemanha não foi imediatamente divulgada. Permaneceu restrita às salas, cabines, estúdios das agências e estações de rádio à espera de uma “hora burocrática” para divulgação. Como “ninguém tinha força para contê-la”, rapidamente se espalhou das emissoras de rádio para as ruas das cidades.²⁶

Na divulgação da derrota das forças nazi-fascistas, a cobertura jornalística contou com a atuação de diversas emissoras de rádio. As *Rádios Associadas de São Paulo* informaram sobre a rendição da Alemanha e sobre o delírio coletivo que tomou conta do povo paulista depois de quase seis anos de conflito.²⁷ A boa notícia foi levada aos lares brasileiros pelas emissoras paulistas *Excelsior* e *Cruzeiro do Sul*. O jornal *O Estado de S. Paulo* chegou a registrar o papel desempenhado por uma das emissoras radiofônicas:

A Rádio Cruzeiro do Sul de São Paulo foi a segunda estação a transmitir, ontem, pelo jornal falado “Estado de S. Paulo”, a notícia do fim da guerra. Desde a primeira irradiação da notícia, a multidão começou a aglomerar-se na Praça do Patriarca, em frente aos estúdios daquela emissora, que transmitiu, durante toda a tarde, notícias, discursos e músicas nacionais de todos os países aliados, assim como uma resenha cronológica dos acontecimentos mais importantes verificados desde o começo da guerra, resenha essa coligida pelo Prof. J. Orlandi, chefe da Seção do Exterior de “O Estado de S. Paulo”.²⁸

²⁵ *OESP*. 08/05/1945, p. 10.

²⁶ *CM*. 09/05/1945, p. 14.

²⁷ *DSP*. 08/05/1945, p. 01.

²⁸ *OESP*. 08/05/1945, p. 10.

Como de praxe durante o Estado Novo, o serviço radiofônico exerceu papel central na transmissão da notícia.²⁹ Nesse aspecto, as emissoras de rádio parecem ter levado vantagem em relação à imprensa escrita por funcionarem de modo diferente no processo de produção e veiculação do noticiário, sobretudo por terem um formato que possibilita a modificação da programação diária e a inclusão de novas informações imediatamente após os acontecimentos.

Cabe registrar que certa disputa começava a ser travada pelas empresas jornalísticas. Além de estamparem suas páginas com material noticioso sobre o fim do conflito e a rendição do Reich, os diferentes periódicos competiam para demarcar a empresa jornalística mais ágil na transmissão da notícia.³⁰ Com base nas formulações teóricas de Jeanneney, importa considerar a concorrência entre os meios de comunicação social e uma espécie de “guerra” travada entre emissoras de rádio que ecoava nas páginas impressas³¹.

Publicidade da vitória: liberdade e democracia

A euforia criada pela proximidade da vitória dos Aliados não mobilizou as empresas jornalísticas apenas no momento de transmissão do noticiário, mas também na veiculação de anúncios publicitários. Pouco frequentes durante o conflito, anúncios com a temática da paz ganharam espaço nas páginas dos jor-

²⁹ É preciso lembrar que as emissoras de rádio foram armas muito utilizadas durante o Estado Novo. Os homens do regime usavam os meios de comunicação para legitimar o Estado Novo e conquistar o apoio dos trabalhadores à política varguista. Para isso, imprensa escrita e rádio foram os meios de comunicação mais utilizados (CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Propaganda...*, *op. cit.*, 1999). Somente décadas mais tarde as emissoras de televisão ganhariam destaque entre os meios de comunicação de massa. No período do Estado Novo, o contato com a televisão ainda era muito prematuro, fruto de situações específicas e restrito a determinadas regiões do Brasil. Em junho de 1939, por exemplo, os cariocas conheceram a televisão graças à Exposição de Televisão, evento realizado durante a Feira de Amostras do Rio de Janeiro. Na ocasião, o aparelho foi utilizado como peça de propaganda do Estado Novo. Consultar: Busetto, Álvaro. Em busca da caixa mágica: o Estado Novo e a televisão. In.: *Revista Brasileira de História*. São Paulo. V. 27, n. 54, p. 177-196, 2007.

³⁰ *OESP*. 06/05/1945, p. 08 e 16; 09/05/1945, p. 01; *FM*. 01 e 09/05/1945, p. 01; *JB*. 04 e 08/05/1945, p. 07; *CM*. 06, 08 e 09/05/1945, p. 01.

³¹ JEANNENEY, Jean-Nöel. *Uma história da comunicação social*. Lisboa: Terramar, 1996.

nais em meados de 1945. Antenadas com a relevância do acontecimento, algumas empresas veicularam peças publicitárias nas páginas impressas. A empresa de capitalização Prudência, por exemplo, aproveitou o momento para fazer uma breve alusão à possibilidade de a paz voltar “a reinar sobre a terra”.³²

Já o Curtume Santo André congratulou os “clientes e amigos pelo fim da conflagração mundial”³³. Por sua vez, a Coca-Cola Refrescos ofereceu “um milhão de melodias” no Programa da Vitória, na *Rádio Record*, às 21h35min. Conforme o anúncio, a “Canção do soldado”, “os hinos da América” e “Deus salve a América” poderiam ser apreciadas pelos ouvintes.³⁴ A companhia de seguros Vitória saudou seus amigos e clientes no Dia da Vitória.³⁵

A paz não foi o único tema em voga na propagada impressa. A liberdade também foi tema de anúncio publicitário. A associação entre o Dia da Vitória, paz, liberdade e o nascimento de uma “nova era” foi o mote da propaganda comemorativa dos 30 anos da Texaco no Brasil. O texto do anúncio é bastante sugestivo:

LIBERDADE! PAZ! Uma nova era que se inicia, um novo mundo que nasce! Entre as celebrações da vitória, voltemos o pensamento para os que a conquistaram. E adotemos como palavra de ordem: construir! Para sobreviver e para merecer da paz que com seu sangue e sua vida alcançaram os soldados, marinheiros e aviadores do Brasil — sentinelas avançadas da civilização. Trabalhe-mos com afã e confiança, com plano e consciência, sem esmorecer. Por um só ideal — consolidar a paz! E pela decisão universal de eliminar para sempre a ameaça de qualquer guerra!³⁶

A *Rádio Difusora* aproveitou o momento para divulgar o programa intitulado “O que vai pelo mundo – resenha radiofônica dos acontecimentos da atualidade”. Com o título “No lar... na escola... na trincheira... na fábrica... todos lutam pelo mundo de amanhã!”, a peça publicitária registrou a existência de “um front em toda parte”. Por fim, indicou que “a luta pela democracia” poderia ocorrer em qualquer lugar.³⁷

³² *CM*. 08/05/1945, p. 03.

³³ *OESP*. 08/05/1945, p. 03.

³⁴ *FM*. 10/05/1945, p. 01.

³⁵ *OESP*. 08/05/1945, p. 13.

³⁶ O interessante é que a mesma peça publicitária foi publicada em dois periódicos concorrentes: *OESP*. 08/05/1945, p. 13 e *FM*. 10/05/1945, p. 09.

³⁷ *FM*. 15/05/1945, p. 02.

No entanto, a atuação das emissoras de rádio e a inserção dos anúncios publicitários não foram os únicos registros ligados aos acontecimentos internacionais de início de maio de 1945. Conforme as publicações impressas, a possibilidade de estabelecimento da paz mundial mobilizava a população brasileira. Com o Dia da Vitória e a transmissão da notícia pelas emissoras de rádio, os brasileiros encheram as ruas das cidades para comemorar a rendição da Alemanha nazista.

A celebração do “Dia da Vitória”

Assim que as notícias radiofônicas foram transmitidas, diversas cidades brasileiras se transformaram em palco de efusivas manifestações populares para comemorar o “Dia da Vitória”, sendo que a imprensa não deixou de reportá-las em suas páginas.³⁸

Com a notícia, as atividades dos estabelecimentos comerciais e das repartições públicas foram paralisadas na cidade de São Paulo. Aos poucos, cerca de 80 mil pessoas se reuniram na Praça da Sé. Logo pela manhã, um comício foi organizado e diversos oradores se revezaram para celebrar a rendição da Alemanha. No mesmo local foram realizadas cerimônias religiosas em ação de graças pela paz. Nas ruas lotadas, homens, mulheres e crianças manifestavam seu caloroso contentamento pela notícia tão esperada. Com “alegria delirante”, o povo paulista festejou a rendição das forças alemãs e a chegada da paz na Europa, lotando as ruas centrais da cidade para receber “ruidosamente” o final do conflito, espalhar “milhões de pedacinhos de papel, à moda novayorkina”, criando, assim, um “ambiente colorido e entusiástico”. Os manifestantes conduziam bandeiras e dísticos dando vivas às Nações Unidas e aos líderes das “grandes potências que esmagaram definitivamente as últimas forças nazi-fascistas”. Nesse clima, a notícia da rendição incondicional da Alemanha “inflamou a alma popular” e, aos poucos, atingiu as “proporções de um verdadeiro delírio”. Num autêntico carnaval, os anônimos se misturavam para vibrar e saudar intensamente o surgimento de um mundo novo. As manifestações populares atingiram seu auge no período da tarde, quando se realizou “grande comício e passeata” no centro da cidade. De forma ininterrupta, os festejos foram até as últimas horas da madrugada.³⁹

³⁸ As comemorações foram tema central de reportagem fotográfica de David Nasser publicada na revista *O Cruzeiro* de 12/05/1945, p. 09-17.

³⁹ *FM*. 08/05/1945, p. 01; *OESP*. 08/05/1945, p. 01, 04 e 18; 04; 09/05/1945, p. 01; *DSP*. 08/05/1945, p. 01.

A espontaneidade das manifestações populares nas ruas da capital paulista foi registrada pelo *Diário de S. Paulo*: “o mais notável é que nenhum órgão, oficial ou privado, teve a presunção de dirigir ou orientar as comemorações, pois elas foram espontâneas e livres, emergindo ao sabor das circunstâncias em plena rua”.⁴⁰

As comemorações também atingiram as ruas da capital federal. No Rio de Janeiro, os órgãos impressos noticiavam que o júbilo pela rendição da Alemanha tomou conta da Avenida Rio Branco e de outras ruas centrais da cidade. Nelas, o povo dava expansão à sua alegria, pois homens e mulheres de todas as condições e de todas as classes sociais começavam a festejar o fim da carnificina na Europa e a perspectiva de regresso “à pátria dos milhares de brasileiros que foram pelear no solo da Itália pela causa da liberdade e da democracia”. Desse modo, o Dia da Vitória comportava tanto “a pompa das marchas triunfais e os cantos patrióticos” quanto o “choro do homem do povo, feliz porque o reino da paz voltou enfim a seus lares”. Pairava a esperança de que das “tremendas calamidades da guerra” sairia um mundo “melhor e mais feliz”.⁴¹ A alegria imperava nas ruas da cidade e “entre espoucar de foguetes e estouros de bombas”, o povo se agitava “dando livre expansão ao seu contentamento”.⁴²

Já nas primeiras horas da tarde, quase todo o comércio fechou as portas, possibilitando que os funcionários tomassem “parte nas demonstrações de regozijo”. O cenário para receber os manifestantes havia sido preparado pela prefeitura na noite anterior. Em pontos estratégicos, alto-falantes foram distribuídos para agitar a massa. A Avenida Rio Branco foi cuidadosamente decorada com bandeiras das Nações Unidas. Nela, estudantes do Colégio Pedro II realizaram “vibrante passeata”. Da Avenida Rio Branco, “numerosa massa popular” decidiu rumar para o Palácio do Catete para “homenagear” o presidente Getúlio Vargas. Da sacada do palácio, Vargas registrou “viva ao povo”, ouviu o hino nacional

⁴⁰ DSP. 08/05/1945, p. 01.

⁴¹ CM. 08/05/1945, p. 14. A qualidade da cobertura realizada pelos jornais cariocas foi reconhecida por parte da imprensa paulista. *O Estado de S. Paulo* ressaltou que os jornais cariocas produziram edições extraordinárias com a notícia que “inflamou a alma popular” e, desse modo, contribuíram para a “indescritível alegria” que imperou nas ruas da capital brasileira (*OESP*. 08/05/1945, p. 18).

⁴² FM. 08/05/1945, p. 01; *OESP*. 08/05/1945, p. 01.

com a multidão e entoou “viva ao Brasil”.⁴³ Dando prosseguimento à passeata, os manifestantes seguiram em direção à Praça Duque de Caxias.⁴⁴ Vale a pena ler a descrição publicada pela *Folha da Manhã*:

É indescritível a alegria que se apossou do povo carioca comemorando hoje o Dia da Vitória. O povo acorreu às ruas centrais da cidade fazendo, de “motu-próprio”, um carnaval a que não faltaram blocos, cordões, fantasias, cuícas, tamborins, estandartes, orquestras, confetes, etc. Comícios foram improvisados nos quatro cantos da cidade. Bandas militares saíram às ruas confraternizando com o povo. Bombas e foguetes em quantidades nunca usadas nesta Capital espoucaram durante todo o dia e até altas horas da noite.⁴⁵

As manifestações populares não ficaram restritas somente às ruas das duas principais cidades brasileiras. No interior de São Paulo, as portas das lojas foram fechadas, as pessoas tomaram conta das ruas e iniciaram manifestações de “intenso júbilo”. Campinas, Vargem Grande do Sul, Avaré, Pirassununga e Botucatu foram alguns dos palcos das comemorações populares.⁴⁶

Além dessas comemorações, também foi realizada uma missa campal em ação de graças pela vitória dos Aliados na Praça da Sé, cidade de São Paulo, no dia 10 de maio.⁴⁷

Nos dias seguintes, as manifestações pela rendição da Alemanha nazista ainda ecoavam. Na avaliação de Nabantino Ramos, a paz era festejada com “alegria ingênua” após o “longo pesadelo da guerra”. No entanto, o jornalista concluía de

⁴³ A historiografia pouco analisou o material produzido pelos jornais brasileiros sobre o desfecho do conflito no cenário europeu. Preocupado com a intervenção promovida pelo Estado Novo no jornal *O Estado de S. Paulo*, Silva demonstrou que matérias sobre as festividades populares geradas pelo término do enfretamento bélico em território europeu foram veiculadas pelo matutino paulista. Para o pesquisador, no entanto, a intervenção federal ainda dava o tom do material noticioso e conferia outro sentido às manifestações: “de festa popular — e alívio pelo fim da guerra —, esses gestos convergiram para ‘homenagens’ prestadas a Vargas no Palácio do Catete, no qual o presidente respondeu à multidão com um breve discurso”. SILVA, Vandrê Aparecido Teotônio da. “*Notícias do Rio*”: a intervenção no jornal O Estado de S. Paulo e a autolegitimação do Estado Novo (1939-1945). São Paulo, 2012. 350 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, 2012. p.23.

⁴⁴ *OESP*. 08/05/1945, p. 18.

⁴⁵ *FM*. 09/05/1945, p. 03.

⁴⁶ *FM*. 08/05/1945, p. 05.

⁴⁷ *FM*. 12/05/1945, p. 05.

forma pessimista: “A vida não será tão bela e feliz, como se esperava, notadamente para aqueles que mais se sacrificaram pela grande causa da liberdade”.⁴⁸

Posicionamento da imprensa escrita

Além das minuciosas descrições das efusivas comemorações populares relativas ao Dia da Vitória, os jornais também se posicionaram, avaliando os significados do acontecimento.

Nas páginas do *Correio da Manhã*, o poeta Augusto Frederico Schmidt refletiu acerca das comemorações e enfatizou que o pensamento dos brasileiros deveria fugir de toda alegria que se manifestava tão ruidosamente para se voltar ao silêncio em que estavam guardados os que morreram na luta. Intitulado *A Legião Invisível* e veiculado na quarta página do jornal — espaço normalmente reservado para a publicação do artigo assinado por Costa Rego, na época diretor do *Correio da Manhã* —, o texto de Schmidt concluía que era justo que todos cantassem e que a alegria estivesse presente, mas alguém precisava velar os mortos.⁴⁹

A contribuição do Brasil na vitória dos Aliados também foi objeto de outra análise jornalística. Mesmo sob intervenção federal imposta durante o Estado Novo, editorial de *O Estado de S. Paulo*⁵⁰ ressaltou a necessidade de sermos dignos da vitória e continuarmos unidos “não só para melhor resolver os nossos problemas internos, mas ainda com o intuito de ajudar a estender, sobre a face da terra, os benefícios de uma paz justa e duradoura”.⁵¹

⁴⁸ *FM*. 15/05/1945, p. 06.

⁴⁹ *CM*. 09/05/1945, p. 04.

⁵⁰ É preciso lembrar que a intervenção estadonovista no jornal *O Estado de S. Paulo* não ocorreu de forma idêntica entre os anos de 1940 e 1945. Provavelmente, encontrava-se enfraquecida nos últimos meses, sobremaneira se compararmos com os anos anteriores. Em 1940, Forças Policiais de São Paulo invadiram a sede do jornal e prenderam Francisco de Mesquita (tio de Júlio de Mesquita), dando início ao processo de intervenção. Após um longo período de arbitrariedades e somente com o fim do Estado Novo, o matutino foi devolvido à família Mesquita em dezembro de 1945. Para mais informações, consultar CAPELATO, Maria Helena Rolim. Os arautos..., *Op. cit.*, 1989 e SILVA, Vandrê Aparecido Teotônio da. *Op. cit.*, 2012.

⁵¹ *OESP*. 08/05/1945, p. 03.

O fim da opressão e a instauração da liberdade foram temas de uma matéria veiculada na última página do jornal. De acordo com a publicação periódica:

Comemorando a paz que afinal foi conquistada, as nossas populações, pelo muito que fizeram, hão de sustentá-la, ao lado de outros povos, com todas as suas forças e inteligência, para que o sangue generoso da mocidade, derramado nas batalhas, tenha sempre a significação que hoje todos lhe reconhecemos: o fim da opressão e o começo da liberdade, cuja existência se deve a milhões de homens, mulheres e crianças sacrificadas.⁵²

Salienta-se que a intervenção estadonovista ainda recaía sobre o periódico paulista. Por isso, alguns textos jornalísticos ainda tratavam positivamente o papel exercido pelo chefe da nação no desenrolar da Segunda Guerra Mundial. Veicular discursos proferidos por Getúlio Vargas era um expediente comum no período do Estado Novo. Como exemplo, pode-se indicar o pronunciamento de Vargas na recepção oferecida pela Liga de Defesa Nacional. De acordo com o matutino paulista, Vargas prestou homenagem aos soldados brasileiros que lutaram na Europa e ressaltou que deveríamos “regozijar” pelo “momento único de nossa história”. Enfatizou que, por sermos todos brasileiros, possuíamos motivo para confraternizar cada vez mais e formar uma “união sagrada”. Conforme o jornal, Vargas continuou, destacando que

devemos estender-nos as mãos, esquecendo ódios e ressentimentos e abraçando-nos fraternalmente; e ainda mais, estamos no limite de uma época em que vamos assistir o mundo reconstruir-se democraticamente sobre as bases do desenvolvimento das forças sociais, econômicas e políticas; um mundo em que todos possam viver e construir com as próprias mãos o edifício de sua felicidade; em que todos tenham a liberdade de pensar e exprimir o seu pensamento; em que a todos seja possível organizar-se para a defesa de suas idéias e aspirações.⁵³

Vale observar que o governo do Estado Novo foi centralizador e autoritário, tornando complexa a tentativa de analisar o pronunciamento de Vargas sobre liberdade de pensar e exprimir pensamento ou, então, a sua avaliação sobre a reconstrução democrática do mundo. Conforme Lucia Lippi de Oliveira, sua “proposição máxima de que só um governo forte torna possível a realização da verdadeira democracia envolve múltiplas interpretações do conceito de democracia.”⁵⁴

⁵² OESP. 08/05/1945, p. 18 (grifo nosso).

⁵³ OESP. 08/05/1945, p. 18 (grifo nosso).

⁵⁴ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Op. cit.*, p.10.

Em outro espaço do matutino paulista, Mário Guastini assinou um artigo sobre a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial como fruto da “pronta e positiva” atitude de Vargas, “digna de admiração dos povos amantes da liberdade”. Ainda segundo o autor, o presidente brasileiro deveria figurar, quando “a história deste período for escrita, digna e legitimamente, ao lado dos três grandes líderes”, pois os acompanhou no ritmo das grandes atitudes, “igualando-se a Franklin Roosevelt, Winston Churchill e Joséf Stálin”⁵⁵. Convém lembrar, no entanto, que a associação que Guastini apontou entre Vargas e a liberdade não foi aleatória, sobretudo por ter sido formulada num momento em que o Estado Novo já se encontrava fragilizado. É válido observar, igualmente, que o mesmo jornalista também colaborava com as edições do *Diário de S. Paulo* e, nos seus textos, procurava imprimir elementos ideológicos do Estado Novo. Portanto, era um notório colaborador do regime estadonovista que procurava tributar a Vargas papel de destaque na vitória dos Aliados.

Em editorial, os articulistas do *O Estado de S. Paulo* avaliaram que o Brasil havia participado da guerra com conhecimento de causa, referendando a política de boa vizinhança e os princípios de solidariedade continental. Como consta no jornal:

Nunca houve aqui ilusões quanto aos torvos objetivos do militarismo germânico. O povo, no seu desenvolvido instinto patriótico, jamais se enganou. Uniram-se os brasileiros em torno do poder constituído e o governo do Sr. Getúlio Vargas mostrou-se à altura da sua missão. Reorganizadas, ampliadas e dotadas de máxima eficiência todas as nossas forças de terra, mar e ar apareceram nos campos de combate, caminhando de vitória em vitória. De novas, puríssimas glórias, despejando sobre os episódios da luta da civilização contra a barbárie e dos ideais democráticos contra o espírito de opressão, cobriu-se o Pavilhão Nacional.⁵⁶

Outros textos indicaram um posicionamento mais incisivo dos jornais brasileiros. Por meio do seu proprietário, *O Diário de S. Paulo* veiculava críticas sobre as formas de despotismo. Em artigo, Assis Chateaubriand bradava por liberdade de iniciativa para os países latino-americanos na organização dos estatutos da nova Sociedade das Nações. Registrava, igualmente, que lei, honra, ordem e justiça eram “o apanágio dos Estados do Continente em sua colaboração

⁵⁵ OESP. 08/05/1945, p. 03.

⁵⁶ OESP. 08/05/1945, p. 03 (grifo nosso).

para derrotar a tirania e o despotismo no mundo”⁵⁷. Se, por um lado, valorizava a manutenção da ordem, por outro, criticava a existência da tirania. Essa posição contrária à tirania, mas pouco contundente com relação ao regime na época vivido pelo Brasil, deve ser pensada frente à complexa relação de Chateaubriand com o poder e, principalmente, com Getúlio Vargas, sempre com vistas a obter benesses do poder federal aos *Diários Associados*. Ademais, é preciso recordar que Chateaubriand conferiu aos seus periódicos uma orientação liberal até a instauração do Estado Novo, momento em que passou a externar apoio ao regime e a exigir que Vargas conduzisse o Estado “inspirado por Hitler”.⁵⁸

A dubiedade da posição assumida por Chateaubriand contrasta com outro texto publicado na mesma edição do jornal. A redemocratização do Brasil foi o tema central da reportagem sobre o retorno de Otávio Mangabeira do exílio imposto pelo Estado Novo. Posicionada no centro da página inicial, a reportagem registrava:

Constituiu vibrante a manifestação de fé na redemocratização do país de que foi alvo o Sr. Otávio Mangabeira, ao desembarcar no aeroporto ‘Santos Dumont’, após mais de sete anos de exílio. Grande multidão aclamou o líder democrático, no comício realizado nas escadas do Municipal, onde mais de uma vez o Sr. Otávio Mangabeira verberou os malefícios da ditadura no seu discurso ontem publicado pelo DIÁRIO DE S. PAULO.⁵⁹

A propagada fé na redemocratização do Brasil e o trabalho do jornal, publicando discursos com os malefícios da ditadura, contrastavam com a pouco incisiva posição de Chateaubriand. Em certo sentido, essa situação estabelece uma lógica muito interessante: as críticas ao Estado Novo e a Getúlio Vargas começavam a aparecer nos *Diários Associados*, mas nem sempre partiam da pena do seu proprietário. A voracidade dos textos do dono da empresa certamente aparecia nos momentos mais propícios às barganhas políticas e econômicas com o poder federal.⁶⁰

⁵⁷ DSP. 13/05/1945, p. 01.

⁵⁸ CAPELATO, Maria Helena Rolim. Os arautos..., *Op. cit.*, p. 22.

⁵⁹ DSP. 13/05/1945, p. 01.

⁶⁰ Assis Chateaubriand transformava os jornais em caixas de ressonância de sua voz e, para além do interesse financeiro, procurava utilizá-los para obter ganhos políticos, aumentar o seu poder e ampliar a sua área de influência. Com Vargas, manteve uma relação baseada na chantagem e em outras formas de pressão. Nos anos 1930 e 1940, a relação entre os dois foi marcada por uma espécie de “zigzague político”. Em alguns momentos Chatô apoiava o político gaúcho. Em outros, criticava

Por sua vez, a *Folha da Manhã* indicava a melhor contribuição que o Brasil poderia oferecer naquele momento:

Se tudo correr bem, resolvidos pacificamente e a contento os problemas europeus do pós guerra, a tarefa das Nações Unidas será, nos próximos 05 anos, a reconstrução da Europa e dos demais países devastados pela guerra também no Extremo Oriente. Nossa maior e melhor contribuição será o abastecimento de gêneros alimentícios e de material de indumentária, se soubermos produzir para as necessidades internas e para as solicitações de exportação (...) infelizmente, não teremos para exportar senão café, algodão e pouca coisa mais, das que se incluem na rubrica 'diversos'.⁶¹

Como consta no editorial, as dificuldades enfrentadas pelo Brasil para produzir e exportar para as nações europeias foram criadas pela política centralizadora e intervencionista do Estado Novo, regime político responsável por instaurar uma burocracia na capital federal, conduzir o país ao “caos econômico” e paralisar todas as iniciativas locais. Ainda de acordo com o editorial, a reconstrução do Brasil na liberdade política, na justiça social e na eficiência econômica deveria pautar as atividades dos homens públicos, pois, tendo padecido os males da guerra, o país poderia colher em compensação os benefícios da paz e consolidar a posição de destaque que conquistou no cenário das nações.⁶² Ao tratar da contribuição brasileira para a reconstrução do mundo no pós-guerra, a *Folha da Manhã* abria espaço para criticar a política econômica estadonovista, ou seja, avaliava a situação internacional e aproveitava para se posicionar no campo político brasileiro.

A posição favorável à redemocratização do Brasil foi acompanhada pelos articulistas do jornal paulista. O jornalista Rubens Amaral, por exemplo, associou a vitória dos Aliados à necessidade de instauração da democracia no Brasil. Em letras garrafais, valorizava o triunfo das Nações Unidas e salientava que a vitória possibilitava aos brasileiros proclamarem o regozijo que seis anos de dores e sofrimento não bastaram para destruir ou amortecer.

as medidas adotadas. Invariavelmente, procurava obter benesses do governo federal com o material publicado nos *Diários Associados*. WAINBERG, Jacques A. *Império das palavras*: estudo comparado dos Diários Associados, de Assis Chateaubriand, e Hearst Corporation, de William Randolph Hearst. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997, p. 14;47-50.

⁶¹ FM. 08/03/1945, p. 04.

⁶² FM. 08/05/1945, p. 04

Conforme Rubens Amaral, a guerra foi uma só, assim como “uma só foi a vitória — a vitória da democracia, nas planícies da Vestfália e nas montanhas da Baviera, em toda a Europa e em todos os continentes. Portanto, na América. Portanto, no Brasil”.⁶³

Ocupado em avaliar o clima de euforia com a vitória, Amaral afirmou que o povo brasileiro era fiel à justiça, à liberdade e à democracia, demonstrando entusiasmo à causa das Nações Unidas em “manifestações que a censura oficial oprimiu quando pôde, mas não pôde sufocar de todo e que rebentaram com o poder inelutável das forças cósmicas”. E concluiu que o povo brasileiro havia compreendido que “a guerra se travou na Europa entre as democracias e o totalitarismo, entre a liberdade e a opressão”.⁶⁴

Mesmo sem criticar diretamente o Estado Novo, o artigo celebrava o estabelecimento da paz como sendo uma vitória da democracia em todo o mundo. Portanto, a *Folha da Manhã* evidenciava a necessidade de se lutar pela retomada e consolidação da democracia, mas, apesar disso, não veiculava que a resolução dos problemas nacionais fosse tarefa simples. Em diversas ocasiões, a falta de consciência política da população foi invocada para justificar a necessidade de participação das “elites intelectuais” na resolução dos problemas nacionais.⁶⁵

Outra foi a posição expressa por Costa Rego no *Correio da Manhã*. Apesar de não poder ser caracterizado como o periódico carioca católico por excelência, o jornalista veiculou um texto sobre a necessidade de se instaurar uma paz em honra dos mártires da guerra, mas, principalmente, que ela fosse “de amor, na forma da doutrina cristã; de justiça, na harmonia da sociedade; porém, de segurança, na garantia dos povos de boa índole contra os povos de rapina”⁶⁶.

Entretanto, nenhum artigo veiculado pelo periódico carioca apresentou tão nitidamente a ligação entre os fundamentos de uma espécie de catolicismo democrático e o estabelecimento da paz mundial como o de autoria do padre Arlindo

⁶³ FM. 0805/1945, p. 04.

⁶⁴ FM. 10/05/1945, p. 06.

⁶⁵ MOTA, Carlos Guilherme; CAPELATO, Maria Helena *História da Folha de S. Paulo (1921-1981)*. São Paulo: Immpress, 1980, p. 153

⁶⁶ CM. 10/05/1945, p. 04.

Vieira, no qual o religioso definia a “lei de Deus” como primeiro fundamento da paz. Nesse sentido, visando enfatizar as relações entre paz, democracia e moral cristã, argumentava que os estadistas deveriam pensar em “reformular as nações descristianizadas” para consolidarem a pacificação do mundo. Consta ainda que o governo ideal deveria ser baseado na lei de Deus e na promoção do bem estar geral. Desse modo, a paz mundial não dependia apenas de uma forma de governo única para todas as nações, pois nenhum Estado, por pequeno que fosse, poderia ser privado de sua liberdade, integridade e segurança. Para as tentativas de paz não se converterem em sementes de discórdia, o padre Arlindo Vieira sugeria que todas as nações tivessem livre acesso às riquezas do mundo, respeitassem os direitos de Deus e a moral cristã.⁶⁷

Assim como no artigo veiculado pelo *Correio da Manhã*, a marcante religiosidade do *Jornal do Brasil* apareceu como condição central para o estabelecimento de uma paz duradoura e para a instauração de liberdade nas nações cristãs. É interessante observar o sugestivo editorial do jornal carioca:

A ordem de cessar fogo implica na ordem de cada um tomar conhecimento da loucura que é a guerra, da insensatez do apelo às armas para diminuir as divergências surgidas na vida de relações entre os povos. A ordem de ensarilhar as armas é a hora em que o homem, tantos anos esquecidos de si mesmo, no torvelinho dos combates, toma posse do seu espírito, entra em contato com a sua alma e se considera outra vez feito à imagem e semelhança de Deus. (...) Bendita hora esta em que a paz desce como uma benção sobre a terra. (...) Só agora nesta atmosfera risonha que a paz estende diante dos olhos dos que lutaram e sofreram, compreendem que os seus ídolos tinham pés de barro, e que o mais leve abalo os atterrara em pedaços no chão.⁶⁸

O editorial do *Jornal do Brasil* definia, igualmente, uma fórmula para o período de paz não se transformar numa mera pausa entre duas guerras. De acordo com o texto, a paz deveria ser dos povos livres e das nações cristãs, inclinando os homens a se entenderem como homens, dotados de alma e de bondade para que os sacrifícios da vida fossem mais livres e os infortúnios menos aflitivos.⁶⁹

⁶⁷ *CM*. 08/05/1945, p. 04.

⁶⁸ *JB*. 09/05/1945, p. 05.

⁶⁹ *JB*. 09/05/1945, p. 05.

Considerações finais

O artigo procurou analisar o material publicado por jornais brasileiros em decorrência do fim das batalhas da Segunda Guerra Mundial no continente europeu, especialmente as publicações sobre as comemorações iniciadas no Brasil com a derrota do nazi-fascismo e a posição editorial assumida pelos periódicos.

Importa observar os serviços prestados pelas *Agências Internacionais de Notícias* e a atuação das emissoras de rádio no Brasil. No primeiro caso, os telegramas alimentaram profissionais da imprensa ocupados com a cobertura da Segunda Guerra Mundial, sobretudo com a rendição da Alemanha. No segundo, as emissoras exerceram papel fundamental na divulgação do noticiário para diferentes cidades brasileiras. Porém, tratar da atuação das agências internacionais e das emissoras de rádio não foi tarefa simples, sobretudo em função escassez de fontes de pesquisa. Recorrer às publicações veiculadas pelos próprios jornais foi o recurso utilizado.

Convém lembrar, igualmente, que a imprensa convivía com as arbitrariedades impostas pela censura estadonovista. Controle, repressão, censura e manipulação dos órgãos impressos foram marcas do período. Porém, não parece possível negar os inventivos expedientes utilizados pelos jornalistas brasileiros para formular e veicular críticas, ainda que pontuais e sutis, as formas de ditadura instauradas mundo afora.

Mesmo num período de crise do regime e de discussões sobre a instauração do processo eleitoral, o noticiário internacional trouxe a baila alguns temas desconfortáveis para os defensores da ditadura e caros a manutenção do Estado Novo. Entre a preocupação com os telegramas sobre o cessar fogo no território europeu e o registro das comemorações em território nacional, os jornalistas aproveitaram o clima de euforia com a vitória das Nações Aliadas para tratarem da instauração da liberdade e da necessidade de reconstrução democrática mundial. Enfim, registraram o espoucar de foguetes, os festejos iniciados em diversas cidades brasileiras e aproveitaram para formular críticas as formas de ditadura, respingando, muito provavelmente, nos alicerces do regime estadonovista.

09/05/1945, p. 05.

Cristãos, democráticos e anticomunistas: formas simbólicas no universo político rio-grandense de 1947

*Marcos Jovino Asturian**

O presente artigo busca compreender a disputa eleitoral entre o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) nas eleições de 1947 para governador do Estado do Rio Grande do Sul através das páginas do jornal *Diário de Notícias*, configurando um estudo de história política tendo como fontes documentais a imprensa. Para tanto, utilizaremos a tradição analítica relativa ao conceito de ideologia, atualizado em John Thompson, como forma geral de interpretação de um possível papel histórico das formas simbólicas no universo do político. A função central dos meios de comunicação de massa, particularmente da imprensa escrita, constitui ponto comum de reflexão conceitual, na história e na sociologia da comunicação social.

Palavras-chave: Partido Social Democrático. Partido Trabalhista Brasileiro. Eleições.

Considerações Introdutórias

O presente artigo busca compreender a disputa eleitoral entre o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) nas eleições de 1947 para governador do Estado do Rio Grande do Sul através das páginas do jornal *Diário de Notícias*,¹ configurando um estudo de história política tendo como fontes documentais a imprensa. Para tanto, utilizaremos a tradição analítica relativa

* Mestre em História. Universidade de Passo Fundo – RS. mjasturian05@hotmail.com

¹ “O *Diário de Notícias* de Porto Alegre, assim como todos os demais meios de comunicação da cadeia Associados, defendia as causas particulares do seu controvertido proprietário, que, por sua vez, era motivado por interesses, na maioria das vezes, pessoais, “singulares”. Executava uma política editorial atrelada aos interesses econômicos e/ou políticos de Chateaubriand. Não se orientava, portanto, nem por uma determinada concepção política, nem pelas tendências do mercado, mas pelos interesses do momento de seu proprietário”. FONSECA, Virginia P. da Silveira. *Indústria de notícias: capitalismo e novas tecnologias no jornalismo contemporâneo*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, p. 51.

This article seeks to understand the electoral dispute between the Partido Social Democrático (PSD) and the Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) in the 1947 elections for governor of the state of Rio Grande do Sul through the pages of the newspaper *Diário de Notícias*, setting up a study of history policy with the press as documentary sources. For this, we use the analytic tradition on the concept of ideology, updated in

John Thompson, as a general interpretation of a possible historic role of symbolic forms in the political universe. The central role of the mass media, particularly the print media, is common point of conceptual reflection, history and sociology of media.

Keywords: Partido Social Democrático. Partido Trabalhista Brasileiro. Elections.

ao conceito de ideologia, atualizado em John Thompson, como forma geral de interpretação de um possível papel histórico das formas simbólicas no universo do político. A função central dos meios de comunicação de massa, particularmente da imprensa escrita, constitui ponto comum de reflexão conceitual, na história e na sociologia da comunicação social.

Segundo John B. Thompson,

A análise da ideologia, de acordo com a concepção que irei propor, está primeiramente interessada com as maneiras como as formas simbólicas se entrecruzam com relações de poder. Ela está interessada nas maneiras como o sentido é mobilizado, no mundo social, e serve, por isso, para reforçar pessoas e grupos que ocupam posições de poder. Deixem-me definir este enfoque mais detalhadamente: estudar a ideologia é estudar as maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação. Fenômenos ideológicos são fenômenos simbólicos significativos desde que eles sirvam, em circunstâncias sócio-históricas específicas, para estabelecer e sustentar relações de dominação. Desde que: é crucial acentuar que fenômenos simbólicos, ou certos fenômenos simbólicos, não são ideológicos como tais, mas são ideológicos somente enquanto servem, em circunstâncias particulares, para manter relações de dominação [...] Se fenômenos simbólicos servem, ou não, para estabelecer e sustentar relações de dominação, é uma questão que pode ser respondida somente quando se examina a interação de sentido e poder em circunstâncias particulares – somente ao examinar as maneiras como as formas simbólicas são empregadas, transmitidas e compreendidas por pessoas situadas em contextos sociais estruturados.²

A comunicação de massa tornou-se, assim: “O canal mais importante para circulação de informação e comunicação de vários tipos, e toda tentativa de representar a natureza e o papel da ideologia nas sociedades modernas deve prestar

² THOMPSON, John B. *Ideologia e Cultura Moderna: Teoria Social Crítica na Era dos Meios de Comunicação de Massa*. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 75-76.

uma atenção total a esse desenvolvimento”.³ Analisaremos as fontes através dos modos de operações gerais da ideologia e suas respectivas estratégias de construção simbólica. O trabalho não pretende demonstrar a veracidade ou a falsidade das formas simbólicas, pois interessam-nos as maneiras como essas formas servem, em circunstâncias particulares, para estabelecer, bem como sustentar relações de poder e dominação.

Assim Rémond descreve a política e as relações de poder,

Só é política a relação com o poder na sociedade global: aquela que constitui a totalidade dos indivíduos que habitam um espaço delimitado por fronteiras que chamamos precisamente de políticas. Na experiência histórica ocidental, ela se confunde com a nação e tem como instrumento e símbolo o Estado. É também o único grupo humano ao qual se reconhece o poder de decidir por todos, a capacidade de impor a obediência às leis e o direito de punir as infrações. Entretanto, se o político é aquilo que tem uma relação direta com o Estado e a sociedade global, ele não se reduz a isso: ele se estende também às coletividades territoriais e a outros setores por esse movimento que ora dilata e ora encolhe o campo do político. Praticamente não há setor ou atividade que, em algum momento da história, não tenha tido uma relação com o político [...] A história política exige ser inscrita numa perspectiva global em que o político é um ponto de condensação.⁴

Não se pretende afirmar que tudo gira em torno da política ou até mesmo seja política, porém, constata-se que a política é o ponto para onde conflui a maior parte das atividades dos componentes do conjunto social. A atividade política é uma das principais expressões da identidade coletiva. Logo, as relações de poder são inerentes à política, ou seja, poder deve ser entendido como a capacidade de agir para alcançar os próprios objetivos ou interesses, a capacidade de intervir nos acontecimentos e as decorrentes consequências. No exercício do poder, os indivíduos empregam todos os recursos disponíveis e os meios que lhes possibilitem realizar as proposições.

Segundo John B. Thompson,

[...] o poder é um fenômeno social penetrante, característico de diferentes tipos de ação e de encontro, desde as ações reconhecidamente políticas dos funcionários públicos até os encontros mais prosaicos entre indivíduos na rua. Se

³ *Idem, ibidem*, p. 135.

⁴ RÉMOND, René. Do político. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1966, p. 444-445.

hoje comumente associamos poder à política, isto é, às ações de indivíduos agindo em nome do estado, isto é porque os estados se tornaram particularmente centros importantes de concentração do poder no mundo moderno. Mas a importância das instituições estatais não nos deveria ocultar o fato de que o poder manifestamente político é somente uma forma mais especializada de poder, e de que os indivíduos normalmente exercem poder em muitos contextos que pouco ou nada têm a ver com o estado. Assim fazendo, eles exprimem e ajudam a tornar relativamente estáveis as relações ou redes de poder e dominação entre os indivíduos, e entre os grupos de indivíduos, que ocupam diferentes posições nos campos de interação.⁵

No presente trabalho realizou-se pesquisa no jornal Diário de Notícias, sendo que as partes do jornal analisadas foram às notícias e notas políticas estaduais e os “A Pedidos” pagos ao jornal tanto pelo PSD quanto pelo PTB, isto é, notícias produzidas pelos partidos e reproduzidas pelo jornal.⁶

Portanto, o periódico também se notabilizou como fonte primário-partidária e se transformou em uma “tribuna política”, onde os partidos transmitiam aos eleitores os seus conteúdos políticos, procurando convencê-los da legitimação de suas respectivas propostas. A questão centralizadora do estudo é entender os modos de operação da ideologia do PSD e do PTB através de suas estratégias de construção simbólica – com quais formas simbólicas são capazes de criar e sustentar relações de dominação – através do espaço utilizado na imprensa.⁷

Não entendemos o jornal como fonte objetiva, mas como um órgão de imprensa que tem uma subjetividade implícita, ou seja, não é meramente de caráter informativo, mas formativa de opinião pública, sendo assim objeto de pesquisa. A utilização que os historiadores fazem da imprensa exige uma “leitura intensiva”, pois sobre o jornal devem incidir reflexões metodológicas.⁸ O material jornalístico não pode ser utilizado de uma maneira simplista, isto é, uma re-

⁵ THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p. 21-22.

⁶ As citações retiradas do jornal Diário de Notícias serão mantidas na forma original.

⁷ Embora os textos analisados sejam produzidos, sobretudo, pelos partidos políticos e reproduzidos pelo jornal, eles estão publicados no jornal, bem como possuem linguagem jornalística. Portanto, justifica-se a utilização dos modos de operação da ideologia de John Thompson para analisar os respectivos conteúdos.

⁸ ELMIR, Cláudio. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas do seu uso para a pesquisa histórica. In: *Cadernos do PPG em História da UFRGS*, n. 13, dez. 1995. p. 19-29.

apresentação objetiva acerca do real. A imprensa deve ser entendida como uma representação construída sobre o real, permeada de disputas.⁹

A democratização e a reorganização político-partidária no Rio Grande do Sul

O Estado Novo (1937-1945), desde o ingresso do país na II Guerra Mundial ao lado dos Aliados, passou a viver uma situação contraditória. De um lado, a guerra representava um significativo argumento para o governo adiar de forma indeterminada a transição para um regime mais aberto. De outro, as Forças Armadas brasileiras combatiam o nazifascismo na Europa e, no plano nacional, havia um Estado ditatorial. As oposições procuraram aproveitar o desgaste do governo populista¹⁰ de Vargas, decorrente dessa contradição, para acelerar a abertura política. Enquanto isso, o governo estadonovista procurava uma estratégia para criar mecanismos de transição segura, isto é, para manter o poder nas mãos de Vargas.

Enfim, fatores internos e externos, fizeram com que fosse publicada, em 28 de fevereiro de 1945, a Lei Constitucional nº 9, a qual estabeleceu que dentro de noventa dias fossem marcadas eleições para presidente, governadores, Congresso Nacional e Assembleias Legislativas. Dentro desse prazo, o governo deveria elaborar a Lei Eleitoral e estruturar seu conseqüente aparelhamento. Elaborou-se

⁹ Conf. CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel, 1988.

¹⁰ Em suma, o populismo surgiu no contexto em que a massa tornou-se instrumento para fins de reivindicação numa sociedade em transição. O elemento que orientou a ação popular, nessa fase, foi o estado. O estado permeado pela política de massa combateu as oligarquias tradicionais, manteve os setores populares sob significativo controle, bem como desenvolveu um processo de industrialização através da intervenção estatal. Deve-se reconhecer à incorporação dos trabalhadores à cidadania e na conquista de direitos sociais. Todavia, não pode ser ignorada a via autoritária como foi construída a base institucional sobre a qual o populismo veio desenvolver-se. No que tange à produção historiográfica brasileira, o conceito populismo está permeado por variadas interpretações. Ver: IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. WEFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: Populismo na política brasileira. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. FORTES, Alexandre. O Estado Novo e os trabalhadores: a construção de um corporativismo latino-americano. *Locus*, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 61-86, 2007.

o Decreto Lei nº 7.856, de 28 de maio de 1945, o qual exigia que os partidos apresentassem, para obtenção do registro, a adesão de dez mil eleitores distribuídos em, pelo menos, cinco estados: cada um com, no mínimo, quinhentos adeptos, bem como personalidade jurídica de acordo com o Código Civil.

Os partidos políticos se estruturaram tendo como principal vetor o apoio ou a oposição a Getúlio Vargas. Os de maior expressão nacional foram: a União Democrática Nacional (UDN), que se caracterizou como a principal oposição a Vargas; o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) como duas correntes políticas diferentes de sustentação a Vargas. Dessas, a primeira foi herdeira da estrutura das interventorias e a segunda surgiu de lideranças do meio sindical, estudantil e de políticos ligados às massas trabalhadoras urbanas. Quanto aos menores partidos em nível nacional, mas com influência em determinadas regiões do país, destacaram-se o Partido Social Progressista (PSP), o Partido de Representação Popular (PRP), o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Republicano (PR), o Partido Libertador (PL), o Partido Democrata Cristão (PDC), o Partido Socialista Brasileiro (PSB), entre outros.

A formação dos partidos políticos no Rio Grande do Sul pode ser entendida através da identificação das bases de sua economia e sua origem sócio-política. Além disso, é imprescindível compreender a sua relação intrínseca à dinâmica nacional, ou seja, na sua condição de Estado membro de uma Federação. Portanto, identifica-se o processo histórico estadual através da inserção no sistema econômico brasileiro.

Grosso modo, a estruturação e a dinâmica da economia rio-grandense baseavam-se principalmente na produção agropecuária, sendo constituída por três zonas diferenciadas: zona rural da pecuária, zona rural da pequena produção e zona rural caracterizada pelas explorações em grande escala de arroz, trigo e gado.¹¹

Já, o desenvolvimento industrial era caracterizado em uma relação de dependência do setor primário local e se apresentava disperso em pequenas unidades produtivas. Enfim, o panorama econômico estadual era dependente dos mercados externos, sobretudo do mercado nacional.¹²

¹¹ MÜLLER, Geraldo. A Economia Política Gaúcha dos Anos 30 aos 60. In: DACANAL, J. H.; GONZAGA, S. (Org.). RS: Economia e Política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, p. 365.

¹² “[...] dependência do mercado externo, para o qual se destinam 60% da produção de bens, so-

Conforme Müller,

Observa-se que a forma de o RS se desenvolver estava nevrálgicamente ligada às exportações e menos ao seu mercado interno. Do ângulo do capital mercantil e financeiro, em função, nas esferas da intermediação, do capital produtivo na indústria e nas explorações agropecuárias, seus modos de reposição e de ampliação passavam e estavam na dependência de suas relações com o restante da economia brasileira. É isto que caracteriza a economia gaúcha como dependente. Seu caráter periférico advém dessa dependência, acentuando-se pelo fato de insistir na exploração desse modelo histórico.¹³

Embora permeado por crises cíclicas – inerentes às economias estruturadas no setor primário e com baixo nível tecnológico –, observa-se que a economia estadual se manteve sem apresentar graves problemas até a década de 1940. Contudo, ao final da II Guerra Mundial, quando aumentou a concorrência dos produtos de outras regiões, sobretudo das do centro do país, surgiram implicações na economia local. As consequências dessas transformações são: o êxodo rural, o desemprego, a urbanização desenfreada, problemas de infraestrutura de serviços urbanos, etc. Portanto, a crise econômico-social fez com que surgissem grupos sociais emergentes, tornando-os importantes no cenário político.

Segundo Pesavento,

[...] a identificação dos principais problemas enfrentados pelo estado pode ser sintetizada em três questões fundamentais: a) a industrialização; b) êxodo rural; c) transportes e energia. Tais questões envolviam diretrizes político-partidárias, que por sua vez se revelavam associadas aos programas de desenvolvimento econômico que se apresentavam para o Brasil.¹⁴

Assim, o panorama econômico-social do Rio Grande do Sul fez com que os grupos políticos buscassem medidas concernentes à dinamização da economia local. A situação de dependência passou a exigir profundas mudanças, o que vai

mados os setores primário e secundário, sendo importante lembrar que 80% dessas exportações dirigem-se ao mercado nacional”. CÁNEPA, Mercedes Maria Loguercio. *Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Porto Alegre: Ediufrgs, 2005. p, 76.

¹³ MÜLLER, Geraldo. *Op. Cit.*, p. 365.

¹⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990, p. 126.

coincidir com a formação dos partidos políticos em âmbito nacional e repercutir diretamente no caráter político-partidário do Estado.¹⁵

A reorganização partidária, no contexto da democratização, girou em torno das elites políticas tradicionais rio-grandenses e, sendo assim, num primeiro momento, somente o Partido Comunista Brasileiro pareceu constituir algo novo no respectivo processo. Os movimentos incipientes do processo de reorganização partidária estadual na conjuntura de 1945 não diferem, *grosso modo*, daqueles de âmbito nacional.

Hélgio Trindade e Maria Izabel Noll destacam dois traços persistentes da política regional do pós-45:

Primeiro, a dicotomização das preferências partidárias, distribuídas em dois pólos, aglutinando mais do que três quartos dos votantes, em termos de PTB/anti-PTB, no período de 1947 a 1962 [...] Segundo, essa polarização bipartidária ocorre num espaço marcado pela distribuição de preferências eleitorais relativamente estáveis. Este traço pode ser localizado tanto nos conglomerados de partidos populistas (PTB, MTR, PSB, PSP), quanto nos conservadores-liberais (PSD, PL e UDN) e na terceira força (PRP e PDC).¹⁶

Os partidos majoritários no Rio Grande do Sul no contexto abordado foram o PSD e o PTB. O PSD organizou-se no primeiro semestre de 1945, beneficiário da estrutura estadonovista¹⁷. Os responsáveis pela estruturação do partido no período foram Protásio Vargas, Walter Jobim, Oscar Carneiro da Fontoura e Cylon Rosa. O PTB surge, no período 1945-1946, a partir da confluência de três vertentes distintas, isto é, a corrente sindicalista, a corrente doutrinário-pasqualinista e a corrente pragmático-getulista.¹⁸

¹⁵ CÂNEPA, Mercedes Maria Loguercio. *Op. Cit.*, p. 77.

¹⁶ TRINDADE, Hélgio; NOLL, Maria Isabel. *Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: Ediufrgs/Sulina, 1991. p. 71-72-73.

¹⁷ “A mobilização das forças governistas por parte do PSD foi garantida porque, durante o Estado Novo, as bases sócio-econômicas que apoiavam o regime permaneceram associadas ao poder oligárquico, e não se destruiu o poder estabelecido, nem em nível municipal, nem em nível estadual, o que facilitou a estruturação do partido” OLIVEIRA, Lisandre Medianeira. *O PSD no Rio Grande do Sul: o diretório mais dissidente do país nas páginas do Diário de Notícias*. 270 f. Tese (Doutorado em História) – PUC, Porto Alegre, 2008. p. 44.

¹⁸ Conf. BODEA, Miguel. *Trabalhismo e Populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ediufrgs, 1992.

O PCB, de curta vida legal, tinha significativa influência no movimento operário-sindical, cujas bases encontravam-se nos centros urbanos. O PRP surge como herdeiro do integralismo da década de trinta, tendo sua influência, sobretudo na zona colonial (região de ocupação alemã e italiana). O PL (Partido Libertador), cujo expoente foi o político Raul Pilla, atraiu setores liberais do Estado¹⁹.

A UDN organizou-se no primeiro semestre de 1945, tendo em seus quadros nomes tradicionais da política sul-rio-grandense tais como: Borges de Medeiros, Flores da Cunha, Osvaldo Aranha, entre outros. “Não obstante o peso dessas importantes lideranças, o partido não conseguiu atrair grandes contingentes eleitorais para suas fileiras, talvez porque o momento político possibilitasse um leque maior de opções com roupagens diferenciadas das práticas políticas já implementadas por esses líderes”.²⁰

O ensaio eleitoral: as eleições de 1945 à Presidência da República no Rio Grande do Sul

Nas eleições de 2 de dezembro de 1945, o PSD foi o grande favorecido em todos os níveis de disputa. A vitória expressiva alcançada pelo PSD em nível nacional, também se refletiu no Rio Grande do Sul. O apoio de Getúlio Vargas, ainda que tardio, ao candidato pessedista, Eurico Gaspar Dutra, garantiu que este vencesse o candidato udenista, Eduardo Gomes. O candidato do PCB, Yedo Fiúza ficou em terceiro lugar.

O apoio de Vargas ao candidato Dutra ocorreu após um acordo das direções nacionais do PSD e do PTB, no qual, entre outras coisas, Dutra comprometera-se apoiar o programa petebista, bem como reconhecer a legislação trabalhista

¹⁹ “O caráter marginal da UDN, que ocupa no Rio Grande do Sul o 10º lugar nas eleições de 1947, se explica em parte, pelo fato do liberalismo regional concentrar-se, tradicionalmente, no Partido Libertador, inclusive atraindo intelectuais urbanos, de tradição católica, o que foi um fator decisivo, também no retardamento da fundação, somente em 1954, do Partido Democrata Cristão (PDC)” TRINDADE, Hélio, NOLL, Isabel. *Op. cit.*, p. 66-67-68.

²⁰ FLACH, Ângela; CARDOSO, Claudira. O sistema partidário a redemocratização (1945-1964). In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coord.). *História Geral do Rio Grande do Sul: República da revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. V.4. p. 62.

vigente. É provável que Vargas apoiou Dutra, exclusivamente, para evitar o mal que seria ver a UDN apossar-se do governo federal, legitimada, ainda por cima, pelo voto popular.

Os resultados das eleições demonstraram a força política de Getúlio Vargas, pois se elegeu senador pelo PTB de São Paulo e pelo PSD do Rio Grande do Sul. Além disso, foi eleito deputado federal em seis estados e no Distrito Federal. Portanto, a eleição majoritária – Presidência e Senado – representou uma vitória pessoal de Vargas no estado, confirmando o seu prestígio popular.

Segundo Carlos Cortés,

A eleição de 1945 revelou dois fatos políticos. O eleitorado rio-grandense rejeitou, enfaticamente, a tentativa dos velhos caciques políticos de restabelecer sua dominação estadual. Mais importante, o Rio Grande do Sul se revelou um domínio de Vargas; suas forças mantiveram um indiscutível controle sobre o estado. Pelo menos por enquanto, o antigetulismo não atraía o eleitor gaúcho.²¹

O fraco desempenho do PTB nas respectivas eleições está vinculado diretamente a dois fatores fundamentais: o relativo desinteresse de Pasqualini e seus seguidores da USB nas eleições nacionais e a não receptividade dos trabalhistas diante da candidatura pessedista de Dutra. Os membros petebistas originários da União Social Brasileira estavam com os interesses voltados para a promoção de Pasqualini ao governo estadual, e mantinham aversão a candidaturas militares à Presidência.

Para Bodea,

Com a abstenção eleitoral da USB, a hostilidade dos líderes sindicais em relação à Dutra, o não envolvimento ativo do PTB gaúcho na campanha presidencial e uma nominata de candidatos desconhecidos do eleitorado – à exceção do próprio Getúlio, incluindo como candidato a deputado federal – o PTB teria poucos resultados neste primeiro teste eleitoral. Além dos fatores já aludidos acima, adicionava-se outra dificuldade tática insuperável: Getúlio aceitara concorrer para o senado na chapa do PSD. Isso inviabilizava candidaturas senatoriais do PTB. Como concorrer contra aquele que era considerado o mentor e líder de fato do novo partido? Nem mesmo Pasqualini estava disposto a correr tal risco. A consolidação do partido, em termos eleitorais, teria de esperar pelas eleições estaduais.²²

²¹ CORTÉS, Carlos E. *Política Gaúcha 1930-1964*. Porto Alegre: Edipucrs, 2007, p. 188.

²² BODEA, Miguel. *Op. cit.*, p. 33.

Para o PSD as eleições representaram a hegemonia política em âmbito estadual. Tanto o apoio de Vargas, com a candidatura ao senado, pela legenda pessedista, quanto à estrutura das interventorias podem explicar o sucesso do partido. Enquanto o PTB recebeu somente o quarto lugar em número de votos no estado, ficando atrás da UDN e do PL. Já, o desempenho comunista ficou um pouco atrás do PTB e o PRP, com quociente eleitoral insuficiente, não elegeu representantes.

Walter Jobim (PSD/PRP/PCB) e Alberto Pasqualini (PTB): a disputa eleitoral de 1947

As eleições de 1947 foram realizadas para os cargos de governador do Estado, senador e deputado estadual. Foram lançadas três candidaturas para os pleitos majoritários ao governo estadual: Walter Jobim, apoiado pela coligação PSD/PRP/PCB; Alberto Pasqualini pelo PTB e Décio Martins Costa com o apoio da UDN/PL. Ressalta-se que, a partir desta eleição, consolidou-se a disputa entre o PSD e o PTB no Rio Grande do Sul.

Walter Jobim havia sido lançado candidato ao cargo de governador do Estado pela convenção pessedista desde julho de 1945, sendo que Getúlio Vargas comprometera-se com a respectiva candidatura em novembro daquele ano. Não obstante, Vargas procurou fortalecer o PTB regional com o intuito de consolidar um partido alternativo ao PSD. Para isso, delegou ao político Loureiro da Silva a incumbência de reestruturar o PTB regional e incentivou o ingresso de alguns políticos pessedistas para os quadros petebistas.

Apesar do crescimento do PTB, Vargas posicionou-se a favor de uma aliança PSD/PTB, por ser contrário a uma eventual candidatura própria por parte dos petebistas. Porém, a dinâmica estadual foge ao controle estrito de Getúlio Vargas. Além do crescente apoio à candidatura de Pasqualini - *a priori* lançada pela USB - também se evidenciou a ojeriza da ala trabalhista do PTB em relação ao PSD, sobretudo em relação às medidas repressivas do governo Dutra contra as greves e os movimentos sindicais. Em novembro de 1946 ocorreu a fusão definitiva USB-PTB em torno da candidatura Pasqualini.²³

²³ CÂNEPA, Mercedes Maria Loguercio. *Op. cit.*, p. 115.

Getúlio Vargas – então senador pelo PSD-RS – foi convidado para presidir a convenção estadual do PTB nos dias 11 e 12 de novembro de 1946, tendo a difícil tarefa de lançar a candidatura Pasqualini ao cargo de governador do Estado. Apesar do caráter ambíguo de Vargas referente às candidaturas para o cargo majoritário estadual, no decorrer da campanha ocorreu a definição em favor de Pasqualini em detrimento de Walter Jobim.

Já na posição de candidato ao governo estadual pelo PTB, Alberto Pasqualini expôs sua plataforma de governo. Em primeiro lugar deixou claro que o “trabalhismo” não é antagônico ao capitalismo, pois é a favor do capital privado. Contudo, refutou o “capitalismo individualista” que explora a maioria da população e beneficia uma minoria “parasita”. Entre o capitalismo individualista e a supressão do capital privado, há uma posição intermediária: o “solidarismo”, permeado pelo sentimento cristão que almeja a “justiça social”. Para tanto, é fundamental a atuação do Estado. Pasqualini abordou os problemas da habitação e da educação no Estado, as carências dos trabalhadores urbanos e rurais, bem como a necessidade de ampliar as garantias do funcionalismo público.²⁴

A candidatura petebista e a união da UDN-PL em torno do candidato Décio Martins Costa fizeram com que o PSD buscasse novas alianças e conseguiram o apoio de dois partidos: o PRP e o PCB.

De acordo com Bodea,

Para o PC tratava-se de combater o social-reformismo de Pasqualini e evitar, sobretudo, que o trabalhismo se consolidasse ao nível do movimento sindical gaúcho [...] o PRP, por sua vez, foi sensibilizado a entrar em acordo com o PSD por razões diametralmente opostas: tratava-se de combater o perigo “vermelho” que representaria a candidatura Pasqualini. Com forte penetração entre os pequenos e médios proprietários agrícolas das zonas de colonização alemã e italiana, o PRP ficaria encarregado de bloquear o avanço pasqualinista nas camadas médias e baixas do mundo rural, enquanto o PC procuraria dificultar-lhe a caminhada no meio operário urbano.²⁵

No comício de 29 de novembro de 1946, finalmente Vargas se define em favor de Pasqualini. O discurso de Getúlio Vargas assumiu um tom agressivo,

²⁴ *Diário de Notícias*, 12 de novembro de 1946, p. 10-14.

²⁵ BODEA, Miguel. *Op. cit.*, p. 39.

acusou o PSD de reacionário e defendeu uma postura “antiimperialista”.²⁶ Em seu discurso, publicado na página político-partidária, o candidato petebista Alberto Pasqualini endossou as palavras de Vargas.

De um lado, permanecem estagnadas as águas do passado, - águas que já não logram impulsionar moinhos da opinião pública, águas que o povo já não quer mais navegar. De outro lado, está se formando a nova caudal, a caudal trabalhista, que cada dia mais cresce e cada dia mais se avoluma para constituir o grande estuário dos ideais e das esperanças de um povo.²⁷

A reação pessedista foi instantânea, sendo que a Executiva do PSD sul-riograndense repeliu a atitude de Vargas e o afastou do partido. O jornal Diário de Notícias deu total cobertura ao processo de expulsão de Vargas do PSD estadual, promovido pela ala dutrista. A ruptura entre Vargas - que defendeu a manutenção de sua cadeira no Senado, uma vez que foi eleito em várias unidades da federação e sua inscrição feita pelo PSD-PTB - e o PSD local aceleraria a saída de políticos getulistas do partido, sendo que esta fora uma etapa importante de “desgetulização” nos quadros pessedistas. Após o discurso do dia 29 de novembro de 1946, Vargas se afastou da campanha eleitoral no Rio Grande do Sul e suas intervenções ocorreram somente momentos antes das eleições através do envio de mensagens de apoio a Pasqualini.

Neste momento, surgiu a terceira corrente formadora do PTB: trata-se da pragmático-getulista. *Grosso modo*, essencialmente composta por “políticos profissionais” oriundos do PSD e que passaram a fazer parte dos quadros petebistas através da influência direta ou indireta de Vargas. O processo de formação se completaria com o PSDA (Partido Social Democrático Autonomista), pró-Vargas, em 1950, bem como a sua aliança e absorção pelo PTB, a partir daquele ano.²⁸

Os meses de dezembro de 1946 e janeiro de 1947 foram de efervescência na disputa eleitoral, onde os candidatos percorreram o interior do Estado objetivando aglutinar contingentes eleitorais e a zona colonial foi o campo de batalha eleitoral na fase final da campanha política. O PTB necessitava penetrar neste

²⁶ *Idem, ibidem*, p. 42.

²⁷ *Diário de Notícias*, 30 de novembro de 1946, p. 06.

²⁸ BODEA, Miguel. *Op. cit.*, p. 28.

eleitorado, porém a barreira formada pela aliança PSD-PRP e pelo clero católico dificultava tal empreitada.

Em um contexto de agitação operária e sindical que acirrava ainda mais o embate eleitoral, os resultados das urnas deram a vitória ao candidato pessedista Walter Jobim (PSD-PRP-PCB) com 41,23%, Alberto Pasqualini ficou em segundo lugar com 37,54% e em terceiro o candidato Décio Martins Costa (PL-UDN) com 18,91% dos votos.²⁹ Mesmo assim, o pleito de 1947 demonstrou um grande crescimento do PTB como força eleitoral estadual e revelou o predomínio petebista na capital rio-grandense.

Miguel Bodea cita cinco causas da derrota de Pasqualini nas eleições de 1947 para o governo do Estado. Em primeiro lugar, o apoio da máquina governamental, sob a chefia do interventor pessedista Cylon Rosa, ao candidato Walter Jobim. Em segundo, a incipiente estrutura do PTB no interior do Estado. Em terceiro, a hostilidade de setores da Igreja Católica em relação ao candidato petebista. Em quarto, a estratégica aliança do PSD-PRP nas regiões de colonização alemã e italiana, sobretudo entre os pequenos e médios proprietários agrícolas. Em quinto, a divisão do voto operário urbano provocada pelo apoio dos comunistas à candidatura do PSD.³⁰

O caráter “cristão” e “democrático” de partidos e candidatos

Nas eleições de 1947, o caráter cristão e democrático dos partidos políticos e dos candidatos tornou-se premissa básica no que concerne à aceitabilidade frente ao eleitorado rio-grandense. Por isso, pessedistas e petebistas, através das páginas político-partidárias e “A Pedidos”, procuravam demonstrar o perfil cristão e democrático de seus programas e ao mesmo tempo, desqualificar os opositores políticos, acusando-os de não possuírem tal perfil.

O PSD definiu-se de acordo com o próprio programa partidário: a favor da “igualdade de oportunidades”. De um lado, criticou o liberalismo exacerbado

²⁹ CÂNEPA, Mercedes Maria Loguercio. *Op.cit.*, p. 117.

³⁰ BODEA, Miguel. *Op.cit.*, p. 53-55.

que é criador do “capitalismo pagão”; de outro, exortou qualquer afinidade com o comunismo, considerando-o “essencialmente mau”.³¹ Encontram-se presentes, no discurso pessedista, acusações diretas ao PTB, caracterizando os petebistas como demagogos e adeptos do totalitarismo.³² Além disso, foram feitos ataques diretos ao candidato Alberto Pasqualini, sobretudo acusando-o de comunista.³³

De acordo com a página político-partidária pessedista, o PSD se autodenominava social, democrata e cristão.

Sem ser um partido capitalista, sem ter quaisquer compromissos de formação ideológica com os princípios do liberalismo burguês, mas sendo, como é, social e democrático, busca atender, numa conciliação econômico-política, de ordem iminentemente cristã, os interesses da produção, da distribuição e do consumo [...] não somos um partido de classe; somos e queremos ser, puro e simplesmente um partido do povo, sem para isso recorreremos aos artifícios da nomenclatura. Seremos, assim, a força controladora da nação, e falaremos em nome do povo, protestaremos em nome do povo e faremos política em benefício do povo, porque tal não constitui, privilégios de agitadores impenitentes, na sua faina de pregação demagógica.³⁴

Em campanha pelo interior do Estado, o candidato Alberto Pasqualini expôs sua doutrina visando dar clareza às colocações de conteúdo programático e doutrinário. Ao contrário do que ocorria em nível nacional, no discurso pasqualinista do respectivo contexto, é notória a ausência referente à liderança de Vargas. No comício realizado em 14 de dezembro de 1946, no município de Caxias do Sul, Alberto Pasqualini transmitiu didaticamente o seu pensamento político.

Refutou o “capitalismo individualista” e o “totalitarismo comunista” – demonstrou posição contrária à coletivização dos meios de produção no Brasil – e fez referência à existência de um “capitalismo solidarista” através de legislação justa que regule o capital e o trabalho. Pasqualini ressaltou a incompatibilidade do trabalhismo com o comunismo e afirmou que a sua doutrina estava permeada pelo pensamento cristão, com embasamento nas encíclicas sociais da Igreja

³¹ *Diário de Notícias*, 06 de dezembro de 1946, p. 08.

³² *Idem*, 08 de dezembro de 1946, p. 24.

³³ *Idem*, 12 de janeiro de 1947, p. 11.

³⁴ *Idem*, 11 de dezembro de 1946, p. 10.

Católica. Por fim, defendeu uma política de “crédito agrícola” para os pequenos produtores e respectivas cooperativas.³⁵

Tanto pessedistas quanto petebistas buscavam representar para a coletividade – através da ênfase no “caráter cristão” de suas diretrizes políticas – aquilo que dava sentido à sociedade rio-grandense naquele contexto: os valores cristãos, sobretudo os arraigados no espaço rural, devido à forte influência da Igreja Católica. Portanto, tal discurso encontrava espaço naquele contexto social, estruturado para se tornar de cunho ideológico.

Percebe-se o Diário de Notícias como uma “tribuna política”, da qual os partidos, através das suas respectivas páginas político-partidárias, transmitiam suas formas simbólicas. Ressalta-se que as estratégias de construções simbólicas são instrumentos com que as formas simbólicas são capazes de criar e sustentar relações de dominação. No decorrer dessa análise, tornou-se perceptível que ambos os partidos utilizaram na campanha eleitoral, como modo de operação da ideologia, aquilo que Thompson denomina de legitimação.

Essa pode ser entendida através de relações de dominação representadas como legítimas, isto é, como justas e dignas de apoio. Thompson cita Weber e respectiva caracterização das três formas de legitimação do poder: tradição, razão ou legalidade e carisma.

Weber distinguiu três tipos de fundamentos sobre os quais afirmações de legitimação podem estar baseadas: fundamentos racionais (que fazem apelo à legalidade de regras dadas), fundamentos tradicionais (que fazem apelo à sacralidade de tradições imemoriais) e fundamentos carismáticos (que fazem apelo ao caráter excepcional de uma pessoa individual que exerça autoridade).³⁶

As estratégias, tanto pessedista quanto petebistas estavam fundamentadas no apelo à sacralidade de tradições imemoriais. Assim, o PSD e o PTB procuravam demonstrar que eram propagadores e defensores das tradições cristãs. Uma estratégia típica é a racionalização, ou seja, os partidos buscaram demonstrar, através de uma cadeia de raciocínio, o zelo pelos valores democráticos e pelas questões sociais, bem como o perfil notavelmente cristão.

³⁵ *Idem*, 17 de dezembro de 1946, p. 2-9.

³⁶ THOMPSON, John B. *Ideologia...*, *Op. Cit.*, 1995, p. 82.

O anticomunismo como estratégia eleitoral

O anticomunismo permeou o processo eleitoral local no Rio Grande do Sul e esta estratégia fora utilizada pelos dois partidos, para auferir votos. Nas eleições de 1947, embora o apoio do PCB ao candidato Walter Jobim fosse público, os pessedistas rejeitaram peremptoriamente tal apoio por receio de entrar em atrito com a Igreja Católica, uma vez que a LEC (Liga Eleitoral Católica) orientava o eleitorado católico a não votar em candidatos esquerdistas, sobretudo do Partido Comunista Brasileiro.

O próprio PSD transcreveu uma nota da LEC para demonstrar que a Igreja Católica não condenou a sua campanha política:

São os seguintes os candidatos que, até a presente data, responderam favoravelmente aos quesitos formulados e podem ser sufragados pelo eleitorado da LEC: Para o cargo de governador do Estado: Alberto Pasqualini, Décio Martins Costa e Valter Jobim.³⁷

A atitude de Luís Carlos Prestes, figura exponencial do comunismo brasileiro, de apoiar Walter Jobim foi utilizada intensivamente pelos petebistas como arma política contra o PSD. Na página político-partidária do PTB, no jornal *Diário de Notícias*, foi publicada uma matéria intitulada “Tenebrosa e Sinistra Aliança” que denunciava o acordo pessedista tanto com os integralistas quanto com os comunistas para desestabilizar a democracia no Estado.

Valter Jobim é o candidato que, mais próximo do pensamento oculto da ação partidária ostensiva dos defensores do credo vermelho no Brasil, deve merecer os sufrágios do partido que funciona como um anexo da organização internacional de Moscou.³⁸

Os petebistas apelaram ao eleitorado sul-rio-grandense, em tom de alerta: “Prestes ordenou ao Rio Grande que votasse contra Getúlio Vargas. Gaúcho, não permitas que tua terra seja equiparada a uma província soviética. Vota a favor de Getulio Vargas, vota em Alberto Pasqualini”.³⁹

Na página político-partidária petebista, no jornal *Diário de Notícias*, é notório o anticomunismo:

³⁷ *Diário de Notícias*, 05 de janeiro de 1947, p. 06.

³⁸ *Idem*, 14 de janeiro de 1947, p. 13.

³⁹ *Idem*.

Não podendo, de forma alguma, atacar Pasqualini em seu notável programa, impotentes ante a avalanche trabalhista que domina todo o Rio Grande do Sul, resolveram, então, os inescrupulosos, usar o velho truque, tão comum, de acoi-mar de comunista todos aqueles que discordassem de suas idéias. Enfim, tudo fizeram os nossos desesperados adversários do PSD para conseguir afastar um concorrente incomodo. E que aconteceu? Aconteceu o que aí está: o sr. Valter Jobim apoiado, franca e irrestritamente, pelos comunistas! Quer isso dizer que o candidato que mais se aproxima dos interesses ocultos dos comunistas é o mesmo candidato do PSD, partido que se diz cristão. ⁴⁰

Já, na página político-partidária do PSD, no Diário de Notícias, este partido defendeu-se de tais acusações, sobretudo repudiando o apoio de Prestes e indo além, ao insinuar que o apoio público do líder comunista seria premeditado, com objetivo de melhorar a imagem de Alberto Pasqualini perante o eleitorado católico, em detrimento de Walter Jobim. ⁴¹

Afirmava a propaganda pessedista:

O sr. Pasqualini se diz anti-comunista. Sim, porque ele é um moço inteligente. Ele sabe, e também o mestre Prestes, que o Rio Grande não aceita um [...] comunista; que pelo contrário, uma das qualidades que dever ter um cidadão, para merecer confiança do gaúcho é ser anti-comunista. ⁴²

No entanto, os petebistas persistiram sistematicamente na acusação referente ao apoio dos comunistas à candidatura pessedistas. Tanto que o seu principal *slogan* no período centrava-se na necessidade de votar em Pasqualini para salvarguardar o Brasil e o Rio Grande do Sul da influência comunista. ⁴³

Apesar de um processo vertiginoso de crescimento da população urbana, sobretudo a partir da década de 1950, a maior parte da população do Rio Grande do Sul vivia no meio rural e era fortemente influenciada pela Igreja Católica. As transformações socioculturais advindas da modernização da agricultura faziam com que a Igreja reagisse frente a tais mudanças, com o intuito de manter sua

⁴⁰ *Idem*, 15 de janeiro de 1947, p. 05.

⁴¹ Constata-se que através das análises dos textos produzidos nas páginas político-partidárias podemos analisar a construção simbólica do conteúdo político tanto do PSD quanto do PTB por meio do espaço utilizado na imprensa e consequentemente com linguagem jornalística.

⁴² *Diário de Notícias*, 15 de janeiro de 1947, p. 09.

⁴³ *Idem*, 16 de janeiro de 1947, p. 08.

influência diante das populações rurais. Também, o processo de laicização - separação do Estado da Igreja - e de secularização - perda ou enfraquecimento dos valores religiosos cristãos na vida dos fiéis - fizeram com que a Igreja se manifestasse diante dessas mudanças.

A laicização e a secularização eram entendidas como causadoras dos males enfrentados pela humanidade, tais como as guerras, as injustiças, a destruição das famílias, etc. Tudo isso seria um campo fértil para o surgimento de algo mais perigoso, ou seja, do comunismo. Portanto, justifica-se a preocupação dos políticos que, almejando a popularidade entre as comunidades rurais, deveriam afastar-se de qualquer relação que os remetesse ao comunismo.⁴⁴

Segundo Carla Simone Rodeghero,

Ser católico e ser anticomunista eram virtudes fundamentais a ser cultivadas por aqueles que se envolvessem em política, por isso, os candidatos procuravam deixar clara a sua identidade católica anticomunista nas suas falas, o que também ocorreu nas designações dos grupos que mandavam publicar manifestos e propagandas no jornal sem se identificarem ou revelarem o partido a que pertenciam.⁴⁵

De acordo com a concepção de ideologia de Thompson, pode-se observar que o modo de operação da ideologia que prevaleceu na respectiva campanha eleitoral, através dos textos produzidos pelos partidos e reproduzidos em jornal, nas páginas político-partidárias foi a fragmentação. A diferenciação e o expurgo do outro são estratégias típicas desse modo de operação da ideologia.

Segundo Thompson,

[...] diferenciação – isto é – ênfase que é dada às distinções, diferenças e divisões entre pessoas e grupos, apoiando as características que os desunem e os impedem de constituir um desafio efetivo às relações existentes, ou um participante efetivo no exercício do poder. Outra estratégia pertinente pode ser descrita como o expurgo do outro. Essa estratégia envolve a construção de um inimigo, seja ele interno ou externo, que é retratado como mau, perigoso e ameaçador e contra o qual os indivíduos são chamados a resistir coletivamente ou a expurgá-lo. Essa estratégia, muitas vezes, sobrepõe-se com estratégias

⁴⁴ RODEGHERO, Carla Simone. *O Diabo é vermelho: imaginário anticomunista e igreja católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Passo Fundo: Ediupf, 1998, p. 136.

⁴⁵ *Idem, ibidem*, p. 109.

que têm como fim a unificação, pois o inimigo é tratado como desafio, ou ameaça, diante do qual as pessoas devem se unir [...].⁴⁶

No caso específico das eleições de 1947, a diferenciação foi utilizada pelo PSD e pelo PTB. A estratégia ocorreu através da construção simbólica, com o objetivo de diferenciar o candidato cristão, ordeiro e democrático do candidato comunista, desordeiro e totalitarista. Outra estratégia - o expurgo do outro - consistiu na construção do inimigo, ou seja, o comunismo. Apesar de a última estratégia ser utilizada por ambos os partidos, o PTB foi mais enfático, sobretudo na fase final da campanha eleitoral.

Os últimos dias de campanha política pessedista giraram em torno do repúdio aos comunistas. Pela primeira vez, a propaganda política é estampada na capa do jornal *Diário de Notícias*, espaço habitualmente reservado às notícias internacionais. Destacou-se uma imagem de Walter Jobim e o *slogan* “Rio-Grandense: Este é o teu governador”, seguindo-se frases de aversão ao apoio comunista e a transcrição de uma nota da LEC afirmando não ter alterado sua posição em relação ao respectivo candidato devido à repulsa deste a qualquer tipo de aproximação com o comunismo.⁴⁷

Todavia, o PTB não arrefeceu a estratégia de utilizar o discurso anticomunista em detrimento de Walter Jobim. Em uma montagem de imagem publicada através de um “A pedido”, com o título: “Este é o teu governador católico”, o rosto do candidato pessedista se assemelhava ao de Josef Stalin, pois foram acrescentados à figura de Walter Jobim um falso bigode e um gorro russo.⁴⁸

Observa-se na disputa eleitoral, outro modo de operação da ideologia preconizado por Thompson: a dissimulação. A ideologia como dissimulação pode ser expressa em formas simbólicas, através de várias estratégias. Uma delas é o deslocamento, usada principalmente pelos petebistas em detrimento de Walter Jobim. Costumeiramente usado para se referir a um determinado objeto ou pessoa, é usado para se referir a um outro e, com isso, por exemplo, conotações ne-

⁴⁶ THOMPSON, John B. *Ideologia...*, *Op. Cit.*, p. 87.

⁴⁷ *Diário de Notícias*, 16 de janeiro de 1947, p. capa; *Idem*, 17 de janeiro de 1947, p. capa; *Idem*, 18 de janeiro, p. capa; *Idem*, 19 de janeiro de 1947, p. capa.

⁴⁸ *Idem*, 18 de janeiro de 1947, p. 10

gativas são transferidas para outro objeto ou pessoa.⁴⁹ Nesse sentido, se associou Walter Jobim a Josef Stalin objetivando a transferência de implicações inerentes ao respectivo deslocamento.

A batalha pelo voto na zona colonial

Reafirma-se que, nas eleições de 1947, a zona colonial do Rio Grande do Sul foi cenário de embates diretos entre pessedistas e petebistas. Nas páginas político-partidárias pagas ao Diário de Notícias pelos respectivos partidos, notabilizou-se avultado número de discussões girando em torno da questão colonial. Em um “A pedido”, intitulado: “A região colonial e o PSD”, faz-se uma dura crítica ao processo de nacionalização efetuado pelo Estado Novo, na conjuntura da Segunda Guerra Mundial.

Está ainda viva na lembrança das populações dos municípios coloniais, os vexames, as perseguições e as afrontas sofridas [...] quem nesse tempo mandava [...] no Brasil? O sr. Getulio Vargas! [...] Nada fez pela colônia o sr. Alberto Pasqualini.⁵⁰

O PSD, através da utilização de panfletos escritos em italiano e alemão, associava os trabalhistas aos comunistas. Um “A pedido” publicado pelo PTB, intitulado: “Revivem, através do PSD, os métodos da camarilha nazista que ensangüentou o mundo e degradou a humanidade”, analisou a reprodução de um texto publicado em alemão pelos pessedistas.

O que causa indignação não é propriamente o fato de estar redigido numa língua estrangeira [...] O que repugna nesse boletim é a linguagem nazista [...] Hitler, Himmler, Goebbels et caterva começaram assim e, a pretexto de combater o comunismo escravizaram todo o povo alemão [...] Não contente de fazer uma aliança como o integralismo, o PSD usando a mesma técnica do nazismo, procura difamar os verdadeiros partidos democráticos, como o Partido Trabalhista, que nada tem a ver com o Partido Comunista.⁵¹

Walter Jobim defendeu-se por meio de um discurso publicado na página política do partido no jornal Diário de Notícias. O candidato pessedista esclareceu

⁴⁹ THOMPSON, Johan B. *Ideologia...*, *op. cit.*, p. 83-84

⁵⁰ *Diário de Notícias*, 06 de dezembro de 1946, p. 08.

⁵¹ *Idem*, 03 de janeiro de 1947, p. 06.

sua posição concernente ao totalitarismo, ou seja, repudiando todas as formas de ditadura e evocando o “amor pela liberdade” que caracteriza o brasileiro e, de modo especial, o rio-grandense. “O totalitarismo é planta daninha que não encontra ambiente para florescer em terras brasileiras”.⁵² Em contrapartida, o PSD também acusou o PTB de atitudes racistas e ludibriasas: “Vem procurando suscitar na região colonial italiana a luta racial, com os slogans de que Pasqualini é [...] “enviado do governo da Itália para proteger os italianos do Rio Grande”, etc.”⁵³

Em síntese, torna-se perceptível que os aspectos relacionados ao “caráter cristão e democrático” dos partidos e candidatos, bem como a estratégia anticomunista estão interligados à disputa eleitoral na zona colonial do Estado. Assim como a fragmentação – modo de operação da ideologia estabelecido por Thompson – e as estratégias de diferenciação e de expurgo do outro foram utilizadas de forma sistemática.

Conclusão

A política está presente nas mediações das relações estabelecidas entre sujeitos na sociedade. As dimensões dela, no universo humano e social, são complexas, pois envolvem ações humanas imbuídas de relações de poder dentro da sociedade. Ela é atividade que se relaciona com a conquista, o exercício e a prática do poder e isso permite afirmar que os partidos são políticos, porque têm a finalidade de chegar ao poder.

A campanha eleitoral é inerente à disputa entre os partidos políticos pelo poder. O poder simbólico, utilizado por eles, representa a capacidade de intervir no curso dos acontecimentos e de influenciar as ações dos outros. As estratégias de construções simbólicas são instrumentos com os quais as formas simbólicas são capazes de criar e de sustentar relações de dominação. Essas estratégias ideológicas facilitam a mobilização de sentido em sociedades estruturadas. Portanto, a ideologia está permeada pelas relações de poder e de dominação.

A imprensa, por exemplo, é importante mecanismo de elaboração de representações possuidoras de um conteúdo político. O envolvimento dela na produ-

⁵² *Idem*, 14 de janeiro de 1947, p. 08.

⁵³ *Idem*, 14 de janeiro de 1947, p. 08.

ção e divulgação de fatos sociais resulta, inevitavelmente, na tomada de decisões em relação ao jogo político, isto é, ela se torna um ator político. O poder da imprensa está nas condições de produção do discurso e este, dependendo do contexto em que aparece, acaba adquirindo representatividade e tornando-se legítimo. Também, ao produzir representações de uma intencionalidade política, a imprensa atua no campo da ideologia.

Seguindo os modos de operação da ideologia propostos por John Thompson, percebe-se que, na disputa eleitoral para o cargo de governador do Rio Grande do Sul (1947) – entre pessedistas e petebistas – as relações de dominação se estabeleceram e se sustentaram quando apresentadas como legítimas, isto é, dignas de apoio e justificadas. Constrói-se uma racionalização, onde se procura defender ou justificar os interesses dos respectivos partidos, algo que é digno de apoio e que são apresentados como interesses de todos. Então, elas são estabelecidas onde se concretiza a universalização – identidade coletiva – ou quando se segmentam indivíduos e grupos através da retratação de algo nocivo que deve ser combatido e expurgado.

Nas eleições de 1947, percebe-se que alguns modos de operação da ideologia foram utilizados tanto pelo PSD, de Walter Jobim, quanto pelo PTB, de Alberto Pasqualini, através das páginas político-partidárias e “A Pedidos” produzidos pelos respectivos partidos e reproduzidos no jornal Diário de Notícias. Ambos os partidos buscaram a legitimação por meio da estratégia da racionalização: demonstrar, através de uma cadeia de raciocínio, o zelo pelos valores democráticos e pelas questões sociais, bem como o perfil notavelmente cristão de seus programas. Além disso, encontra-se a fragmentação permeada pelo anticomunismo. No que diz respeito ao anticomunismo, naquele contexto, o PTB, foi mais enfático, inclusive utilizando a dissimulação como modo de operação da ideologia.

É possível afirmar que as formas simbólicas apresentadas tornaram-se ideológicas em decorrência das circunstâncias sócio-históricas do referido contexto. A influência da Igreja Católica, sobretudo nas comunidades rurais e o alinhamento incondicional do governo brasileiro aos Estados Unidos em plena Guerra Fria eram fatores imprescindíveis a serem considerados nas campanhas eleitorais. Sendo assim, o discurso político acaba adquirindo representatividade tornando-se legítimo.

Conclui-se esse estudo, não pelo esgotamento do assunto, mas por ser preciso dar-lhe um ponto final, ressalta-se que não se pretendeu demonstrar a veracidade ou a falsidade das formas simbólicas, pois o interesse é perceber como essas formas servem, em circunstâncias particulares, para estabelecer e sustentar relações de dominação. Também, destaca-se ter sido analisada a produção do discurso e não a recepção, bem como um modesto avanço no campo dos enfrentamentos diretos entre pessedistas e petebistas em termos de historiografia.

Práticas e negociações [políticas] na grande imprensa de Fortaleza (1928-1990)

Matilde de Lima Brilhante*

O propósito, com as questões apresentadas nesse texto, é pensar a imprensa escrita de Fortaleza dentro do que veio a ser chamado *grande imprensa* e as tramas – muitas vezes políticas – envolvendo esse campo de atuação. Para tanto, consideramos que os jornais *O Povo* e *Diário do Nordeste* nos ajuda a perceber e analisar as negociações entre empresas jornalísticas e grupos políticos de destaque, na capital cearense. Sabendo que esses grupos jornalísticos adota[ra]m a mídia impressa para defesa de seus interesses, faz-se necessário estabelecer uma relação entre as empresas jornalísticas e os jogos político em que se envolveram, e assim, perceber o lugar de produção desses periódicos. Entendo por lugar de produção um dado lugar social, onde se vivencia conflitos e negociações. Assim, tornou-se visível a construção de um diálogo entre a imprensa e o poder político; relação essa que se transforma de acordo com os interesses de um dado momento.

Palavras-chave: Grande imprensa; política; negociações.

Introdução.

Nosso objeto de estudo, qual seja as negociações entre imprensa e política, situa-se num recorte temporal marcado pela transição de regime político brasileiro: a década de 1980. Para o processo histórico brasileiro, esse período representou o resultado das lutas de diversos setores da sociedade contra a permanência de um regime político autoritário (que iniciara em 1964) baseado em um presidencialismo exacerbado de caráter militar, muito embora, tenha se firmado com a colaboração e auxílio de setores da sociedade civil. Assim, concordamos com os historiadores que definem esse

* Mestre em História e Culturas pela Universidade Estadual do Ceará. matildebrilhante83@yahoo.com.br

Seeks, with the questions presented in this text, to think the press of Fortaleza in what came to be called mainstream media and the plots - often political - involving this act field. For this, we consider that the newspapers *O Povo* and *Diário do Nordeste* helps us understand and analyze the negotiations between media companies and political groups prominent in Fortaleza. Knowing that these groups journalistic adopted the print media to defend their interests, it is necessary to establish a relationship

between newspapers and their place of production. I understand by place of production as a social place where one experiences conflict and negotiations. Thus, it became apparent the construction of a dialogue between the press and political power, although this relationship that transforms according to the interests of a given time.

Keywords: Mainstream media; politics; negotiations.

período no Brasil como uma *ditadura civil-militar*, e transitando nessa perspectiva nos é permitido afirmar que os militares que estiveram a frente da implementação e consolidação desse regime puderam contar, muitas vezes, com apoio de instituições civis.¹

Tendo a União concentrado grande poder de decisão, a participação política da população estabeleceu-se a margem da legalidade do regime, já que uma legislação de caráter repressivo apresentava restrições à liberdade de organização, expressão e manifestação política, além de desconsiderar a intervenção eleitoral pelo voto direto. Sendo que o direito a estas formas de participação política – ou a negação destas - passava a ser compreendido num sentido mais amplo, que não apenas restrito a uma participação tornada pública, mas, assumia uma significação de cidadania. Ou seja, as diversas possibilidades de expressão política significavam um tornar-se cidadão, como uma condição política, mas também, como uma valoração do indivíduo como possuidor de um agir no mundo. Portanto, a privação desse direito retirava, além da liberdade política, o sentimento de sujeito de ação cívica.

Para modificar esse quadro, entre a segunda metade da década de 1970 e a primeira metade da década seguinte, as lutas pelo retorno à democracia se intensificam iniciando a construção do que Maria Paula Nascimento Araújo² chama

¹ ROLLEMBERG, Denise. “Memória, Opinião e Cultura Política. A Ordem dos Advogados do Brasil sob a Ditadura (1964-1974)”. In: Daniel Aarão Reis; Denis Rolland. (Orgs.). *Modernidades Alternativas*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2008, p. 57-96. Segundo esta historiadora a Associação Brasileira de Imprensa (ABI); a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a CNBB, ou alguns membros destas instituições, estiveram em colaboração com o regime ditatorial. No entanto, esse apoio não se deu de forma fixa até o final do regime, em outros momentos, mais

de *cena política legal ou pública*. Nas análises da autora, esta cena surge como uma tentativa de tornar visível o movimento de oposição à forma de governo vigente, assim o processo de transição é marcado pela atuação de um movimento político de oposição, reunindo amplos setores da sociedade e com forte presença de partidos e organizações considerados de esquerda. É, também, marcada pela pluralidade de atores políticos na cena pública.

A imprensa como instrumento de expressão de uma dada visão de mundo [moldada por interesses políticos, econômicos e ideológicos] compõe essa cena política legal e sua produção teve grande peso nas discussões políticas.

Embora seja problemático definirmos o que pode ser considerado grande imprensa na cidade de Fortaleza durante a década de 1980, faremos um esforço no sentido de elencar elementos que nos seja possível desvelar a estrutura dos jornais estudados, dispondo de recursos teóricos, mas também, pensando essa definição a partir de uma análise empírica.

Inserimos os jornais *O Povo* e *Diário do Nordeste* no quadro que delimitamos como grande imprensa. Os pontos que os colocam nesta categoria podem ser percebidos através dos seguintes aspectos: consolidação destes enquanto empresa jornalística; produção a partir de um desenvolvido parque gráfico; expressiva circulação destes jornais; seu potencial enquanto formador de opinião; forma de apresentação das matérias publicada; um considerado número de anunciantes (fonte de recursos financeiros dos jornais). Aspectos estes que os colocam numa posição vantajosa – no mercado – sobre os demais concorrentes.

Nelson Werneck Sodré vê a passagem do século XIX para o XX marcada por um período de transição na imprensa brasileira, em que o jornal ingressava definitivamente na fase industrial, fazendo surgir a chamada grande imprensa, constituindo-se, a partir de então, como empresa e mesmo as consideradas pequenas empresas deveriam manter uma estrutura comercial nos moldes exigidos

especificamente a partir de meados dos anos de 1970, esses colaboradores tornaram-se oposição. Isso nos dá a pensar na complexidade em apontar, de forma categórica, quem ou que instituições foram colaboradoras ou opositoras ao regime, pois em vinte anos de ditadura civil-militar os interesses destes mudaram e com isso suas posições no cenário político.

² ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. A luta democrática contra o regime militar na década de 1970. In: REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004, p. 161-175.

pelo mercado: divisão do trabalho em setor específico e a consolidação do poder de atrair capital³. Está, nesses termos, colocado que a grande imprensa substituiu a pequena imprensa (esta considerada como empreendimento individual, uma espécie de aventura de seus proprietários) nesse período, ocasionando a superação desta última, ao menos nas grandes cidades. *Grande imprensa*, portanto, demarcaria a posição do jornal como empresa instaurada na ordem capitalista. Enquanto que a pequena imprensa é aquela que opera em regiões de modestos recursos publicitários, e cuja circulação está longe de cobrir o investimento diário a que está obrigada, estando condenada ao paulatino desaparecimento, pela total impossibilidade de sobrevivência econômica.

Considerando apenas essa posição, temos que, a partir desse período de transição, não mais faria sentido falar-se em uma grande imprensa já que a base de organização dos jornais enquadrava-se em categoria única [a grande imprensa]. Entendemos que só é possível falar de uma grande imprensa confrontando-a com um tipo de produção da qual é distinta: a pequena imprensa. Portanto, não percebemos essa superação na passagem do século XIX para o XX como assim assevera Sodré, uma vez que observamos, ainda no século XX, jornais sem essa organização empresarial.

Concordamos com Maria Helena Capelato ao afirmar que a grande imprensa é detentora de recursos e privilégios que lhe permitem superar as dificuldades que possam vir a passar, diferentemente das empresas de pequeno porte, que não dispoem de recursos suficientes, em momentos de crise, acabam tendo sua publicação interrompida⁴. A partir desses qualificativos é que os dois jornais aqui estudados podem ser classificados como de grande imprensa.

Na década de 1980 existia um mercado a ser disputado pelos grupos jornalísticos em Fortaleza⁵, é notório que as empresas de pequeno porte não conseguiam entrar no mercado com o mesmo grau de competitividade do *O Povo* e *Diário do Nordeste*, estes entram em circulação com uma proposta de organização de empresa, em que propõem oferecer um serviço no modelo de organização

³ SODRÉ, Néelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 3ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983, p. 275.

⁴ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A imprensa na história do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 2ª edição, 1994, p. 33.

⁵ Embora estejamos limitando-nos à cidade de Fortaleza, vale ressaltar que são jornais de grande circulação também nas cidades do interior do Estado do Ceará.

comercial, mas isso não basta para defini-los como grande imprensa. A principal disputa nesse espaço mercadológico, na década de 1980, era travada entre estes dois jornais, já que outros, como *O Estado* (1936) e *Tribuna do Ceará* (1952) embora organizados em modelo empresarial não apresentavam, de fato, valor concorrencial que pudesse retirar leitores dos primeiros.

A estrutura dos jornais e as formas de “autolegitimação”

Os jornais *O Povo* e *Diário do Nordeste* eram editados a partir das matérias consideradas relevantes pelos responsáveis de cada setor de notícia (política, economia, cidade, internacional, esporte, dentre outras), cabendo ao editor chefe a revisão final e a seleção das matérias de capa. A função desse profissional (o editor) passava por tomadas de decisões sobre a formatação final do periódico, mas essas decisões implicavam uma relação com os interesses dos proprietários.

A capa desses jornais funcionava como uma vitrine, uma vez que os noticiários de destaques (como um produto a ser vendido) eram elaborados de maneira a atrair a atenção do leitor, com um título curto e um breve resumo da matéria. A fotografia na capa compunha a marca desses jornais.

Além dos acontecimentos diários que se tornavam notícias em suas páginas, os jornais eram compostos de opiniões (a do jornal, principalmente no editorial; a de jornalistas, incorporada na escrita das matérias; e a de leitores que escreviam ao jornal); fotografias, como complemento das matérias; charges, tiras cômicas e propaganda. Esses impressos eram resultados de um conjunto de elementos com funções específicas, pensadas e definidas *a priori*, na tentativa de conquistar maior espaço do mercado visado.

Nesse sentido, a escrita jornalística se constitui no próprio ato de sua invenção, na medida em que, como resultado de uma construção, elabora um dizer conduzido pelas intervenções de quem escreve. Ou seja, as informações chegam até o público através de uma versão construída por um grupo com interesses a defender. As formas de dizer na imprensa se configuram em um saber criativo, no sentido de elaborado por subjetividades em que, a partir de um fato, se constrói uma narrativa a negar sua condição inventiva.

A escrita que se torna pública, por meio da mídia impressa, mais precisamente dos jornais, tem como suporte básico a construção de um discurso que se faz crer pautado em conceitos *como imparcialidade, isenção, independência e neutralidade*. Embora sejam categorias menos aplicáveis do que exaltadas, no espaço jornalístico exercem a função de potencializar o dizer profissional. Assim, com receio de ter sua credibilidade afetada, os profissionais da imprensa buscam constantemente incorporar tais conceitos à imagem dos impressos. A pretensa separação entre informação e opinião é parte desse trabalho de dissimulação dos interesses e torná-los menos visíveis.

Em outras palavras, essa condição inventiva fornece à escrita do jornalista a possibilidade de manifestação das subjetividades sob a figuração de conceitos caros aos veículos de informação (imparcialidade, isenção, neutralidade, etc.). Nesse caso, as relações de cumplicidade entre a empresa jornalística e o governo não podem ser expostas claramente, ou pelo menos, há um grande esforço em ocultar as negociações com o poder político, pois, tal situação significa o comprometimento das idéias básicas da credibilidade.

Os periódicos estudados representam grupos que, em algum momento de sua história, buscaram a inserção em cargos políticos. Demócrito Rocha, um dos fundadores de O Povo, elegeu-se deputado federal em 1935, tendo seu mandato cassado com o início do Estado Novo (1937); Paulo Sarasate, também fundador do jornal, foi governador do Estado do Ceará entre 1954 e 1958, tendo ainda ocupado os cargos de deputado – estadual e federal - e senador. Nessa mesma linha de interesse, Edson Queiroz Filho (gestor e mantenedor do Diário do Nordeste) lançou-se candidato a Deputado Federal (PPB) em 1994, sendo eleito e renunciando o cargo em 1997⁶. Renunciou alegando razões de “foro íntimo”, mas deu sinais de que deixava o cargo por não aceitar as pressões para votar a favor do governo no Congresso.

A política parece ter sido um importante caminho para a manutenção do poder das empresas jornalísticas, se não de forma direta, com a inserção de seus proprietários em cargos político-administrativos, havia a possibilidade de uma relação indireta, com acordos entre os jornais e os grupos políticos.

⁶ MUNIZ, Valdélino de Sousa. *A política editorial na editoria de política: um breve estudo sobre o comportamento dos jornais O Povo e Diário do Nordeste durante as eleições municipais de 1996*. Monografia; graduação em Comunicação Social. Fortaleza: UFC, 1997.

Em meados da década de 1980 o envolvimento das empresas jornalísticas (*O Povo* e *Diário do Nordeste*) com a política é estabelecido na configuração da nova conjuntura⁷. Assim, mantinham um discurso de imparcialidade com relação aos conteúdos políticos noticiados para conquistar a credibilidade do leitor, no entanto, as formas de noticiar os acontecimentos e os espaços cedidos ou negados aos políticos, revelam a defesa de interesses e a proximidade com grupos que disputavam o poder político.

Jornal O Povo

O grupo O Povo S.A de comunicação é uma empresa que sempre manteve como presidente, membros da família fundadora: Demócrito Rocha (1928-1943); seu genro, Paulo Sarasate (1943-1968); a mulher do fundador, Creusa do Carmo Rocha (1968-1974); a filha mais velha dos Rochas e esposa de Sarasate, Albaniza Rocha Sarasate (1974-1985) e o neto do fundador, Demócrito Dummar (1985-2008).

Esse jornal, fundado em 07 de janeiro de 1928 em Fortaleza por Demócrito Rocha e Paulo Sarasate, tendo sua primeira sede na Praça General Tiburcio, 158, entra em circulação distribuído em dezesseis páginas, depois manteve uma média de seis páginas por edição. Com notícias escritas em notas rápidas, chegando a constar até treze notícias em uma única página, sendo que as notícias eram editadas juntamente com o conteúdo propagandista, assim, anúncios e noticiário compunha o mesmo espaço do jornal.

Por se definir como um jornal democrático e que presava a liberdade, em todas as edições, ressaltava que: “A redação do *O Povo* dá inteira liberdade a seus colaboradores sem, todavia, responsabilizar-se pelas idéias contidas nos artigos assinados.” Ora, o jornal não teria como colaboradores pessoas que fossem contra a linha editorial do jornal, ademais, estes contribuíam, principalmente

⁷ Para o processo histórico brasileiro, a década de 1980 representou o resultado das lutas de diversos setores da sociedade contra a permanência de um regime político autoritário (que iniciara em 1964) baseado em um presidencialismo exacerbado de caráter militar, muito embora, tenha se firmado com a colaboração e auxílio de setores da sociedade civil. Assim, concordamos com os historiadores que definem esse período no Brasil como uma *ditadura civil-militar*, e transitando nesse contexto, temos que a década de 1980 foi um período de mudanças no fazer política no Brasil, já que o país passava por um período de transição, saindo de um regime ditatorial para um pretense regime democrático.

com a escrita literária. Entre esses colaboradores, temos: Cruz Filho, Beni Carvalho, Rachel de Queiroz, Paulo Sarasate, Renato Vianna, Suzanna de Alencar Guimarães, Jader de Carvalho, dentre outros. Os escritos literários, ganhavam destaque nas páginas deste periódico. “Modernos e passadistas” era um espaço destinado a poemas e sonetos de seus diversos colaboradores.

De início *O Povo* foi impresso em papel importado por intermédio da firma A. Ommundsen & Co. Ltd., tentava, com isso, obter melhor qualidade de material para impressão. Quando do início de sua circulação, transcorria uma restrição nas possibilidades dos jornais informativos, isso porque a taxa dos telegramas (principal meio de aquisição das informações internacionais) de imprensa imprimia uma sobrecarga elevando o preço em trezentos por cento, e ainda, pesava o aumento sobre a tarifa do papel importado.

Jornal vespertino, geralmente saía às seis horas da tarde e justificava esse horário da seguinte forma: “os jornais matutinos de Fortaleza como *O Ceará*, *A Gazeta* e *O Nordeste*, registram todos os acontecimentos do dia anterior. Os vespertinos para não fatigarem o público com a reprodução desse noticiário, têm o dever de aproveitar apenas os fatos do dia que corre.” A idéia era parecer o mais atualizado possível sobre os fatos, embora não fosse o único vespertino da cidade.

O nome *O Povo* foi escolhido através de um concurso, e, a escolha desse nome compunha a imagem buscada pelos fundadores, a imagem que seria vendida: de um diário que utiliza suas páginas para lutar por mudanças sociais, defendendo os princípios democráticos e justiça social; buscava-se, portanto, a imagem de um jornal que “defende os interesses do povo”. Inicialmente, o logotipo do jornal apresentava o desenho de um chicote, que naquele momento histórico, pretendia expressar a luta contra o poder político. O chicote, instrumento feito de longas tiras de couro ou cordões preso a um cabo usado para golpear um animal ou castigar uma pessoa, simbolicamente representava a postura do jornal contra as injustiças sociais e abuso do poder político local. Seus fundadores apresentavam, o jornal como instrumento em defesa da justiça e igualdade.

Nessa fase inicial, os mantenedores do jornal ainda não pertenciam a nenhuma das correntes político partidárias do Ceará, situação que viria a mudar

posteriormente. Com isso, lançava-se no debate político da época de forma a questionar os atos de personalidades políticas. Por outro lado, também encontramos matérias de caráter elogioso à políticos, como no conteúdo da matéria assinada por Rocha Lima em que finalizava dizendo: “Em um governo honesto e de propósitos elevados, como o actual, toda lei serve; e num governo como o do desembargador Moreira da Rocha, toda lei eleitoral é péssima. (*O Povo*, 1929:01/02). Matéria essa que refletia a Lei Eleitoral do Estado em sua atribuição ao voto secreto na eleição para prefeito. Mesmo não sendo a opinião do jornal, é uma opinião publicada pelo jornal, no formato de matéria opinativa, o que tendia a influenciar a opinião do leitor.

Como não é difícil imaginar, esse jornal passou por transformações ao longo de sua história e, podemos começar com o período que sucedeu a morte de Demócrito Rocha; tendo ele falecido em novembro de 1943, a direção do jornal passava então para Paulo Sarasate (também fundador de *O Povo*) que era filiado ao partido da União Democrática Nacional (UDN)⁸. As modificações no comportamento editorial passam a serem notadas, principalmente, após o golpe de 1964, apresentando um conservadorismo editorial por meio da comodidade diante das questões políticas do período. Dito de outra forma, isso significa que os editores do jornal exerciam forte controle com relação as matéria publicadas, uma “autocensura” por assim dizer causando insatisfação em muitos de seus profissionais. Mesmo após 1968, quando da morte de Sarasate, o jornal manteve-se com esse posicionamento, vindo a sofrer outra reformulação a partir de 1982, fator que pode ser explicado não só pelo novo contexto político, como pela entrada em circulação de um novo periódico cearense, o *Diário do Nordeste*, que tornaria seu principal concorrente pelo mercado disputado.

Por uma lado, explorava a idéia de um jornalismo fundado na luta contra a corrupção e o mal uso do poder político, por outro, preservava uma aproximação com os grupos políticos no poder, como nos períodos correspondente aos mandatos de Virgílio Távora (1963-1966 e 1979-982). No segundo período em que Virgílio Távora estava à frente do governo do Ceará, *O Povo* era o veículo de comunicação que obtia maior quantidade de publicidade do Estado, consumindo cerca de cinquenta por cento (50%) do orçamento da Secretaria de Comunicação (secom). Desta forma, o departamento comercial do jornal intervia na linha edi-

⁸ Partido que assume o poder político com o golpe civil-militar em 1964.

torial, na medida em que um anunciante não poderia ser criticado em matérias jornalísticas.⁹

Já na década de 1980, o jornal passa por modificações de ordem técnica e editorial. Tais transformações podem ser consideradas o início de uma nova fase do jornalismo neste grupo, tomando formas definidoras somente na década posterior.

Inseriu em seu parque gráfico novas impressoras *off-set*¹⁰ para obtenção de impressão a cores (1988), até então a impressão era feita em preto e branco; ganha dez prêmios regionais durante toda a década: um em 1980, dois em 1981, dois em 1983, dois em 1987 e três em 1989. A conquista desses prêmios valoriza o jornalismo do *O Povo*, mas não impede a perda de leitores para um novo jornal que surgia em 1981, o *Diário do Nordeste*.

As mudanças iniciadas nos anos de 1980 resultaram no que o jornal chamou de “Projeto Rumo ao Século XXI”, abandonando a tipologia Times New Roman, passando a usar a palatino e os títulos passaram a ser elaborados em fonte Bauer Bodni, favorecendo a legibilidade das matérias; lança quatro novos suplementos em formato tablóide, destinados ao público feminino, público jovem, ao mercado de veículo e ao público da programação televisiva.

A modernização do jornal, na década de 1980, teve dois fatores de maior influência: o momento político e o surgimento do jornal *Diário do Nordeste*. No que diz respeito às discussões política do período, emitiu, entre suas matérias, conteúdos em defesa da anistia e das eleições diretas, não só com matérias noticiosas, mas também com textos reflexivos (principalmente na página de opinião e editorial) e através do uso destacado de fotografias dos comícios.

A linha editorial, como política predeterminada pela direção do jornal, indicando valores e paradigmas que orientam a escrita jornalística e por isso influenciam no resultado final do veículo, está presente no jornal como um todo, mas não aparece tão claramente, principalmente, porque como empresa o jornal estava atrelado aos interesses comerciais e publicitários. Precisamos tomar cui-

⁹ RIPARDO, Sérgio. *Por trás das manchetes: fórmulas e clichês na redação dos títulos de cidade de O Povo*. Monografia; graduação em Comunicação Social. Fortaleza: UFC, 1997.

¹⁰ A impressão *off-set* é um processo que consiste na repulsão entre água e gordura (tinta gordurosa), em que a tinta passa por um cilindro intermediário antes de atingir a superfície. Esse método tornou-se principal na impressão de grandes tiragens.

dado com a seguinte questão: o fato de um governo tornar-se anunciante em um periódico não significa, necessariamente, que este é adesista. Por outro lado, a relação próxima de um grupo governista com um veículo da imprensa coloca sempre em negociação interesses políticos e econômicos.

Para as mudanças de ordem técnicas, pelas quais *O Povo* passou na década de 1980, muito contribuiu a concorrência do *Diário do Nordeste*, quando em fins dos anos 80, este o supera em número de exemplares vendidos. Até então, *O Povo* era o jornal mais vendido de Fortaleza e agora passava a ser o segundo mais vendido, isso significaria redução no faturamento financeiro. A reformulação começa no início dos anos 1980 com substituição do maquinário gráfico, mudanças estas finalizadas nos anos 1990; passa, ainda, por uma mudança na construção das matérias políticas, adotando uma linguagem mais opinativo-reflexiva, nas colunas políticas, como a “Coluna do Castello”, por exemplo, contribuía com uma análise diária do campo político, e a página de opinião cresceu em número de posições críticas aos políticos, revelando maior destaque a essa temática.

Jornal Diário do Nordeste

O *Diário do Nordeste*, incluído no Sistema Verdes Mares de Comunicação pertencente ao Grupo Edson Queiroz, teve sua primeira publicação em 19 de dezembro de 1981, tendo como diretor geral, Ednilton Gomes de Soares; diretor superintendente, Pádua Lopes; diretor comercial, Francisco Ribeiro; diretor industrial, A. Capibaribe Neto e como editor, Francisco Bilas. Em seu projeto inicial contava com uma estrutura montada com oficinas modernas, instalações funcionais, serviços radiotelegráficos e de radiofoto. Obtinha as notícias nacionais e internacionais das agências O Estado, AJB, Globo, EBN, UPI, AP, Sport Press e correspondentes. Nos quatro primeiros anos já havia conquistados os seguintes prêmios: Placa de Prata (1982), Prêmio Esso (1983) e Troféu Mérito Lojista (1985).

Esse grupo é um conglomerado de empresas que leva o nome do empresário Edson Queiroz, sendo um dos maiores grupo empresariais do Nordeste. Surge em 1951, com a compra da Ceará Gás Butano, empresa que importava gás dos Estados Unidos para o Ceará. Nos dias atuais, denominada Nacional Gás e atuando com as marcas Paragás e Brasilgás. Em 1962, o Grupo inicia-se na área

de comunicação com a aquisição da Rádio Verdes Mares AM; anos depois com a TV Verdes Mares, cujos primeiros sinais forma emitidos em 1969 com filmes importados; em 1981 é lançado o *Diário do Nordeste* com uma equipe de 80 jornalistas e a construção de um prédio de três andares na Praça da Imprensa. Para dar apoio à comercialização do gás liquefeito de petróleo (GLP), o grupo cria em 1963 a Tecnomecânica Norte – Tecnorte – para fabricação de recipiente para GLP, e no mesmo ano surge a Esmaltação Nordeste – Esmaltec – produzindo fogões domésticos. Em 1984 essas duas empresas foram incorporadas pela Tecnomecânica Esmaltec, passando a fabricar, além dos fogões e botijões, refrigeradores, bebedouros elétricos, freezers e garrafões de policarbonato. Em 1969, o grupo ingressa no segmento agroindustrial com a empresa Cascaju. Em 1973 acontece a aula inaugural na Universidade de Fortaleza (Unifor) e dá início à entrada do grupo no sistema privado de educação superior. O ano de 1979 marca a participação do grupo Edson Queiroz no mercado de captação e evasão de água mineral, com a aquisição da empresa Indaiá.

Como se pode observar a empresa jornalística *Diário do Nordeste* está inserida numa complexa rede de influências onde possui interesses particulares a serem defendidos por meio da mídia impressa.

No editorial de seu primeiro número, intitulado “Compromisso de luta”, o jornal ressaltava os problemas econômicos do país destacando a inflação, o déficit do balanço de pagamentos, a dívida externa e interna; mas que: “confiamos na superação desses obstáculos, por meio da intensificação da exploração de nossas riquezas”. A riqueza a que o jornal se refere diz respeito aos recursos naturais da região e sua potencialidade econômica. Essa proposta apresenta-se oportuna para um grupo empresarial que tem na utilização dessas riquezas a possibilidade de expansão, com isso, propunha a mobilização de lideranças políticas e empresariais do Nordeste em função do ajustamento das atividades econômicas ao melhor rendimento em termos de produção, comercialização e consumo.

O Diário utilizou o espaço de seu primeiro editorial para descrever a conjuntura econômica na qual estava inserido, no entanto, utiliza a idéia de crise econômica do período para impelir um discurso desenvolvimentista para a região, em específico para o Estado do Ceará. A necessidade de desenvolvimento econômico do Estado significaria a mobilização de lideranças políticas e empresarias na busca pela expansão ou alternativas de suas atividades lucrativas,

sendo assim, a perspectiva da crise justificaria todo e qualquer esforço no que diz respeito à produção de mercado.

Somos conhecedores dos obstáculos estruturais que entorpecem a expansão econômica do Nordeste, agravados por uma conjuntura adversa em que três anos de secas sucessivas devastaram o setor primário, com reflexos negativos globais sobre os demais segmentos econômicos. Nem por isso somos pessimistas com relação ao futuro do Brasil e do Nordeste, que tem condições de ultrapassar esta fase amarga, mediante o aproveitamento inteligente de opções que provocarão reversão econômica. (*O Povo*, 1981:19/02)

Como o jornal era vendido, também, em outros Estados da região Nordeste, procurava assumir a posição de defensor dos interesses econômicos da região, ressaltando a falta de desenvolvimento desta que, conseqüentemente, estaria ligada a falta de investimento. Na citação acima, a referência ao aproveitamento das opções para reversão da crise sugere o desejo em explorar atividades econômicas em diferentes setores, mas quem teria essas opções? Certamente poucos, limitado a quem possuía possibilidade financeira de investimento como o próprio grupo ao qual o jornal pertencia.

A mensagem de confiança na potencialidade dos recursos naturais cearenses dá a conhecer os interesses penetrados no enunciado, interesses esses relacionados à exploração desses recursos como atividade lucrativa. Se, faltavam investimentos para a região, e estes investimentos era entendido como capaz de superar a crise econômico-financeira, então não poderia haver impedimento para o crescimento regional, uma vez que esse seria um benefício para todos, ou seja, com esse discurso tornado público, os proprietários do jornal tomavam para si (como grupo empresarial) a idéia de propulsores do desenvolvimento cearense.

O *Diário do Nordeste* surge em um cenário fortemente marcado por uma crise econômica; era o período de avanço da abertura democrática. Contexto de mudanças significativas de ordem política e econômica. Sua entrada no mercado significou concorrência direta com o jornal *O Povo*, levando esse último a uma reformulação de seu maquinário gráfico em busca de melhores resultados na impressão.

Como mencionado anteriormente, o Grupo Edson Queiroz atuava em diversos setores do mercado empresarial, e no Sistema Verdes Mares de Comunicação alguns assuntos não poderiam se fazer presentes a crise no abastecimento de gás e água mineral, isso porque os negócios mantido por essas empresas con-

figuravam uma rede relacional de interesses. A abordagem desses assuntos nas matérias do jornal significava ferir os interesses das empresas do grupo, o que estabelecia um sistema de atuação baseado em matérias negociadas.

As empresas do grupo eram anunciantes do *Diário*, portanto, devemos pensar no jornal como um membro desse conjunto maior de empresas, e que influía na consolidação do poder político e empresarial do grupo, mesmo com lucros bem menores comparado a outros setores do grupo, mas exercia uma função fundamental nesse sistema: divulgar informações em um veículo formador de opinião preservando os interesses dos proprietários. A publicação ou não de uma determinada matéria deveria ser aprovada pelos editores-chefes da redação com o intuito de não tornar público notícias comprometedoras do grupo e seu filiados. A posse de um veículo como o *Diário do Nordeste* facilitava o fechamento de acordos com político ou outras empresas, dado o controle sobre a informação.

Este jornal não era uma empresa “auto-suficiente”, ou seja, ela não dependia somente dos lucros obtidos com suas vendas e publicidade para se manter. Na falta de recursos financeiros, recorria a outras empresas do grupo. Portanto, defender os interesses do jornal era manter-se em compromisso com os negócios de todo o corpo empresarial. Diferente do jornal *O Povo* que dependia, exclusivamente, dos rendimentos do próprio jornal para sua permanência em circulação.

Isso não significa menos lucros do *Diário* em relação ao *O Povo*, e sim, que o primeiro possuía mais recursos disponíveis para investimentos em maquinários, estrutura física e profissional. Com isso, foi o primeiro jornal cearense a adotar a impressão a cores (1982) e sendo sua redação a primeira informatizada, isso em meados dos anos de 1990

O *Diário do Nordeste*, já em seus primeiros anos no mercado, deu ênfase à produção do humor gráfico. Além da charge diária, contava com ilustrações de caráter humorístico; uma charge na “Coluna É”, de Neno Cavalcante, que segundo os cartunistas do jornal, o colunista deu grande incentivo para essa produção no jornal; as tiras cômicas, que chegou a ser criada exclusivamente por profissionais locais, muito embora tenha sido logo substituída por tiras cômicas de São Paulo, devido ao alto custo financeiro. Com isso, fica claro que o jornal via nos desenhos de humor, ou desenhos com humor, um recurso indispensável para o jornal.

O controle dos veículos de informação nas mãos de poucas famílias é marca do exercício dessa atividade no Brasil, no entanto, em outros locais do país as famílias proprietárias desses meios de comunicação são compostas por políticos profissionais influentes, com relação ao *Diário do Nordeste* essa relação com o poder político acontecia, quase sempre, de forma indireta. O proprietário do jornal, Edson Queiroz, foi associado ao banqueiro, industrial e suplente do senador Virgílio Távora, José Afonso Sancho, na direção do jornal *Tribuna do Ceará*. Este periódico fazia parte de um grupo de mídia ligado ao grupo político de um dos chamados coronéis cearenses: Virgílio Távora.

Ainda nessa relação, temos que uma das Filhas de Edson Queiroz é casada com o político e empresário Tasso Jereissati, governador do Ceará nos anos de 1987-1991 e entre 1995-2002.

No final de 1982 o jornal chegava ao número de sete mil assinantes, e em 1983 chegara a quinze mil; números superiores ao previsto pelo proprietário. Lançado com uma média de trinta páginas por edição, foi o primeiro jornal cearense a utilizar impressão colorida, dando grande destaque ao fotojornalismo, investindo na cobertura das notícias do meio político. O período da eleição de 1985 significou uma alavancada decisiva nas vendas do jornal, esgotando sua tiragem quase que diariamente. Na década de 1980, o jornal era editado com cadernos especializados nos temas: política, economia, cidade, esportes, regional, polícia, esporte, internacional e variedades.

As matérias políticas ocupavam sempre a primeira página e no editorial era destaque com muita frequência, apresentava reportagens especiais nos períodos de maior debate público sobre o tema, como foi no caso da eleição e morte de Tancredo Neves, das eleições diretas para prefeitura e governo do Estado.

Com o advento do chamado jornalismo investigativo na década de 1980, matérias políticas também ganhavam tom de investigação policial, levantando a bandeira em nome de uma função social da imprensa. Desta forma, a autopropaganda que o jornal realizava estava baseada na valorização de princípios como imparcialidade e honestidade, externando um discurso em que afirmava cumprir uma missão: “não só relatando fatos, expondo e debatendo idéias, traçando orientações, mas também analisando o comportamento e avaliando as ações dos que integram a comunidade e têm responsabilidades coletivas”. Traçar orienta-

ções significa planejamento na conduta das pautas, ter definidas as posições do jornal com relação aos diferentes assuntos tratados, servindo de norteadoras da escrita, tendo o entendimento de que a maneira como o leitor recebe a notícia influi na sua análise dos fatos.



*Caderno
Especial*

Tribuna. Corumbá, 27.04.1943
Pedro de Medeiros, por Lobivar de Matos

Corria o ano de 1925, Corumbá vivia, politicamente, a sua vidinha agitada. Pedro de Medeiros era, então uma espécie de “leader” popular, conhecido em todas as bibocas da cidade. Em todas as reivindicações populares era a voz de comando, o vulto ereto, o espírito coordenador, orientando a massa que apreciava e o abandonava na primeira esquina. Reclamava contra toda e qualquer manobra que visasse encarecer a vida da população já sacrificada. Lembro-me bem das suas passeatas, dos seus comícios dos seus boletins inflamados! Era garoto e já me entusiasmava com aquelas coisas todas, principalmente quando ouvia o Medeiros falar em público ou o enxergava à frente do povo. Certa ocasião, os padeiros e os açougueiros propalavam o firme propósito de aumentar o preço do pão e da carne. Foi o bastante. Pedro de Medeiros reuniu o povo na esquina do Jardim e depois de, como tribuno popular agitá-lo freneticamente, manobrou-o e o conduziu de padaria em padaria e de açougue em açougue num protesto que tinha muito de rebelião. Se não me engano, a minha simpatia por ele data desta época.

A minha geração não poderá esquecer facilmente Pedro de Medeiros, principalmente aquele Pedro simples, bom, que se metia em nossos folguedos, e como qualquer um de nós, soltava pandorga ou jogava bolita nas ruas e praças. Nos sábados de aleluia, então, era um prazer a gente percorrer os “Judas” da rua Tiradentes, porque idealizados e confeccionados por ele. Com a veia satírica que

jamais o abandonou, vingava-se dos bolicheiros que lhe negavam crédito e os caracterizava perfeitamente naqueles bonecos que nós dependurávamos nos postes, e após o toque de aleluia, arrastávamos até a beira do rio numa luta simbólica contra os eternos traidores de todas as classes e de todos os tempos.

O tempo passa. Mais tarde, muitos anos depois, fomos nos encontrar numa barca, numa daquelas barcas que levam os cariocas para as diversas ilhas da Guanabara. E durante toda a travessia foi uma conversa só: poesia. Ele recitava suas últimas produções poéticas com aquele seu modo especial de dizer as coisas que tocam o coração. Embora eu não suportasse, já naquela época, a poesia montanhosa ou o soneto metrificado horrivelmente a rigor, Pedro de Medeiros me comoveu e me prendeu mais de uma hora em seu espírito vivo e em seus sentimentos profundamente humanos. Tempo depois quando me defini na poesia e penetrei a corrente chamada modernista, ele continuou firme na velha escola literária e já então me condenava, entre os seus amigos, pelo grave erro de não metrificar as minhas coisas. Soube disso e lamentei, também entre amigos, que o juízo de Pedro de Medeiros fosse tal, pois eu o compreendia na sua velha arte e na sua velha escola. Coisas do espírito humano! E todas as vezes que, face a face, tocávamos nesse assunto, ela dava a sua definição sobre poesia, certa, mas unilateral. Discutíamos levemente e passávamos para outras matérias. Espírito sutil de ironista e de poeta romântico e sentimental, Pedro de Medeiros deixou uma produção poética que deve ser reunida e publicada para que não caia no esquecimento e no indiferentismo da nossa época.

Nunca tive maior intimidade com Pedro de Medeiros. Não só porque ele pertencia a uma geração que não entendia a minha como também devido a diferença de nossa idade. E para mim foi o maior consolo, quando de volta à minha terra passei a ferir em cheio problemas locais e tive dele apoio integral. Por varias vezes me procurou na redação deste jornal para me aplaudir e para me incentivar a atacar certas manobras indecorosas. Entusiasmado com o efeito contundente de meus tópicos, já nos seus últimos dias, vinha apoiado em sua inseparável bengala, trazer-me um assunto novo ou mesmo tópicos escritos por ele mesmo, visando ora uma coisa ora outra. E eu via nisso nada mais nada me-

nos do que o seu grande amor pela cidade e pelo nosso povo. Eu nunca o vi tão furioso quando a Prefeitura escreveu aquela carta, abatendo para três dias o sete em que a população pobre ficou sem água.

Agora, chegou-me a notícia de sua morte. E eu, em homenagem ao grande boêmio, filósofo e poeta que ele foi, espírito esclarecido, “leader” do nosso povo só posso fazer uma coisa: sugerir por intermédio de TRIBUNA, ao povo de Corumbá, uma “herma” a Pedro de Medeiros, ao poeta Pedro de Medeiros, ao jornalista Pedro de Medeiros. Porque essa será a maior homenagem que poderemos prestar-lhe depois de sua morte. Que o povo de Corumbá se cotize, entre si, e levante ali na rua Tiradentes, bem frente à sua casa (ele chamava-se de tugurio) onde ele viveu os últimos dias a se deleitar com o colorido gostoso que os “flamboyants” derramavam sobre a praça ao cair da tarde ou ao amanhecer.

(Pedro de Medeiros faleceu em 12 de abril de 1943)

NORMAS EDITORIAIS

1. A Revista Albuquerque é uma publicação semestral, voltada para a divulgação da produção científica no campo da história e áreas correlatas na forma de artigos, traduções, resenhas, conferências, notas de pesquisas, entrevistas e reprodução de documentos históricos importantes e inéditos.
2. Os proponentes de trabalhos devem portar, no mínimo, o título de mestre.
3. Todos os trabalhos publicados deverão ser previamente aprovados pelo Conselho Científico da Revista. Cada trabalho deverá passar pela aprovação de no mínimo dois consultores ad hoc. Caso o trabalho não receba parecer de recomendação para publicação por um dos consultores, será consultado um terceiro parecerista. O Conselho Científico pode apresentar os originais ao(s) autor(es), caso considere necessárias adaptações.
4. A partir da emissão dos pareceres, cabe à Câmara Editorial a decisão sobre a oportunidade da publicação das contribuições recebidas.
5. A apresentação de um trabalho para publicação pressupõe a autorização do autor. Cada autor receberá, sem ônus, 2 (dois) exemplares do número da revista em que saiu publicado seu trabalho.
6. Os artigos podem ser escritos em português, espanhol ou inglês, tendo no mínimo 15 e no máximo 25 páginas, digitadas em fonte Times New Roman 12, espaço 1,5 e margens de 2,5 cm.
7. Todo artigo deverá vir acompanhado de resumo de no máximo 10 (dez) linhas e de três palavras-chave em português e inglês, independentes da língua utilizada no texto.
8. Abaixo do título do artigo, os(as) autores(as) devem indicar, formatado à direita: nome completo, titulação acadêmica, filiação institucional, e-mail.
9. Modalidades de trabalhos encaminhados como “Resenhas” deverão ter até 5 (cinco) laudas, devendo a obra resenhada ter no máximo três anos. As “Entrevistas” deverão conter até 10 (dez) laudas. As “Traduções” devem vir acompanhadas de autorização do autor e do original do texto. A publicação e os comentários a respeito de documentos inéditos seguirão as mesmas normas especificadas para os artigos. Demais modalidades como “Sessões Especiais” e “Dossiês” poderão apresentar número

de páginas variável, de acordo com a decisão da Câmara Editorial.

10. As notas bibliográficas devem constar no rodapé, numeradas sequencialmente, com indicação completa da obra na primeira vez. As citações e referências bibliográficas devem obedecer às normas vigentes da ABNT.

11. As citações no corpo do texto (quando houver) devem estar entre aspas. Caso as citações contenham 4 (quatro) linhas ou mais, devem estar alinhadas à direita, sem

aspas, em espaço simples, com letra corpo 11. As ilustrações (fotos, figuras, gráficos, desenhos, etc.) devem ser enviadas em preto e branco, no formato JPEG ou TIFF, em escala 100% com no mínimo 300 dpi de resolução, trazendo os devidos créditos autorais e a indicação do local de sua inserção no texto.

12. Os trabalhos deverão ser encaminhados ao endereço eletrônico da Câmara Editorial revistaalbuquerque@cpaq.ufms.br. O programa utilizado deve ser compatível com Word for Windows.

Por que Albuquerque

O nome da revista remete historicamente à figura extraordinária do capitão-general Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, que governou a capitania de Mato Grosso no século XVIII, consolidando o domínio português na região oeste da colônia.

Em 1775, dentro do seu projeto político-administrativo, Luiz de Albuquerque ordenou a fundação, nos limites com o império colonial espanhol, do Forte de Coimbra, mesmo em precárias condições. Como suporte ao seu abastecimento, instalou a missão de Nossa Senhora da Misericórdia, administrada por padres franciscanos, para criação de gado e pólo de atração da população indígena do Pantanal. Pouco tempo depois, esse pequeno povoamento passou a ser conhecido pelo nome de Albuquerque, homenageando assim o capitão-general de Mato Grosso.

No ano de 1778 foi fundada uma outra povoação nas altas barracas que margeiam o rio Paraguai, que também recebeu o nome de Albuquerque e que se tornaria mais tarde, por volta de meados do século XIX, a vila de Corumbá.

O mesmo nome Albuquerque dado a dois lugares diferentes, embora próximos, decerto expressou o respeito dos súditos da capitania pelo seu comandante e capitão-general, que demonstrou competência administrativa e visão de futuro, promovendo de fato medidas que garantiam a posse de territórios litigiosos para o império de Portugal. Do plano traçado para a ocupação de territórios importantes à margem direita do rio Paraguai, na imensa região dos pantanais até o vale do Guaporé, resultou as linhas lindas, que até os dias de hoje desenharam o oeste do Brasil no mapa do continente sul-americano.

O distrito de Albuquerque existe até hoje, pertencente ao município de Corumbá, e sua importância é histórica por representar um marco e um momento significativo os primórdios do processo de desenvolvimento de uma região, que atualmente corresponde ao estado de Mato Grosso do Sul.

Assim sendo, a revista Albuquerque vem à luz para tornar-se também um marco dos estudos históricos em Mato Grosso do Sul, atendendo a um legítimo anseio de pesquisadores, docentes e discentes dos cursos de História da UFMS.

